

Construindo uma Psicologia Social ético-política na transversalidade teórica



**Maria Cristina G. Vicentin • Maria da Graça Marchina Gonçalves
Suélen Cristina de Miranda • Karla Rampim Xavier**

(Organizadoras)

VERSÃO IMPRESSA DISPONÍVEL
NO SITE DA EDITORA.



edue

Fundo de Incentivo à Pesquisa
PIPEq
PCC-UFPA

CONSTRUINDO UMA
PSICOLOGIA SOCIAL ÉTICO-POLÍTICA
NA TRANSVERSALIDADE TEÓRICA



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Reitora: Maria Amalia Pie Abib Andery

edue

EDITORA DA PUC-SP
Direção: José Luiz Goldfarb

Conselho Editorial

Maria Amalia Pie Abib Andery (*Presidente*)

Ana Mercês Bahia Bock

Claudia Maria Costin

José Luiz Goldfarb

José Rodolpho Perazzolo

Marcelo Perine

Maria Carmelita Yazbek

Maria Lucia Santaella Braga

Matthias Grenzer

Oswaldo Henrique Duek Marques

Construindo uma Psicologia Social ético-política na transversalidade teórica

MARIA CRISTINA G. VICENTIN
MARIA DA GRAÇA MARCHINA GONÇALVES
SUÉLEN CRISTINA DE MIRANDA
KARLA RAMPIM XAVIER
organizadoras

educ

Plano de Incentivo à Pesquisa
PIPEq
FAPESP

São Paulo
2019

Copyright © 2019. Maria Cristina G. Vicentin e outras. Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfoury/PUC-SP

Construindo uma psicologia social ético-política na transversalidade teórica / orgs. Maria Cristina G. Vicentin ... [et al.]. - São Paulo : EDUC : PIPEq, 2019.

recurso on-line : e-book.

Bibliografia.

ISBN 978-85-283-0657-6

1. Psicologia social. 2. Ciampa, Antonio da Costa. 3. Identidade (Psicologia). 4. Psicologia política. 5. Interação social. I. Vicentin, Maria Cristina G.

CDD 302.2

Bibliotecária: Carmen Prates Valls - CRB 8A./556

EDUC – Editora da PUC-SP

Direção

José Luiz Goldfarb

Produção Editorial

Sonia Montone

Revisão

Otácilio Nunes

Edição Eletrônica

Waldir Alves

Gabriel Moraes

Capa

Gabriel Moraes

Imagem

1926 - *Geometric abstraction*

Oil on canvas

55.1 × 55.1" (140.0 × 140.0 cm)

New York, The Solomon R. Guggenheim Museum

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

educ

Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558

E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

Uma das marcas centrais da Psicologia Social brasileira é sua diversidade: são muitas as abordagens teóricas que a embasam, são vários os seus modos de fazer pesquisa, são diversos os seus campos de atuação. Até mesmo a pergunta “o que é Psicologia Social?” possui, por aqui, uma infinidade de respostas possíveis. Algumas(uns) autoras(es) a consideram uma subárea da Psicologia, outras(os) sustentam que ela é a intersecção da Psicologia com a Sociologia. Há ainda aquelas(es) que afirmam que o adjetivo “social” não delimita uma subdivisão temática ou conceitual, mas enfatiza a importância do compromisso político que toda(o) psicóloga(o) deve ter. Umas(ns) baseiam-se nas leituras do Materialismo Histórico e Dialético para estruturar suas pesquisas ou suas práticas profissionais. Outras(os) preferem as leituras construcionistas ou ainda a Teoria das Representações Sociais. Há psicólogos(os) sociais que se definem como cognitivistas, psicanalistas, comunitárias(os), analistas institucionais, do trabalho...

As teses e dissertações defendidas nas últimas quatro décadas no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP (PEPGPS) refletem essa diversidade. Mostram que não há um só modo de pensar ou de fazer Psicologia Social. Que não há um objeto de estudo único. Que são várias as estratégias de intervenção. Por outro lado, produções como este livro chamam a nossa atenção para os elos, conexões e diálogos existentes entre essas várias versões de Psicologia Social.

Em minha tese de doutorado – também defendida no PEPGPS – argumentei que as diversas abordagens, definições e objetos de estudo não constituem aspectos ou atributos de um mesmo objeto, mas elementos que ajudam a performar diferentes versões desse objeto. Que fazem Psicologias Sociais diferentes, embora relacionadas entre si. Que fazem uma Psicologia Social múltipla, ou seja, que é mais do que

uma, ao mesmo tempo em que é menos do que muitas. Que é diversa e, ao mesmo tempo, singular – como o objeto fractal da matemática, é algo em que está entre o zero e o um (Prioli-Cordeiro, 2012).

Entendida dessa maneira, a Psicologia Social seria como um arquipélago: tem várias ilhas, mas essas não estão totalmente separadas. Afinal, podemos construir pontes entre elas, podemos pegar um barco e viajar de uma ilha a outra... Dependendo da distância (e de nosso folego!), podemos até nadar de uma ilha a outra. Mas essas relações, esses links, essas associações não estão dados de antemão. Eles precisam ser feitos, construídos, performados.

Uma das “pontes” construídas ao longo da história do Programa é a preocupação com a relevância social de suas produções. Independentemente dos Núcleos de Estudos aos quais estão vinculadas(os), da abordagem teórica em que se baseiam ou do método que utilizam, docentes e discentes compartilham o desejo de produzir conhecimento que contribua para transformar o mundo em que vivemos. Desejo que, como bem mostram os capítulos que compõem a primeira parte do livro, está presente desde os primórdios do PEPGPS.

Além disso, as atividades “internúcleos” e as produções coletivas do Programa, tal como esta coletânea, nos mostram que o diálogo é não apenas possível, mas desejável, potente, necessário. Neste livro, discentes de diferentes núcleos e abordagens teóricas aceitam o desafio de escrever em coautoria. E docentes comentam as ressonâncias desses textos, dando ainda mais caldo para o debate.

Tomando emprestada uma metáfora de Tomás Ibáñez Gracia (2005), o diálogo impresso nesta obra contribui para construir uma Psicologia Social “sem igrejas”. Uma Psicologia Social em que a troca e a contraposição de ideias são parte inerente do processo de produção de conhecimento. Afinal, nada mais limitante do que verdades inquestionáveis... Teorias tomadas como dogmas inibem a reflexão, o questionamento, a inquietação – características fundamentais de toda ciência que pretende ser crítica.

Assim, ao falar da importância do debate, não estou defendendo a busca de consensos. Muito menos estou reivindicando a necessidade

de ecletismos teórico-metodológicos. Em alguns casos, consenso é até possível e desejável. Mas, muitas vezes, aquilo que chamamos de consenso não passa do ato de calar os “vencidos”. De substituir uma “igreja” por outra.

Construir uma Psicologia Social sem “igrejas” envolve o desejo de uma ciência na qual relações de poder não se convertem, necessariamente, em relações de dominação (Ibáñez-Gracia, 2005). Na qual o debate é um convite à reflexão. E essa tarefa é cumprida com maestria pelas autoras e autores deste livro. Elas(es) não apenas dialogam entre si sobre temas fundamentais do campo, como também nos convocam a rever nossas certezas, a repensar nossos posicionamentos. E, mais do que nunca, precisamos falar sobre gênero, maternidade, povos indígenas, polarização política, alteridade, desigualdades, socioeducação...

Além disso, ao retomarem a história do Programa, acabam retomando, ainda que de forma indireta, não apenas a história da PUC-SP e daquelas(es) que por ela passaram, mas o próprio processo de institucionalização da Psicologia Social no Brasil. Afinal, foi na referida universidade que aconteceu a assembleia na qual foi criada a associação representativa da área – a Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso). Foi também nela que, nas últimas quatro décadas, se formaram 793 mestres e 377 doutoras(es) em Psicologia Social. Muitas(os) das(os) quais se tornaram professoras(es) de universidades localizadas nos quatro cantos do país, levando na bagagem o olhar crítico e inquieto que marcou sua formação.

As páginas deste livro são, portanto, um convite para percorrermos a história e o presente do PEPGPS. Para conhecermos um pouquinho do que foi e do que é discutido nas salas de aula, nos corredores, nas reuniões de orientação. São um convite para repensarmos conceitos centrais da Psicologia Social e para refletirmos sobre o mundo em que vivemos.

Mariana Prioli Cordeiro

*Docente do Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo (IP-USP)*

Referências

- IBÁÑEZ-GRACIA, Tomás (2005). "Invitación al deseo de un mundo sin iglesias, alias, variaciones sobre el relativismo". *Athena Digital*, n. 8, pp. 1-7.
- PRIOLI-CORDEIRO, Mariana (2012). *Psicologia Social no Brasil: multiplicidade, performatividade e controvérsias*. Tese de doutoramento em Psicologia. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A coletânea *Construindo uma Psicologia Social ético-política na transversalidade teórica*, organizada pelas professoras Maria Cristina G. Vicentin, Maria da Graça Marchina Gonçalves e pelas doutorandas Suélen Cristina de Miranda e Karla Rampim Xavier, representa uma boa amostra da contribuição científica de integrantes do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP no aprofundamento de nosso conhecimento da realidade da sociedade brasileira.

Desde a década de 1970, com a criação desse Programa, seus docentes e estudantes têm se destacado pelas contribuições ao campo da ciência psicossocial no Brasil e no exterior. Pioneira no Brasil no campo da Psicologia Social Crítica, a pesquisa e a produção desse grupo de cientistas sociais vêm impactando sistematicamente o desenvolvimento da área no Brasil. Este livro representa um exemplo atual desse processo de produção científica e difusão de conhecimento, ilustrando esse aspecto importante da missão dos integrantes da Psicologia Social da PUC-SP.

Para apreciar a relevância desta coletânea em termos da Psicologia Social Crítica, precisamos analisar o importante papel dos Núcleos de Pesquisa, constitutivos do Programa, que tanto incentivam a pesquisa e sua difusão, como também promovem a participação de seus membros na vida associativa da comunidade científica, como em congressos e associações vinculados à área de Psicologia Social. Podemos dizer que, ao longo de quase quatro décadas, houve grandes avanços temáticos, de pesquisa e de associativismo, marcando definitivamente a ciência psicossocial no Brasil que teve suas origens nos Núcleos de Pesquisa da Psicologia Social da PUC-SP.

Desde sua criação, o Programa mostrou-se como um projeto acadêmico-intelectual pioneiro na comunidade científica da Psicologia e das outras Ciências Humanas, introduzindo no Brasil enfoques teóricos de uma Psicologia Social Crítica mais voltada para análise dos problemas das sociedades brasileiras e latino-americanas, contrária à

tradição acadêmica do passado que privilegiava problemáticas determinadas pela academia norte-americana ou europeia.

A proposta de uma Psicologia Social Crítica nos moldes latino-americanos foi instituída simultaneamente em outras duas universidades além da PUC-SP, as quais com a PUC-SP também iniciaram suas atividades em torno de uma psicologia crítica: a pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba, liderada por Leoncio Camino e Cleonice Camino, e a da Universidade Federal de Minas Gerais, liderada por Regina Helena de Freitas, Elizabeth Bomfim e Cornelius van Staldem. O fato de a PUC-SP ser uma universidade particular comunitária oferecia certas salvaguardas que os pioneiros das instituições federais não tinham, especialmente na década de 1970 e primeira parte da década de 1980, durante o período dos governos militares, num tempo em que a Igreja Católica se posicionou contrária a repressão e violação dos direitos humanos praticados pelos governantes militares. Nesse clima de regime ditatorial e oposição protegida pela Igreja, os proponentes da Psicologia Social Crítica na PUC-SP tiveram as condições institucionais e intelectuais para dar os primeiros passos na criação de uma estrutura acadêmica institucional que desse continuidade às pretensões de inovar no campo, trazendo para o centro do debate científico na Psicologia as problemáticas sociais do subdesenvolvimento do Brasil e sua dimensão de exclusão social.

O Programa de Estudo Pós-Graduados de Psicologia Social da PUC-SP foi pioneiro na instituição de núcleos de pesquisa que agrupassem os professores e estudantes com o propósito de promover pesquisa, debates e estudos de vários campos temáticos e de dar apoio aos estudantes nas suas intervenções e pesquisas no campo social. A estrutura do núcleo de pesquisa gradualmente foi virando uma forma de organização de programas de pós-graduação em Psicologia Social no Brasil, uma vez que se constatou a eficácia do sistema de núcleos para aprofundar formação acadêmica e fomentar pesquisa social. No caso da Psicologia Social da PUC-SP, os Núcleos também foram atores coletivos importantes que impulsionaram na criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) e da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), hoje duas das maiores organizações acadêmicas no campo da Psicologia Social.

Por meio dos núcleos de pesquisa, foi possível ampliar simultaneamente a abrangência temática das pesquisas realizadas pelos docentes e discentes e também abrir uma diversificação de enfoques teóricos que fomentou a dinâmica intelectual no desenvolvimento da Psicologia Social Crítica na PUC-SP. Essa dinâmica é ilustrada pelo elenco de temas tratados nos capítulos desta coletânea, que refletem a diversidade dos seguintes núcleos que atualmente constituem o Programa:

- NEHPSI – História da Psicologia
- NEPIM – Identidade
- NEXIN – Psicologia Social e Dialética Exclusão-Inclusão
- NUPLIC – Lógicas Institucionais e Coletivas
- NIP – Inanna de Pesquisa e Investigação de Teorias de Gênero, Sexualidades e Diferenças
- NUPMOS – Psicologia Política e Movimentos Sociais
- NUPS – Psicanálise e Sociedade
- NUTAS – Trabalho e Ação Social
- NUPPDES – Políticas Públicas e Desigualdade Social
- NUPRAD – Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde

Essa diversidade teórica e temática é refletida nos capítulos apresentados nesta publicação. A riqueza das pesquisas e análises partindo de enfoques teóricos diversos faz com que a Psicologia Social na PUC-SP se mantenha vigorosa em sua pesquisa e fundamentada na diversidade teórica que o campo oferece para o estudo dos problemas de nossa sociedade. Embora esta coletânea seja composta por algumas temáticas pesquisadas no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, a diversidade e abrangência desses capítulos são indicadores do conjunto de atividade de pesquisa e teorização presentes, como um todo, na Psicologia Social em nossa Universidade.

Salvador A. M. Sandoval

*Professor Titular da Pós-Graduação em Psicologia Social,
da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde da PUC-SP*



Introdução.....15

Maria Cristina G. Vicentin
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Suélen Cristina de Miranda
Karla Rampim Xavier

**Um olhar histórico sobre o Programa
de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social**

1. A criação do Laboratório de Psicologia Social no PSO.....23
Maria do Carmo Guedes

**2. O Laboratório de Psicologia Social (LAB/PSO) – de exigência
da Capes para o credenciamento do mestrado à lugar
de transgressão metodológica.....31**
Bader Burihan Sawaia

**3. Rede de pesquisadores do Programa de Estudos Pós-Graduados
em Psicologia Social: mapas transversais de saberes.....47**
Flávia Busarello
Laís Claro Oliveira
Jonas Eduardo Tavares de Souza
Marcos Vinícius Campos França Lopes
Maristela Sousa e Freitas
Rogério da Costa

4. A história de Ciampa: uma marca identitária para a Psicologia Social.....67
Cecília Pescatore Alves
Suélen Cristina de Miranda

**Transversalidade e ressonâncias
na construção de uma Psicologia Social**

5. A identidade na alteridade: o outro na sociedade brasileira.....89
Suélen Cristina de Miranda
Mirella Martins Justi
Isaac Vítório Correia Ferraz

**6. Ressonância: Identidade e alteridade – breve análise à luz
da contraposição igualdade e desigualdade 107**
Maria da Graça Marchina Gonçalves

**7. As potências dos bons encontros: relações entre pesquisas
em Psicologia e povos indígenas..... 121**
Flávia Roberta Busarello
Leandro Lucato Moretti
Marta Maria Okamoto

8. Ressonância: A Psicologia Social crítica em diálogo com os povos indígenas	139
Odair Furtado	
9. Um ensaio sobre a produção científica do programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP em relação às mulheres brasileiras.....	151
Eliete Edwiges Barbosa	
Fabiane Ramos Rosa	
Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga	
10. Ressonância: Reflexões sobre a psicologia feminista e a Psicologia Social	169
Carla Cristina Garcia	
11. Ambiguidades da maternidade: da construção do imperativo às práticas de exceção	181
Priscila Kiselar Mortelaro	
Isadora Simões de Souza	
12. Ressonância: Do dever de procriação ao dever de bem conduzir a gravidez.....	199
Mary Jane Paris Spink	
13. Polarização política no Brasil: uma leitura desde a Psicologia Social....	211
Cinara Brito de Oliveira	
Ezio Alves da Silva Junior	
Karla Rampim Xavier	
14. Ressonância: Polarização política, desigualdade social e dimensão subjetiva da realidade	233
Elisa Zaneratto Rosa	
15. A caminhada da Psicologia pela socioeducação: sobre sambar na lama com sapato branco.....	247
Aline Matheus Veloso	
Gabriel Monteiro da Fonseca Leal Maia	
Natache Khrystie Costa de Oliveira	
16. Ressonância: Práticas clinicopolíticas na socioeducação: fazendo rede com os adolescentes	265
Miriam Debieux Rosa	
Maria Cristina Gonçalves Vicentin	
Carolina Esmanhoto Bertol	
Sobre os autores.....	277

Maria Cristina G. Vicentin
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Suélen Cristina de Miranda
Karla Rampim Xavier

É com alegria que apresentamos esta coletânea de artigos de docentes e discentes do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP (PEPGPSO/PUC-SP) que evidencia a perspectiva ético-política, de pluralismo e transversalidade teórico-metodológica que tem orientado nossa ação, assim como a aposta na produção conjunta entre docentes e discentes de diferentes núcleos de pesquisa.

Completando 42 anos em 2019, o PEPGPSO experimenta, nestes últimos anos, um crescente processo de transversalização entre os “núcleos de pesquisa”, por meio da constituição de dispositivos de formação e de pesquisa que enfatizem os processos colaborativos e interdisciplinares: são os nossos “internúcleos” que se organizam na forma de projetos de pesquisa ou de estudos comuns, assim como de elaboração de projetos moventes e em diálogo com as urgências desses tempos de Brasil.

Esse processo ratifica e atualiza uma característica fundante e central desse programa: seu compromisso com questões sociais relevantes, com a produção de uma ciência comprometida com a superação das situações de opressão e dominação. Nesse sentido, consideramos importante produzir balanços da produção do coletivo de professores e alunos periodicamente, para que não se perca a perspectiva crítica e para que se possa aferir a dimensão, amplitude e realização desse propósito.

Os núcleos de pesquisa, hoje dez, são estruturantes do Programa, articulando-se ao conjunto de suas disciplinas, atividades programadas e projetos de pesquisa; eles operam uma intensa atividade de pesquisa e disseminação de sua produção por meio da proposição de encontros, ciclos de estudos, seminários e simpósios que registram suas produções na forma de anais, publicação de livros, etc. Os internúcleos têm se consolidado como um fazer permanente do Programa que *transversalizam* os Núcleos, compondo um panorama coletivo e um agir ético-político comum.

Por transversalização, entendemos a ampliação do grau de abertura comunicacional intra e intergrupos, permitindo a construção de um comum entre heterogêneos (Guattari, 2004). Como aponta Passos (2017), tal construção só se faz mediante nossa capacidade e possibilidade institucional de habitar a zona limiar entre mim e o outro, distinguindo-se, portanto, das formas mais canônicas das políticas indutoras da pós-graduação que enfatizam o conhecimento especialista.

Tal processo de transversalização nestes últimos anos tem sido favorecido também pelos seguintes aspectos: o credenciamento de novos docentes, que, desde 2006, têm privilegiado a entrada em diálogo com os núcleos de pesquisa existentes, antes da configuração de um novo núcleo; o investimento na ampliação da produção discente e na produção docente em coautoria.

Tal é o caso, quando da revisão do regimento em 2016, da proposição de um novo tipo de disciplina: Desenvolvimento de Projetos, que busca formular, a cada semestre, um projeto de estudo ou de trabalho em diálogo com temas emergentes na Psicologia Social e/ou com outras demandas relativas à produção de conhecimento na nossa área, abrindo um espaço sistemático de inclusão das aberturas e dos movimentos do próprio Programa e de seus participantes no currículo.

A disciplina produziu, entre outros, dois projetos que alimentaram essa tarefa de transversalização: a) análise dos projetos de pesquisa em curso no Programa em 2017 e suas conexões temáticas, conceituais e metodológicas, que subsidiou inclusive nossos processos

de autoavaliação; b) a produção de textos sobre temas transversais às pesquisas em desenvolvimento por doutorandos que cursaram a disciplina em 2018 e que puderam ser desdobrados e adensados a partir de comentários de docentes do Programa, tendo em vista suas conexões com esses temas.¹

A proposta de coletânea que apresentamos aqui pretende refletir os campos de produção do Programa na forma de um conjunto de textos em dois planos: a) um olhar histórico sobre o Programa, de forma a evidenciar sua perspectiva ético-política, diversidade teórica e contribuições para a construção de uma Psicologia Social Crítica; b) textos com temas nucleadores e reveladores da possibilidade de interfaces, elaborados pelos discentes de diferentes núcleos de pesquisa, em coautoria, cada um seguido de um texto de docente, na forma de ressonâncias, ampliando o trabalho de interlocução e produção conjunta diante da diversidade teórica e epistemológica presente.

Esta organização resultou em dois conjuntos de textos. O primeiro, *Um olhar histórico sobre o Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social*, apresenta quatro textos, sinalizando o percurso do Programa em tempos históricos distintos, mas também em diferentes recortes.

Os textos “A criação do Laboratório de Psicologia Social no PSO” e “O Laboratório de Psicologia Social (LAB/PSO)” – de exigência da Capes para o credenciamento do mestrado, à lugar de transgressão metodológica, apresentam, numa perspectiva histórica, os processos de ensino, pesquisa e extensão forjados pelo Programa desde sua criação até o momento atual, destacando o primeiro tempo, o do Laboratório, marcado pela perspectiva interdisciplinar, de pluralismo teórico-metodológico e de forte compromisso com a produção de conhecimento para a realidade brasileira, bem como a construção

1 Tal proposta teve como inspiração a experiência do Programa de Pós em Psicologia Social e Institucional da UFRGS na disciplina de Teorias e Métodos em Psicologia Social III, que propõe a escrita dos estudantes de doutorado a partir de temáticas transversais a seus respectivos projetos de tese (para maiores detalhes, ver *Revista Polis e Psique*, 2017, v. 7, n. 2).

dos núcleos de pesquisa que seguem sustentando a interseccionalidade entre o compromisso com o rigor científico e o compromisso social.

O texto “Rede de pesquisadores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social: mapas transversais de saberes” relata a construção, por um grupo de discentes, de um banco de dados sobre as pesquisas em andamento no Programa entre 2017-2018, inspirado na ideia de Árvores de Conhecimentos de Pierre Lévy e Michel Authier. O mapa dá visibilidade à pluralidade da pesquisa em Psicologia Social no PSO e à configuração dos campos comuns. Finalmente, marcando a longa trajetória do professor Antonio da Costa Ciampa no Programa, encerrada no ano de publicação desta coletânea, o texto “A história de Ciampa: uma marca identitária para a Psicologia Social” apresenta uma entrevista com o professor na forma de uma história de vida. Desse modo, podemos nos aproximar tanto da metodologia adotada pelo Núcleo, coordenado até então pelo professor, quanto da concepção de identidade como metamorfose permanente em busca da emancipação.

O segundo conjunto, *Transversalidades e ressonâncias na construção de uma Psicologia Social Crítica*, traz doze textos. Seis deles resultam de trabalhos em coautoria de discentes de diferentes núcleos, que tiveram o desafio de escrever sobre temáticas comuns a partir de recortes teórico-metodológicos distintos. Os outros seis resultam do olhar de docentes sobre os diferentes texto-temas, trazendo comentários, desdobramentos ou aportes conceituais em diálogo com o texto dos discentes.

O texto “A identidade na alteridade: o outro na sociedade brasileira” objetivou discutir como o personagem social do “Outro” se constituiu histórica e socialmente no Brasil, destacando as políticas identitárias presentes nesse processo e a relação dialética existente entre igualdade de fato e de direito, no que tange aos modos de subjetivação existentes e possíveis. A Ressonância: “Identidade e alteridade – breve análise à luz da contraposição igualdade e desigualdade” analisa aspectos da modernização brasileira que se apoiam, entre outras, na noção de igualdade, ao mesmo tempo que reproduzem, de maneira

invisibilizada e ideológica, a desigualdade social. “As potências dos bons encontros: relações entre pesquisas em psicologia e povos indígenas” discute os encontros da psicologia com os povos indígenas, abordando a forma como a psicologia social pode construir com um conhecimento não colonizador e horizontal. A Ressonância: “A psicologia social crítica em diálogo com os povos indígenas” debate o sentido do estudo dos segmentos mais desprivilegiados da população como forma de superação de opressão e injustiças e a Psicologia Social como um conhecimento científico concreto que permite às sociedades brasileira e latino-americana sua emancipação social e econômica.

“Um ensaio sobre a produção científica do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP em relação às mulheres brasileiras” faz um levantamento de teses e dissertações que abordam a temática da mulher desenvolvidas na Pós-Graduação em Psicologia Social. O texto Ressonância: “Reflexões sobre a psicologia feminista e a Psicologia Social” introduz alguns dos fundamentos da abordagem feminista crítica na psicologia social, discutindo a importância das metodologias que os encarnam e a viabilidade da sua aplicação à luz da construção de uma ciência comprometida com a mudança social. O texto “Ambiguidades da maternidade: da construção do imperativo às práticas de exceção” discute o caráter ambíguo da maternidade, como destino natural ou como maternidade indigna de ser vivida, especialmente no caso de mulheres usuárias de drogas. A Ressonância: “Do dever de procriação ao dever de bem conduzir a gravidez” discute a passagem do dever de procriação a outro, com foco deslocado para o feto que coloca em contraposição direitos da mulher grávida e direitos do feto. O texto tem por objetivo discutir como a responsabilidade pela saúde intrauterina do feto vem sendo abordada na literatura científica.

O texto “Polarização política no Brasil: uma leitura desde a Psicologia Social” aborda a polarização política no País e o ódio como afeto político que potencializa essa polarização, tomando como objeto de análise as notícias falsas – *fake news* – como meio de manipulação massiva desses afetos. A Ressonância: “Polarização

política, desigualdade social e dimensão subjetiva da realidade” discute a dimensão social e histórica dos sentidos e significados que constituem os afetos e as concepções que acompanham a polarização, especialmente a configuração da sociedade de classes no Brasil, que mantém ao longo da história seus padrões de desigualdade, a concentração do poder das elites e as configurações próprias da constituição do Estado. O texto “A caminhada da psicologia pela socioeducação: sobre sambar na lama com sapato branco” apresenta reflexões a respeito dos impasses e das possibilidades da atuação profissional do psicólogo no contexto das medidas socioeducativas, especialmente quando buscam modos de agir distintos dos mandatos disciplinadores e docilizantes. A Ressonância: “Práticas clínicopolíticas na socioeducação: fazendo rede com os adolescentes” aborda dimensões ético, políticas e técnicas das práticas clínicopolíticas de escuta dos adolescentes que produzem uma política com os adolescentes. Esse texto tem a peculiaridade de contar com a participação de uma ex-doutoranda que foi co-orientada pelas duas docentes autoras do texto, marcando também o encerramento da participação, no programa, da professora Miriam Debieux Rosa (em 2018).

O conjunto de textos-tema e ressonâncias reitera o sentido do que entendemos por uma Psicologia conectada com o seu tempo e com o País, refletindo sobre as desigualdades sociais; as construções identitárias hoje; o debate sobre gênero, raça e etnias; o contexto macro e micropolítico e as exigências de um agir profissional e na pesquisa comprometido ética e politicamente.

Referências

- GUATTARI, Félix (2004). “A transversalidade”. In: _____. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida, Ideias e Letras, pp. 75-84.
- PASSOS, Eduardo (2017). A transversalidade como estratégia de qualificação do trabalho acadêmico: observando o dispositivo Temas em Debate do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFRGS. *Rev. Polis e Psique*, v. 7, n. 2, pp. 191-209.

**Um olhar histórico sobre
o Programa de Estudos
Pós-Graduados em Psicologia Social**

A criação do Laboratório de Psicologia Social no PSO

Maria do Carmo Guedes

Preâmbulo

Era um tempo de resistir, mas, também, de avançar.

Logo em 1969, Joel Martins (1920-1993) dá início a um Setor de Pós-Graduação que, aproveitando-se de um artigo do estatuto da universidade, pôde contratar diretamente professores doutores para iniciar três cursos de mestrado: Psicologia da Educação, Ciências Sociais e Teoria Literária. Foi também desse modo que se pôde trazer para a PUC-SP professores expurgados de outras instituições. Em espaço precário (pequenas salas construídas especialmente), o Setor se instalou no chamado Corredor da Cardoso de Almeida, começando no segundo semestre desse ano o mestrado em Psicologia da Educação. Ao mesmo tempo, Casimiro dos Reis Filho (1937-2001) dá início ao Projeto PUC para o ciclo básico, no qual se decidiu trabalhar com alunos de diferentes cursos misturados em sala de aula. Do mesmo modo, deviam os professores formar grupos interequipes que, em reuniões semanais, acompanhavam o aproveitamento dos alunos, num confronto explícito com a reforma universitária proposta pelo governo: acabar com as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. As disciplinas escolhidas visavam a introduzir o estudante no ensino superior, tal como era então entendido pela Católica de São

Paulo: formação em pesquisa, voltada sempre à realidade brasileira; mas uma formação crítica para que se pudesse participar da transformação da sociedade.

O mestrado em Psicologia nesse contexto

A Lei 5540/68 pregava os departamentos como unidade básica “para todos os efeitos de organização administrativa, disciplinar e de distribuição do pessoal” (artigo II, inciso 3o). Consta que doutora Aniela Ginsberg (1904-1986), única doutora então no departamento de Psicologia Social (os outros professores eram recém-formados da própria PUC e, na maioria, assistentes de Sílvia Lane), teria decidido aceitar o convite de Joel Martins para criar mais um mestrado em Psicologia, aproveitando a contratação de pessoal de fora para os outros cursos. Importante lembrar que, desde 1952, Ginsberg trabalhava no Instituto de Psicologia da Católica, depois de passar por algumas instituições no Brasil como professora e pesquisadora, entre elas a Escola Livre de Sociologia e Política (1933, hoje FESPSP), onde lecionou por quatro anos e dirigiu um Laboratório de Psicologia Social. Na PUC-SP, além de pesquisas interculturais, lecionou Técnicas Projetivas em cursos de extensão e especialização, mesma disciplina que veio a assumir mais tarde na graduação. No IPPUC-SP, em 1959 ganhou a direção de um novo departamento, o de Pesquisa.

Outro destaque para Ginsberg foi sua proposta de um criativo doutorado em psicologia, para egressos dos três mestrados então existentes (Educativa, Clínica e Social) – só duas disciplinas obrigatórias – Seminários Teóricos e Seminários Metodológicos – e muita discussão das pesquisas em andamento, trazendo sempre professores convidados. Um projeto que a Capes fez fechar alguns anos depois, ao exigir que cada mestrado tivesse seu próprio doutorado. Com apoio de Sílvia Lane (1933-2006), sua então doutoranda, uma proposta foi enviada ao Conselho Federal de Educação, tendo na relação de professores, além da própria Ginsberg (Psicologia Social e

Psicologia Intercultural), o professor Lafayette de Moraes (Lógica do Conhecimento Científico); e em 1976 propõe para Estatística o professor Elias Humberto Alves.

Com aprovação para sua abertura, o mestrado em Psicologia Social começou no segundo semestre de 1972, partilhando espaço com os outros cursos do Setor da Pós-Graduação. Nos primeiros anos, com a contratação direta de mais professores para o Setor, nossos alunos já podiam escolher entre disciplinas dos outros cursos, além de um convidado trazido por Joel Martins para a Psicologia da Educação – Karl Scheibe (da *Wesleyan University*), que era (ainda é) psicólogo social.

E tudo parecia ir bem quando chegou o momento de solicitar avaliação para o credenciamento do novo programa, em 1976. E o currículo é apresentado com quadro próprio de professores, mas aberto a disciplinas dos outros cursos do setor. Para essa tarefa, doutora Aniela destacou Silvia Lane, que deu forma à ideia de um curso comprometido com a busca da compreensão dos problemas que mobilizam a sociedade brasileira, e interdisciplinar por definição. Diz Silvia na proposta de 1977, defendendo essa característica do curso:

Não específica a ele, mas que o marca, é a busca da compreensão dos problemas que mobilizam a sociedade brasileira. [...] Entusiasmante na medida em que se pesquisam problemas concretos e atuais, o risco que se poderia enfrentar seria o da indefinição: pesquisador ou agente político? A montagem do currículo básico (com forte ênfase em epistemologia e metodologia) e a organização de seminários temáticos, interdisciplinares, bem como a formação dos professores, com intensa atuação em pesquisa, constituem fortes fatores que nos protegem de tais riscos.

Recebido o pedido, a Capes enviou uma comissão para avaliar *in loco*. Algumas surpresas nos esperavam: os avaliadores não gostaram de ver que não tínhamos biblioteca própria e que a biblioteca da universidade misturava as áreas de conhecimento. E, entre outras exigências, cobrou ainda um laboratório.

Teria talvez bastado que apresentássemos a oferta da nova Faculdade de Psicologia, que tinha à disposição toda a infraestrutura do antigo IPPUC-SP, que, resultado da reforma, desapareceu em 1973: não só o bem-montado Laboratório de Psicologia Experimental, mas também salas que (usadas pelos cursos de especialização em Educação, Organizações e Clínica desde os anos 1950) seriam cedidas ao Setor.

Entretanto, o que se pensou foi: um laboratório para o mes-trado? Por que não? Mas um laboratório especial para a proposta do curso. E é aí que se vai expressar um bom exemplo da luta a que nos referimos acima. E como o momento era mesmo também de avançar, aproveitou-se para pedir mais espaço para o programa. Após a construção do prédio à rua Ministro Godoi, o setor se instalara no 4º andar, onde se conseguiu mais duas salas.

Da palavra à ação: a criação do Laboratório de Psicologia Social

A Proposta foi então retomada para se pensar o laboratório: necessidade de espaço para alunos e professores se encontrarem em grupos de estudo; com literatura complementar à então oferecida pela biblioteca (vale dizer, livros e periódicos cedidos pelos próprios professores); para realização de pequenos eventos com convidados especiais para assegurar a interdisciplinaridade necessária à Psicologia Social; e até uma sala especial para as pesquisas sobre processo grupal. Muito se empenhou no laboratório desde seu começo para, no formato oficina, oferecer treinamento em pesquisa, num projeto especial para discussão das alternativas metodológicas para as pesquisas voltadas ao estudo de problemas sociais. Finalmente, ainda uma rebeldia: todas as atividades no laboratório eram gratuitas. E, apesar disso, chegamos a conseguir do Setor um cargo – o de estagiário (com bolsa) no laboratório, garantindo atendimento aos alunos em tempo integral.

Mas o nosso laboratório, segundo os avaliadores que vieram para o Recredenciamento em 1989 informaram em seu relatório de visita, tinha questões:

Do processo constam uma série de atividades realizadas neste laboratório, que em outros contextos se esperaria fossem realizadas pelo próprio curso de pós-graduação, i.é., discussões, debates interdisciplinares, ciclos de encontros, palestras, seminários.

O relatório informa, em seguida, a razão dada para que essas atividades estivessem fora da grade curricular – porque onerariam demais o aluno, numa instituição que cobra por hora/crédito. Pareceu até que não gostaram dessa nossa infração. Quem sabe, talvez, porque o então coordenador da Avaliação Capes era professor em instituição particular...

E não parou aí. Os estranhamentos em relação às peculiaridades deste programa continuaram. A partir de 1980, quando começa a avaliação anual, depois bienal, da Capes, que existiu ao longo da década, tivemos sempre notas ruins, como se vê no quadro a seguir:

Quadro 1 – Avaliações Capes dos programas por área

Instituição	Área	ANO Ini	ANO							
			80	81	82	83	84/5	86/7	88/9	
PUC/RJ	P CLINICA	66	C	B	B	A+	B+	A-	A-	
PUC/CAMP	P CLINICA	72	B-	B	D	B	B-	A-	B+	
USP	P CLINICA	75	B	B	B	B	B	B-	B-	
PUC/SP	P CLINICA	76	C	B	C	C+	B	B-	B	
UFRJ	T PSICAN	88							SC	
PUS/RS	P APLICADA	72	SC	SC	SC	SC	SC	SC	SC	
USP	P ESC	70	A	A	C	B	B-	B+	A-	
UGF	P ESC SOC	73	E	E	SC	D/B+	C+	B	B-	
PUC/SP	P SOCIAL	72	C	C	B	D+	C	C	B-	
USP	P SOCIAL	76	B-	C	C	D+	C	C	C+	
UFPB	P SOCIAL	76	B+	C	D	D+	D+	C	B-	
IMS	P SAUDE	78	SC	E	E	C/E	C-	C-	C	
FGV/RJ	PSICOLOGIA	71	C	B	B	C+	B	A-	S A	
UNB	PSICOLOGIA	75	A	A	A	A-	A	A	A	
UFRJ	PSICOLOGIA	79	SC	D	D	D+	D-	S A	SC	
UFPA	PSICOLOGIA	87							C	
PUC/RS	PSICOLOGIA	87							SC	
UFMG	PSICOLOGIA	89							SC	
UFRGS	PSICOLOGIA	88							SC	
USP	P EXP	70	A	A	B	A-	B+	A	A	
UFPE	P COGNIT	76	C	A	A	A+	A-	A	A	
USP/RP	PSICOBIO	84					SC	A	A	

Fonte: Elaborado pela autora.

Construído especialmente para uma das reuniões do programa à época, o quadro mostra bem que, para os avaliadores escolhidos pela Capes, não parecia importante atender a problemas sociais. No quadro, o verde e o azul mostram rapidamente onde estão as maiores notas, enquanto o amarelo mais forte parece reservado aos programas de Psicologia Social. Note-se ainda o vermelho na Psicologia da Saúde.

Assim, chegou o tempo de pedir credenciamento do mestrado e credenciamento do doutorado. Em maio de 1989, novamente uma dupla de visitantes leva a carta do programa explicando a recusa da avaliação feita (por unívoca). E mais, dada a demora em ter da Capes uma resposta, nova correspondência é enviada em dezembro desse

ano, detonando um processo que só vai terminar em 1994. Na carta de maio, Sílvia Lane dissera, no único parágrafo entre os protocolares de entrada e finalização de um ofício:

A falta de diálogo nos levou a recusar uma possível avaliação, conforme ofício enviado a V.Sa. em 31/5, e no qual anexamos uma relação de psicólogos sociais que aceitaríamos como avaliadores críticos.

Para entender essa demora, basta dizer que foi ainda preciso intervenção da Comissão de Pós-Graduação e da própria reitoria, além de uma carta dos alunos impedidos de receber diplomas por conta do atraso da avaliação, por sua vez encaminhada à Capes pelo programa, agora sob coordenação de Salvador Sandoval.

O fim do laboratório

Mas nem todos os avanços da PUC-SP foram felizes. A construção de salas no teto do 4º andar do prédio para instalar novos cursos de graduação que foram sendo criados nos anos 1990 terminou por fragilizar de tal forma o teto que uma violenta chuva de verão fez com que boa parte viesse abaixo, exatamente no Corredor A – onde funcionavam a direção do Setor e secretarias adjacentes, além de vários programas. Felizmente, durante a madrugada, não havia ninguém na PUC. Mas muita coisa foi destruída. Foi então que a presidente do Setor aproveitou para uma mudança: todos os programas instalados no Corredor B (nosso caso) deveriam mudar para o A, enquanto as secretarias da presidência se mudaram para o Corredor B. Com isso, nosso programa se mudou, deixando para trás metade do espaço com o qual contava. E o programa não soube defender (como outros, Serviço Social e Ciências Sociais, por exemplo) um espaço para o Laboratório.

Não por falta de espaço, como se viu depois, quando alguns alunos, inconformados com a perda do laboratório, conseguiram que uma sala cheia de carteiras velhas fosse desocupada para instalação

(pelo menos) do material que ficava disponível aos alunos, incluindo quatro microcomputadores que um projeto Procad conseguira para o laboratório. Mas era uma sala que ainda teve que ser partilhada com um programa de outra área e, finalmente, foi substituída por sala especial e bem equipada com muitos computadores novos, mas agora para alunos de todos os programas.

Referências

- LANE, Silvia Tatiana Maurer et. al. (1977). *Proposta de Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social junto à Universidade Católica de São Paulo*. Enviado à Capes em 1977.
- GUEDES, Maria do Carmo (2002). *Apontamentos para uma história do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP*. São Paulo, PUC-SP.
- PUCSP – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO / PEPG EM PSICOLOGIA SOCIAL. *Credenciamentos: Correspondência (maio de 1989 – dezembro de 1994)*¹.

1 Análise Documental do Núcleo Interinstitucional de Estudos em História da Psicologia – NIEHPSI informa: “Trata-se de conjunto de documentos que incluem Relatórios oficiais e Correspondência com CEF e MEC (Sesu e Capes), entre maio de 1989 e dezembro de 1994. Relativa ao credenciamento do mestrado e credenciamento do doutorado, informa que o primeiro pedido de credenciamento do mestrado baixou em diligência por duas vezes (Pareceres 520/76 e 525/80) e foi concedido conforme Parecer 350/81; quanto ao doutorado, solicitado em 1983, obteve o credenciamento em 3/2/94, com o conceito BS. Nota: na PUC-SP, o processo envolveu cartas da Coordenação (atenção à carta de 14/7/92, dirigida à presidência da ANPEPP, historiando e pedindo apoio para evitar “recurso litigioso”), da presidência da Pós-Graduação, dos alunos (à Capes) e da Reitoria”.

O Laboratório de Psicologia Social (LAB/PSO) – de exigência da Capes para o credenciamento do mestrado, à lugar de transgressão metodológica

Bader Burihan Sawaia

“Atender aos problemas sociais”, objetivo que não parecia importante à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), tornou-se a “marca” do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social (PEGPSO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), segundo a profa. Maria do Carmo Guedes.

Início minha reflexão sobre o LAB/PSO reproduzindo uma análise já apresentada por Guedes no capítulo anterior, pois foi essa intencionalidade que me fascinou e me motivou a ingressar em um mestrado de área diferente da minha formação e atuação docente. À época estava ingressando na PUC-SP como docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais. Buscava um curso que defendesse o compromisso social da ciência e que permitisse trabalhar essa perspectiva sem reduzir o sujeito a categorias sociológicas, tirando-lhe a potência de ação. Também foi importante seu caráter interdisciplinar, que lhe permitia acolher alunos de diferentes áreas de formação.

Já como mestranda, pude acompanhar a determinação do PEGPSO em não esmorecer frente às críticas e à ameaça de seu não credenciamento, por seu caráter militante. O que significava continuar a busca por uma ciência ético-política amparada na transversalidade teórica e disciplinar, compromissada com a transformação social.

O LAB/PSO foi estratégia importante nessa caminhada, marcando uma concepção de laboratório sob essa perspectiva crítica, diferente da concepção dominante na psicologia social de laboratório experimental de pesquisa e treinamento do estudante, orientado pela epistemologia das ciências naturais e pela prática hegemônica estadunidense, experimental e de viés pragmático. O coordenador da área de psicologia na Capes, à época, era Aroldo Rodrigues, representante dessa perspectiva e grande opositor da psicologia social crítica.

Havia a possibilidade de as idealizadoras do curso, Silvia Lane e Anieli Ginsberg (ver capítulo anterior), indicarem um laboratório já existente na PUC-SP, muito bem equipado, de psicologia experimental da graduação, ou as instalações da clínica psicológica com salas com espelho unidirecional. Proposta rejeitada por elas, considerando a artificialidade da mesma frente ao projeto de psicologia social que pretendiam construir, o de uma ciência histórico-filosófica, crítica em diálogo aberto com outras áreas do conhecimento e não aprisionada em laboratórios assépticos. Dessa forma, optaram por seguir a mesma postura adotada em relação ao projeto de universidade vindo do governo militar, a qual se tornou o brado orientador do projeto da pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP: “resistir e avançar”, política e epistemologicamente, aproveitando as brechas do projeto.

Coordenado pela profa. Maria do Carmo Guedes, a principal defensora dessa ideia, o LAB/PSO foi criado em 1979: “em vez de brigar decidimos inventar um laboratório para pesquisadores discutir problemas metodológicos criados pelo nosso projeto de pós-graduação em Psicologia Social de construir uma psicologia comprometida com a transformação social” (Guedes, 1989).

Considerando que laboratório é classicamente um espaço físico equipado com instrumentos para a realização de experimentos e pesquisas científicas diversos, dependendo do ramo da ciência para o qual foi planejado, optaram por um espaço físico semelhante ao da Clínica da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, composto de uma sala com dois espelhos unidirecionais, com a diferença de que eles ficariam fechados com uma cortina e a sala, mobiliada apenas com grandes e aconchegantes almofadas, um gravador e uma filmadora. Segundo Guedes (1989): “Esse foi o modelo de laboratório aceito pela Capes, mais próximo aos nossos recursos e de nossa proposta de criar espaço crítico e interdisciplinar de articulação da pesquisa e intervenção, especializado em mudança social e metodológica”.

Assim, o LAB/PSO, em sua gênese, demarca a epistemologia e a ética social que balizou a criação do Programa, a qual vinha se espalhando pelo mundo, nos anos 60, em todas as áreas do conhecimento, especialmente nas ciências humanas e sociais, cuja ideia central, aglutinadora das diferentes perspectivas, era a crítica ao positivismo, que, em nome da objetividade, perde o ser humano, e ao seu pressuposto da neutralidade científica, encobridor da dimensão política da ciência.

Com relação à psicologia, o questionamento voltou-se, especificamente, à sua americanização e ao seu desencantamento com a derrota militar e política dos Estados Unidos da América (EUA) na Guerra do Vietnã. Segundo Martin-Baró, ela demonstrou a falência de modelo de ciência atrelado às necessidades do poder, sob a aparência de neutralidade científica e do pragmatismo (Martins, 2018).

Na Europa, recrudesceram as críticas, especialmente à psicanálise e à psicologia, em relação à ideologização da ciência e às teorias e pesquisas que se traduziam em práticas de ajustamento e adequação de comportamentos individuais ao contexto social¹. As alternativas propostas são diversas, sendo duas as mais relevantes no sentido de reorganização do atendimento hospitalar, segundo o conceito de uma comunidade terapêutica: a de Felix Guatarri (1990), na França, e a

1 A psiquiatria manicomial é um dos focos desse momento de insurgência epistemológica.

de Franco Basaglia (2004), na Itália. Da perspectiva teórica, Lacan se destacou com a revisão da teoria freudiana. Outro foco da crítica é o laboratório como ambiente de produção científica, passando-se a problematizar os experimentos laboratoriais cada vez mais complexos e caros em detrimento da relevância de seus resultados para o enfrentamento de problemas sociais. Começam a surgir laboratórios especializados em mudança e crítica social, como o *Laboratoire de Changement Social et Politique* da Université Paris VII, dirigido por Robert Pages, e o *Laboratoire de Psychologie Politique* de Paris VII, de Bruno P., Pêcheux M., Plon M., Poitou J.-P. O primeiro funcionava como um espaço de debate com pesquisadores importantes de diferentes áreas (sociologia, psicanálise, antropologia e economia) e também com pessoas desconhecidas na academia, como operários e sindicalistas. O segundo se caracterizava por produzir pesquisas sob a ótica marxista.

Os questionamentos vieram de vários lados e os artigos e livros produzidos nessa linha refletiam criticamente a Psicologia Social, como o dos pesquisadores desse último laboratório: Bruno, Poitou e Pêcheux, publicados na *Nouvelle Critique* sob o título “Psicologia Social: uma utopia em crise”, com o prefácio de Moscovici numa obra organizada por ele com o título “Introduction de la psychologie sociale”. Por outro lado, Bleger na Argentina, Merani² na Venezuela, Sève na França, Jahoda nos EUA, e Israel e Tajfel na Inglaterra contribuíram para uma reflexão mais profunda sobre a crise da psicologia, assim como a releitura de Politzer, George Mead e Vigotski trouxeram novas perspectivas de estudo. (Lane, 2006, p. 64)

Na América Latina, esse movimento de autocrítica, segundo Lane (2000), dirigiu-se principalmente ao caráter ideológico e adaptador das teorias e técnicas importadas da Europa e dos EUA, que,

2 Alberto Leónidas Merani Colombo nasceu em 1918, na Argentina. Foi discípulo de Henri Wallon, na França, mas seu local de trabalho foi Caracas, primeiro na Universidad de los Andes e posteriormente na Universidad Central de Venezuela, onde morreu em 1984.

assim, se colocavam desvinculadas dos problemas sociais e amparadas em referenciais individualizantes e a-históricos. Ela ressalta a auto-crítica feita à atuação dos psicólogos diante das ditaduras militares, enfatizando que a produção da psicologia social deveria estar voltada para as condições próprias de cada um dos países em que ela se desenvolve³.

A psicologia social no Brasil era um zero à esquerda, não interferia em nada, não ajudava em nada, quer dizer, era um saber que partia das teorias americanas para explicar a realidade. Era preciso conhecer como o latino-americano singularizava o universal da colonização na constituição particular de sua existência. (Lane, 2000, p. 4)

A Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) foi espaço importante para o desenvolvimento dessas ideias entre os psicólogos(as) latino-americanos. Foi durante seus encontros no transcorrer dos anos 70, segundo Lane (1984), que germinou e floresceu a ideia da criação de uma rede de associações nacionais de psicologia social crítica em cada país desse continente, com o objetivo de promover a inovação científica dessa ciência e libertá-la da dependência dos modelos teóricos dos países ditos desenvolvidos a partir de pesquisas sobre nossa realidade. Dentre os defensores dessas ideias destacaram-se Martin-Baró (1986), de El Salvador, e os venezuelanos Maritza Montero (1984), Esther Wiesenfeld e Euclides Sanches. Não foi por acaso que as primeiras associações a ser criadas foram a Associação Venezuelana de Psicologia Social (Avepso), em 1976, e a Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), em 1980 (Lane, 1981).

A ordem era pesquisar, e o LAB/PSO se engajou nesse processo, não como espaço de militância política. Seu papel foi colocar a pesquisa a serviço da crítica e da transformação social (Codo, 2018). Um modelo de laboratório semelhante a outros que começavam a surgir na França, como já informado acima.

3 Sobre isso, ver Patto, 1984.

Silvia Lane visitou um deles, o Laboratório de Psicologia Política de Paris VII, de Bruno P., Pêcheux M., Plon M., Poitou J.-P, em sua viagem de estudos (início dos anos 80) à França, buscando conhecer os resultados teóricos e metodológicos da crítica que os franceses faziam à psicologia social americana e à psicanálise, especialmente a teoria das representações sociais e a psicologia política⁴.

Voltou entusiasmada com a potência de um laboratório funcionando sob pressupostos epistemológicos críticos, mas também preocupada com o “dogmatismo teórico, que, apesar das profundas reflexões teóricas, deixava a prática e a pesquisa [do laboratório] inalteradas” (Sawaia, 2007, p. 85). Tal constatação tornou-se mais um motivo para continuar estimulando a pesquisa em psicologia social e o seu compromisso com os problemas sociais locais.

Também foi buscar, junto com Maria do Carmo Guedes, na América Latina e Central, subsídios metodológicos e o fortalecimento de parcerias de pesquisa. Nessa viagem (1982), financiada pelo CNPq, visitaram universidades de Colômbia, Venezuela, Peru, México, Nicarágua, Equador e Cuba. Voltam trazendo uma proposta metodológica revolucionária, a Pesquisa Ação Participante, desenvolvida por Orlando Fals Borda, com os camponeses da Colômbia. Uma estratégia de pesquisa semelhante à já praticada no Brasil, na área da educação (embora com variações) por Paulo Freire⁵, e na psicologia clínica, que buscava sair dos consultórios e dos limites terapêuticos para abarcar a realidade cotidiana, e, nesse movimento, como ensinava Bleger (1984), a ação do psicólogo seria sempre uma intervenção investigadora.

É nesse contexto de embates epistemológicos que ocorre a passagem do LAB/PSO – de exigência da Capes para o credenciamento do mestrado para lugar da transgressão metodológica, sustentada na interseccionalidade entre o compromisso com o rigor científico e o

4 Nessa ocasião, Silvia Lane participou como diretora de estudos de um curso ministrado por Denise Jodelet e Serge Moscovici na École des Hautes Études, a convite de ambos.

5 Metodologia muito bem apresentada por Brandão (1981).

compromisso social. Nas palavras de Guedes (1989): “um espaço crítico e interdisciplinar de articulação da pesquisa e intervenção, especializado em mudança social e metodológica”.

O rigor científico era uma grande preocupação do programa de Psicologia Social da PUC-SP para que o movimento crítico ao conhecimento neutro não se diluísse na militância e se prestasse à mistificação do participacionismo.

Daí a palavra de ordem de Lane, repetida na maioria de seus textos e palestras: pesquisar, manter o respeito ao empírico, mas refleti-lo à luz dos mestres da suspeita como Marx (1959) e Foucault (1979), que nos alertavam sobre a relação intrínseca entre poder e saber, ampliando a concepção de empírico para além do que possa ser observado, ultrapassando os limites do que é visível.

Constitui um grave erro pensar que a ciência só pode estudar o que nos mostra a experiência direta... Os estudos baseados na análise de vestígios de influências, em métodos de interpretação e reconstrução, na crítica e na indagação do significado foram tão úteis quanto os baseados no método de observação “empírica” direta. (Vigotski, 1996, p. 277)

Além deles, liamos, dentre outros críticos do conhecimento objetivo e consequentemente da dicotomia entre objetividade e subjetividade: “O mito do método de Feyerabend” (Feyerabend, 1977), os textos de Lourau (1975) e Lapassade (1989), que destacavam a implicação do pesquisador na vivência cotidiana de campo; *Um discurso sobre a ciência* (1988), onde Boaventura Sousa Santos defende que a epistemologia crítica da neutralidade científica traz uma nova concepção de rigor: em lugar da neutralidade, a explicitação do destinatário e da intencionalidade; *A Razão cativa* (1985), de Sergio P. Rouanet que denunciava a desvalorização da emoção como manipulação ideológica do conhecimento científico em prol da ditadura da razão e as suas consequências desastrosas para a concepção de sujeito. O livro de Fritojf Capra *O Ponto de mutação* (1995) nos apontava a contribuição da física quântica e da teoria da relatividade de Einstein,

para justificar a revolução epistemológica das ciências humanas como a demonstração de que o lugar do pesquisador e os instrumentos que ele usa interferem nos resultados da pesquisa-pesquisado, e a ideia de que os fenômenos físicos não têm uma única identidade (a luz é ao mesmo tempo partícula e onda); *Pedagogia do oprimido*⁶ (1974); Silvia também recomendava a leitura de Frantz Fanon, *Pele negra máscaras brancas* (2008), pois não podemos esquecer que “somos povos colonizados pelos espanhóis e portugueses” e um país marcado pela escravidão (Lane, 2000, p. 58).

Organização

Pode-se dizer que o LAB/PSO se estruturou em torno de dois eixos que se entrelaçam: um metodológico e um voltado à intervenção; ambos atravessados por um terceiro eixo transversal epistemológico de reflexão sobre as categorias centrais da psicologia crítica e a história da psicologia social.

1) O grande investimento do eixo metodológico foi o aperfeiçoamento de um método de pesquisa em que a população estudada ocupasse papel de participante ativo e o pesquisador colocasse em análise o lugar que ocupa, questionando sua prática de saber-poder. Pesquisa que resultasse em intervenção cujo norte seria a emancipação da população estudada. População entendida como um coletivo de sujeito de carne e osso, com desejos, contradição e conflito, e não apenas um conjunto de atributos quantificáveis.

A questão da totalidade do evento era central – o sujeito tinha que ser caracterizado pelo conjunto de suas relações sociais na história de seus grupos, de sua classe, o que tornava a pesquisa psicológica necessariamente pluridisciplinar. (Lane e Sawaia, 1988, p. 15)

6 Paulo Freire era admirado e lido individualmente, sem que tenha se criado um grupo de estudo sobre sua obra, o que já era feito nos programas de pós-graduação da PUC-SP na área de Educação. O livro de Brandão (1981) foi de grande ajuda.

Não se negava o número, e a pesquisa quantitativa (inclusive o LAB/PSO contava com a assessoria da estatística dra. Jadwiga Mielinsky, que estava alocada no setor de pós-graduação da PUC-SP), mas se duvidava da neutralidade dos mesmos. Dessa forma, assumimos como tarefa analisar as sutilezas da falsa neutralidade. Como apontava Ianni (1984), já na escolha do título, o pesquisador definia sua intencionalidade, que também podia ser manipulada pelas agências de fomento.

Enfim, eram pautas de reflexão todos os procedimentos de pesquisa que pudessem promover o “pesquisar com” em substituição ao “pesquisar sobre”, o que implica a consideração de uma postura ética e política. Foram eles: história de vida, estudo de caso, análise de discurso, entrevistas abertas, etnologia e etnografia, bem como o uso de dados secundários e de documentos. Porém, o método que recebeu maior atenção do LAB/PSO foi o da Pesquisa Ação Participante (PAP), tal como elaborada por Fals Borda (1981; Brandão e Borda, 1986): “Pesquisa-ação é por excelência a práxis científica” (Lane e Codo, 1984, p. 18).

2) O eixo voltado à intervenção teve como destaque a psicologia comunitária, que representava a busca da psicologia social por uma nova forma de ação transformadora em coletivos. Na “viagem histórica” Lane e Guedes puderam constatar a importância dessa perspectiva e sua vinculação à PAP, como ocorria na Venezuela (Montero, 1984).

Pudemos constatar que, quando pessoas se unem em grupos e resolvem ser sujeitos de sua história e encontram assessoria qualificada, conseguem avançar em direção a relações sociais essencialmente democráticas, nos seus direitos e deveres, que caracterizam uma comunidade. (Lane e Guedes, 2007, p. 72)

No Brasil, a ideia de psicologia comunitária foi bem aceita e representava a possibilidade de atuação do profissional fora do consultório, junto à população que sofre a injustiça social, nas áreas da saúde mental e da educação popular. Bairros populares, favelas,

associações de bairro, comunidades eclesiais de base, movimentos sociais e sindicatos foram os lugares em que as primeiras experiências em psicologia comunitária tiveram início. O(a) psicólogo(a) em comunidade trabalhava fundamentalmente com a linguagem e conscientização, com relações grupais – vínculo essencial entre o indivíduo e a sociedade – e com as necessidades, emoções e afetos próprios da subjetividade, para potencializar os indivíduos “a transformarem seus territórios de vida em verdadeiras comunidades” (Lane, 1996).

Porém, como afirma Lane, a maioria dos trabalhos tinha forte cunho assistencialista e manipulativo (Martins e Sawaia, 2002), risco que corria também a PAP, o que se tornou preocupação do LAB/PSO, que, conforme dito acima, nasceu com o objetivo de garantir o rigor científico às propostas metodológicas inovadoras.

3) O eixo transversal centrou-se na reflexão crítica das categorias da psicologia social e na busca de conceitos e categorias capazes de superar as dicotomias entre objetividade e subjetividade do fenômeno psicossocial, o que significava destacar sua historicidade ao mesmo tempo que se investiga o homem em sua vida cotidiana. Assim, participação social, mudança, exclusão social, alienação, pobreza, comunidade e desigualdade, dentre outras, tornam-se categorias psicossociais, bem como são revisitadas categorias clássicas como identidade, consciência e afetividade, dando-lhes movimento e inserindo-as na totalidade da vida social.

Os problemas pesquisados eram os considerados cruciais à questão social daquele momento histórico⁷: violência do Estado, exploração de classe, discriminação da mulher e do negro, violência institucional no capitalismo, movimentos sociais, tecnologia, enfraquecimento dos processos grupais, comportamento político, adolescentes – especialmente os internados na então Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) –, alienação e ideologização das

7 Substituindo os temas clássicos da psicologia social, que eram os estudos dos fenômenos de liderança, opinião pública, propaganda, preconceito, mudanças de atitudes, comunicação, relações raciais, conflitos de valores e relações grupais.

instituições e pessoas, a maneira como o discurso científico opera hoje como ideologia, e aproximação da universidade com a população operária.

Buscava-se também gravar e filmar histórias de vida e depoimentos de brasileiros que pouco espaço tinham para serem ouvidos, com ênfase no operário e em moradores de favela e de rua.

Goffman com sua observação participante foi um desafio e um avanço para nós. Foi quando nos propusemos (meus alunos e eu) a realizar observações que abordassem os grupos no seu processo histórico e, por meio das análises, tentar encontrar as contradições que movem os grupos. (Lane, 1988, p. 12)

Funcionamento

Para contribuir com essa dinâmica, o LAB/PSO fomentava e acolhia grupos de discussão teórico-metodológica, cada um usando o laboratório como lhe convinha: docentes e discentes dos programas de pós-graduação da PUC-SP, abrindo-se também para pessoas de fora.

O LAB/PSO oferecia uma particular interdisciplinaridade relacionada com a maneira como os pesquisadores cruzavam suas experiências e conhecimentos em torno dos seus três eixos estruturantes.

Em seu espaço era possível encontrar sempre alguém para discutir sua pesquisa. Havia dois assistentes de laboratório, alunos do doutorado, concluintes do mestrado que faziam plantão de atendimento aos alunos, em relação a questões metodológicas de seus projetos de dissertação e tese.

À época da criação do LAB/PSO, eu estava concluindo o mestrado e fui convidada, junto com outro mestrando, Sérgio Ozella⁸, por Silvia Lane e Maria do Carmo para esse cargo, função que nos

⁸ Ambos professores na graduação, das faculdades de Ciências Sociais e de Psicologia da PUC-SP, respectivamente, uma demonstração do caráter interdisciplinar do LAB/PSO.

deu a oportunidade de planejar as palestras e seminários interdisciplinares, além de discutir as pesquisas de mestrado e doutorado e participar de grupos de estudo.

As atividades eram gravadas, algumas filmadas e todas colocadas a consultas.

Lembro bem de ter relido Politzer, *Psicologia concreta*, com Silvia e de ter lido Agnes Heller, *O cotidiano e a História*, com Iray Carone e Salvador Sandoval; de grupos de alunos lendo Marx, *Ideologia alemã* e *A personalidade autoritária*, de Adorno, com Octavio Iann. No LAB/PSO foram realizados longos ciclos de debates, um deles com três anos de duração, denominado Psicologia Social Hoje, em que participava um convidado por mês, pesquisadores de um país de fora. Denise Jodelet, Paul Singer, Silvia Leser, Martin Jay, foram alguns deles, como os colombianos que nos apresentaram propostas de PAP para a reflexão [...]. Também, o LAB/PSO recebeu psicólogos cubanos (dentre eles Fernando Rey) que nos apresentaram Vigoski. Eni Orlandi, da linguística da Unicamp nos trouxe Claudine Haroche, Centre National de Recherches Scientifiques, o CNRS. Há um *Caderno PUC*, nº 31, 1988, com o artigo de ambas junto com Silvia. (Guedes, 2007)

Considero importante ressaltar um grupo de estudos metodológicos que nós, assistentes do laboratório, criamos, por seu caráter inovador e pela sua intenção de exercer uma vigilância do rigor científico na PAP, que, conforme dito por Boaventura, exigia a explicitação clara da intencionalidade e do destinatário, bem como a análise do papel do pesquisador para não incorrer em assistencialismos e manipulação: um fórum em que os pesquisadores interrogavam a própria postura de intervenção de caráter participativo na relação com a mudança e refletiam sobre a implicação metodológica dessa demanda social em suas pesquisas, uma vez que os princípios da PAP, bem como da psicologia comunitária, se prestam a mistificações e mediocrizações, como afirmava Lane: “Sob um discurso participativo e transformador

é possível encobrir um novo projeto de manipulação, agora mais eficiente pela quebra dos contornos formais de comunicação entre pesquisador e pesquisado e entre teoria e prática” (Lane e Sawaia, 1988, p. 61). Para tanto líamos Fals Borda, Thiollent, Zunica; *Lógica formal e lógica dialética* (1983), de Henry Lefebvre, e *Método dialético e teoria política* (1978), de M. Lowy, para compreender a complexidade da dialética e sua potencialidade de superar as dicotomias entre subjetividade e objetividade e entre singular e coletivo. Enfim, vivia-se uma efervescência teórico-metodológica e política.

Iray Carone retrata muito bem essa afetação positiva que o LAB/PSO proporcionava:

Eu diria, hoje, que esse período do Programa de Psicologia Social, no qual entrei de modo desprevenido, foi a melhor experiência que tive na minha vida. Abri os olhos para a sociedade, na qual vivia e adquiri autoconsciência de minha posição política como professora e pesquisadora na universidade. (Carone, s/d *apud* Sawaia, 2016, p. 62)

Encerramento

Em 1989, o LAB/PSO finaliza seu funcionamento. Após dez anos, ele começa a enfrentar obstáculos administrativos: suspensão das dez horas para dois assistentes e perda de seu espaço físico, à medida que o setor de pós-graduação crescia. Mas os grandes fatores de seu encerramento foram o crescimento do PEGSO e o fortalecimento dos grupos de pesquisa de seus docentes, que foram se corporificando em núcleos robustos e produções acadêmicas.

Assim o LAB/PSO foi perdendo sua função, que passou a ser realizada por núcleos vinculados às linhas de pesquisa dos docentes/orientadores em torno de suas especificidades teórico-metodológicas, em 1990.

Fazendo um balanço otimista, pode-se afirmar que ele cumpriu bem o seu papel de levar adiante o caráter rebelde da psicologia social crítica, colaborando com a legitimidade científica dos métodos

participativos de pesquisa e da psicologia comunitária. Hoje, eu diria que ele continua vivo no *internúcleos*, onde se explicita a forma como o programa entende a interdisciplinaridade: uma maneira de os pesquisadores cruzarem suas experiências e saberes dentro dos temas centrais do PSO, que são as desigualdades sociais e a subjetividade, e sob duas perspectivas que se cruzam: de um lado a perspectiva teórica que inclui análise das categorias do psiquismo e a história da psicologia; e de outro a pesquisa sobre temas cruciais do contexto brasileiro de desigualdade e violências sociais.

Referências

- BASAGLIA, Franco (2004). "Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica". In: ALTOÉ, Sonia (org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo, Hucitec.
- BLEGER, José (1984). *Psico-Higiene e Psicologia Institucional*. Tradução de Emilia de Oliveira Diehl. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1981). *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense.
- ____ e FALS BORDA, Orlando (1986). *Investigación participativa*. Montevideú, Ediciones de la banda Oriental, v. 1.
- CAPRA, Fritjof (1995). *O Ponto de mutação*. 10 ed. São Paulo, Cultrix.
- CODO, Wanderley (2018). "Um livro em movimento". In: SAWAIA, Bader Burihan e PURIN, Gláucia Tais (orgs.). *Silvia Lane: uma obra em movimento*. São Paulo, EDUC, pp. 119-133.
- FALS BORDA, Orlando (1981). "Aspectos teóricos da pesquisa participante". In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, pp. 42-62.
- FANON, Frantz (2008). *Pele negra máscaras brancas*. Salvador, Edufba.
- FEYERABEND, Paul (1977). *Contra o método*. Tradução de Octanny S. da Mata e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves editora.
- FOUCAULT, Michel (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- FREIRE, Paulo (1974). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e terra.
- GUATTARI, Felix (1990). "Linguagem, consciência e sociedade". In: _____. *SaúdeLoucura*. 3 ed. São Paulo, Ed. Hucitec.

- GUEDES, Maria do Carmo e LANE, Silvia Tatiana Maurer (1982). *Relatório de Viagem-CNPq (missão científica)*, Mimeo. Arquivado no Laboratório de Psicologia Social, PUC-SP.
- ____ (1989). Texto apresentado no Seminário “Memória, Documentação e sociedade”. Organizado pela Cedec (Centro de Documentação, Informação e Comunicação) da PUC-SP. São Paulo.
- ____ (2007). “A viagem histórica pela América Latina”. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. especial 2, pp. 39-45.
- IANNI, Octavio (1984). “Dialética e ciências sociais”. *Cadernos PUC-SP*, n. 19. São Paulo, Educ.
- LANE, Silvia Tatiana Maurer (1981). *O que é Psicologia Social*. Brasiliense, São Paulo.
- ____ e CODO, Wanderley (1984). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo, Brasiliense.
- ____ (1985). “Reverendo a prática da psicologia social”. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 5, n. 1, pp. 20-21.
- ____ e SAWAIA, Bader Burihan (1988). *Psicologia: ciência ou política?* Coleção Pré-Print. São Paulo, Educ.
- ____ (1996). “Histórico e fundamento da psicologia comunitária no Brasil”. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia Social Comunitária – Da Solidariedade à autonomia*. Petrópolis, Vozes, pp. 17-34.
- ____ (2000). “A Psicologia Social na América latina: por uma ética do conhecimento”. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas e GUARESCHI, Pedrinho A. *Paradigma em psicologia Social – a perspectiva latino-americana*. Rio de Janeiro, Vozes, pp. 58-69.
- LEFEBVRE, Henri (1983). *Lógica formal/lógica dialética*. 3 ed. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- LOWY, Michael (1978). *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARTIN, Sueli Terezinha Ferrero e SAWAIA, Bader Burihan (2002). “A psicologia comunitária como uma proposta de militância científica”. In: SAWAIA, Bader Burihan e LANE, Silvia Tatiana Maurer. *Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Imago Ed.; Brasília, CFP.
- ____ (2018). “Psicologia social e psicologia soviética: alguns apontamentos históricos”. In: SAWAIA, Bader Burihan e PURIN, Gláucia Tais (orgs.). *Silvia Lane: uma obra em movimento*. São Paulo, Educ, pp. 95-117.

- MARTÍN-BARÓ, Ignacio (1986). "Hacia una psicología de la liberación". *Boletín de Psicología*, v. 5, n. 22, Universidad Centroamericana, pp. 219-231.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1959). *La ideología alemana*. Montevideú, Ed. Pueblos Unidos.
- MERANI, Alberto L. (1972). *Psicologia e alienação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MONTERO, Mariza (1984). *Ideología, alienación e identidad nacional: una aproximación psicosocial al ser venezolano*. Caracas, Universidad Central de Venezuela, Ediciones de La Biblioteca.
- PATTO, Maria Helena Souza (1984). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo, T. A. Queiróz Ed.
- ROUANET, Sergio Paulo (1985). *A razão cativa*. São Paulo, Brasiliense.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1988). *Um discurso sobre as ciências*. 2 ed. Porto, Edições Afrontamento.
- SAWAIA, Bader Burihan (2002). *Silvia Lane*. Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira. Rio de Janeiro, Imago Ed.; Brasília, CFP.
- ____ (2007). "Teoria Laneana: a univocidade radical aliada à dialética-materialista na criação da psicologia social histórico-humana". *Psicologia e Sociedade*, v. 19, n. especial 2, pp. 81-89.
- ____ (2016). *Silvia Lane*. Coleção Sapientia Grandes Mestres da PUC-SP. São Paulo, Educ.
- VIGOTSKI, Lev Semyonovich (1927/1996). "O significado histórico da crise da psicologia". In: _____. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo, Martins Fontes, pp. 383-384.

Rede de pesquisadores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social: mapas transversais de saberes

Flávia Busarello

Laís Claro Oliveira

Jonas Eduardo Tavares de Souza

Marcos Vinícius Campos França Lopes

Maristela Sousa e Freitas

Rogério da Costa

Introdução

O Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social (PEPGPSO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) abriu sua primeira turma de mestrado em 1972 sob a direção de Aniela Meyer-Ginsberg e com a participação de Silvia T. M. Lane em sua idealização. Elas conceberam o formato e o olhar do programa para a realidade brasileira, procurando uma psicologia crítica e concreta. A partir de 1976, Silvia Lane assumiu a direção do programa para que Aniela Ginsburg passasse a idealizar um doutorado que começaria a ser oferecido em 1984. Com 45 anos de história, o programa em Psicologia Social tem em seus registros 793

dissertações de mestrado e 377 teses de doutorado, formando discentes das cinco regiões do Brasil, garantindo um fluxo constante de reflexão a partir das diversas realidades brasileiras.

Atualmente, o programa se organiza em duas linhas de pesquisa: (1) Estudo crítico-epistemológico das categorias analíticas da psicologia social e (2) Aportes da psicologia social à compreensão de problemas sociais, mantendo o compromisso ético-político de produção de conhecimento para uma psicologia social crítica em diálogo com a realidade brasileira e com a pluralidade de saberes e de perspectivas de análise. Isso pode ser visto desde sua organização por núcleos, que consistem em: Núcleo de Pesquisa História da Psicologia (Nehpsi), Núcleo de Pesquisa Identidade-Metamorfose (Nepim), Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin), Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade (Nups), Núcleo de Pesquisa Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde (Nuprad), Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Política (Psipol), Núcleo de Pesquisa Psicologia Política e Movimentos Sociais (Nupmos), Núcleo Inanna de Pesquisa e Investigação de Teorias de Gênero, Sexualidades e Diferenças (NIP), Núcleo de Pesquisa Trabalho e Ação Social (Nutas) e Núcleo de Pesquisa Lógicas Institucionais e Coletivas (Nuplic).

Em 2016, com a revisão da estrutura curricular do programa, foi proposta uma nova disciplina, *Desenvolvimento de Projetos*, que busca formular um projeto coletivo de estudo ou de intervenção, a cada semestre, resgatando uma tradição do Laboratório de Psicologia Social (1970-2000) como espaço para discussão coletiva das pesquisas. A disciplina de Desenvolvimento de Projetos busca, então, abrir um espaço de planejamento e execução de projetos transversais aos núcleos de pesquisa e de interesse do programa.

Após exposição dos projetos de pesquisa individuais, as aspirações de cada aluno e a perspectiva integrativa da disciplina, foram desenvolvidas duas atividades em 2017: a ampliação da relação do

pós com a graduação em Psicologia da PUC-SP e a criação de uma Rede de Conhecimento dos alunos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social.

O presente relato enfoca essa segunda atividade, com o objetivo de descrever a construção da Rede. Para a execução desse projeto, nos valem do diálogo e do apoio do prof. dr. Rogério da Costa, estudioso das redes de inteligência coletiva, que apresenta, no primeiro item deste texto, sua aproximação à *Árvore de Conhecimento* (na qual nos baseamos para o projeto da Rede). No segundo momento, apresentamos a experiência da Rede de Conhecimento realizada pelos participantes da disciplina que também escrevem este texto.

A filosofia das “Árvores de Conhecimentos”

Desde 1992 venho trabalhando com a relação entre tecnologias da informação e a produção de conhecimentos¹. Foi pesquisando e implantando o software Gingo², que gera o ambiente computacional denominado “Árvores de Conhecimentos”, criado por Pierre Lévy e Michel Authier (2008), que fui levado a refletir sobre o papel que as tecnologias poderiam ter na aprendizagem, e isso tanto no domínio educacional quanto na pesquisa. A metodologia e a filosofia das Árvores me ajudaram a construir uma visão bem diferente daquela que orienta, ainda hoje, o sistema educacional de uma forma geral. Refiro-me aqui, por exemplo, à ideia básica de sequencialidade obrigatória para certas disciplinas, à noção de avaliação, aos processos atuais de validação dos conhecimentos, entre outros aspectos. Na verdade, a filosofia que alimenta o projeto das Árvores aponta para um horizonte bem diferente daquele com o qual estamos habituados ou no qual fomos nós próprios educados.

Authier e Lévy (2008), já nessa época, propunham uma visão da aprendizagem a partir de coletivos em profunda sinergia, onde os

1 Prof. dr. Rogério da Costa, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2 Esse software foi descontinuado no final dos anos 1990, após ser negociado com uma empresa americana.

indivíduos conseguiriam interagir e trocar conhecimentos e competências entre si, o professor assumindo ali a figura do mediador ou do orientador. O grande desafio das Árvores sempre foi permitir que aqueles que constituem um pequeno grupo, uma turma escolar ou mesmo toda uma população, uma classe profissional etc., pudessem estabelecer sinergia a ponto de manterem entre si um nível de troca de conhecimentos satisfatório. A isso chamaram Inteligência Coletiva.

Todos sabemos, no entanto, que alimentar um processo como esse não é nada evidente, pois não é óbvio que as pessoas estarão dispostas a trocar conhecimentos em qualquer situação.

Os benefícios

Por esse motivo, segundo a metodologia das Árvores, a primeira coisa a ser feita em qualquer projeto dessa natureza é estabelecer com clareza qual benefício cada indivíduo poderia obter como resultado de sua ação específica, a troca de conhecimentos. A título comparativo, podemos lembrar aqui dos jogos coletivos (como futebol, vôlei, basquete...), que dependem inteiramente das ações individuais para existir. O espaço do jogo, nesses casos, é um espaço comum, mas que recebe ações individuais. Nele só há sentido em alguém começar a jogar se os outros também jogarem! Com isso, é possível perceber a importância para o coletivo de cada ação singular, mas é igualmente claro que cada uma dessas ações foi executada tendo em vista um benefício próprio. Ser titular, ser artilheiro, ser patrocinado por alguma empresa são exemplos conhecidos de benefícios individuais que podem ser obtidos pelos que participam de atividades esportivas coletivas. Desse modo, podemos entender que cada ação individual foi direcionada para o coletivo, mas seus resultados foram duplos: houve benefício para o indivíduo e, simultaneamente, para o próprio coletivo (como, por exemplo, a vitória do time na competição, novos contratos de publicidade, o reconhecimento popular...).

No fundo, o que a metodologia das Árvores pretende é fugir tanto do estímulo ao individualismo, em que as ações são pouco

cooperativas, quanto do apelo ao simples voluntarismo, que depende sempre, em algum nível, da capacidade de renúncia dos indivíduos. Sendo assim, uma ação individual que beneficie o coletivo, mas que traga, para o indivíduo que é seu autor, benefícios igualmente claros, tem mais chances de ser reforçada do que ações voluntárias ou promovidas por instituições (essas últimas sujeitas a problemas políticos e orçamentários).

O sistema educacional clássico, como se sabe, é mestre em deslocar a ideia de benefício para o futuro, lá onde o aluno já estará esgotado! É apenas ao final e ao cabo de tantas tarefas e sacrifícios que será possível receber uma recompensa, em geral na forma de um diploma. As Árvores, ao contrário, propuseram uma metodologia que favorecesse a emergência de coletivos inteligentes, acreditando que a circulação de conhecimentos pode ser vista por cada um como benefício constante, tanto pessoal quanto coletivo.

A avaliação

Um segundo aspecto primordial da metodologia das Árvores diz respeito ao problema da avaliação. Quando pensamos numa avaliação do tipo prova ou teste, o que estamos querendo avaliar exatamente? Uma resposta convencional seria: que um indivíduo tenha assimilado um certo conhecimento. Mas para que serviria exatamente esse tipo de avaliação? Aqui podemos pensar em pelo menos três aspectos. O primeiro é certificar alguém para que possa exercer na sociedade algum tipo de atividade, sem que isso implique riscos para outros indivíduos. O segundo é capacitar alguém para competir no mercado de trabalho; e, ainda um terceiro aspecto, permitir que alguém possa avançar na aprendizagem (caso da ideia de pré-requisito).

Ora, para além dessa simples constatação, não haveria outra forma de avaliação, que levasse em conta não apenas o exame de conhecimentos isoladamente, mas que pudesse incluir seu viés de valor? Na prática, sabemos que os conhecimentos possuem valores diferentes e que isso se deve aos contextos diversos em que são

aplicados. Mais ainda, sabemos que eles não são exercidos de forma isolada, já que se encontram profundamente interconectados a outros saberes, habilidades e aspectos afetivos e sociais em cada indivíduo. E é justamente esse processo constante de interconexão, que depende da densidade e da frequência com que são associados pelas pessoas, o que acaba por lhes conferir valores diferentes. Todos os nossos saberes, hoje, estão entrelaçados em redes absolutamente fluidas, que variam segundo o grau de inovação da sociedade e dos interesses individuais.

É nesse sentido que a avaliação tradicional precisaria ser inovada. Ela poderia incluir tanto o valor que os saberes assumem nessa interação reticular, quanto o perfil de quem é avaliado. De fato, ao se avaliar uma aprendizagem de forma isolada, acaba-se por não levar em conta, de um lado, o valor de conexão do que está sendo avaliado, sua intrincada rede de origem e influência. De outro lado, sem o perfil de quem está sendo avaliado, é difícil saber ao certo que valor pode ter para ele aquilo que aprendeu. Isso significa que há os que são avaliados sobre conhecimentos que, no final das contas, pouco podem contribuir em termos estratégicos para o seu perfil. Ou, ainda, muitos podem estar sendo avaliados sem saber ao certo qual o valor do que aprenderam para sua carreira.

Quando se consegue perceber o valor que uma aprendizagem tem ou pode vir a ter, há então uma percepção mais clara dos benefícios que o trabalho a ser empregado para adquiri-la ou produzi-la trará. É isso que move os interesses, as ações e interações das pessoas, mais do que a ideia de acumulação de saberes sem contexto preciso. Numa palavra: é isso que desperta em alguém o real *desejo de aprender*.

Ora, estamos justamente vivendo um momento histórico onde é visível que os conhecimentos brotam diariamente, de todos os cantos. Eles são produzidos hoje nos mais diferentes ambientes, incluindo instituições culturais e financeiras, empresas, ONGs etc., além dos lugares tradicionais, como universidades e centros de pesquisa. Isso significa que a rede que entrelaça os saberes está cada vez mais

complexa, o que torna mais difícil a tarefa de avaliação rotineira que as instituições de ensino devem executar. Seria preciso ter em mãos um mapeamento dinâmico, produzido pelo próprio social e para além dos muros das instituições, que nos orientasse constantemente sobre as mudanças em curso.

A bolsa de conhecimentos

Já em 1992, tanto Authier quanto Lévy mencionavam a hipótese de uma futura “bolsa de conhecimentos”, onde os indivíduos depositariam seu perfil pessoal, composto dos mais diversos tipos de saber, que seriam valorados por oferta e demanda da comunidade, constituindo-se assim como referência para o “capital intelectual” (expressão que, não esqueçamos, foi grandemente difundida entre os americanos somente em meados da década de 1990, no campo do *business administration* e do *knowledge management*). No fundo, uma tal iniciativa seria apenas a materialização de uma realidade que já vivemos, onde se entende que a posse de um conhecimento não traz consigo a indicação de seu valor, uma vez que esse último varia em função da *oportunidade gerada por problemas atuais*.

A ideia de uma tal cartografia sempre teve este objetivo: oferecer aos usuários o mapa dinâmico do capital intelectual de uma comunidade, para que eles pudessem se orientar em seus percursos de aprendizagem. Dessa forma, os indivíduos poderiam definir aquilo que querem ou precisam aprender, relacionando seu perfil pessoal ao valor de conexão real dos conhecimentos. Dar às pessoas o *contexto* de aplicação do que aprendem não significa mais do que isto: tornar claro os benefícios implicados em sua aquisição.

O objetivo de uma bolsa desse gênero seria, em suma, mostrar que só há jogo se todos jogarem em função do benefício coletivo, e que é justamente a partir daí que cada um poderá extrair seus benefícios pessoais. Esse é o conceito de uma bolsa de conhecimentos: um projeto baseado em redes digitais, que mobiliza a inteligência coletiva de uma comunidade específica (alunos de uma escola,

médicos, pacientes e funcionários de um hospital, colaboradores de uma empresa, funcionários de órgãos públicos, pesquisadores de uma universidade etc.), permitindo que a oferta de saberes e competências se relacione com a demanda dos problemas que os aflige.

A emergência das redes sociais

A partir de 2004 surgiram as primeiras redes sociais e, com elas, toda uma renovação da ideia de inteligência coletiva. O conceito de Árvores de Conhecimento operava ainda na lógica das antigas comunidades virtuais que, basicamente, eram grupos fechados com uma variação no número de participantes. As redes sociais transformaram essa arquitetura. Agora, cada indivíduo poderia pertencer simultaneamente a vários grupos e trocar informações e conhecimentos com todos eles. Nessa direção, novos softwares de mapeamento de redes foram desenvolvidos, com tecnologia para mapear grandes quantidades de dados e com soluções matemáticas baseadas nas teorias dos grafos. Além disso, todo um conjunto conceitual passou a fazer parte dessas análises, introduzindo-se no cotidiano dos analistas de redes e, também, permeando as discussões do público em geral.

Um dos primeiros grandes estudos sobre redes sociais teve como autor o famoso teórico americano de sociologia econômica Mark Granovetter. Foi ele quem popularizou a teoria dos laços fortes e laços fracos nas redes sociais, bem como a aplicação aos estudos de sociologia das ferramentas de análise estrutural de redes. Num estudo amplamente conhecido, “A força dos laços fracos”, de 1972, Granovetter introduz a seguinte ideia: alguns indivíduos estão ligados entre si por laços fortes, que expressam o parentesco, a proximidade no trabalho, a vizinhança do bairro, o convívio num clube etc.; além disso, esses mesmos indivíduos também possuem vínculos mais fracos com conhecidos distantes, no tempo e no espaço, ou com pessoas que veem esporadicamente, no trabalho, em reuniões sociais etc. O interessante na tese de Granovetter é que, contrariamente ao senso comum, haveria uma força específica nos laços fracos. Seriam

eles, segundo o autor, que nos permitiriam acessar grupos de pessoas desconhecidas, com as quais não temos nenhum tipo de relação, mas que possuem laços fortes com aqueles com quem mantemos laços fracos. Esse canal sutil de comunicação pode significar uma abertura em nossas relações sociais, já que são esses laços fracos que permitem que possamos acessar grupos novos de colegas e amigos. Um exemplo de Granovetter que ficou muito conhecido foi o da busca por um emprego. Se buscarmos emprego entre nossos amigos (nossos laços fortes, segundo o autor), a tendência é não conseguirmos, uma vez que esses amigos já dispõem, em tese, das mesmas informações sobre oportunidade de trabalho de que dispomos. Ao contrário, se buscarmos entre nossos laços fracos, a chance de sermos apresentados a um grupo novo de pessoas amplia, consideravelmente, o leque de informações sobre o que procuramos (Granovetter, 1995).

Outro conceito derivado de laços fortes e laços fracos foi o de redes quentes e redes frias. Trata-se de uma análise que contempla um mesmo coletivo segundo uma ótica distinta. Indivíduos podem manter relações diferentes dentro de um mesmo coletivo, devido às regras que organizam o grupo. Universidades, empresas, clubes etc. possuem regras formais de relacionamento, derivadas de cargos e funções, que buscam orientar as relações entre as pessoas. Tais relacionamentos são classificados como promotores de redes frias, já que a rede de relação entre as pessoas foi desenhada independentemente de sua vontade. Ocorre que, nesse mesmo ambiente, as pessoas acabam por traçar novas relações, informais, derivadas de suas afinidades. Chama-se a isso a promoção de redes quentes. As análises de redes passaram a se interessar por essa distinção, como forma de compreender os coletivos e, sobretudo, poder atuar na sinergia entre seus grupos e subgrupos. Mapear os posicionamentos dos indivíduos em suas redes quentes e frias ajuda na percepção de gargalos nas trocas de informação na rede fria e, simultaneamente, na visão daqueles que se destacam na rede quente.

O avanço dos estudos sobre redes sociais passou a influenciar os métodos de pesquisas sociológicas. Barry Wellman, sociólogo

canadense, que trabalha com análise estrutural de redes desde os anos de 1980, observa que as pesquisas clássicas, como os censos nacionais e as pesquisas de mercado, estariam muito presas a categorias classificatórias apriorísticas. Assim, nível educacional, nível de renda, gênero, moradia etc. seriam categorias aplicadas em pesquisas sociológicas que partem de pressupostos abstratos. Wellman defende que, ao invés de utilizar tais categorias para compreender os grupos e coletivos maiores, seriam, de fato, elas próprias que deveriam ser explicadas. O sociólogo canadense defende que, ao mapearmos as redes sociais de grupos e coletivos, encontrando suas zonas de densidade, de alta concentração de inter-relações, bem como suas zonas de periferia, de vazios de relação, estaríamos, na verdade, instrumentalizando as análises posteriores sobre as razões de tal coletivo ter tal renda, tal nível educacional etc. Wellman sustenta que há uma correlação profunda entre os desenhos de redes sociais e a condição socioeconômica de um coletivo (Wellman e Berkowitz, 1988).

As análises de redes sociais complexas

Para além das aplicações ao universo sociológico, muitos teóricos passaram a aplicar o instrumental de análise estrutural de redes a universos mais complexos, onde os indivíduos são vistos não apenas em relação a outros indivíduos, mas a tudo o que está à sua volta. Nesse caso, a compreensão de indivíduo segue, poderíamos dizer, aquela de Gilbert Simondon (1964), para quem temos sempre processos de individuação que incluem o par indivíduo/meio. As análises de redes, tal como emergiram, analisam as relações entre os indivíduos e aquilo que eles transacionam entre si, como informação, conhecimento, dinheiro etc. No caso das análises mais complexas, parte-se da ideia de que os indivíduos mantêm relações com outros indivíduos e, também, com produtos, objetos, conceitos, regiões geográficas, projetos, itinerários, marcas, alimentos etc. O mapeamento de redes passa então a incluir tanto as relações entre indivíduos quanto suas relações com esse universo material/conceitual. Como resultado,

temos a percepção de grupos e subgrupos, no interior de um coletivo, que se relacionam de forma mais intensa ou mais fraca com este ou aquele “objeto”. O foco das análises, portanto, se desloca dos indivíduos “humanos” e assume aquele dos “objetos”. O importante, nesse caso, é perceber que a posição na rede dos “objetos” decorre da relação que eles mantêm com os indivíduos. Como consequência, também podemos compreender os grupos e subgrupos de indivíduos a partir de suas relações com “objetos” em comum.

O presente estudo teve como foco, justamente, uma rede complexa, que reúne pesquisadores e temáticas pesquisadas. Através do mapeamento foi possível levantar os grupos e subgrupos envolvidos em pesquisas correlatas ou paralelas. A seguir a explanação sobre o processo criativo dessa rede.

A Formação da Rede de Conhecimento pelos alunos de pós de Psicologia Social

Após as leituras e diálogos com o prof. Rogério da Costa sobre a Rede de Conhecimentos, tentamos realizar de forma adaptada proposta da “bolsa de conhecimento” e aplicar os fundamentos da Rede de Conhecimento ao conjunto de pesquisas e pesquisadores do Programa de Psicologia Social. Mas, percebemos que ampliar o *escopo* dos conhecimentos dos pesquisadores para além das suas áreas de pesquisa e seus trabalhos acadêmicos seria uma tarefa muito complexa. Estrategicamente mudamos o nome da Rede de Conhecimento para Rede de Pesquisadores e nos limitamos a estabelecer, num primeiro tempo, uma interconexão apenas acerca do universo das pesquisas.

Para criarmos a Rede de Pesquisadores, com uso de recursos gráficos interativos, precisamos primeiro criar um banco de dados com informações sobre as pesquisas dos/as pesquisadores/as do programa. Para isso, procuramos uma ferramenta que nos possibilitasse montar um questionário que coletasse as informações de cada pesquisador/a de forma fácil e ágil, tanto para as pessoas que fornecessem as

informações, quanto para as que fossem tratar os dados numa linguagem compatível com o software gerador da Rede de Conhecimentos. A solução encontrada, para coletar as informações e centralizá-las num banco de dados em um programa de planilhas, foi um questionário virtual gratuito que todos pudessem acessar de seus celulares.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 1 – Rede de Pesquisadores: tema e pesquisadores

A ferramenta escolhida para essa tarefa foi o Google Forms⁶, que nos possibilitou criar questionários compostos por uma sequência de perguntas que serviram de alternativas predefinidas e/ou com campo aberto para serem preenchidas livremente. As perguntas aplicadas foram: endereço de e-mail; nome; modalidade de ingresso: mestrado, doutorado ou pós-doutorado; semestre e ano de ingresso; núcleo de pesquisa a que está vinculado; três temas relacionados à pesquisa; três autores de referências e método de pesquisa.

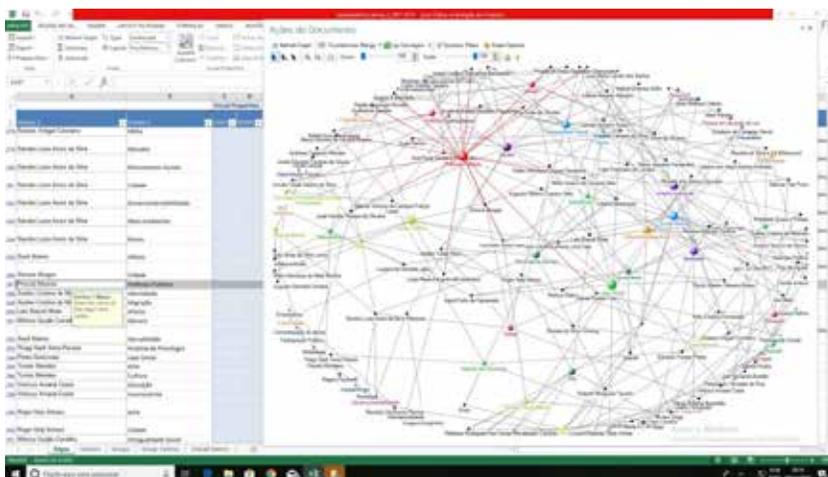
The image shows a screenshot of a Microsoft Excel spreadsheet. The spreadsheet contains a large table of data with multiple columns and rows. The columns are labeled with various categories, and the rows contain individual responses. The data is organized in a way that corresponds to the questions in a survey form. The spreadsheet is displayed in a window with a standard Windows interface, including a taskbar at the bottom and a menu bar at the top.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 2 – Formulário 2º semestre 2017

Na Figura 2 – Formulário 2º semestre 2017, temos a planilha que recebeu todas as respostas dos pesquisadores. Essas foram ordenadas automaticamente em linhas e colunas. As últimas correspondem às perguntas do questionário: coluna B para pergunta número 1 do questionário, por exemplo: nome do pesquisador; coluna C para pergunta número 2, como o ano de ingresso no programa; e assim por diante. As linhas correspondem ao conjunto de respostas do/a pesquisador/a ordenadas pelo horário da resposta na coluna A. Assim obtivemos uma planilha com variáveis nas linhas horizontais e variáveis nas linhas verticais.

O software usado para gerar a Rede de Pesquisadores foi uma extensão gratuita, mas com limitações, do programa Excel® da Microsoft® chamado Nodexl®. Devido à grande diversidade de recursos que o programa oferece, os alunos da disciplina de mestrado Desenvolvimento de Projetos fizeram uso simplificado da ferramenta, mas que ainda assim possibilitou atender à principal demanda do programa: identificar os temas de pesquisa em comum entre os/as pesquisadores/as dos diferentes núcleos de pesquisas do programa de Psicologia Social.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 3 – Rede de Pesquisadores: tema e pesquisadores

A Figura 3 acima corresponde à aplicação do questionário aos alunos do Programa de Pós-Graduação no segundo semestre de 2017. Foram respondidos 94 questionários de um universo de, aproximadamente, 120 pesquisadores. Na figura, temos dois planos a ser observados: as informações aplicadas na planilha para gerar o gráfico da Rede de Pesquisadores e o próprio gráfico. As informações da planilha estão organizadas basicamente em duas colunas: vertex 1 e vertex 2, colunas A e B da figura. Nessas colunas estão as variáveis que são interconectadas no gráfico. Na primeira coluna estão os pesquisadores e na segunda os seus temas. Para cada tema de um/a pesquisador/a está associado na mesma linha o nome do pesquisador. Assim, o nome do/a pesquisador/a é repetido em linhas diferentes para cada um dos três temas apresentados.

No gráfico da Rede de Pesquisadores, os vertex 1 e 2 correspondem às esferas coloridas e pretas respectivamente: a primeira aos temas das pesquisas e a segunda aos pesquisadores. Os temas que mais aparecem entre os pesquisadores aumentam o tamanho da esfera e a centralidade dela. Pode ocorrer de uma esfera temática ou de um pesquisador com poucas ligações estar no centro do gráfico da

Rede de Pesquisadores; nesse caso, isso ocorre devido à tendência do gráfico a encontrar um ponto equidistante entre as esferas relacionadas. As cores são ilustrativas e escolhidas pela pessoa que está criando o gráfico da Rede.

Como mostra a Figura 3, é possível interagirmos diretamente com o gráfico. Se clicarmos em uma esfera, automaticamente, ela ficará na cor vermelha e mostrar todas as outras esferas que estão relacionadas com ela, como no tema Políticas Públicas (que é possível ver na figura). Além dos indicadores tamanho da esfera e centralidade da esfera, as esferas que estão próximas tendem a apresentar similaridade entre si. Por exemplo, temas próximos como Políticas Públicas e Gênero, esfera roxa à direita da esfera vermelha de Políticas Públicas, podem ter pesquisadores em comum.

A interação também pode ser realizada através da planilha pelos conteúdos dos vertex. Eles apresentam filtros que possibilitam selecionar temas específicos e/ou pesquisadores para verificarmos a relação entre o conjunto de forma responsiva graficamente.

A seguir, no Quadro 1, temos algumas informações estatísticas sobre os temas mais pesquisados pelos alunos do programa de pós-graduação, considerando os seus núcleos de pesquisa. Essa organização das informações permite apresentarmos algumas relações sobre as produções desse segundo semestre de 2017 para uma amostra de 94 pesquisadores/as:

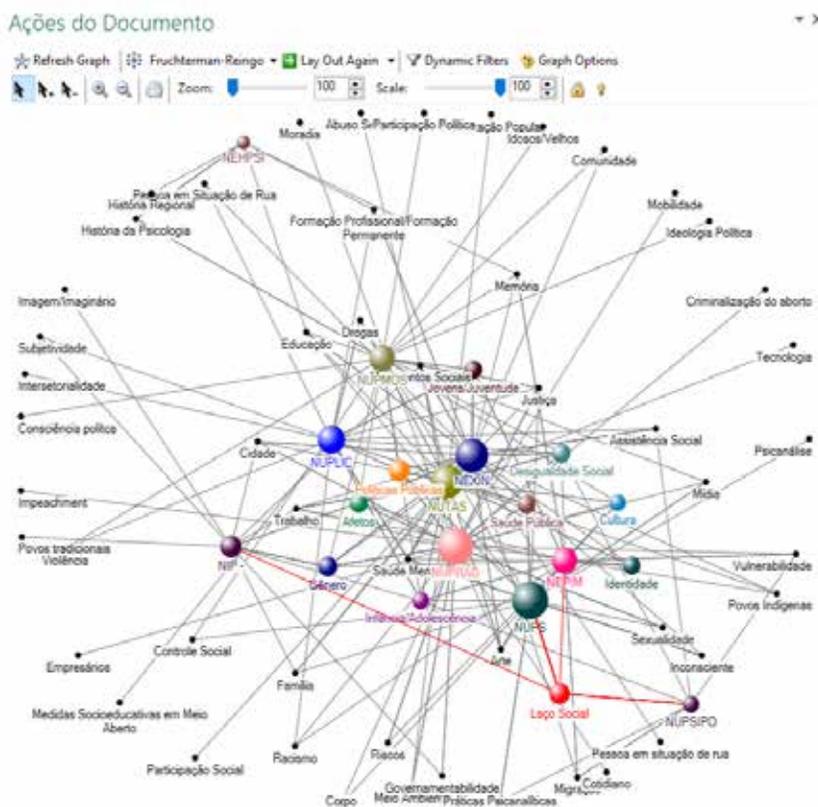
Quadro 1 – Temas mais abordados pelos núcleos de pesquisa
no 2º semestre 2017

Temas pesquisados	Quantidade de pesquisadores	Quantidade de pesquisadores por núcleo de pesquisa
Políticas Públicas	17	6 Nutas, 3 Nuprad, 2 Nups, 2 Nuplic, 2 Nexim e 2 Nupmos
Laço Social	16	11 Nups, 3 Nupsipo, 1 Nepim e 1 NIP
Saúde Mental	15	5 Nups, 4 Nuplic, 3 Nutas e 3 Nexim
Gênero	13	5 NIP, 4 Nuprad, 2 Nexim, 1 Nepim e 1 Nutas
Afetos	13	7 Nexim, 2 Nuprad, 2 NIP, 1 Nupmos e 1 Nutas
Desigualdade Social	13	5 Nexim, 3 Nutas, 1 Nepim, 1 Nuplic, 1 Nupmos, 1 Nuprad e 1 Nupsipo
Identidade	12	8 Nepim, 2 Nutas, 1 Nexim e 1 Nuprad
Jovens/Juventude	12	4 Nexim, 4 Nuplic, 2 Nepim e 2 Nupmos
Saúde Pública	12	4 Nups, 3 Nuprad, 2 Nexim, 2 Nuplic e 1 Nutas
Infância/ Adolescência	10	3 Nuplic, 2 Nepim, 1 NIP, 1 Nupmos, 1 Nups, 1 Nupsipo e 1 Nutas
Cultura	10	4 Nups, 2 Nepim, 2 Nutas, 1 Nupmos e 1 Nuprad

Fonte: Elaborado pelos autores.

Acima estão os 11 temas que apresentaram 10 ou mais pesquisadores/as vinculados. Políticas Públicas foi o tema mais pesquisado entre os/as alunos/as do programa com 17 trabalhos em andamento nesse semestre, segundo o questionário aplicado para a constituição da Rede, sendo: 6 do Nutas, 3 do Nuprad, 2 do Nups, 2 do Nuplic, 2 do Nexim e 2 do Nupmos. Laços Sociais, o segundo tema mais frequente, apresentou a seguinte distribuição de pesquisas sobre esse tema entre os núcleos: 11 pesquisadores/as do Nups, 3 do Nupsipo, 1 do Nepim e 1 do NIP. Podemos observar, segundo essas informações, mesmo de forma estatística, acerca dos 2 primeiros temas mais frequentes na produção de trabalhos do segundo semestre de 2017, uma separação considerável entre os núcleos acerca da abordagem dos dois temas mais acessados: dentre os 6 núcleos que pesquisaram o primeiro tema mais frequente, nesse semestre, apenas 1 pesquisou o segundo tema mais abordado, o Nups. Os outros 3 núcleos que também pesquisaram o segundo tema mais frequente não estavam presentes nas pesquisas do primeiro tema mais estudado.

Na Figura 4 temos a mesma informação apresentada estatisticamente no Quadro 1, porém de forma gráfica. Os núcleos de pesquisa e os 11 temas que tiveram 10 ou mais pesquisadores em comum recebem cores para se destacarem na rede, e, além disso, suas esferas na rede são maiores que as originais de forma proporcional ao número de conexões que estabelecem com os pesquisadores na rede. Por exemplo, a esfera que está em vermelho, Políticas Públicas, teve 17 conexões distribuídas entre 6 núcleos: Nups, Nuprad, Nutas, Nexim, Nuplic e Nupmos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 5 – Rede de Pesquisadores: tema e núcleos – Laços Sociais

Na Figura 5, temos o mesmo gráfico da Rede de Pesquisadores da Figura 4, porém com destaque para a esfera Laços Sociais, em vermelho, que está ligada aos núcleos: Nups, Nepim, NIP e Nupsipo.

As duas formas de apresentação das informações, estatística e gráfica, apresentam qualidades diferentes para lidar com as informações: a estatística traz o rigor do detalhe dos números que talvez apresente algumas dificuldades de compreensão para algumas amostras muito heterogêneas; a forma gráfica, que, apesar de ser alimentada por informações estatísticas, não traz o rigor do detalhe dos números, permite uma análise com abrangência muito elástica entre as informações macro e micro, além de possibilitar “navegar” de uma maneira muito suave e lúdica entre as informações numa rede de características heterogêneas.

Considerações finais

Observou-se que a construção da ferramenta “Rede de Conhecimentos”, enquanto Rede de Pesquisadores, dentro do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP permitiu apontar uma visibilidade do/para o programa no que tange ao cruzamento de dados entre o número de alunos e os temas/assuntos pesquisados por estes, visto que os gráficos e planilhas ofereceram aos docentes do programa uma visão total das temáticas e pesquisas, que até então ficavam apenas direcionadas aos núcleos de pesquisa e seus professores orientadores.

Esse campo visual construído dessa maneira pode ser um diferencial para o programa chamar/estimular novos alunos a desenvolverem seus projetos, sabendo que há outros pesquisadores fazendo escolhas semelhantes. Assim como existe a possibilidade de essa rede se ampliar e fomentar a produção de conhecimento, ao propiciar aos alunos que desenvolvem seus projetos/temas a possibilidade de contribuir com referências e dados aos novos ingressantes ou a escrita de artigos e projetos juntos.

Na conclusão deste estudo, os resultados foram expostos a todos os alunos do programa em um encontro denominado “internúcleos”, que revelou a eficácia/ importância e aplicabilidade do estudo. Realizamos também uma reunião no colegiado do programa com o intuito de ampliar essa visibilidade. Como proposta de ampliação, foi apresentada a sugestão de o Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social incorporar no seu sistema de cadastramento/ matrícula de alunos novos o mesmo questionário aplicado neste estudo. Dessa forma, o novo aluno, ao ingressar no programa, poderá ter acesso imediato aos nomes de outros alunos que pesquisam o mesmo tema que ele está trazendo para o programa. E, assim, haverá um compartilhamento de conhecimentos na área, bem como a possibilidade de os pesquisadores do mesmo tema conversarem e ampliarem suas próprias informações sobre sua temática. A proposta foi apresentada e discutida, e encontra-se em debate pelo Programa os modos de torná-la uma ferramenta sistemática de trabalho.

Enquanto ferramenta de sistema do programa de pós-graduação, na universidade, ele tornará possível uma maior ampliação desta Rede de Conhecimento à comunidade científica não só da universidade PUC-SP, onde esta foi gerada/idealizada, mas inclusive com outras universidades e alunos. Como projeto de futuro, esta pode ser uma ferramenta muito importante de troca de conhecimentos entre pesquisadores e seus temas e universidades.

Referências

- GRANOVETTER, Mark (1995). *Getting a Job. A study of contacts and careers*. Chicago, University of Chicago Press.
- LÉVY, Pierre e AUTHIER, Michel (2008). *As Árvores de Conhecimentos*. São Paulo, Escuta.
- SIMONDON, Gilbert (1964). *L'individu et sa genèse physico-biologique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- WELLMAN, Barry e BERKOWITZ, Stephen (1988). *Social structures: a network approach*. Nova York, Cambridge University Press.

A história de Ciampa: uma marca identitária para a Psicologia Social

Cecília Pescatore Alves
Suélen Cristina de Miranda

Introdução

A tese de doutorado defendida por Antônio da Costa Ciampa, “A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social”, nos revela muito sobre as concepções teóricas que desenvolveu. Mas, queremos mais, gostaríamos de falar de algumas coisas sobre como ele chegou à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o seu longo trajeto na instituição, desde o momento em que se aproximou da psicologia, ainda como aluno, depois como profissional, professor e orientador.

Diante disso, este capítulo não tem a pretensão de responder à pergunta “quem é o Ciampa?”, sobretudo pela brevidade do tempo e da proposta, mas a de compreender as principais personagens profissionais desempenhadas e as relações estabelecidas, a partir da sua história na Psicologia, na PUC-SP e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, discutindo a relevância do estudo desenvolvido por ele e a sua contribuição para a psicologia social.

O método utilizado foi o desenvolvido pelo próprio Ciampa, denominado “narrativa de história de vida”, que se tornou primordial nos estudos de identidade, ao possibilitar compreender os processos identitários e suas transformações, focando não a verdade literal dos fatos, mas os sentidos atribuídos pelo sujeito narrador/autor da

história. Pois, como ele mesmo apresenta em seu memorial, “entendo que se trata então de relatar eventos dignos e passíveis de recordação, tendo em vista compreender como se deu a constituição da minha identidade [...] buscando o reconhecimento social” (Memorial, 1988, p. 1).

Para tanto, além da narrativa dada às autoras em 2019, foram utilizados também: uma narrativa concedida em 2015 para uma dissertação de mestrado em Psicologia da Educação¹; o memorial apresentado ao departamento de Psicologia Social a título de concurso no ano de 1988; e outros materiais publicados. O capítulo será construído a partir das identificações, que constam no material coletado, das metamorfoses de Ciampa reveladas na multiplicidade das personagens. Consideramos aqui a proposição do autor sobre *personagens* como manifestação empírica da identidade.

Para percebermos como se dão as predicções, tivemos que recorrer à categoria atividade (assim como Severino precisou se fazer verbo). Isso acabou nos revelando algo diverso. Descobrimos que a noção de uma personagem substancial, traduzível por proposições substantivas, oculta de fato a noção de uma personagem ativa, traduzível por proposições verbais. O indivíduo não mais é algo: ele é o que faz. (Ciampa, 2005, p. 140)

A personagem “Antoninho”-quase-advogado que decide fazer psicologia e se transforma no “Ciampa” militante político

Ciampa inicia sua narrativa ainda como Antoninho, determinado pela socialização de uma única identidade pressuposta, que era compartilhada por todos e definia seu futuro: ser advogado.

Eu, desde pequenininho, eu tinha na família um tio que era um advogado famoso e ele era meu padrinho, antigamente padrinho

1 Material transcrito na íntegra entregue às autoras pelo próprio Ciampa.

era quase mais que pai. Então todo mundo falava, e eu também falava porque todo mundo falava, que quando eu crescesse eu ia ser advogado. Com 13 anos de idade, eu não sabia por quê, meu tio me convidou para ir trabalhar como office-boy no escritório dele. Foi um pouco antes do tempo e depois eu fiquei sabendo que a minha irmã achou que eu estava ficando muito vagabundo, só lia gibi, essas coisas, não estava estudando direito, foi se queixar com o tio padrinho e o tio padrinho, para me controlar, me chamou para ser office-boy. Daí eu me senti adulto, comecei a fumar com 13 anos, fumei até os 70, aí com 70 anos parei de fumar, assim sem mais nem menos.

A narrativa explicita a importância das relações na constituição identitária, sobretudo dos outros significativos, que assumem um papel determinante no processo de socialização e são responsáveis pela mediação do mundo social objetivo – o mundo da família é apreendido, então, como único mundo possível e existente (Berger e Luckman, 2004).

Consegui chegar até a idade de vinte e poucos anos alimentando uma certeza que era compartilhada por todos ao meu redor: a certeza de que eu me tornaria um advogado. Tanto era assim que eu estudava direito no Largo do São Francisco (USP), trabalhava desde os 13 anos no escritório de um dos maiores advogados de São Paulo, só me vestia de terno-e-gravata, pensava de “terno-e-gravata”, agia de “terno-e-gravata”... tudo a rigor, como convinha a um futuro causídico. A aparência era perfeita. Eu era o Antoninho. (Ciampa, 2005, p. 255)

Antoninho seguia a pressuposição identitária que lhe foi socializada, ao mesmo tempo em que foi adquirindo outras referências, construindo outras possibilidades, que o faziam questionar aquele projeto de vida heterônomo. Assim, a personagem Antoninho já manifesta características de outra personagem, que se revela ao ele

ingressar, em 1963, no curso de psicologia na PUC-SP, mas esclarece que esta opção foi um movimento de metamorfose: o Antoninho que se transforma no Ciampa.

Eu era o Antoninho, mas também era o Ciampa, que não queria ser advogado e não gostava de terno-e-gravata. (ibid.)

É notável aqui a mudança do nome pelo qual ele se identificava, como se o primeiro nome Antoninho fizesse referência a esse personagem advogado com o qual ele queria romper e, para isso, ser o Ciampa lhe trazia novas possibilidades. Fez um teste vocacional na busca por uma prova objetiva de que ele não tinha vocação para o direito, mas, diante do resultado, entendeu que esse processo de mudança estava relacionado a romper com a figura do padrinho e tudo o que ele representava.

Me ajudou a entender o seguinte: eu não tenho problema com o direito, eu tenho problema com o meu tio. Essa história do pai-patrão, mais ou menos. [...] Só que para mim aquilo lá era a própria opressão e não era a vida que eu queria levar. Aí que vem “quem sou eu que não gosto disso e gosto daquilo?”. Daí a própria questão de ideologia. [...] Mas no fim eu dei um jeito, briguei, saí do escritório, mas como eu só conhecia advogado [...] eu fui secretário executivo da Associação dos Advogados, que era uma coisa que funcionava. Eu trabalhei quatro anos lá.

Mas eu tomei uma decisão, essas decisões assim que eu acho que são importantes, que eu não ia me formar em direito porque eu tinha medo, se eu me formasse em direito eu não ia fazer uma segunda faculdade e ia ficar inventando coisa, ia falar “já estou formado, agora vou fazer outro curso? Eu não vou me formar para me obrigar a fazer isso”.

Ciampa abandona o curso de direito no último ano, juntamente com o terno-e-gravata e o prenome Antoninho, optando pelo curso de psicologia da PUC-SP, que estava iniciando naquele ano e foi indicado por seu terapeuta.

Eu nem sabia o que era psicólogo naquela época, vim descobrir assim [...]. Eu fiquei de alguma maneira fazendo terapia que foi a fase que eu estava brigando para sair de um lugar, para ir para outro, eu mesmo não sabia quem era. A aprendizagem que eu tive, que às vezes é difícil de transmitir isso daí, é que às vezes é muito mais importante para sua vida aquilo que você deixa de fazer do que aquilo que você faz. Na hora que eu deixei de ser advogado, é lógico, aí tem o fazer. Agora, na hora que você recusa, para mim o exemplo da psicologia e do direito é bem isso. Eu nem sabia o que era psicologia, mas o que eu queria era algo que batia com psicologia.

Ciampa sabia muito bem o que não queria e tinha conseguido romper com a imposição identitária, mas ainda precisava definir o que queria, quem ele era e o que fazer com o que haviam feito dele. Foi nesse momento de grandes transformações que ele chegou à PUC-SP e vivenciou experiências que definiriam a sua trajetória na Psicologia.

Para começar a história: eu entrei na faculdade de psicologia em 1963, fui da primeira turma. No ano de 1963 ainda não existia a ditadura militar e eu, como calouro, tive uma experiência muito curiosa, porque a liderança estudantil, o movimento estudantil universitário da época tomou o prédio da PUC, invadiu e se fechou aqui, literalmente. [...] Então nós ficamos uma temporada morando aqui, com o prédio tomado pelo movimento estudantil. Dias, quase mês. [...] A reivindicação principal do movimento universitário da PUC era que os reitores da universidade não fossem mais bispos e sim leigos. [...] Para encurtar a história, o vestígio da coisa, para você saber, é saber o nome deste prédio aqui: é o Desembargador Bandeira de Mello, que foi o primeiro

reitor leigo nomeado, mas teve início com essa movimentação. [...] E isso foi o que me marcou, imagina, no primeiro ano viver isso, vir e ficar aqui dentro, acompanhar essas coisas.

Ainda como calouro, Ciampa passou a fazer parte do movimento estudantil e participou de grandes mudanças na universidade, sendo a primeira delas a escolha de reitores leigos. Mas seus conhecimentos em direito, sua experiência prévia na Associação de Advogados e a maturidade identificada pelos seus colegas fizeram com que fosse eleito presidente do DCE, de modo que a militância política só aumentasse a partir de então.

Logo após sua posse, em 1964, teve início a ditadura militar, trazendo a necessidade de pensar novas formas de fazer política estudantil: foi então que surgiu a ideia de fazer uma olimpíada entre todas as faculdades para unir o pessoal da Atlética (“que não era muito político”) e, principalmente, criar o grupo teatral que deu origem ao Tuca. Ciampa convidou um aluno de direito envolvido com teatro para coordenar o projeto e logo se juntaram mais três profissionais contratados (diretor artístico, diretor de espetáculo e cenógrafo), transformando o grupo em uma escola de teatro, aberta não só aos alunos da PUC.

A coisa foi ampliando até que montaram a peça [*Morte e vida severina*]. [...] Mas quem era da USP podia vir, não era formal, não era obrigado a ser da PUC, e veio um aluno da faculdade de arquitetura e fez a música, que é o Chico Buarque. E o texto propriamente dito, que é do João Cabral de Melo Neto, mudou completamente depois da música, porque passou a ser musicado, a ponto do João Cabral de Melo Neto, depois que aconteceu tudo, ele dizia que agora ele não conseguia mais ler o próprio texto dele sem cantarolar a música.

Daí, nesse meio-tempo, surgiu a possibilidade de um festival de teatro internacional que era na França. A gente com os poucos recursos que entravam no DCE, o dinheiro que o pessoal do Estado deu e mais alguma coisa, foram 30 pessoas para Paris

com passagem de ida, mas sem passagem de volta porque não tinha dinheiro. [...] O fato é que ganharam o primeiro prêmio e foi um sucesso tão esplendoroso que eles foram convidados para fazer uma apresentação no teatro para o público geral. Era assim, 5, 10 minutos de aplauso. Na primeira apresentação pública, o público ficou 7 minutos aplaudindo. Foi um sucesso, foram para o Teatro Municipal de Paris, para Portugal depois, aquele sucesso enorme, entrou dinheiro para burro. Aí o Tuca era muito mais rico do que o DCE e criou vida própria.

Ciampa declara com orgulho que, depois desse sucesso internacional, por muito tempo, o espetáculo *Morte e vida severina* encenado no Tuca aos finais de semana, ficou conhecido como ponto de encontro de toda grande cúpula política, além de profissionais e estudantes engajados. Segundo Schwarcz e Starling (2015), a peça *Morte e vida severina* foi um dos seis acontecimentos de muita importância no Brasil, no ano de 1965.

A esse respeito, Ciampa segue explicando a importância de entender que o clima vivenciado na PUC nesse período foi inspirado por um movimento italiano de abertura à esquerda, que permeou a criação do curso de psicologia e explica o conjunto de professores contratados de fundamentação marxista, como a própria Silvia Lane. É nesse processo que o quase advogado reúne possibilidades para se constituir enquanto psicólogo-político, metamorfose que Ciampa resumiu da seguinte maneira:

Consegui não me formar em direito (parei no fim do último ano do curso); o Antoninho foi se tornando uma figura do passado. Comecei a estudar psicologia na PUC-SP; deixei de lado o terno-e-gravata; fiquei sem trabalhar alguns anos (obrigado, Papai); tornei-me um militante político; fui presidente do DCE (quando criei o Departamento Teatral dos Estudantes da PUC, que graças a muitos companheiros veio a se tornar o Tuca). (Ciampa, 2005, p. 255)

Cabe aqui esclarecer que em março de 1963 Ciampa inicia o curso de psicologia, recém-criado na PUC, e em 1967 termina o bacharelado e licenciatura, completando o curso de psicologia nos dois anos seguintes². Contudo, em março de 1968, ainda aluno, já ministrava aula no curso de psicologia na PUC-SP.

O professor Joel Martins [...] ficou como coordenador do curso e ele me pediu para dar aula [...]. Isso era quando eu já tinha terminado o curso [de bacharelado e licenciatura], porque o curso tinha 4 e 6 anos, então eu já estava terminando o sexto. Então, quando eu estava terminando de ser aluno, ele me pôs como professor, então por causa dele já fui nomeado professor.

Ao final de 1969, momento em que a repressão política se tornava mais violenta, Ciampa terminava o curso de psicologia, e novos conflitos se apresentavam ao atuar em alguns projetos educacionais, bem como enquanto professor universitário.

Buscava uma alternativa que me permitisse um engajamento que, ao mesmo tempo, tivesse sentido profissional e político. Vislumbrei isso no campo da Psicologia Social [...]. Magistério, pesquisa, prestação de serviço de assessoria e consultoria surgiram como possibilidade de atuação. (ibid., pp. 255-256)

A personagem militante político que ao ser reconhecido como professor e psicólogo busca conciliar o sentido profissional e o político

Ao longo das atividades profissionais abraçadas, Ciampa caminha na direção de se tornar um psicólogo-político: manifesta em seus escritos que, desde que terminou o curso de psicologia, vem

² Na época a formação em psicologia ocorria ao longo de seis anos, sendo que os quatro primeiros consistiam em bacharelado e licenciatura e os dois últimos correspondiam à formação de psicólogos.

“perseguido uma maneira de fazer psicologia social com a responsabilidade da eficiência exigível de um profissional e com a paixão e o comprometimento esperado de um militante” (ibid., p. 256).

Foi na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) que construiu grande parte de seu legado. O início dessa trajetória se constituiu num momento complexo: enquanto o país enfrentava o período de ditadura militar, a psicologia social vivenciava uma crise, buscando consolidar uma mudança de postura teórico-metodológica e política que não mais subsidiasse a opressão e a dominação.

Compartilhando das bases teóricas materialistas soviéticas e das experiências cotidianas latino-americanas, Silvia Lane buscou desenvolver uma psicologia social cujo objetivo era alcançar a superação da dicotomia sujeito e objeto, produto e produtor, indivíduo e sociedade. Estabeleceu a práxis como prática fundamental para compreender a realidade brasileira e desenvolver as teorias, o que posteriormente seria chamada de “Psicologia Social Crítica”, porque assume uma postura crítica da realidade ao passar a considerar “o ser humano como manifestação de uma totalidade histórico-social, produto e produtor da história” (Lane, 1992, p. 32).

Foi no contexto dessa nova forma de compreender e fazer psicologia social que Ciampa iniciou o mestrado, cuja proposta foi pesquisar a identidade e suas relações com a ideologia, visando assim a tornar possível evitar um posicionamento alienante e alienado, isso porque, antes e acima de ser apenas uma questão científica, a questão da identidade é fundamentalmente uma questão política. Ao mesmo tempo em que se torna possível descrever e compreender como uma ideologia dominante interfere – ou positivamente na elevação, ou negativamente na degradação – das identidades das pessoas.

Tanto que minha trajetória para chegar nisso, eu fiz a minha dissertação de mestrado, que acabei até nem publicando, me arrependi, acho que valeria a pena, eu trabalhei com a questão de identidade e ideologia. Na época prevalecia uma metodologia mais positivista, eu fiz análise estatística, 150 análises de variância, sabe essas coisas? Para ninguém botar defeito. E eu trabalhei

exatamente com essa relação. A conclusão óbvia, claro que estudada, documentada, desculpe a falta de modéstia, mas bem analisada, é que existe uma relação muito forte entre a ideologia e a identidade, porque conforme a ideologia do indivíduo ele vai ser daquela maneira. E como eu estava preocupado com a questão da emancipação, da liberdade, eu pensei “será que a gente não escapa da ideologia?”.

Nesse sentido, torna-se importante ressaltar que a relação crítica da identidade com uma ideologia permite que se reconheçam os efeitos da dominação ideológica, expressão de uma particular formação social histórica, especialmente os efeitos de sua estrutura de classes, caracterizada por relações assimétricas, de oposição, exploração e dominação.

Ciampa propunha [...] demonstrar como as teorias de identidade desenvolvidas na ocasião, associadas inevitavelmente por interesses sociais, poderiam converter-se em formas de manipulação ideológica. O traço mais significativo da pesquisa estava no fato de assumir que a produção científica deve estar diretamente associada à práxis. (Lima e Ciampa, 2012, p. 13)

Antes do final da década de 1970, as preocupações de construir uma psicologia social crítica centrada na realidade brasileira possibilitaram o desenvolvimento do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Identidade Social, coordenado por José Roberto Malufé no Laboratório do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação da PUC-SP. No Programa de Psicologia Social, outro grupo que estudava Identidade se formava sob a coordenação de Antonio da Costa Ciampa. Em 1983 ambos se integraram e formalmente foi fundado o Grupo Interdisciplinar sobre Identidade da PUC-SP. Em 1985, com a morte de Malufé, o grupo passou a ser denominado Grupo de Pesquisa sobre Identidade “José Roberto Malufé” (PUC-SP, 2002).

Não quero, contudo, deixar de mencionar um que não poderá ler estas linhas. O ator se foi, a personagem ficou comigo me ajudando muito. O meu fraterno amigo Malufe, Jose Roberto Malufe, cuja falta sinto tanto. [...] Tínhamos um projeto comum, um grupo de pesquisa sobre identidade, que perdeu muito quando perdeu seu idealizador. Contudo, o grupo sobrevive, graças à dedicação de vários amigos comuns. O Grupo de Pesquisas sobre Identidade “Jose Roberto Malufe”, da PUC-SP, em grande parte, ainda é movido pelo movimento inicial que seu patrono soube imprimir. Nós todos do grupo e os que vierem a dele fazer parte nunca deixaremos esse movimento morrer. O Malufe está vivo em nós. (Ciampa, 2005, p. 18)

Posteriormente, com a formalização dos núcleos de pesquisa no Programa de Psicologia Social ocorrida em 1990, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade-Metamorfose (Nepim) se distingue do anterior (PUC-SP, 2002). Nesse ínterim, Ciampa termina seu doutorado:

Tornei-me mestre em Psicologia Social, em 1977 [...]. Em 1986 tornei-me doutor em Psicologia Social, com a tese [A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social]. Meu foco de investigação e reflexão tem sido sempre a relação indivíduo-sociedade. (Ciampa, 2005, p. 256)

No que tange a sua tese, cabe destacar o quanto a sua história de vida influenciou sua pesquisa, seja pelo interesse na identidade enquanto tema, pela busca da metamorfose enquanto possibilidade de existência, ou ainda pelo questionamento da emancipação como contrapartida da força da ideologia e das políticas identitárias colonizadoras. Mais do que isso, a experiência com o *Morte e vida severina*, que, segundo ele, apresentava os primórdios de uma teoria da identidade, porém trabalhada literariamente, e que o inspirou para o estudo de uma personagem ficcional (Severino) e uma personagem real (Severina) para demonstrar que na singularidade está também a totalidade.

De um lado, toda essa experiência que eu tive me levou a pensar nessa coisa da identidade: afinal quem sou eu? Eu sou um advogado em potencial? Não sou? Eu vivi isso, então é uma experiência de vida que eu tenho de como lidar com a identidade. Só que, coincidência da coincidência, quando eu faço o negócio do Tuca entra o *Morte e vida severina*, que é a peça do João Cabral. E o que eu saquei é que o poema é quase uma teoria da identidade, mas trabalhada literariamente. Ele começa assim: “meu nome é Severino, não tenho outro de pia...”, ele fica tentando falar quem ele era, ele está falando da identidade dele, e ele vê que não consegue nunca, porque a vida é severina. Aquilo lá para mim vale como um estudo de identidade. Quando ele vai se matar, é um auto de Natal né, que o mestre-carpina é o pai de Jesus... O exemplo mais interessante que me pegou e que eu uso muito, não só como metáfora, mas como exemplo também, é quando tem as duas ciganas, que a primeira cigana fala: “ele tem que aprender com os bichos, pegando comida do chão”, a outra fala “minha companheira não falou tudo, ele tá sujo, mas de graxa, pode se tornar um operário na fábrica, ter outra vida”, essas coisas e pensar: qual é o destino? Tem um destino ou ele pode mudar?

Foi assim que, a partir das investigações de Ciampa e do conjunto de pesquisas desenvolvidas pela psicologia social, Silvia Lane afirmou que algumas reformulações eram necessárias nas categorias fundamentais para a análise psicossocial, e a primeira delas se direcionava para a identidade como uma categoria, síntese e interdependente das demais (atividade e consciência).

Se você for olhar a história da Psicologia a partir da Silvia Lane, tem um livro que chama *Novas veredas*, eu fiz a minha tese “A estória do Severino...”, e quando eu fiz a minha tese era sobre identidade, trabalhava identidade e metamorfose, eu fiz porque eu queria estudar identidade, não tinha nada a ver com Vygotsky, a Silvia que usava o grupo dos soviéticos e um dia ela falou “olha, o que o Ciampa escreveu sobre identidade entra melhor do que o de personalidade”. Então, eu costumo dizer que não fui culpado,

eu queria escrever sobre identidade, só isso, ela que achou que encaixava mais, ela que começou a difundir que ao invés da categoria atividade, consciência e personalidade, tira o personalidade e põe identidade e, posteriormente, a Bader trabalhou com a parte de afeto, ela também achou que devia incorporar, então ficaram quatro categorias: atividade e consciência dos dois que eram os soviéticos, eu e a Bader que não somos soviéticos.

A continuidade dos estudos realizados por Ciampa e pelo núcleo de Identidade, ao longo de todos esses anos, possibilitou aprofundar a concepção de Identidade humana enquanto metamorfose permanente com possibilidade de emancipação e construir a proposição do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação.

A identidade, individual ou coletiva, é sempre a história de nossa metamorfose em busca de emancipação que nos humanize. A emancipação, que dá o sentido ético à metamorfose, pode ser impedida ou prejudicada pela violência, pela coerção, invertendo a metamorfose como desumanização. É assim que se revela a natureza intrinsecamente política da identidade. (Ciampa, 2003, p. 3)

As atividades do “militante político”, que é reconhecido como professor, se revelam no cotidiano universitário participando de defesas, simpósios, colóquios, encontros e congressos, proferindo palestras e debates, mas, sobretudo, na orientação de dissertações e teses. Foram concluídas no núcleo de estudos (Nepim), do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, 52 teses de doutorado e 76 dissertações de mestrado acadêmicas, sendo que muitas delas foram editadas como livro, bem como inúmeros artigos publicados em revistas científicas. Vale acrescentar, ainda, as 19 dissertações de mestrado que Ciampa orientou em outra universidade em que lecionou, totalizando quase 150 orientações ao longo da carreira. Contudo, esse número de produção aumenta significativamente,

quando adensamos os doutores que hoje ocupam outras universidades e continuam pesquisando na linha de pesquisa da Identidade Humana com seus orientandos.

Aí é essa coisa que eu fico pensando da minha vida, eu resolvi fazer o meu trabalho de professor no meu núcleo, quero confusão fora de mim, fiquei com o núcleo e assumo, quer dizer, aquilo que para mim ficou com uma forma de resistência à ditadura eu continuo, de certa maneira tentando, através do trabalho que eu desenvolvo na pós-graduação, na formação dos alunos e tudo, é despertar uma consciência crítica e que isso seja difundido. Por isso que meu núcleo se chama “identidade, metamorfose e emancipação”, porque o tema que eu quero discutir e discuto com todo mundo é a questão da emancipação, como que a gente se liberta da opressão e da exploração e tenta se emancipar. Então a questão da emancipação passa a ser uma... ao invés de ficar fazendo política, eu estou tentando trabalhar teoricamente com psicologia. Eu estou quase com 150 orientações de mestrado e doutorado, então somando mestres e doutores [...], que de alguma maneira estão com isso. Muitos deles são professores de universidades federais. Então essa ficou a minha briga, e ao mesmo tempo eu não crio caso.

Ciampa deixa claro que a militância política está em sua forma de lecionar e orientar, enfatizando a busca por emancipação como forma de se posicionar criticamente. Nesse cenário, a temática Identidade Humana tem sido discutida a partir de investigações sobre diversos atores e personagens sociais, relacionando diversos temas, problemas e contextos, considerando produções culturais e simbólicas, implicando questões éticas e epistemológicas, em um esforço de sistematizar teoricamente a produção do núcleo de Identidade.

A personagem “professor universitário e militante” transforma-se no Ciampa pesquisador, que, ao buscar compreender a relação indivíduo- -sociedade, propicia uma teoria em construção

O estudo sobre “identidade” de Ciampa se materializa com a publicação de sua tese “A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social” (hoje em sua 12ª reimpressão).

Tem uma coisa que não explica, mas revela, que esse livro tem mais de 20 anos e continua sendo publicado até hoje. O Odair Furtado que diz “seu livro virou um clássico”. A cada dois ou três anos sai uma reedição.

Na obra, o autor lança as bases para a construção de uma teoria da identidade, questão já anunciada por Iray Carone (s/d) em palestra proferida na USP ao analisar a epistemologia da tese: “Tenho que recuperar como o Ciampa produziu esta obra, que no fundo é uma teoria, uma teoria de identidade” (p. 1).

A proposta de que a identidade coletiva e a identidade individual sejam identidades sociais só é possível entendendo-as no processo de formação social, que se dá como metamorfose no movimento histórico em busca da emancipação. E é nesse contexto que se constitui o humano concreto em individualidades e coletividades, articulado com a história da sociedade e da natureza. (Alves, 2017, p. 2)

Pensar na Psicologia Social Crítica e nos estudos sobre identidade nos possibilita um questionamento significativo, apontado por Almeida (2017): estes só adquirem sentido se forem fundamentados sob a ótica da emancipação.

Nada é mais estranho a esta Psicologia Social do que considerar a identidade como um simples conceito descritivo das características de indivíduos e grupos sociais; isso implicaria, por si só,

ignorar os problemas de autonomia e autorrealização de sujeitos, seja no plano das relações interpessoais, seja no âmbito da vida social mais ampla. (ibid., p. 2)

“A emancipação implica mudanças no modo de ser e nas condições de existência de indivíduos e grupos, bem como na normatividade social” (ibid., p. 5). Posto isso, a emancipação é apenas uma possibilidade que se manifesta em fragmentos emancipatórios na luta pelo reconhecimento.

Nesse sentido, Identidade como uma teoria em construção tem adquirido significados relevantes, de modo que, em 2017, na publicação do dossiê intitulado “Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação”, na revista *Psicologia & Sociedade*, os organizadores afirmam que essa produção teve como objetivo contribuir com o processo de autoria coletiva de uma Teoria sobre Identidade Humana a partir das proposições de Antonio da Costa Ciampa.

Em função desses objetivos, os textos contidos na publicação expressam “a preocupação em estudar a realidade a partir de uma perspectiva emancipadora e comprometida com a superação de situações de desigualdade, de heteronomia e de discriminação vivenciadas por indivíduos e grupos os mais diversos”, e que os artigos revelam “um esforço para o desenvolvimento da teorização sobre os processos de formação e transformação da identidade humana nas sociedades contemporâneas” (Ciampa, Alves e Almeida, 2017, p. 1).

Sem perder de vista as palavras de Ciampa:

Trata-se de não contemplar inerte e quieto a história. Mas, de se engajar em projetos de coexistência humana que possibilitem um sentido da história como realização de um porvir a ser feito com os outros. [...] Projetos que possam tender, convergir ou concorrer para a transformação real de nossas condições de existência, de modo que o verdadeiro sujeito humano venha à existência. Qualquer tendência, convergência ou concorrência que se arvore

em Verdade, em ação, em expressão definitiva e acabada de um único projeto de transformação, absolutiza-se, tornando-se anti-dialética, anti-histórica, anti-humana. (Ciampa, 2012, p. 74)

A esse respeito, vale observar que a trajetória de professor, orientador e coordenador do núcleo de Identidade na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo não o impede de realizar outras atividades de militância no desenvolvimento da psicologia social crítica. Cabe destaque ao papel de editor da revista *Psicologia & Sociedade* exercido no período de 1996 a 2001. Enquanto editor, buscou uma atuação direcionada pelos objetivos e finalidades desenvolvidos pela Abrapso (Associação Brasileira de Psicologia Social), desde a sua fundação, em 1980, assumindo o compromisso com as temáticas pertinentes à psicologia social crítica, mas também com as exigências para a produção de periódico.

A partir dos temas levantados nos volumes e números abordados, buscou-se ênfase a desafios [...] que abrange uma política editorial marcada pela interdisciplinaridade na busca pelo saber, pelas relações democráticas na produção do conhecimento, pela crítica ao preestabelecido e hegemônico nas relações cotidianas, assim como o desafio diante da necessidade de assumir posições contrárias às imposições mercantilistas na produção do conhecimento. (Alves e Crochik, 2016, p. 6)

Como afirmamos na introdução deste texto, a pretensão que nos moveu foi compreender a história de Ciampa na Psicologia, na PUC-SP e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, as principais personagens profissionais desempenhadas e as relações estabelecidas, discutindo a relevância do estudo que desenvolveu e a sua contribuição para a psicologia social.

Assim, a personagem “Antoninho” quase advogado decide fazer psicologia e se transforma no “Ciampa” militante político. Por sua vez, o militante político, ao ser reconhecido como professor e psicólogo, busca conciliar o sentido profissional e o político.

Hoje não alimento mais certezas. Aliás, tenho a certeza de que não há um caminho único. O mundo não é feito apenas de coisas certas ou erradas. Há mil caminhos. Há vida polimorfa sempre se metamorfoseando. Hoje há a surpresa do futuro. É pensando assim que vivo hoje, numa busca infindável da identidade, da atividade e da consciência. (Ciampa, 2005, p. 256)

Desta feita, possibilita a constituição do pesquisador que, ao buscar compreender a relação indivíduo-sociedade, desenvolve o estudo da Identidade enquanto metamorfose com possibilidades emancipatórias: uma teoria em construção.

Referências

- ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de (2017). "Identidade e emancipação". *Psicologia & Sociedade*. Dossiê Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. Belo Horizonte, v. 29, dez.
- ALVES, Cecília Pescatore (2017). "Políticas de identidade e políticas de educação: estudo sobre identidade". *Psicologia & Sociedade*. Dossiê Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. Belo Horizonte, v. 29, dez.
- ____ e CROCHIK, José Leon (2016). "Notas sobre um recomeço: revista Psicologia & Sociedade (1996 - 2001)". *Psicologia & Sociedade*. Belo Horizonte, v. 28, n. 3, set./dez., pp. 616-621.
- BERGER, Peter Ludwig e LUCKMAN, Thomas (2004). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 24. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes.
- CARONE, Iray (s/d.). *Análise epistemológica da tese de doutoramento de Antonio da Costa Ciampa: A estória do Severino e a história da Severina* [mimeo].
- CIAMPA, Antonio da Costa (2005). *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. 10. ed. São Paulo, Editora Brasiliense (original publicado em 1987).
- ____ (2003). *A identidade social como metamorfose humana em busca da emancipação: articulando pensamento histórico e pensamento utópico*. Texto de Conferência apresentada no XXIX Congresso Interamericano da Sociedade Interamericana de Psicologia, jul. [mimeo] pp. 1-15.

- CIAMPA, Antonio da Costa (2012). "Identidade". In: LANE, Silvia Tatiana Maurer e CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia social: O homem em movimento*. 14. ed. São Paulo, Brasiliense, pp. 58-75.
- ____; ALVES, Cecília Pescatore e ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de (2017). "O sintagma identidade-metamorfose-emancipação". *Psicologia & Sociedade*. Dossiê Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. Belo Horizonte, v. 29, dez.
- LANE, Silvia Tatiana Maurer (1992). "Linguagem, pensamento e representações sociais". In: ____ e CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 10. ed. São Paulo, Brasiliense, pp. 32-39.
- LIMA, Aluísio Ferreira de e CIAMPA, Antonio da Costa (2012). "Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica". In: LIMA, Aluísio Ferreira de (org.). *Psicologia Social Crítica: Paradoxos do Contemporâneo*. Porto Alegre, Sulina, pp. 11-29.
- PUC-SP – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (2002). *Apontamentos para uma história do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1972-2002*. São Paulo, Gráfica da PUC-SP.
- MEMORIAL (1988). *Apresentado por Antonio da Costa Ciampa ao Departamento de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* [mimeo].
- SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa Murgel (2015). *Brasil: uma biografia*. Companhia das Letras. E-book.

Transversalidade e ressonâncias na construção de uma Psicologia Social

A identidade na alteridade: o outro na sociedade brasileira

Suélen Cristina de Miranda

Mirella Martins Justi

Isaac Vitório Correia Ferraz

Introdução

Um dos mais prejudiciais regimes de verdade impostos pela ciência foi a defesa de que a neutralidade do pesquisador não só é possível, como também necessária para construir um conhecimento baseado na busca do real. Embora ainda dominante, esse pensamento foi sendo contrastado com muitos outros modos de fazer ciência, sobretudo quando passa a conceber o pesquisador enquanto sujeito histórico situado em um contexto e, portanto, com um posicionamento diante da realidade que precisa ser explicitado, jamais negado ou ocultado. Afinal, “se não há conhecimento neutro, há que se fazer escolhas” (Gonçalves e Bock, 2009, p. 153).

Partindo dessa premissa, este capítulo enquadra-se na chamada “Psicologia Social Crítica”, para defender que nada é imutável ou está permanentemente de tal forma dado que não possa ser modificado pelos sujeitos. Mesmo nos contextos onde a opressão se apresenta como uma aparente condição preestabelecida e incontornável, sempre é possível reagir às imposições e construir possibilidades de emancipação humana. Ao pesquisador cabe o papel de agente político,

envolvido “com os projetos de vida individuais e com a dinâmica dos processos históricos-sociais” (Lima, Ciampa e Almeida, 2009, p. 223) em busca da transformação da realidade.

Nessa concepção, que é baseada no materialismo histórico e dialético, sujeito e sociedade, subjetividade e objetividade deixam de ser tratados como dicotomias e passam a ser analisados como integrantes de um mesmo complexo em constante movimento. Sendo assim, parte-se do princípio de que nenhum fenômeno humano pode ser pensado fora do processo histórico de produção da vida social, que se constitui continuamente, de forma contraditória e múltipla, na materialidade das relações, seja entre os sujeitos, seja com relação à natureza (Gonçalves e Bock, 2009). Esse sujeito social e histórico está em metamorfose constante, de modo que não exista sujeito pronto ou acabado, e, enquanto age sobre o objeto transformando-o, também transforma a si próprio, em um movimento dialético e intencional.

Tal constatação significa que o homem – enquanto coletividade – produz a si mesmo, ao mesmo tempo em que produz continuamente a ordem social. Discute-se, aqui, o modo como os indivíduos perdem de vista esse processo de constituição histórica, social e dialética da realidade, compreendendo sujeito e sociedade como exteriores uns aos outros, com leis objetivas e invariáveis que naturalizam o que está posto. Além disso, em uma sociedade contraditória como aquela em que vivemos, essa legitimação se apoia sempre em sistemas de sentido dos grupos hegemônicos, que se convertem, assim, em sistemas de poder e exclusão que negam as necessidades de setores diversos da população (ibid.).

Sendo assim, para analisar a dialética objetividade-subjetividade e se contrapor a essa noção de realidade dada, diante da qual seria possível captar e revelar uma essencialidade, é que o método do materialismo histórico-dialético se baseia em categorias e mediações como forma de trabalhar a totalidade do fenômeno em movimento de transformação constante. Nesse cenário, parte das categorias identidade, atividade, consciência e afetividade, entendendo a identidade como categoria-síntese, a fim de captar as múltiplas determinações

que atravessam a realidade, “não esquecendo jamais que estas categorias estão em mútua interdependência, umas imbricadas nas outras, assim como as mediações se interpenetram” (Lane, 1995, p. 59).

Partindo dessa perspectiva analítica, propõe-se discutir a construção da identidade do “povo brasileiro”, considerando que esta se deu com muita violência em todos os níveis – ecológico, econômico, social e étnico-cultural –, marcando a configuração de uma nova etnia, por meio da unificação dos “índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos de África, e os europeus aqui querenciados” (Ribeiro, 1995, pp. 29-30). Essa nova construção implicou o massacre e a subjugação de diversos personagens que ainda hoje lutam por seu reconhecimento e igualdade.

Torna-se, portanto, fundamental compreender como a força que os elementos regulatórios assumidos diante das assimetrias de poder das relações sociais produz um personagem social específico, aqui denominado o “Outro”, estabelecido como distorção do padrão hegemônico – homem, branco, europeu e heterossexual. Estudar esses diferentes personagens sociais – indígenas, negros, mulheres, LGBTs, imigrantes e tantos outros sujeitos e grupos discriminados e oprimidos pela ideologia dominante – tem sido o foco dos estudos de identidade na perspectiva adotada e, porque não dizer, da Psicologia Social que se propõe crítica e comprometida com a transformação social. A relevância desse estudo aparece na elucidação das possibilidades e impossibilidades vislumbradas pelo sujeito concreto na busca por emancipação.

Para tanto, este capítulo tem por objetivo analisar a construção da identidade social do chamado “povo brasileiro”, que se deu em contraposição à constituição da categoria “Outro” – inferior, dominado e excluído – em uma formulação ideológica que serviu a dois propósitos articulados: criar uma noção de “unidade” – um povo cordial, homogêneo, “novo”, resultado de uma mistura feliz de povos e raças –; e encobrir a violência e as desigualdades que estiveram na base da constituição “deste povo”.

Baseando-se no pressuposto de que “o singular materializa o universal na unidade do particular” (Ciampa, 2005, p. 235), o capítulo aprofundará as reflexões, por meio de um ensaio em que os autores problematizam essa construção, considerando os aspectos objetivos e subjetivos, o estabelecimento das trajetórias de desigualdade social, as políticas identitárias presentes e a relação dialética entre igualdade de fato e de direito no que tange aos modos de subjetivação existentes e possíveis.

Objetividade em questão: a construção do “outro” na sociedade brasileira

Reconhecendo que “a espécie humana só é humana na medida em que se efetiva em sociedade” (Alves, 2017, p. 6), faz-se necessária a reflexão de que essa sociedade se torna política a partir do momento em que a prática produtiva dos indivíduos, enquanto expressão de um sujeito coletivo, não ocorre de maneira simétrica ou igualitária, mas sim por meio de dominação hierárquica. Nas particularidades da sociedade brasileira, essas assimetrias de poder se manifestam na pluralidade das trajetórias de desigualdades que vão se constituindo, apontando para as múltiplas e complexas dimensões que atravessam esse fenômeno e que vão muito além da dimensão econômica, passando pelas categorias de gênero, raça, classe, sexualidade, etnia e outras e que se manifestam também em múltiplas exclusões, como na renda, no acesso aos serviços públicos de garantia de direitos e na participação política (Arretche, 2015).

Assim, o processo de exclusão vai assumindo outras variantes. Em vez da inclusão representada pelo canibalismo de sociedades primitivas (antropofágicas), passaram a ganhar maior relevância as características antropeômicas (*emein*, do grego: vomitar) que sinalizam a possibilidade de expelir do seu interior tudo o que seria considerado como *desviante*, sendo conservados fora da sociedade, praticamente ausentes da vida social, política e econômica (Campos

et. al., 2004). Esse é o lugar, ou melhor, o não lugar, destinado aos que fogem do padrão instituído, definindo suas identidades pressupostas e perpetuando um reconhecimento estereotipado.

Na história brasileira, esse cenário aparece desde o chamado “descobrimento”, no qual as ações das classes opressoras introduzem um “protagonismo novo”, o europeu, que, embora minúsculo, era superagressivo e capaz de atuar destrutivamente de múltiplas formas – endemias, posse dos territórios, escravização, mercantilização das relações de produção –, com o objetivo de articular os novos mundos como provedores de gêneros exóticos, cativos e ouro (Ribeiro, 1995). Sobre esse modo de pensamento europeu, Mbembe (2014) reforça sua tendência histórica de abordar a identidade do outro não como pertencimento mútuo a um mesmo mundo humano, mas a partir do seu próprio referencial de ser, gerando uma lógica de autocontemplação e a constituição de um subsolo marcado por “designações primárias, pesadas, perturbadoras e desequilibradas, símbolos de intensidade crua e de repulsa” (p. 10).

Desse modo, torna-se importante destacar como, diante da escassez de mão de obra nativa e da dificuldade de escravizar os indígenas, a escravização africana se tornou uma opção viável aos interesses portugueses, com milhões de negros sequestrados trazidos ao Brasil, por meio de um regime jurídico que permitia a crueldade e associava os escravos aos animais. O aprisionamento na aparência – cor da pele, raça – destituiu homens e mulheres originários da África de seu nome e sua língua, transformando-os em objetos pertencentes a alguém, com quem era vetado estabelecer relações co-humanas (ibid.).

Além da “imigração forçada” dos escravos, outros processos migratórios caracterizaram a construção do “povo brasileiro”, primeiramente com exclusividade dos portugueses – vinculados à apropriação militar e econômica da terra e de suas riquezas, além de famílias pobres destinadas à agricultura e obras de infraestrutura. Em 1818, com a abertura dos portos e o início da imigração europeia estimulada e subsidiada, houve uma mudança qualitativa dos fluxos

migratórios dirigidos ao país, associada à dificuldade cada vez maior de escravização dos africanos. Nessa perspectiva, o imigrante europeu surgia como solução para os problemas sociais e econômicos do Brasil, trazendo modernização e transformação para o atraso provocado pelo sistema colonial. Além disso, os povos originários seguiam totalmente excluídos do povoamento das terras devolutas, “inferiorizados pelo ‘sangue’ indígena e por sua suposta tendência ao nomadismo” (Seyferth, 2002, p. 138).

Com a abolição da escravatura e a proclamação da República em 1889, o nacionalismo étnico e eugênico ganhou espaço no governo, associando “a identidade nacional a uma comunidade de cultura, língua, raça, etnia ou civilização, entre outros critérios de forte apelo simbólico” (Seyferth, 2008, pp. 1-2). Tais preocupações trouxeram às discussões o problema da assimilação – quando os indivíduos migrantes abrem mão de sua herança cultural para interagir com a cultura receptora, seja por opção ou pressão do grupo dominante – tanto em seu sentido biológico (miscigenação e branqueamento) quanto em seu sentido sociocultural (integração à sociedade brasileira).

Associada ao racismo – que determinava a relação entre raça e nação –, a eugenia amparava-se na ideia de seleção natural para defender a classificação humana pela desigualdade racial, de modo que o topo hierárquico fosse ocupado pelos brancos civilizados enquanto a base ficava para os negros bárbaros. Defendia-se, então, um “modo de imaginar, no futuro, uma nação moderna, civilizada, com um povo formado pela miscigenação seletiva com o concurso da imigração europeia” (ibid., p. 10). Importante destacar que aqui se encontra a ideia de naturalização mencionada anteriormente, por meio da qual o Outro foi naturalizado como inferior e incapaz, uma vez que foi analisado por um padrão dominante também naturalizado – do branco, europeu, civilizado e moderno. Esse processo subjaz toda a constituição do “povo brasileiro” e ainda se mantém presente, com algumas variações.

Assim, o caráter cientificista mascarava o xenofobismo e o racismo, enquanto outros critérios começavam a fazer parte da seleção ideal, de acordo com os interesses hegemônicos vigentes. Dessa forma, é possível perceber que nas sociedades modernas, como um todo, o processo de exclusão social vai assumindo outras variantes ao longo do tempo – para além dos critérios étnicos e raciais –, notadamente características de natureza política e econômica, resultado de um processo mais amplo e complexo.

No caso do processo de modernização brasileira, o sociólogo e pesquisador brasileiro Jessé Souza defende que o lugar de país periférico no capitalismo mundial fez com que ela tivesse características singulares e seletivas (e não “atrasadas”, como se costuma pensar), uma vez que os valores do patriarcalismo e do tradicionalismo permearam as mais diversas lutas, enquanto os valores modernos eram institucionalizados como os únicos legítimos. Assim, a necessária modernização veio acompanhada pela manutenção dos traços da dominação oligárquica, na qual valores patriarcais, personalistas e antirrepublicanos passaram a coexistir com valores igualitários, impessoais e republicanos (Cordeiro, 2009).

Nesse cenário, a escravidão como instituição cria um estrato de condutores de ideias personalizado pelos mestiços, cuja possibilidade de ascensão social aparece ligada à sua identificação com o opressor, e diante do qual “instituições como a economia de mercado e o Estado moderno não foram capazes de produzir igualdade, mas apenas uma continuação de práticas de segmentação social existentes anteriormente” (Avritzer, 2001, p. 167). Essa é a singularidade brasileira, que traz ingredientes importantes para a invisibilização e a reprodução da desigualdade social e explica a produção, de maneira naturalizada, de cidadãos e subcidadãos, incidindo sobre as formas de sociabilidade e, mais diretamente, sobre a produção de subjetividades.

Ainda sobre a modernidade, cabe ressaltar que esta acabou por revelar as contradições históricas entre capital e trabalho do sistema capitalista vigente, que se viu obrigado a se reinventar para continuar ideologicamente dominante e plausível. A esse respeito, Mbembe

(2014) retrata que no século XXI teve início um novo momento nessa lógica de produção da exclusão e da indiferença, referente à globalização dos mercados e à privatização do mundo por meio do neoliberalismo. Enquanto o capitalismo havia transformado a força de trabalho e a posse da terra em mercadoria, o neoliberalismo se caracterizou pela conversão de todo o restante, inclusive os direitos sociais, despojando os trabalhadores dos modos de proteção da superexploração (legislação e sindicatos) e enfraquecendo o poder do Estado (Sader, 2018).

Se, ontem, o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, hoje, a tragédia da multidão é não poder já ser explorada de todo, é ser objecto de humilhação numa humanidade supérflua, entregue ao abandono, que já nem é útil ao funcionamento do capital. [...] Não sendo os automatismos psíquicos e os tecnológicos mais do que duas faces da mesma moeda, vai-se instalando a ficção de um novo ser humano, “empresário de si mesmo”, plástico e convocado a reconfigurar-se permanentemente em função dos artefactos que a época oferece. (Mbembe, 2014, p. 14)

A implicação direta dessas novas configurações é uma crescente ênfase no individualismo – associado à imediatividade e à transitoriedade das experiências – e uma exacerbação da individualidade – como um modo de ser no qual o indivíduo deve realizar suas potencialidades intrínsecas: que o sujeito faça o rumo da sua história. Abre-se espaço, assim, para a indiferença e a desarticulação com projetos coletivos. Há uma busca desenfreada pelo prazer imediato, que é fugaz e não realiza os sujeitos, uma vez que a suposta autonomia aparece limitada ao livre arbítrio para escolher entre coisas dadas, atendendo a exigências e demandas produzidas pelo sistema. “A massificação persiste, embora camuflada pela multiplicidade aparente de opções de escolha, seja de objetos, estilos de vida, relações” (Gonçalves e Bock, 2009, p. 136).

Assim, recentemente é possível notar vislumbres de situações próximas a uma dialética da inclusão/exclusão social. Ou seja,

sociedades que possibilitam a inclusão cultural e oferecem como contrapartida a exclusão socioeconômica. E, mais do que à falta de acesso a bens e serviços básicos, refere-se também à “existência de segmentos sociais sobranes de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, da segurança e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente” (Campos et. al., 2004, p. 33).

Nesse sentido, é possível afirmar que o capitalismo tem a exclusão social como uma marca inquestionável de seu desenvolvimento, reproduzida ao longo do tempo, com pequenas variações, sem, no entanto, realizar uma reparação histórica a essas populações. Pelo contrário, o que se vê atualmente é uma generalização mundial da categoria “Outro”, transformando os seres humanos em coisas e instituindo enquanto padrão de vida o descartável e solúvel (Mbembe, 2014).

No território brasileiro, isso é visível na perpetuação secular do racismo estrutural (Campos et. al., 2004); do movimento migratório imposto aos indígenas como única forma de sobrevivência (Cohn, 2001); da restrição aos imigrantes – sobretudo os advindos de países pobres e não brancos –, apenas tolerados em sua invisibilidade enquanto força de trabalho (Miranda, 2017); das mulheres enquanto força de trabalho social e culturalmente desvalorizada, alvo de violência no quinto país com maior taxa de feminicídio do mundo (*Exame*, 2018); da luta do grupo LGBT por pautas como as parcerias civis, a proteção jurídica igualitária, a não discriminação e a homofobia, que segue matando centenas de pessoas anualmente (Miranda e Oliveira, 2017).

Por fim, explicita-se a pobreza enquanto categoria da desigualdade que atravessa todas as demais, mostra-se constitutiva da sociedade capitalista e tem se agravado no Brasil em sua classificação extrema, atingindo quase 15 milhões de pessoas (*Globo*, 2018). Com isso, não se pretende esgotar todas as categorias de excluídos que foram se constituindo ao longo do tempo, por se afastar do padrão instituído como legítimo representante do “povo brasileiro”.

Mas exemplificar que a história não é linear, assim como as identidades que a constituem, sendo construídas por meio de um processo constante progressivo e regressivo. As conquistas se fazem com lutas, muitas vezes cruéis e violentas, coletivamente e individualmente. Entretanto, o processo de inclusão/exclusão social permanece, enraizado em preconceitos e estereótipos que distanciam o “Outro” da concretização de uma pretensão identitária autônoma, de modo que se torna imprescindível pensar as repercussões na singularidade dos sujeitos e os modos de subjetivação existentes e possíveis nesse contexto.

Singularidade em questão: compreendendo os atravessamentos na constituição identitária do “outro”

Se, como explanado anteriormente, “no seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela” (Ciampa, 2005, p. 132), torna-se imprescindível refletir como o sujeito se constitui diante dessa realidade opressora e determinista apresentada. Para tanto, parte-se da categoria identidade, enquanto concretização de uma política e de uma ideologia, encarnada nas relações sociais e viabilizada a partir de uma história e de um projeto de vida (ibid.).

Para explicar esse processo, é importante entender que o indivíduo não nasce humano, mas passível de humanização, em um mundo previamente humanizado. Desse modo, é possível afirmar que a construção identitária se dá a partir de um nexos processual estabelecido entre a socialização – e a conseqüente internalização de múltiplas normativas e determinações gerais que possibilitam a diferenciação social – e a concretização de uma individuação progressiva – entendida como a constituição de uma história de vida consciente de si mesma. “Com isso, se revela um dos segredos da identidade: ela é a articulação da diferença e da igualdade” (ibid., p. 143).

Por meio dessas proposições, rompe-se definitivamente com a ideia de uma identidade essencialista, fixa e imutável, para pensá-la

enquanto metamorfose constante. A grande questão a ser discutida é que, na sociedade em que vivemos, todo esse processo precisa necessariamente ser pensado em relação aos processos de dominação e exploração social, diante dos quais a objetividade social passa a ser reificada, a normatividade ilegítima, a intersubjetividade interesseira e coercitiva e a subjetividade construída com base na falsa consciência e nos autoenganos (Almeida, 2017).

A identidade, individual ou coletiva, é sempre a história de nossa metamorfose em busca de emancipação que nos humanize. A emancipação, que dá o sentido ético à metamorfose, pode ser impedida ou prejudicada pela violência, pela coerção, invertendo a metamorfose como desumanização. É assim que se revela a natureza intrinsecamente política da identidade. (Ciampa, 2003, p. 3)

O autor segue defendendo que se estabelece, então, um conflito político entre a pretensão identitária e o reconhecimento, podendo envolver um projeto emancipatório ou coercitivo. No caso do reconhecimento perverso, realizado a partir da identidade pressuposta e estereotipada (reconhecimento pela igualdade), este acaba por reduzir toda a identidade do indivíduo às características estigmatizadas (ser indígena, negro, mulher, pobre etc.) ou à sobreposição delas (como a mulher negra e pobre), tornando a exclusão ainda mais gritante. Tal redução impossibilita o reconhecimento das demais personagens desempenhadas (reconhecimento pela diferença), considerando o “Outro” enquanto indivíduo humano e, portanto, possuidor de uma história única.

Diante de tal situação, o sujeito pode responder por meio da adaptação ou reagindo a tais estereótipos. A busca pela adaptação ao que seria considerado “normal” está baseada em padrões impostos socialmente e faz com que o indivíduo estigmatizado manipule sua identidade pessoal. Nesse cenário, a reposição estereotipada é vista como a única forma de luta possível para sobreviver subjetivamente, de modo a ser incluído, como nos casos dos indígenas que se

autoapresentam como homens brancos, dos negros que se colocam em condições e posições subalternas, das mulheres que se consideram submissas aos homens e fetichizam a personagem de *esposa-mãe-dona-de-casa*, dos imigrantes que se submetem a condições degradantes análogas à escravidão ou dos homossexuais que adotam uma vida hétero e passam a vida toda “no armário” (discurso preconceituoso reproduzido socialmente).

Desse modo, e na proposta do presente capítulo, torna-se impossível ignorar a importância da questão da emancipação frente aos fenômenos aqui apresentados de dominação, violência, alienação, produção de desigualdades e barreiras ao reconhecimento de indivíduos e grupos sociais diversos. Além disso, evidencia-se que a emancipação é pensada como “inscrita na realidade social e na existência das pessoas e grupos, referida à liberdade subjetiva, ao reconhecimento nas relações interpessoais, ao acesso a direitos e à cidadania, à superação de situações de heteronomia” (Almeida, 2017, p. 2). Expressa-se, assim, por meio de processos que levem à racionalidade, solidariedade, autonomia e plena participação no plano social.

Nessa busca, a questão da metamorfose humana passa a ser entendida como “a progressiva e interminável concretização histórica do vir-a-ser-humano, que sempre se dá como superação das limitações das condições objetivas existentes em determinadas épocas e sociedades” (Ciampa, 1997, p. 1). Assim, pensar a possibilidade de fragmentos emancipatórios, associada à “mesmidade de pensar e ser” e à construção do “ser-para-si”, não implica a ilusão de uma ausência de determinações externas, mas a busca pela autodeterminação, “‘tornar-se escrava de si própria’ (o que de alguma forma é tentar tornar-se sujeito); procurar a unidade da subjetividade e da objetividade, que faz do agir uma atividade finalizada, relacionando desejo e finalidade, pela prática transformadora de si e do mundo” (Ciampa, 2005, p. 151).

Tudo o que determina o sujeito o nega enquanto totalidade, e por isso a expressão da autonomia está associada à superação de uma identidade que o coisifica, por meio da “negação da negação”,

que permite tornar-se um “outro *outro*”: “Isso consiste na *alterização* da minha identidade pressuposta (que deixa de ser *re-posta*) e no desenvolvimento de uma identidade posta como metamorfose constante, que toda humanidade contida em mim se concretiza” (ibid., pp. 188-189). Nesse movimento está contida, também, a possibilidade de construção de uma identidade política, desenvolvida por meio da socialização em grupos com os quais o sujeito possa desenvolver uma identificação e que lhes deem sustentação, porém sem ser aprisionado pelas políticas de identidade desses grupos, de modo a conseguir exercer plena autonomia em seu processo de individuação (Ciampa, 2002).

Fica claro, portanto, que o presente capítulo defende uma concepção de autonomia intersubjetiva, tal qual definida por Almeida (2017), uma autorrelação positiva construída por meio de relações intersubjetivas e arranjos sociais que garantam o reconhecimento intersubjetivo dessa identidade que se pretenda autônoma. Não se trata, obviamente – mas nunca é demais repetir –, das formas de satisfação do individualismo que negam a alteridade em prol das simples manipulação e realização dos seus desejos.

Tal pensamento traz à tona a dialética entre igualdade de fato e de direito, pois, quando não se estabelece o consenso nas rotinas cotidianas, a regulamentação consensual passa a ser feita via moral e direito, de modo que as leis “supram” de alguma forma a ausência da igualdade nas relações, uma influenciando a outra dialeticamente (Ciampa, 2002). Daí a relevância das políticas públicas como forma de estender e afirmar a garantia dos direitos de todos, contrapondo-se ao processo de neoliberalização de nossa sociedade, que, ao transformar tudo em mercadoria, o faz na contramão dos direitos. Nesse sentido, a esfera pública é a verdadeira esfera da democracia, e enquanto a esfera mercantil tem no consumidor o seu sujeito,

a esfera pública, por sua vez, é a dos direitos e tem no cidadão seu sujeito. Cidadão definido como sujeito de direitos. É por isso

que o que é público é para todos. Direito é o oposto de privilégio. Direito é para todos, senão não é direito, é privilégio, é só para alguns. (Sader, 2018, p. 22)

Considerações finais

Diante do objetivo de analisar a constituição histórica e social brasileira da categoria “Outro”, buscou-se aprofundar os aspectos objetivos no que tange à constituição do “povo brasileiro”, refletindo sobre a opressão e a discriminação que marcaram essa construção, assim como a violência e a submissão de grupos em nome da manutenção do modelo dominante, que propõe como alternativas de existência apenas a adaptação ou a exclusão. Foram abordados, também, os diferentes momentos do processo de exclusão social, desde a sua forma antropológica, que expulsa do seu interior tudo o que é desviante, até a fase atual, marcada pela exclusão/inclusão social, ou seja, inclusão cultural e exclusão socioeconômica.

Nesse processo, há uma ênfase no individualismo associado ao prazer imediato e à transitoriedade das experiências, que levam à exacerbação da individualidade, em que o sujeito é responsabilizado pelo rumo de sua história. Empurram-se, assim, os sujeitos no abismo da indiferença, distanciando-os dos processos coletivos e transformando-os em “sujeitos ausentes”, que não suportam a alteridade e reagem com violência, com o extermínio ou a subjugação de determinados grupos, atravessados pelas categorias de raça, etnia, gênero, faixa etária, localização geográfica, entre outras. Além disso, há uma generalização da categoria “Outro”, que reifica os seres humanos e os relega a seres descartáveis e solúveis, instituindo a pobreza enquanto categoria de desigualdade.

Essa ideologia, com ênfase no individualismo, também provoca o enfraquecimento do poder do Estado, que deixa de se responsabilizar e garantir os direitos sociais, gerando insegurança. Não obstante, ressalta-se aqui a importância da existência dos direitos formais, ainda que estes sejam denunciados como vazios devido à impossibilidade

de desfrutá-los de forma simétrica ou exercê-los de forma efetiva, uma vez que produzem brechas que delimitam um ideal socialmente aceito e legitimam valores igualitários.

Sem dar ênfase a um “pessimismo derrotista” de que a dominação capitalista e cultural é insuperável e engessada de tal modo que não cabem ações contestatórias, a Psicologia Social Crítica inspira a existência desse capítulo, na crença de que nada é imutável ou permanente dado de tal forma que não possa ser modificado pelos sujeitos. Almeida (2017) complementa essa ideia expondo a contradição de que as exigências de novos direitos são muitas vezes assimiladas pela normatividade social, canalizando as mudanças para limites toleráveis, sem alterar a distribuição de poder. Não obstante, defende que, ainda que o sistema capitalista renove permanentemente suas formas de dominação, reordenando-se sem mudar as estruturas estabelecidas, os processos emancipatórios possibilitam um fenômeno transitório de mediação de contradições, que, mesmo não resolvendo tudo, sempre possibilita avanços na cena sociocultural.

Assim, entende-se que, enquanto a reparação histórica não for devidamente implementada e efetivada nas relações, a igualdade de saída torna-se impossível, de modo que as desigualdades continuarão sendo reinventadas, cada vez de forma mais complexa, para reproduzir a ideia de que o “Outro” pode ser livre, desde que saiba o lugar que ocupa. A contradição existente entre igualdade de direito e de fato evidencia que o “Outro” se constituiu pela desigualdade e pela violência, balizando a importância da noção de igualdade enquanto articulação entre direitos legais e o direito à diferença.

Nesse sentido, os movimentos sociais que reafirmam uma identidade coletiva positiva são fundamentais para a luta pelos direitos igualitários, contestando a falácia de que a única forma de inclusão possível é a adaptação, na qual se abre mão da diferença pela igualdade dominante. Ainda que se corra o risco de gerar essencialismos identitários, quando o grupo homogeneíza seu interior e acaba por impossibilitar a própria experiência concreta da diversidade.

Esse é o primeiro passo na luta por um projeto de mundo comum ou comunidade universal, conforme descreve Mbembe (2014), uma vez que o reconhecimento da diferença é a inversão do desejo de ser incluído enquanto igual, pertencente a uma mesma Humanidade. No Brasil, apesar de se vivenciar um modelo democrático esvaziado de sentido e que não garante uma participação igualitária, esse ainda é o caminho a ser defendido – sobretudo diante do atual cenário político, onde direitos estão sendo ameaçados de extinção e retrocesso em nome de interesses particulares, uma vez que, se não é para todos, não é direito, é privilégio.

Por fim, defende-se que, por mais modulada que seja essa busca, ou limitada pela exclusão, o sujeito sempre vai buscar uma vida que merece ser vivida, ligada ao reconhecimento social de sua pretensão identitária. Nesse sentido, a democracia – em seu sentido pleno – permite pensar uma sociedade na qual haja o respeito pela alteridade enquanto reciprocidade de ser humano e onde não exista espaço para fundamentalismos que neguem a identidade do “Outro”.

Referências

- ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de (2017). “Identidade e emancipação”. *Psicologia & Sociedade*. Dossiê Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. Belo Horizonte, v. 29, dez.
- ALVES, Cecília Pescatore (2017). “Políticas de identidade e políticas de educação: estudo sobre identidade”. *Psicologia & Sociedade*. Dossiê Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. Belo Horizonte, v. 29, dez.
- ARRETCHE, Marta (2015). “Apresentação”. In: _____ (Org.). *Trajетórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Unesp/CEM, pp. 1-8.
- AVRITZER, Leonardo (2001). “A singularidade brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Resenha. São Paulo, v. 16, n. 45, fev., pp. 165-167.
- CAMPOS, André et al. (2004). *Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2: Dinâmica e manifestação territorial*. 2. ed. São Paulo, Cortez.
- CIAMPA, Antonio da Costa (2005). *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. 10. ed. São Paulo, Editora Brasiliense.

- CIAMPA, Antonio da Costa (2003). *A identidade social como metamorfose humana em busca da emancipação: articulando pensamento histórico e pensamento utópico*. Texto de conferência apresentada no XXIX Congresso Interamericano da Sociedade Interamericana de Psicologia, jul. [mimeo], pp. 1-15.
- _____. (2002). “Políticas de identidade e identidades políticas”. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz e PASSOS, Maria Consuelo (orgs.). *Uma psicologia que se interroga – ensaios*. São Paulo, Edicon, pp. 133-144.
- _____. (1997). *As metamorfoses da “metamorfose humana”: uma utopia emancipatória ainda é possível hoje?* Comunicação apresentada no simpósio “Metamorfoses da Identidade no mundo contemporâneo” do XXVI Congresso Interamericano da Sociedade Interamericana de Psicologia, set. [mimeo], pp. 1-4.
- COHN, Clarice (2001). “Culturas em transformação: os índios e a civilização”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun., pp. 36-42.
- CORDEIRO, Eros Belin de Moura (2009). “A modernização brasileira segundo a visão de Jessé Souza”. *Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba, n. 1, ago./dez., pp. 50-75.
- EXAME (2018). “Taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo”. Agência Brasil. 7 ago. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-feminicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/>>. Acesso em: 9 out. 2018.
- GLOBO (2018). “O que explica o aumento da pobreza extrema no Brasil”. *Economia*. 13 abr. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/o-que-explica-o-aumento-da-pobreza-extrema-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 9 out. 2018.
- GONÇALVES, Maria da Graça Marchina e BOCK, Ana Mercês Bahia (2009). “A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais”. In: _____ (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 116-157.
- LANE, Silvia Tatiana Maurer (1995). “A mediação emocional na constituição do psiquismo humano”. In: _____ e SAWAIA, Bader Burihan (orgs.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo, Brasiliense, Educ, pp. 55-63.
- LIMA, Aluísio Ferreira de; CIAMPA, Antonio da Costa e ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de (2009). “Psicologia Social como Psicologia Política? A proposta de Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane”. *Revista Psicologia Política*. São Paulo, v. 9, n. 18, jul./dez., pp. 223-236.

- MBEMBE, Achille (2014). *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa, Antígona.
- MIRANDA, Suelen Cristina de (2017). *A imigração haitiana para o Brasil: um olhar a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____ e OLIVEIRA, Debora Laís Silva (2016). “Mobilização em movimentos sociais: uma análise psicossocial da 20ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo – Brasil”. In: International Meeting of Industrial Sociology, Sociology of Organizations and Work, II, Caparica, Portugal. *Anais...* Caparica, FCT, pp. 155-169.
- RIBEIRO, Darcy (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SADER, Emir (2018). “As esferas pública, estatal, privada e mercantil no neoliberalismo”. In: _____ (org.). *Se é público é para todos: defender as empresas públicas é defender o Brasil*. Rio de Janeiro, Uerj/LPP, pp. 9-22.
- SEYFERTH, Giralda (2002). “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”. *Revista USP*. São Paulo, n. 53, mar./maio, pp. 117-149.
- _____ (2008). “Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político”. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, Porto Seguro. *Anais...* Porto Seguro, Centro Cultural de Eventos do Descobrimento.

Ressonância: Identidade e alteridade – breve análise à luz da contraposição igualdade e desigualdade

Maria da Graça Marchina Gonçalves

Este texto traz algumas reflexões produzidas a partir do capítulo “A identidade na alteridade: o outro na sociedade brasileira” (Miranda, Justi e Ferraz), o qual aborda, de maneira inovadora, a discussão e problematização do que seria a *identidade* do povo brasileiro, à luz da Teoria da Identidade de A. C. Ciampa e de elementos sobre a dialética subjetividade-objetividade desenvolvidos pela teoria sócio-histórica. Diante da abordagem apresentada nesse capítulo, a proposta aqui é balizar tal análise com a discussão das contradições que envolvem a contraposição igualdade-desigualdade, considerando sua produção ideológica articulada à materialidade das relações sociais capitalistas que marcam a história brasileira.

Os autores do referido capítulo desenvolvem uma discussão de identidade de maneira fiel à tese central de Ciampa, de identidade como metamorfose. Sabemos que não traz, essa tese, uma formulação simples, pois requer o manejo adequado da concepção dialética para que seja compreendida. A caracterização de como a configuração de um Outro desigual se deu na história do Brasil é, nesse sentido, fundamental para se fazer essa leitura dialética. Ou seja, só é possível falar em identidade do povo brasileiro, e identidade como metamorfose, como movimento contraditório e constante, se se delimitar a unidade de contrários que foi se configurando na formação desse

povo, se se apontar o contraponto entre a afirmação de uma nacionalidade particular, com história própria, o *brasileiro*, com aquilo que se identifica como a sua negação, a configuração do Outro que seria o seu contrário. O resultado? Contradições não resolvidas que, poderíamos dizer, podem manter a mesmice de uma sociedade estruturalmente desigual e violenta, indefinidamente. Ou podem ser superadas, tendo como resultado uma identidade plena de diversidade, com todas as suas expressões igualmente reconhecidas e incluídas.

Na primeira parte do texto de Miranda, Justi e Ferraz essa discussão é desenhada com aportes trazidos de processos históricos fundantes da sociedade e do Estado brasileiros, os principais sendo a colonização e a escravização. O texto traz também uma breve análise de como esses processos repercutem ao longo da história do país, chegando até a atualidade. Particularmente, os autores apontam como o processo de modernização da sociedade e do Estado no Brasil foi refém dessa história, resultando em uma modernidade híbrida (Souza, 2006; 2009), em que valores patriarcais, personalistas, antir-republicanos, coexistem com valores igualitários, de impessoalidade, republicanos, situação que traz ingredientes importantes para que a desigualdade social se torne invisível enquanto se reproduz.

Na segunda parte do texto, por meio da discussão da categoria identidade, na verdade por meio da discussão do sintagma identidade-metamorfose-emancipação, os autores apontam limites e possibilidades de superação das desigualdades e dos processos de opressão que constituem a identidade brasileira, na perspectiva da emancipação. Trabalham o conceito de *autonomia* como desenvolvido pela teoria em tela com a noção de *autonomia intersubjetiva* (Almeida, 2017). Trata-se de um nível de análise que, como dito acima, faz o manejo da dialética para apontar que a superação das contradições, que implicam opressão e dominação e que, portanto, produzem processos identitários fragmentados, cristalizados e reprodutores do *status-quo* social e político, requer a consideração da complexidade envolvida nos processos humanos. No caso, a autonomia não pode ser reduzida à ideia de um sujeito individual livre para definir os

próprios caminhos. A autonomia do indivíduo compreendido como sujeito social só pode ser alcançada em processos sociais emancipadores e que comportam redes de sociabilidade solidárias, as quais devem ser consideradas a partir de sua gênese e em seu movimento.

Por fim, o capítulo trabalha as possibilidades e limites da emancipação no contexto do capitalismo contemporâneo, apontando alguns processos psicossociais envolvidos nesse contexto. Particularmente, é discutida a noção de *reconhecimento*, em sua articulação com identidade e emancipação, fenômeno que tem diferentes expressões, as quais falam das contradições sociais.

Podemos fazer uma releitura do caminho percorrido no capítulo a partir de três focos, não diferentes, de maneira essencial, dos que foram adotados por Miranda, Justi e Ferraz, mas aqui reforçados e/ou recolocados pelo viés da perspectiva sócio-histórica como tem sido desenvolvida em produções mais recentes. O primeiro foco é a explicação da materialidade da vida social que se encontra na base do processo de constituição da identidade do povo brasileiro como discutido pelos autores. O segundo é a utilização da categoria *dimensão subjetiva da realidade* (Furtado, 2011; Gonçalves e Bock, 2009) para analisar os processos ideológicos, valorativos, intelectivos e afetivos que acompanham a formação da identidade; trata-se de um recurso teórico que permite dar visibilidade a esses processos e a seu papel na constituição de fenômenos sociais, no caso, a formação identitária de um povo. O terceiro, absolutamente articulado ao segundo, problematiza a contraposição igualdade-desigualdade, em sua dimensão subjetiva, apontando implicações para a compreensão, afinal, do “povo brasileiro”.

A materialidade da vida social

O processo histórico referido no texto aqui comentado deve ser considerado à luz das determinações de classe que se configuraram no desenvolvimento do modo de produção capitalista, com as particularidades que adquiriu no caso brasileiro. O lugar do Brasil colônia no

processo de desenvolvimento capitalista teve algumas fases – exploração de recursos naturais, fonte de matéria-prima para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas; participação nas relações mercantis, sempre no interesse da metrópole; produção de monoculturas, a serviço também dos ciclos mercantis, sob o comando da metrópole. A seguir, o Brasil independente tem nova estrutura política, mas não tem alterado, significativamente, seu lugar no cenário do desenvolvimento capitalista. Nesse processo econômico, a necessidade de mão de obra vai configurando uma exploração de diferentes grupos conforme as possibilidades e/ou o proveito dos detentores do poder. Isso foi apontado no texto de Miranda, Justi e Ferraz: a dizimação dos povos originários; a escravização dos negros; a exploração dos imigrantes europeus. Trata-se, nesse período, do processo de criação de uma nação, a brasileira, que, politicamente passa por estatutos diferentes (colônia, império, república), mas onde predomina o poder político e econômico oriundo da posse da terra, dada a forma como o país se insere no capitalismo mundial – como economia extrativista ou agrária.

No processo de modernização, as tentativas de industrialização do país encontram as vicissitudes decorrentes do fato de que ele continua a ter um lugar periférico no capitalismo mundial. Esse lugar será analisado de várias formas, por vários autores. Mas, interessamos reconhecer que, por essa característica, pôde se constituir uma modernidade *sui generis*, sem produzir rupturas profundas com a ordem anteriormente estabelecida. Tivemos assim, por exemplo, uma modernização que prescindiu da reforma agrária, mantendo latifúndios improdutivos e os mesmos grupos no poder.

Por essa e outras razões, o Brasil se insere no processo de industrialização refém do desenvolvimento dos países do capitalismo central, de várias formas, ao longo do século XX. Trata-se de uma nação onde as elites não têm projeto próprio, a não ser manter seus privilégios na periferia daquilo que os países centrais conseguiram. Os vários momentos da economia no século XX vão revelando esse processo, de forma geral, a reboque do capitalismo internacional.

A análise dos fenômenos sociais aí presentes, dentre eles a constituição identitária do povo brasileiro, não deve perder de vista essa base objetiva de organização da sociedade, que tem, articuladas a ela, diferentes expressões de produção subjetiva, que só podem ser compreendidas na articulação dialética com essa materialidade. Sem cair em análises mecânicas ou reducionistas, não se pode perder de vista essa relação primordial.

O texto de Miranda, Justi e Ferraz expõe essa mesma perspectiva de análise. Insistimos nela no sentido de que não parem dúvidas de que o Outro, produzido como o negativo do brasileiro ideal desejado, expressa percepções, afetos, concepções que se coadunam com um país forjado na espoliação, na violência, no imediatismo pragmático do mercado, com suas variações ao longo do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esse Outro tem também uma dimensão objetiva, concreta, à medida que vai tendo delimitados os espaços de vida possíveis – na verdade, quase nenhum. Será em articulação dialética com essa dimensão objetiva e a partir dela que se constituirá uma dimensão subjetiva, claramente sinalizada no texto em tela, quando os autores apontam o racismo, a discriminação de gênero, a desvalorização do indígena e outras expressões de valores negativos e opressores constituindo experiências sociais diversas.

A dimensão subjetiva é o foco, por excelência, da leitura da psicologia social. Mas, ela deve ser compreendida na dialética subjetividade-objetividade, que impõe o reconhecimento das características concretas da sociedade de que se trata.

A dimensão subjetiva

A dimensão subjetiva da realidade é uma categoria da psicologia social sócio-histórica que busca dar visibilidade ao que se passa na relação dialética entre indivíduo e sociedade. Está apoiada na ideia de que nada é em si objetivo ou subjetivo. A realidade, de acordo com os fundamentos do materialismo histórico e dialético, tem existência independente do sujeito que pensa sobre ela. Mas, em termos

ontológicos, há uma unidade entre objetividade e subjetividade. Ou seja, o sujeito que atua sobre a realidade e produz representações sobre suas vivências o faz em um processo em que agrega subjetividade à objetividade, por isso não é possível se falar de uma objetividade, ou uma subjetividade, em si. Deve-se falar de um processo objetivo-subjetivo que constitui a realidade social.

Esse processo, compreendido de forma materialista histórica e dialética, obriga a considerar dialeticamente a relação subjetividade-objetividade e a relação indivíduo-sociedade. Nesse sentido, a realidade social é vista como uma construção que resulta dessa imbricação, em uma *construção social da realidade social*. [...] Para designar esse processo, utiliza-se a categoria dimensão subjetiva da realidade, a fim de indicar que se trata de uma dimensão constitutiva da realidade social. (Gonçalves e Furtado, 2016, p. 37)

Miranda, Justi e Ferraz apontam vários aspectos psicossociais presentes na constituição da identidade do povo brasileiro que, pode-se dizer, fazem parte da dimensão subjetiva da realidade. Apontam o racismo, desde sempre calcado na ideia de inferioridade do negro, que contribuía para a naturalização da violência imposta aos povos africanos. Apontam a eugenia, que busca atualizar essa ideia, pois, se não eram como animais, os negros eram, de qualquer forma, inferiores a uma raça superior. Apontam, ainda, o individualismo, próprio da ideologia burguesa, que se apresenta como uma forma de compreensão da experiência social, calcada na definição do indivíduo e suas capacidades como base do processo social, e que vai perpassar todo o processo histórico brasileiro, que, como dito acima, se dá refém do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Outra noção que também fala de um aspecto de dimensão subjetiva da realidade é a noção de autonomia discutida pelos autores, a partir de Ciampa e Almeida. E aqui se trata de um exemplo que evidencia que a dimensão subjetiva da realidade expressa as contradições da materialidade social. Assim, ao se defender a perspectiva de

uma autonomia intersubjetiva, o que se apresenta é um contraponto à noção individualista de autonomia, aquela calcada no mesmo individualismo que representa, ideologicamente, os interesses do capital. O individualismo desdobra-se em muitos elementos; um deles, também comentado pelos autores, é a meritocracia. Outro é exatamente a noção de autonomia.

Ocorre que, contraditoriamente, a valorização dos sujeitos em uma perspectiva emancipatória passa pela valorização da autonomia. Como expressar essa contradição? Como superá-la? A discussão apresentada mostra que a autonomia de que se fala é a autonomia intersubjetiva, aquela alcançada em uma rede de sociabilidade onde o indivíduo é considerado no contexto de suas relações e onde o propósito é a autonomia de cada um, conseguida por meio da autonomia de todos.

Tal formulação só é possível como produção subjetiva de uma vivência concreta já posta na materialidade da vida social contraditória. Ou seja, a experiência humana historicamente produzida, na dialética subjetividade-objetividade, apresenta a possibilidade de um caminho individual e competitivo, próprio de lógicas mercantis que atravessam as relações; mas, também, apresenta a possibilidade de um caminho coletivo, próprio de outra lógica, que se contrapõe àquela; a lógica de uma sociabilidade solidária, em que a emancipação de todos é a meta.

Dentro da perspectiva teórico-metodológica que nos orienta, essa vivência já existe materialmente, nas experiências contra-hegemônicas possibilitadas, contraditoriamente, pelo próprio desenvolvimento capitalista. E, ao mesmo tempo, expressa produções subjetivas que trazem o entendimento e o desejo de que tudo pode ser diferente do que é.

Com isso queremos dizer que a dimensão subjetiva da realidade é contraditória, expressão que é das contradições da vida concreta. Ao mesmo tempo em que se articula com a objetividade que lhe dá origem, constitui essa mesma objetividade, qualificando as experiências vividas. Isso revela o movimento da realidade social, que pode

permanecer na mesmice, como diria Ciampa; ou pode alcançar a mesmidade, apontando para a alterização. Podemos dizer, então, que as contradições da dimensão subjetiva da realidade revelam a possibilidade de aprofundar, ampliar e fortalecer fragmentos emancipatórios (Ciampa, 2005).

A contraposição igualdade-desigualdade e sua dimensão subjetiva

A igualdade foi palavra de ordem da burguesia. Sintetizou, juntamente com as noções de liberdade e fraternidade, a ideologia liberal que representou a nova classe em sua luta política. Dadas sua natureza de universalidade e a amplitude das mudanças históricas que aconteceram quando de sua afirmação, foi para além disso, podemos dizer. Passou a representar uma concepção de humano que está na ordem da genericidade. Ou seja, trata-se de conquista histórica, produção do ser humano no processo histórico que compõe o conjunto de produções do que podemos designar gênero humano (Oliveira, 2005). Com essa delimitação, mas não só, como veremos, a noção de igualdade faz parte da dimensão subjetiva da realidade.

Contemporaneamente, entretanto, o que significa igualdade? Como a noção de igualdade, conquista histórica da humanidade, coloca-se frente às desigualdades estruturais e profundas destes tempos históricos?

Para continuar, é preciso ter em mente o que discutimos anteriormente. A dimensão subjetiva é expressão de experiências concretas. Estas, por sua vez, devem ser tomadas nesse âmbito, da concretude, buscando-se sua gênese na materialidade da vida social. Nessa análise, não se pode perder de vista a dialética subjetividade-objetividade. A materialidade da vida social e a dialética subjetividade-objetividade só podem ser consideradas a partir da lógica dialética, com o princípio da contradição. Como esses elementos articulam-se na discussão da contraposição igualdade-desigualdade?

Em primeiro lugar é preciso reconhecer que uma ideologia pode ser hegemônica e representar interesses hegemônicos na sociedade; mas, não esgota o conjunto de experiências históricas e respectivas representações. Porque a realidade social é contraditória e contém outras vivências. Assim, a ideologia liberal foi e ainda é hegemônica e dominante em muitos contextos. Foi reformada por certa ideologia neoliberal e hoje a confusão entre uma e outra é presente (como sabemos, *a história ocorre da primeira vez como tragédia e da segunda como farsa...*¹). Mas, ainda é importante retomar os preceitos liberais.

A igualdade liberal representou conquista e avanço para uma parcela da humanidade, por proclamar que todos os indivíduos humanos são iguais, perante a lei e o Estado. Daí decorreu, de imediato, a noção de direitos individuais.

Entretanto, a materialidade da vida social que engendrou tal representação em breve mostrou os limites para se alcançar a igualdade de fato, uma vez que o modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que produzia mais riqueza, produzia mais miséria. Ou seja, essa noção de igualdade rapidamente tornou-se abstrata. Não deixou, entretanto, de cumprir seu papel ideológico, justificando, por ela mesma, a desigualdade. Com isso, também a desigualdade tornou-se, em muitos contextos, abstrata. Vamos trazer à discussão um tema que pode esclarecer isso, o tema dos direitos.

Como dissemos acima, da noção liberal de igualdade decorre a noção de direitos individuais. Uma noção formal e abstrata, mas alimentada ideologicamente pela valorização do indivíduo (entra aqui o mesmo individualismo já referido neste texto e no texto de Miranda, Justi e Ferraz). Todos são iguais perante a lei e o Estado; todos têm os mesmos direitos, de expressar sua individualidade e de ser representados, na lei e nos governos, em sua individualidade. A resolução dessa exigência de reconhecimento e representação trouxe sérios problemas para a política e introduziu o tema da democracia; entretanto, nunca se resolveu completamente (Miguel, 2014; 2016).

1 Célebre frase de Marx na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

Não se resolveu, principalmente, pela emergência da desigualdade, uma desigualdade de novo tipo, seja porque está referida à determinação das classes sociais do capitalismo, seja porque recoloca outras desigualdades (de raça e de gênero) sob a reconfiguração da contradição de classes capitalista. De qualquer forma, a desigualdade se impôs.

Qual o âmbito objetivo dessa contraposição entre igualdade e desigualdade? Está dado pela desigualdade de fato promovida pelo capitalismo; mas, em certa medida, pela experiência de certa igualdade, a de ter direitos, promovida pelo próprio modo de produção capitalista. Esta foi, então, para uma parcela da sociedade, uma experiência concreta, a experiência dos direitos individuais. Foi, entretanto, limitada.

Tal experiência de ter direitos avança na luta por direitos sociais. Na verdade, avança porque outra experiência concreta se apresenta, a experiência ao longo do século XX da luta dos trabalhadores, que apresentam suas demandas frente à exploração capitalista; é a luta por direitos sociais (Singer, 2003).

Esse processo histórico tem uma dimensão subjetiva em que as noções de igualdade e desigualdade estão presentes, com formulações cognitivas e intelectivas, mas também com um viés valorativo, carregado de afetos, pró ou contra.

O texto de Miranda, Justi e Ferraz traz vários elementos que permitem compreender essa contraposição entre igualdade e desigualdade no âmbito da dimensão subjetiva. Sem perder de vista que se trata de uma dimensão que expressa a materialidade da vida social, portanto, as contradições do capitalismo, vê-se na discussão sobre a naturalização das desigualdades esse apontamento de uma produção que, podemos dizer, faz parte da dimensão subjetiva. Da mesma forma, a igualdade formal aí está também. Pois, não é formal uma noção de igualdade que fez conviver, na história brasileira, a defesa de valores liberais com a defesa da escravização? Não é formal uma

ideia de igualdade que convive com uma hierarquia valorativa de pessoas, em que uns valem mais e outros valem menos, uns são cidadãos e outros, subcidadãos?

No contraponto, a noção de desigualdade também se torna formal, porque inclui explicações e justificativas para sua existência no âmbito mesmo da noção de igualdade, vejam só! São as explicações para a desigualdade que vêm, por exemplo, da meritocracia, da ideia de que a igualdade inicial, que iguala todos os indivíduos, explicaria por que alguns não conseguem sucesso, não alcançam a realização. Não conseguem por incapacidades próprias, por diferenças individuais que os colocam em desvantagem, por questões naturais de diferenças individuais. Não há o que fazer, a não ser lidar, em alguma medida, com elas, por algum instrumento de classificação das diferenças e controle sobre elas.

Isso traz implicações para a discussão da emancipação. E, por meio da noção de reconhecimento discutida no texto de Miranda, Justi e Ferraz, a partir de Ciampa, Almeida e Mbembe, podemos apontar que as contradições presentes na dimensão subjetiva da identidade do povo brasileiro apontam, neste momento, a necessidade de desnaturalizar as noções de igualdade e desigualdade, colocando-as à prova da vida vivida e fazendo delas instrumento político de esclarecimento de projetos societários e escolha de caminhos a ser seguidos.

A desnaturalização da desigualdade permitirá apontar o que a produz e como pode ser superada. A desnaturalização da igualdade permitirá explicitar o que a limita. Nesse processo, à ideia de igualdade de saída, contrapõe-se a ideia de igualdade de chegada, aquela que será obtida por meio da identificação e transformação das situações que produzem a desigualdade (Gonçalves, 2003).

De alguma forma, todos defendem a igualdade. Precisamos que se esclareçam e se diferenciem as escolhas que podem manter a igualdade como ideal abstrato, portanto, representando privilégio de alguns; das escolhas que procuram promover a igualdade de fato, portanto, aquela destinada a todos, em suas diferenças e diversidade.

Se essas escolhas são, antes de mais nada, objetivas, sobre quais caminhos seguir, são também contraposições no âmbito das produções subjetivas que acompanham esse processo; fazem parte da dimensão subjetiva da realidade.

Quem é o Outro que queremos ver reconhecido e respeitado?
Quem é o povo brasileiro que reconhecemos?

Referências

- ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de (2017). "Identidade e emancipação". *Psicologia & Sociedade*. Dossiê Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. Belo Horizonte, v. 29, dez.
- CIAMPA, Antonio da Costa (2005). *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. 10. ed. São Paulo, Brasiliense.
- FURTADO, Odair (2011). *Trabalho e solidariedade*. São Paulo, Cortez.
- GONÇALVES, Maria da Graça Marchina (2003). *Psicologia sócio-histórica e políticas públicas – a dimensão subjetiva de fenômenos sociais*. Tese de doutoramento em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____ e FURTADO, Odair (2016). "A perspectiva sócio-histórica: uma possibilidade crítica para a psicologia e para a educação". In: AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de e BOCK, Ana Mercês Bahia (orgs.). *A dimensão subjetiva do processo educacional – uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 27-42.
- _____ e BOCK, Ana Mercês Bahia (2009). "A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais". In: _____ (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 116-157.
- MIGUEL, Luís Felipe (2016). "Introdução – Igualdade e democracia no pensamento político". In: _____. *Desigualdades e democracia – O debate da teoria política*. São Paulo, Unesp, pp. 7-23.
- _____ (2014). *Democracia e representação – Territórios em disputa*. São Paulo, Unesp.
- OLIVEIRA, Betty (2005). "A dialética do singular-particular-universal". In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da e MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis, Vozes, pp. 25-51.

SINGER, Paul (2003). "A cidadania para todos". In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) *História da cidadania*. São Paulo, Contexto, pp. 191-263.

SOUZA, Jessé (2006). "A Gramática social da desigualdade brasileira". In: _____ (org.). *A Invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte, UFMG.
_____ (2009). *A ralé brasileira, quem é e como vive*. Belo Horizonte, UFMG.

As potências dos bons encontros: relações entre pesquisas em Psicologia e povos indígenas

Flávia Roberta Busarello
Leandro Lucato Moretti
Marta Maria Okamoto

Introdução

As presentes linhas versam sobre encontros da psicologia social com os povos indígenas, cotejando a vivência de Pichon-Rivière, importante psicanalista e grupalista suíço-argentino, com os guarani no Chaco argentino no início do século XX e o trabalho de duas pesquisas realizadas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com povos indígenas em dois estados do Brasil. Com isso, tem-se por objetivo narrar e discutir, a partir dessas vivências, a produção de conhecimentos psicológicos junto a esses povos, bem como as afetações envolvidas.

No Brasil, a população indígena atualmente é estimada em quase 900 mil pessoas, distribuídas em 305 etnias, 36,2% dessas pessoas vivendo em área urbana e 63,8% em área rural (IBGE, 2010). Diante desse cenário, este capítulo pretende esboçar caminhos possíveis para uma *práxis* psicológica não colonizadora que considera os territórios, as histórias e as cosmologias dos povos indígenas, posicionando-se além da normativa biológica que considera simplesmente a interação com o meio em que estão inseridos. Concebemos, com Lane (1992,

p. 12), uma psicologia onde “o ser humano traz consigo uma dimensão que não pode ser descartada, que é a sua condição social e histórica, sob o risco de termos uma visão distorcida (ideológica) de seu comportamento”, reconhecendo os sujeitos como ativos e produtores de suas histórias.

Também partimos das inquietações da construção de relações entre psicologia e povos indígenas, subsidiando práticas psicossociais de fortalecimento de ações coletivas e de transformações sociais, pois “a subjetividade é uma das dimensões no interior do qual o processo revolucionário se constrói” (Sawaia, 2014, p. 5). Em relação aos povos indígenas, devemos considerar seus processos históricos e cosmologias, compreendendo a potência do sofrimento ético político, tanto dos que resistem e lutam por suas terras, quanto para os que migraram para o contexto urbano. Nossa discussão será norteadada por uma concepção da psicologia social não colonizadora, dando ênfase aos conhecimentos dos povos indígenas.

Para tanto, esse capítulo utiliza como disparador narrativas de duas pesquisas realizadas na PUC-SP junto aos povos indígenas no Brasil, em diálogo com um breve relato autobiográfico da vivência de Pichon-Rivière com os guarani, onde, ao se referir a sua teoria dos grupos operativos, sublinha sua experiência seminal na infância e juventude junto às comunidades que habitavam a região no norte da Argentina.

A primeira narrativa é de uma vivência com os Kaiowá, em que a pesquisa foi construída, principalmente, na Aldeia Panambizinho, em Dourados/MS, com o objetivo de dialogar sobre usos de bebidas alcoólicas. Já a segunda, é uma pesquisa ação-participante com duas indígenas Xokleng/Laklãnõ que migraram para a cidade de Blumenau/SC, onde se tornaram pesquisadoras-informantes e atuaram de forma ativa na pesquisa, construindo, ao final, uma cartilha sobre os direitos dos povos indígenas a partir das denúncias feitas em rodas de conversas.

A reflexão aqui proposta se torna importante, visto que a psicologia está ampliando sua relação com as temáticas indígenas para

além de uma visão naturalizadora. Vitale e Grubits (2009) realizaram um levantamento a respeito das produções na área da Psicologia e povos originários, onde o primeiro registro identificado foi em 1980. Além disso, em um espaço de 29 anos, considerando o ano de 2009 (ano de publicação da pesquisa feita pelas autoras), foi identificada a produção de somente 49 publicações.

Portanto, não pretendemos dar soluções para o diálogo entre a psicologia e os povos indígenas, mas sim refletir sobre formas de construir encontros potentes e que possibilitem romper com uma visão eurocêntrica e colonizadora que em muitos casos é lançada sobre esses grupos. Sendo assim, o que se apresenta aqui não é uma reflexão finalizada, mas caminhos iniciais.

Narrativas

Aqui serão mostradas as narrativas já referidas anteriormente. O foco é apresentar alguns aspectos gerais dos grupos apresentados e dos contextos nos quais estão inseridos, a partir das vivências dos pesquisadores da psicologia social. Importante entender que as impressões produzidas foram sintetizadas, pensando a respeito de aprendizagens e de contribuições que os conhecimentos dos povos indígenas trouxeram para os pesquisadores, buscando entender potenciais diálogos a ser aprofundados. Primeiramente, será apresentada uma construção com os kaiowá e guarani, e em seguida, com os xokleng/laklãnõ.

A construção de uma pesquisa com os kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul

O contexto da região do município de Dourados/MS é permeado pela influência econômica do agronegócio. Por trás da produção em massa de soja e da cana-de-açúcar, que são comercializadas como *commodities* globais, existe a necessidade de cada vez se produzir mais, demandando cada vez mais terras voltadas para tal finalidade.

Com essa organização da produção no campo, os interesses mercantis sobre os territórios colidem com os territórios historicamente ocupados pelos kaiowá e guarani, que são vitais para sua existência e reprodução cultural. Dourados/MS possui uma população indígena estimada em mais de 15 mil pessoas, distribuída em diferentes formas de assentamento, como a Reserva Indígena de Dourados (RID), Terras Indígenas (TI) resultado de mobilizações históricas, como a TI Panambizinho, acampamentos de retomada que surgem a todo momento, como o *Apyka'i*, e a população moradora nos bairros periféricos da cidade.

Nesse contexto conflituoso, pudemos perceber que a lógica e os valores relacionados ao agronegócio estão presentes nos espaços do município, uma vez que o discurso hegemônico na região é pautado no desenvolvimentismo a partir da produção do campo, reforçado pela mídia local.

Nesse sentido, pensando esse contexto criticamente, tornou-se necessário construir bons encontros com os kaiowá e guarani que resistem na região, a fim de contribuir nas suas lutas por territórios e seus modos de vida. Em Moretti (2017), construir pesquisas de psicologia social pôde assumir esse viés de contribuir com a autonomia dos kaiowá e guarani e seus territórios.

Nessas vivências, fica evidente o que aponta Teixeira (2016): é preciso “estabelecer um compromisso ético-político com as lutas dos povos indígenas, incluindo-os nas pautas, dando-lhes voz e visibilidade” (p. 240), por meio das práticas da psicologia pautadas em uma leitura crítica, representando um cuidado e sensibilidade para adentrar nesse campo de discussões. Durante esse processo, foi possível entender que esse compromisso social se expressa no movimento de repensar nossos conhecimentos e categorias a todo momento, aprendendo com os kaiowá outras formas de entender o mundo.

Os kaiowá buscam explicar sua realidade e justificam suas práticas a partir de suas redes de conhecimento e mitos originários. Seraguza (2013) apresenta a importância dos mitos que fundamentam os modos de vida kaiowá e guarani, pois “aquilo que os seus

deuses, Ñanderuvusu e Ñandesyvusu¹, fizeram na primeira terra é deixado de herança e exemplo aos viventes do plano zero, a yvy, a terra” (p. 67). Os mitos são as referências onde encontram as justificativas para as suas práticas culturais, como uma reprodução da forma como os deuses ancestrais viveram a seu tempo.

A partir de bons encontros entre redes de conhecimentos kaiowá e conhecimentos da psicologia social, foi possível repensar as nossas categorias e dialogar com categorias próprias. Entendendo a existência de outras formas para compreender os processos de construção de sujeitos, onde estão articulados os fenômenos psicológicos e sociais. Conforme aponta Garnele (2018):

Trata-se da investigação de dimensões internas dessas sociedades, tais como o regime do parentesco, as dimensões mito cosmológicas que instituem os fundamentos das subjetividades indígenas. (s/p.)

Nesse sentido, a autora aponta que devemos buscar compreender como as relações que produzem pessoas e coletivos entre os kaiowá e guarani se articulam, se aproximando de suas perspectivas de mundo.

Partindo para um exemplo, a pesquisa construída a respeito dos modos de beber pode nos ajudar a entender esse posicionamento. Foi necessário buscar compreender as questões problemáticas colocadas pelos kaiowá e guarani a respeito do consumo abusivo de bebidas destiladas, de forma histórica e cultural. A virada do diagnóstico do alcoolismo, ou “alcoolismo indígena” como muitas vezes é apontado, para a categoria processos de alcoolização indígena, proposta por Souza (2013), permitiu essa compreensão contextualizada.

A partir disso, foi possível perceber a coexistência de diferentes bebidas e de modos de beber; de um lado, o consumo abusivo das bebidas destiladas tais como: a cachaça, pinga, corotes, chamadas de *caña* pelos kaiowá e guarani, ligadas muitas vezes a relações

1 Primeiro rezador e rezadora.

violentas e construção de corpos contrárias àquelas preconizadas pelo grupo; de outro, encontramos o *kagwy*, mais conhecido como *chicha*, uma bebida fermentada de milho branco, de grande importância para o modo de vida e a sociabilidade kaiowá e guarani, e a produção de corpos leves, uma vez que é o caminho de diálogo com os bons espíritos.

Por fim, retomamos alguns aprendizados importantes que foram possíveis através da vivência com os kaiowá e guarani. Entendemos que nossa cultura é apenas uma dentre tantas existentes no mundo, e que, como qualquer outra, possui potencialidades e fragilidades na relação com as realidades. Considerar isso nos permitiu ir contra a característica homogeneizadora do nosso modo de vida ocidental, dialogando com os kaiowá de forma simétrica, possibilitando o diálogo com sua diversidade.

Além disso, nesses bons encontros, abriu-se a possibilidade de entender criticamente o nosso modo de vida e as relações que foram construídas historicamente com os povos indígenas. Repensar nossas concepções e conhecimentos a partir da construção coletiva com visões de mundo distintas pode contribuir para o avanço em questões consideradas como centrais em nossa sociedade.

Pesquisando com o povo Xokleng / Laklãnõ no contexto urbano

O povo Xokleng/Laklãnõ vive em Santa Catarina na Terra Indígena Laklãnõ, criada em 1965 e juridicamente conhecida como Reserva Indígena Duque de Caxias, localizada no Alto Vale do Itajaí entre os municípios de Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux e Vitor Meireles, com área oficial de 37.018 hectares. Nesse território as etnias Xokleng, Kaingang e guarani convivem em oito aldeias. No caso do povo Xokleng/Laklãnõ são pertencentes à família linguística Jê do tronco Macro Jê, “mas de fato poderiam ser classificados

como uma língua que não se agrega a nenhum dos troncos descritos no Brasil, em função da incorporação que faziam das mulheres que pegavam dos grupos rivais” (Konell, 2013, pp. 24-25).

Esse povo, como os demais povos indígenas do Brasil, vem sofrendo um processo de genocídio autorizado. No caso de Santa Catarina esse processo acontece desde o período de 1817 até a República Velha, em 1910, no entanto essa última data não marca o fim dos ataques a esses povos, pois ocorreu a contratação de grupos pagos, chamados de bugreiros, para assassiná-los (ibid.).

Após o fim do ataque e a dizimação feita pelos bugreiros, a intervenção e o genocídio continuaram de diferentes formas. No caso do povo Xokleng/Laklânô foi construída a Barragem Norte, iniciada no ano de 1975, com a finalidade de conter as enchentes que avassalam a região do vale do Itajaí/SC. Essa construção trouxe para o povo da Terra Indígena Laklânô a impossibilidade de continuar a viver da agricultura e da pesca, como fazia até então, além da presença do branco diretamente em suas terras, o que causou fortes mudanças na Terra Indígena, não apenas em âmbito físico mas também nas relações pessoais, como afirma Henriques (2000, p. 6): “a partir do momento em que houve a interferência da Barragem na TII, novas relações sociais foram estabelecidas, dando início às alterações dos estilos de vida da população, modificando também seus projetos individuais e coletivos”.

Devido a toda a situação ocasionada pela Barragem Norte, o povo indígena migra principalmente para as cidades de Blumenau e Florianópolis, ambas em Santa Catarina, em busca de trabalho e possibilidade de ingressar no ensino superior. No caso da primeira, essa se caracteriza por um discurso que define sua identidade como a “cidade alemã”, um local em que toda cultura e identidade são recheadas do que seria o dito típico alemão, ou seja, um local de brancos, loiros e de olhos azuis.

A partir disso, o primeiro contato da pesquisadora, na época estudante da Universidade Regional de Blumenau (Furb), com os povos indígenas Xokleng/Laklânô foi no ano de 2010 por meio do

Educogitans – Grupo de Pesquisa Filosofia e Educação Educogitans do Mestrado em Educação da Universidade Regional de Blumenau (Furb), através da pesquisa “Planejamento Pedagógico-Didático e Formação Intercultural de Professores para a Revitalização da Língua e da Cultura Xokleng nas Escolas Indígenas Laklãnô e Bugio em Santa Catarina”. Durante a participação no programa mencionado foi possível conhecer os indígenas estudantes da Furb e constatar o sofrimento que os povos indígenas vivenciam, tanto na Terra Indígena como em Blumenau, fato que motivou a continuação da pesquisa sobre a vida dos povos indígenas no contexto urbanizado bem como possibilitou procurar subsídios para potencializar a luta por melhores condições de vida destes na cidade.

Considerando a historicidade e a especificidade da cidade de Blumenau, foi pensada uma *práxis* norteada pela criação de um comum entre pesquisadora e povos indígenas. Fez-se um exercício de sustentar, ao longo da pesquisa, um olhar horizontal, dialógico, respeitoso e afetivo, a fim de partilhar experiências com os sujeitos Xokleng/Laklãnô. Também foi respeitada e valorizada a cosmovisão do povo indígena, entendendo que esta é orientadora e guia da vida das pessoas, uma forma de pensar-agir e de viver no mundo de forma inerente a cada cultura (Morales, 2008).

A reflexão sobre a história e as violências vivenciadas por esses povos se faz necessário, pois o discurso de branquitude e eurocentrismo está presente em todo o processo histórico do Brasil, e o psicólogo precisa reconhecê-lo justamente para não ser um agente reproduzidor. Com isso, reconhecendo que a *práxis* não deve ser desconectada da realidade e da história, a pesquisa foi escrita conjuntamente com duas indígenas moradoras de Blumenau, que foram chamadas de pesquisadoras-informantes, não reproduzindo um discurso cientificista.

Caminhando junto com as duas, iniciou-se um percurso de construção de um reconhecimento da população indígena e suas principais demandas na cidade de Blumenau. Em encontros, com muito café e suco, em diversos espaços na cidade, o gravador e as entrevistas foram deixados de lado, pois junto delas a pesquisadora aprendeu o

“tipo do índio” – expressão utilizada por uma das pesquisadoras-informantes –, o que é ser mulher indígena em uma cidade loira, e os afetos presentes após a migração para o contexto urbano (Busarello, 2017).

Após muitas conversas, as duas pesquisadoras-informantes em conjunto com a pesquisadora viram a necessidade de se unir com demais indígenas do contexto urbano. Assim com o objetivo do mapeamento das principais demandas, foram planejadas e organizadas duas rodas de conversas com os indígenas que as envolvidas conheciam: a primeira em maio de 2017 e a segunda em julho do mesmo ano. Sem hierarquia e na posição de aprendiz, a pesquisadora participou como ouvinte e apoiadora, as duas indígenas tomaram a coordenação da reunião e das falas, fazendo os encaminhamentos e as tentativas de criar espaços de interação e calor em uma cidade que se diz alemã.

Os encontros, as movimentações e conversas pela cidade continuaram, e partiu de uma das indígenas presente nas rodas de conversa o sonho de fazer uma Associação de Indígenas em Contexto Urbano. A pesquisadora, que antes era aprendiz, agora se transformou em assessora e novamente se une a mulheres indígenas, para formar um comum, um lugar de calor em meio à maquiagem germânica de Blumenau.

Tanto a pesquisadora como as duas pesquisadoras-informantes fazem parte da pesquisa, e após todos os encontros todas as três envolvidas mudaram. Com todas as vivências e afetações, é impossível pensar em uma psicologia neutra, ou livre de afetos. As linhas pensadas e a *práxis* feita entre as três ressoam o que foi vivido, sentido e aprendido em todos os encontros entre as participantes. Vivenciar a cidade junto das duas mulheres indígenas não é simplesmente dizer de uma horizontalidade e respeito, é se pensar nesse lugar, considerar a história e as formas como a psicologia está marcando esses sujeitos e aprender também com eles. Para além disso, pensar a psicologia após o encontro com os povos indígenas é vivenciar o poder dos afetos no

sujeito, as marcas da história e o respeito para com os outros, pois o olhar para o outro não é hierárquico, e sim de igualdade e cuidado, não é dado voz, mas sim falado em conjunto.

Pichon-Riviére e os guarani no Chaco argentino

Enrique Pichon-Riviére, psicanalista e grupalista, nasceu na Suíça, filho de franceses, emigrou com seus pais aos 3 anos de idade para o norte da Argentina no começo do século XX. Nessa época o governo local estava concedendo terras para projetos agrícolas no norte do país como incentivo para o desenvolvimento da região. Para lá partiram, e instalaram-se na cidade de Florencia, província do Chaco, à margem direita do rio Paraná. Nessa época aquela região era predominantemente ocupada pelos indígenas da etnia guarani, e a pouca população de origem europeia se concentrava em pequenos povoados. Vítimas de forte preconceito, os guarani eram vistos como violentos, acusados de raptos de mulheres e crianças, imaginário alimentado mais pelas fantasias do que pelos fatos; tal discurso mantinha um estado de tensão e perigo constante na relação com a população local.

Pichon-Riviére e sua família, capturados inicialmente por esse discurso, foram se diferenciando dele, construindo uma relação de forte respeito aos guarani. Os pais de Pichon-Riviére tinham uma postura muito clara, muito aberta, especialmente o pai, que nutria uma especial simpatia por eles. Nas relações cotidianas tinham um tato especial, enfrentavam o que fosse necessário, não sem antes esgotar todas as possibilidades de diálogo e esclarecimento. A amplitude e a docilidade que seus pais tiveram para entender como se relacionar com o outro marcaram Pichon-Riviére ao longo de sua vida, já como psicanalista tal postura o auxiliou para captar o mais profundo da vida cotidiana.

Na convivência com a população indígena ele aprende a falar fluentemente o guarani, que se transforma em sua segunda língua; o aprendizado do castelhano virá depois na escola primária. Anos mais

tarde ele fará referência a esse momento como uma rica experiência pessoal, o aprendizado e a abertura necessários para os grupos humanos com tantas e profundas diferenças. Sempre olhará para o outro, querendo conhecer, incluir, se aproximar. Aberto ao que possa ser o mais diferente dele, ao longo de sua trajetória construiu espaços de acolhida e de pensamento para o louco, o artista, a família em sofrimento, a criança adoecida, os trabalhadores da saúde mental, a todos acolheu e com todos trabalhou, ou fez trabalhar, como gostava de dizer.

Ao longo de sua obra, a vivência e as reflexões sobre ser imigrante, o estar numa terra estranha à de origem, a vida tecida em um contexto cultural estrangeiro, o encontro e o choque de culturas distintas influenciaram decisivamente sua teoria, estando presente em muitos de seus escritos.

Sobre a relação entre o que o sujeito vive e o que ele pensa e cria dirá:

Essa íntima relação existe. E num sentido por acaso ainda mais amplo, entendo o homem como se configurando em uma práxis, em uma atividade transformadora, em uma relação dialética, mutuamente modificante com o mundo. (Lema, 2004, p. 30)

Em sua condição de imigrante pôde se apropriar do seu novo território desde muito cedo para que todo seu estranhamento se tornasse reflexão, produção, formas de aceitação desse outro sempre diferente. Seu interesse pelas ciências humanas é, em suas próprias palavras, a tentativa de resolver as contradições e os conflitos angustiantes entre duas culturas distantes, europeia e indígena, que a ele se incorporaram como dois modelos culturais opostos, nem sempre claramente discriminados.

Desde cedo seu interesse pelos agrupamentos o faz apaixonado por esportes, por sua característica grupal, pelos indígenas, por sua capacidade de agrupar-se trabalhando em comunidade e sua organização. Pichon-Rivière, ao falar de seu contato com a cultura guarani:

Trata-se de um mundo mítico, com uma concepção de pensamento essencialmente mágico; e é evidente que tudo relacionado a morte tem ali um valor. Ao mesmo tempo, subjaz nos atos cotidianos, nos mitos e lendas, uma profunda poesia.... Influida posteriormente em minhas teorias a comprovação de sua maneira de agrupar-se, o trabalho em comunidades e seu sentido de ordem. Uma ordem primitiva, mas ao mesmo tempo de raízes muito profundas. (ibid., pp. 28-29)

A central e vital importância que Pichon-Rivière deu à experiência, a possibilidade da reflexão e do diálogo constante com a teoria, o movimento dialético que tanto defendeu ao longo da vida: teoria e prática conversam, se transformam, e, sobretudo, se reveem constantemente. Essa atitude de não fixação de lugares, dogmas teóricos, exige do psicólogo social a capacidade de suportar colocar suas crenças e valores sempre em questão, se revendo, se revisitando e permanecendo aberto ao que desconhece.

E, finalmente, é instigante lembrar que Pichon-Rivière, quando refletiu sobre os grupos, os pensou sempre como locais onde se produzem novas subjetividades a partir da subjetividade de cada um de seus membros. Ele pensou o grupo como produtor e produto de seu tempo, local privilegiado de encontro com o outro, onde é possível, através do olhar do outro, saber melhor quem se é. Nesse movimento do singular ao coletivo, de localização histórica, é possível entender-se como parte de um processo e inventar saídas para os impasses contemporâneos que são colocados, tanto no nível dos grupos quanto no dos sujeitos (Okamoto, 2017).

Uma conversa a três: por uma Psicologia Social possível

As vivências aqui descritas com os povos indígenas foram em diferentes tempos e contextos, mas marcaram os sujeitos envolvidos, provocaram reflexões e ressoaram nas diferentes *práxis* psicológicas. A importância de considerar a vivência para os sujeitos, bem como as narrativas, se dá, pois, segundo Vigotski (2010), a vivência

se caracteriza pela relação sujeito e meio, constituindo um processo dialético e histórico. Nesse sentido, não há como considerar uma psicologia descontextualizada dos encontros/vivências dos pesquisadores, o que fundamenta o diálogo proposto até aqui.

Portanto, retomando que “o ser humano traz consigo uma dimensão que não pode ser descartada, que é a sua condição social e histórica, sob o risco de termos uma visão distorcida (ideológica) de seu comportamento” (Lane, 1992, p. 12), não há como considerar pesquisador e pesquisado como passivos e inativos no processo; com isso, não há neutralidade científica ou um sujeito a-histórico.

Além dessa perspectiva, podemos recorrer a Espinosa, que afirma as emoções como questão ético-política, obrigando “as ciências humanas em geral, e a Psicologia Social em especial, a incorporar o corpo e as emoções do sujeito, até então desencarnado e abstrato, nas análises econômicas e políticas” (Sawaia, 2001, p. 101).

Ainda para Espinosa, o sujeito se movimenta sempre para a expansão do seu *conatus*, ou seja, para expandir sua potência, visto que “o corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor” (Spinoza, 2013, postulados). Assim, o corpo sempre está em busca de bons encontros, esses que expandem seu *conatus*.

Desse modo buscamos, como Pichon-Riviere, não lançar sobre os povos indígenas um olhar colonizador e hierárquico, a partir da não utilização de categorias construídas em contextos distintos, mas sim de aprendizagem e simetria, pois a partir das vivências se transformaram e, por conseguinte, mudaram sua *práxis* e repensaram a construção histórica da psicologia. Além disso, consideraram as cosmologias e os conhecimentos desses povos, buscando repensar o lugar da psicologia e a sua prática, não reproduzindo modelos terapêuticos desconectados da materialidade. Esse movimento de reflexão levou Pichon-Rivière a incorporar na sua construção teórica culturas até então distantes, priorizando a construção coletiva de um saber psicológico e de resistência frente à psicologia naturalizante.

Balizadas por uma atuação para uma psicologia potencializadora dos sujeitos através dos bons encontros, as narrativas aqui apresentadas partiram dessa premissa norteadas por uma *práxis* ético-política que não reproduz o paradigma entre corpo e mente, pois “a mente e o corpo são uma só e mesma coisa, a qual é concebida ora sob o atributo do pensamento, ora sob o da extensão” (Spinoza, 2013, prop. 2, escólio).

Essas aprendizagens afetaram e transformaram suas perspectivas sobre a psicologia historicamente construída em espaços da sociedade ocidental, onde “o corpo humano pode sofrer muitas mudanças, sem deixar, entretanto, de preservar as impressões ou os traços dos objetos e, conseqüentemente, as mesmas imagens das coisas” (Spinoza, 2013, postulados); portanto, o corpo é marcado pelos encontros. Por isso não podemos desconsiderar as vivências enquanto psicólogas e psicólogos junto a esses povos, lançando outras perspectivas sobre os fenômenos compreendidos pelos campos da psicologia.

O encontro da psicologia com os povos indígenas pode ser potente para ambos, porém depende de um posicionamento ético e horizontal, não criando hierarquias, mas tecendo um vínculo de respeito. A partir dessa posição horizontal e da comunalidade de aprendizado, Borda (1999) vê o método de pesquisa participante como um caminho possível e afirma que: “Ela induz os eruditos a descer das torres de marfim e a se sujeitarem ao juízo das comunidades em que vivem e trabalham, em vez de fazerem avaliações de doutores e cate-dráticos” (p. 60).

Portanto, a partir disso, tomamos as palavras de Paulo Freire, na pedagogia da autonomia, para expressar esse encontro: “A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (Freire, 1996, p. 16). É na composição dos muitos e diversos saberes que a psicologia se faz, pois para construir a potência não há unilateralidade de saberes.

Considerações finais

Considerando então a psicologia como um campo dinâmico e que possui o movimento histórico em sua construção, principalmente na relação com os povos indígenas em seus diferentes contextos, as linhas aqui apresentadas procuraram destacar a importância das vivências, dos encontros e a historicidade da Psicologia para a sua *práxis*, pois esta é ativa e construtora de conhecimentos que buscam expressar o movimento das sociedades.

Pode-se também compreender que a psicologia deve ser norteada para a transformação social e a potência dos sujeitos, assumindo as implicações ético-políticas de seus métodos e práticas, rompendo com ideias e projetos colonizadores. Gonçalves e Bock (2009) contribuem nessa reflexão ao afirmarem: “é preciso escolher que projeto de sociedade e de humano desejamos incentivar com nossas explicações e nossos fazeres profissionais” (p. 154), já demonstrando como a ação dos profissionais é guiada para a transformação social.

Além disso, considerar as emoções, a produção de afetos e bons encontros na *práxis* psicológica é também considerar o sujeito integralmente em seu corpo e mente, em sua história e cosmologia. Por isso, a pesquisa ou as ações de um(a) psicólogo/a não é neutra, afeta os sujeitos e o profissional atuante, marca os corpos e histórias dos envolvidos – como no caso das três narrativas aqui apresentadas.

Por fim, o objetivo do texto apresentado foi retomar momentos em que a psicologia se relaciona com os povos indígenas, através de pesquisas construídas por dois dos autores somadas a um ponto da obra de Pichon-Rivière, a fim de demonstrar a potencialidade dos bons encontros entre esses diferentes mundos e redes de conhecimentos. Foi possível perceber a capacidade transformadora nesses encontros, pois partem da premissa do respeito e do cuidado com a diversidade que representam as etnias indígenas e os seus conhecimentos, contribuindo assim para a construção de um compromisso ético-político com as demandas desses grupos. As presentes linhas

não tiveram o objetivo de apresentar soluções definitivas para o campo da psicologia com esses povos, mas pretenderam trilhar alguns caminhos ético-políticos possíveis.

Referências

- BORBA, Orlando Fals (1999). “Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, pp. 42-62.
- BUSARELLO, Flávia Roberta (2017). “*Minha cor não é branca, minha cor não é negra, minha cor é canela*”: análise psicossocial da vivência urbana dos Xokleng/Laklânô na cidade loira de Blumenau/SC. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010). *Censo demográfico*. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- FREIRE, Paulo (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra.
- GARNELO, Luiza (2018). *Crise de suicídios indígenas no Brasil: o que nós sabemos sobre a psicologia indígena?* Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco, Movimentos Sociais, 19 jan. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/ocultar-home/crise-de-suicidios-indigenas-no-brasil-o-que-nos-sabemos-sobre-psicologia-indigena/32846/>>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- GONÇALVES, Maria da Graça Marchina e BOCK, Ana Mercês Bahia (2009). “A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais”. In: _____ (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 116-157.
- HENRIQUES, Karyn Nancy Rodrigues (2000). *Territórios indígenas em espaços urbanos: um estudo da migração dos indígenas da Ti Ibirama para Blumenau – SC*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina.
- KONELL, Vania (2013). *Cosmovisão e educação interétnica: educação escolar indígena Xokleng/Laklânô*. Dissertação de mestrado em Educação. Blumenau, Universidade Regional de Blumenau.

- LANE, Silvia Tatiana Maurer (1992). “A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia”. In: _____ e CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 10. ed. São Paulo, Brasiliense, pp. 10-19.
- LEMA, Vicente Zito (2004). *Conversaciones con Enrique Pichon-Rivière sobre el arte y la locura*. 15. ed. Buenos Aires, Ediciones Cinco.
- MORALES, Patrícia Pérez (2008). *Espaço-tempo e ancestralidade na educação ameríndia: desdobramentos de Paulo Freire na província de Chimborazo, Equador*. Tese de doutoramento em Educação. São Paulo, Universidade de São Paulo (USP).
- MORETTI, Leandro Lucato (2017). *Modos de beber em áreas indígenas no Mato Grosso do Sul: aproximações entre a psicologia social e perspectivas kaiowá e guarani*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- OKAMOTO, Marta M. (2017). *Revisitando Enrique Pichon-Rivière: Grupo Interno, história de origem e contexto social*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SAWAIA, Bader Burihan (2001). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis, Vozes.
- _____ (2014). “Transformação Social: Um objeto pertinente à Psicologia Social?”. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. esp. 2, pp. 4-17.
- SERAGUZA, Lauriene (2013). *Cosmos, corpos e mulheres kaiowá e guarani: de aña à kuña*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados.
- SOUZA, Maximiliano Lioila Ponte de (2013). *Processos de alcoolização indígena no Brasil: perspectivas plurais*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- SPINOZA, Benedictus (2013). *Ética*. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- TEIXEIRA, Lumena Celi (2016). “A psicologia na promoção do bem viver indígena”. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (org.). *Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver*. São Paulo, CRP SP.
- VIGOTSKI, Lev Semionovich (2010). “Quarta aula: A questão do meio na pedagogia”. Tradução de Márcia Pileggi Vinha e revisão de Max Welcman. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 21, n. 4, pp. 681-701.
- VITALE, Maíra Pedrosa e GRUBITS, Sonia (2009). “Psicologia e povos indígenas: um estudo preliminar do ‘estado da arte’”. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 1, n. 1, jul./dez., pp. 15-30.

Ressonância: A Psicologia Social crítica em diálogo com os povos indígenas

Odair Furtado

O Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, um dos primeiros do Brasil, com pouco mais de quarenta anos de existência, marcou a psicologia social brasileira com sua contribuição teórica e sua abordagem crítica. O capítulo aqui comentado, “As potências dos bons encontros: narrativas de pesquisas e vivências com os povos indígenas”¹, realizado pelos jovens pesquisadores do programa interessados na causa indígena, segue a tradição dessa discussão crítica, e o tema encontra-se presente entre nós desde os anos de 1980, época em que Bader B. Sawaia, que coordenava junto com Silvia Lane um núcleo de pesquisa no programa, orientou o mestrado de Sônia Grubits (1992)², professora da Universidade Católica Dom Bosco de Mato Grosso do Sul.

Antes de Sônia Grubits, a temática já estava presente no grupo de Silvia Lane trazida por Marlito de Souza Lima, que visitava regularmente uma tribo xavante no Xingu e colocava em xeque nossas certezas baseadas no conhecimento ocidental de origem europeia. Numa dessas oportunidades ele contou uma história que reproduzo:

1 Capítulo neste mesmo livro de Flávia Roberto Busarello; Leandro Lucato Moretti e Marta Maria Okamoto.

2 Sônia cursou seu mestrado de 1988 a 1992.

Marlito visitava a tribo xavante eventualmente e o fazia por interesse pessoal, sem interesse científico. Com o tempo foi fortemente acolhido e adotado pelos xavante. Na época, chegar até o alto Xingu era uma verdadeira aventura que incluía mensagem de rádio para o posto da Funai e aguardar a chegada eventual de um membro da tribo para combinarem um dia para que ele fosse até esse posto. Dois dias de viagem, para então seguirem de barco até a aldeia. Em uma dessas oportunidades, Marlito não seguiu o ritual e foi para o posto da Funai sem aviso prévio, e quando desceu do ônibus surpreendeu-se com a presença de dois xavante esperando-o no terminal rodoviário. Perguntou o que faziam ali e eles responderam que vieram esperá-lo!

Como poderiam eles saber dessa chegada? Passamos horas tentando decifrar sem êxito esse enigma no grupo. Ainda hoje ele permanece indecifrável. Todas as tentativas esbarravam na interpretação que partia de um desconhecimento dos códigos utilizados, e mesmo alguém com a vivência do Marlito não conseguia explicar o fenômeno. O mais próximo que chegamos foi apontar para a crença na intuição como dado de realidade. A cultura europeia, com sua racionalidade exacerbada, havia abandonado esse modo de analisar o mundo. Mas essa interpretação permanecia muito ocidental.

Os estudos sobre a questão indígena no Brasil há um bom tempo, como demonstram as autoras e o autor do capítulo aqui discutido, deixou de ser assunto exclusivo de indigenistas e antropólogos para ganhar espaço entre inúmeras disciplinas, particularmente o campo da saúde do indígena. Até o ano de 2016 o segmento da saúde do indígena estava ligado ao Ministério da Saúde e recebia atenção especial. A psicologia, por sua vez, discute a intervenção possível tanto do ponto de vista da saúde quanto do ponto de vista psicossocial, e atualmente pode também estar incluída no âmbito da assistência social, como demonstram as dissertações de Leandro L. Moretti e de Flávia R. Busarello, presentes no capítulo já mencionado.

Todos sabemos que a questão indígena foi historicamente relegada a um enésimo plano desde a invasão dos europeus e a colonização, que implicou fundamentalmente a destruição da cultura indígena

pela escravização, assassinato, conversão, docilização. Como vimos no capítulo aqui comentado, dos prováveis 5 milhões de indígenas em 1500, hoje temos apenas 900 mil. O crescimento do agronegócio, principalmente nas duas últimas décadas, ocupando a Região Centro-Oeste do Brasil, se dá a partir da ocupação de terras devolutas pertencentes ao Estado e com a sua complacência. Na realidade estamos falando de terras que têm dono, terras ocupadas por nações indígenas há tempo imemorable e não demarcadas. Para os guarani-kaiowá isso representa a morte, como aponta Moretti (2017), no sentido objetivo e no simbólico. Morte dos indivíduos que compõem esse grupo étnico e morte de sua cultura. A demarcação do território como área de preservação, reserva indígena, é garantia de defesa, mas é medida paliativa, que não garante a mobilidade perene de um povo nômade.

A contradição fica muito evidente através de duas dinâmicas presentes: a preservacionista e a exterminatória. A exterminatória, desde o século XVI, é responsável pelo genocídio que provocou desaparecimento de inúmeras tribos e mesmo de etnias. A preservacionista aparece como resposta ao extermínio, mas apresenta o efeito colateral do cerceamento, de transformar a reserva em uma espécie de propriedade indígena com potencial econômico e fora da lógica cultural de um povo livre e nômade. Tal política preservacionista induz a relação entre brancos e indígenas de forma desigual com fortes prejuízos para os indígenas. Esta é a questão central nos mestrados de Flávia R. Busarello (2017) e Leandro L. Moretti (2017): o resultado do contato com o branco em condição desigual produzindo empobrecimento, desenraizamento, adoecimento físico e mental, e o alcoolismo se destacando como sério problema da saúde do indígena.

O risco dessas comunidades próximas de aglomerados urbanos ou de terras de interesse do agronegócio é permanente, e a zona de conflito deflagrada como está ocorrendo atualmente com os Guarani-Kaiowá e é noticiado na imprensa, com a ocorrência de mortes por assassinato e suicídios, invasão das terras indígenas demarcadas etc., é um forte indicativo de que o extermínio continua sendo a regra

prevalente. Considerando que essa política de reserva é a que, no momento, está sendo questionada pelo governo conservador de Jair Bolsonaro³.

Esse conflito permanente, como foi apontado, tem o foco na disputa pela terra e se dá de forma desigual. Quanto mais próximo as aldeias se localizam de zonas de interesse econômico, mais cruel é o conflito. Entretanto, são muitos os grupos étnicos que vivem em áreas isoladas, distantes de interesses econômicos imediatos e protegidos pela floresta. A política social e protecionista dos governos Lula e Dilma Rousseff garantiu um aumento considerável de reservas indígenas com as garantias territoriais necessárias. No momento, é o resultado dessa política que está sendo questionado pelo novo governo. Assim, os 900 mil indígenas se distribuem pelo território brasileiro de forma desigual e dentre eles há grupos com pouco ou nenhum contato com brancos, outros que estão isolados e mantêm contato constante com os brancos e os que vivem no mesmo território e passam por processo de miscigenação e dificuldade para manter viva sua cultura. Os dois mestrados citados apontam bem os problemas enfrentados nesse último caso e a paulatina destruição desses grupos étnicos.

Mas voltemos ao enigma anunciado anteriormente, como será possível compreender a demanda dos povos indígenas se não temos a vivência⁴ de sua dimensão cultural? Uma atividade profissional como a psicologia, mas evidentemente não somente ela, na sua atuação na saúde do indígena, enfrenta fortemente esse dilema. Fundamentalmente pelo fato de suas técnicas e procedimentos

3 O próprio presidente vem declarando publicamente que a política de definição das reservas indígenas será revista e que essas terras devem ser destinadas à produção agrária para garantir o crescimento do país. Tais declarações acabam incentivando a invasão de terras já demarcadas e aumentam a violência que já é endêmica nesse campo. A organização dos povos indígenas tem sido a resposta a essa violência.

4 Vivência/experiência (*perijivanie*), no sentido definido por Vigotski (2000), considera o profundo envolvimento do sujeito com o fato vivenciado e seu vínculo afetivo e cognitivo, e isso significa dizer que há na vivência crença e valor.

estarem ligados à condição interpretativa⁵. Não somente a psicologia, mas em certa medida todas as profissões que atuam na saúde, para ficar num segmento específico⁶.

Para melhor explicitar o enigma vamos lançar mão da experiência de Philippe Descola (2006), que de 1976 a 1978 viveu entre os Achuar, no norte do Peru, para desenvolver seu estudo etnográfico, orientado por Lévi-Strauss, e relata uma história muito significativa que está no centro do enigma. Já muito bem adaptado aos padrões culturais dos Achuar, falando a língua nativa e participando de todas as atividades da tribo e reconhecido como tal, contrai uma doença que ele presume ser uma forte contaminação bacteriana. A febre alta e a prostração eram os sintomas evidentes da doença. O antropólogo francês supõe que, se não for medicado, poderá morrer! Seu adoecimento preocupa seus agora parentes, os indígenas mais próximos dele naquela aldeia. Descola vive um conflito nesse momento, precisa de um antibiótico para fazer ceder a infecção e para tanto teria que convencer seus hospedeiros a buscar em um entreposto a dois dias de distância o medicamento necessário. Ocorre que eles, também muito preocupados com seu adoecimento, queriam que o mais reconhecido xamã dos Achuar cuidasse da doença. Tratava-se de um conflito de crenças e num momento crucial não havia alternativa. Para os Achuar trata-se de cuidar de retirar a causa da doença que remetia a uma ordem presente em sua cosmologia, e, de outro lado, havia a crença do francês numa outra “cosmologia”, a ciência ocidental. O acordo final, de difícil arranjo, se deu com a concordância de Descola em passar primeiro por um ritual xamânico extenso, e em seguida foram os Achuar atrás dos comprimidos que achavam completamente dispensáveis. Qual foi a ordem cultural que prevaleceu na cura do antropólogo francês?

5 Para melhor entendimento veja Paul Ricoeur (1977) sobre a noção de interpretação e Ana M. B. Bock (1999) sobre a crítica ao caráter ideológico da psicologia.

6 Wittgenstein já havia indicado que mesmo a mais dura das ciências passa por uma determinada condição de interpretação.

Os ocidentais, termo aqui utilizado para designar aqueles que foram formados na cultura judaico-cristã de vertente europeia, evidentemente acreditariam na versão do francês, os Achuar e qualquer membro de uma etnia indígena com pouco contato com os brancos acreditariam na vertente xamânica. Qualquer tentativa de responder a essa pergunta sem irmos à raiz da questão é infrutífera e corre o risco da mera divagação.

Lançamos mão de recente publicação de Jean Tible (2017), fruto de seu doutorado de 2012⁷. Em *Marx selvagem*, Tible faz um excelente resgate do debate sobre um Marx que desconheceria a questão indígena e trataria a visão de mundo da Europa industrializada como a mais acabada obra da humanidade, seu mais alto desenvolvimento tecnológico e cultural. Essa concepção estabeleceria uma ordem hierárquica entre culturas, admitindo que as anteriores deveriam atingir o estágio da última e esta seria sucedida pela ordem socialista ou comunista.

Tal concepção sofre um viés evolucionista inspirado nas teorias de Darwin e sofreria de outro, de cunho teleológico, impondo uma inevitabilidade histórica que romperia com a própria lógica materialista histórica e dialética. Demonstrar que a obra de Marx e (principalmente) a de Engels resvalam por esse viés, mas são corrigidas no seu rumo, foi o trabalho acurado de Tible em sua tese. Não somente uma cuidadosa revisitação da obra de Marx e Engels, mas a atualização do debate considerando novas descobertas e novas análises com maiores condições históricas e antropológicas envolvendo autores da atualidade, que avançam nesse campo, atualizando o debate numa dimensão que seria impossível no final do século XIX.

A pergunta que move Tible é, de certa maneira, a que move este capítulo (aqui, evidentemente, inspirada pela leitura do seu livro!). A conhecida chave da evolução histórica da sociedade primitiva para a escravocrata, depois feudal e, por fim, a atual capitalista, considerava

⁷ Agradecemos ao jovem Felipe Praude a apresentação desse fascinante e imprevisível livro em pleno sol de Trancoso.

as passadas como extintas e superadas pelas subsequentes. As anteriores deixavam traços econômicos e tinham absorvidas formas de organização e de sociabilidade, que eram remanejadas por algum tempo até serem definitivamente substituídas ou transformadas. A surpresa de Marx e Engels foi a descoberta antropológica de Morgan sobre a organização social e política dos povos iroqueses da América do Norte. Um grupo forte, potente e atuante com uma organização política que consideravam superior às dos fundadores do EUA, tanto que a eles ofereceram a possibilidade de fundação de um país naquelas bases, que reunisse a organização indígena e a dos colonizadores revolucionários. Como seria possível considerar essa organização cultural, social e política como inferior à capitalista industrial europeia? E mais, como considerá-la superada e “extinta”?

Assim Tible (2017) define sua tese que irá desenvolver no decorrer de seu livro, inspirado fortemente pelo peruano Juan Carlos Mariátegui⁸. Ao citar Lévi-Strauss (*Mitologias*) sobre a tentativa de apreender tais culturas nos seus próprios termos, diz:

Ou seja, uma antropologia que reconheça que “suas teorias sempre exprimiram um compromisso, em contínua renegociação histórica, entre os mundos do observado e do observador, e que toda antropologia bem-feita será sempre uma *antropologia simétrica*, em busca de um *mundo comum*” (Viveiros de Castro, 1999). Tal antropologia simétrica rompe com a concepção de que cada cultura manifesta “uma solução específica de um problema genérico – ou como preenchendo uma forma universal (o conceito antropológico) com um conteúdo particular”. Retomando a problematização de Leibner acima, acerca da comunicabilidade dos diversos mundos, essa perspectiva “suspeita que os problemas eles mesmos são radicalmente diversos. [...] O que a

8 Lembramos aqui o doutorado de Bruno Simões Gonçalves (2014) na PUC-SP sobre o pensamento crítico latino-americano com destaque para Mariátegui.

antropologia, neste caso, põe em relação são problemas diferentes, não um problema único ('natural') e suas diferentes soluções ('culturais')" (Viveiros de Castro, 2002a). (Tible, 2017, p. 40)

A questão que se coloca é: podemos fazer uma "psicologia simétrica"? Mas, antes de respondê-la, sigamos com Jean Tible. O autor está interessado em atualizar um debate presente entre os antropólogos de base marxista e *en passant* a polêmica produzida com os anarquistas sobre o reconhecimento de Marx do coletivismo como forma avançada de organização. Nesse sentido, de forma consistente demonstra que Marx, a partir dos *Grundrisse*, adota uma visão menos determinista sobre a evolução dos modos de produção, reconhecendo tanto o coletivismo das MIR russas (forma de coletivismo no campo no século XIX) quanto a organização política dos iroqueses na América do Norte. Nesse momento Marx se afasta da concepção evolutiva de Darwin, *stricto sensu*. Falando sobre a evolução, contemporaneidade e simetria o autor nos diz sobre o encontro de culturas díspares como a indígena e a europeia:

Se a evolução da técnica é acompanhada de uma brutal desigualdade, como pensar suas relações? Se a evolução das técnicas de produção é inegável e, nesse sentido, estágios cabíveis (no padrão da produção "ocidental"), isso pode nos dizer pouco sobre certas relações sociais. Qual a relação entre técnica e valores como igualdade e liberdade, por exemplo? Se há um inegável avanço das forças produtivas (em termos de produtividade e capacidade de produção, embora possa ser questionável sua sustentabilidade), existiria, assim, um elo inverso entre desenvolvimento das forças produtivas e hierarquia/dominação? (ibid., p. 99)

E mais abaixo, em nota, o autor complementa expressando uma relação que serve como uma boa provocação para a psicologia que discute a questão indígena:

Como isso se colocaria para os indígenas? Seria possível para eles conciliar (pois estão dentro do capitalismo contemporâneo)

a formidável capacidade técnica dos brancos com suas relações sociais outras? [...] Seus desafios seriam o de intentar “utilizar a potência tecnológica dos brancos, isto é, seu modo de objetivação, sem se deixar envenenar por sua absurda violência, sua grotesca fetichização da mercadoria, sua insuportável arrogância, isto é, por seu modo de subjetivização – sua sociedade” (Viveiros de Castro, 2000). (Tible, 2017, p. 99)

Nesse momento, e através de Viveiros de Castro, Jean Tible chega muito próximo da solução do enigma, ao menos do ponto de vista antropológico, mas talvez seja esta mesma a questão central desse fenômeno do qual a psicologia que discute a questão indígena deve se apropriar.

Acompanhando ainda os argumentos e análises de Tible, é impressionante a expressão do pajé Davi Kopenawa Yanomami (várias entrevistas disponíveis na internet), que descreve e define a relação acima, exposta por Tible, com uma clareza impressionante, particularmente quando menciona a relação fantasmagórica dos brancos com a mercadoria e que não cabe na cultura indígena. Impossível para um Yanomami compreender que alguém possa trocar valores como liberdade e autonomia por um objeto qualquer, que em última instância poderíamos chamar, como apontaram Hardt e Negri (2009), de propriedade.

Para concluir o argumento, nos referimos uma última vez a Jean Tible (2017):

Nesse sentido, deve-se abandonar a ideia de universal, “um conceito de razão” que “se coloca como necessidade *a priori*, isto é, prévia experiência”. Pôde-se opor outra perspectiva, baseada nas experiências e vivências dos sujeitos sociais, já que “o pertencimento ao comum se realiza *na coisa (in re)*, enquanto a abstração do universal lhe é ‘ulterior’ (*post rem*)”. O comum como diálogo entre multiplicidades. (p. 294)

Portanto, o enigma fala de visões de mundo diferentes, mas não por posições diferentes de um ponto de vista como, por exemplo, o de

classes sociais. Trata-se de fato de mundos diferentes e de referências que, apesar de díspares, são ambas verdadeiras. O diálogo da psicologia com povos indígenas deve passar necessariamente pela negociação desse plano universal, mencionado na fala de Tible, e buscar na vivência do outro a referência para o diálogo, e neste caso se trata da outra cultura, que necessariamente deve ser reconhecida em pé de igualdade. Qual instrumento, quais técnicas e teorias a psicologia pode oferecer no momento para essa construção do comum? Ela não está pronta e nossos jovens pesquisadores, com sua visão crítica, buscam sinceramente essa alternativa. O tempo dirá se estão logrando sucesso na empreitada. A menção à postura de Pichon Rivière (1907-1977), psicanalista argentino, representa um alento e um possível caminho de quem se coloca no lugar do outro, mas não é suficiente (mesmo considerando que, na época do seu contato com os Guarani, tratava-se de uma novidade!). É preciso, mais que o vínculo ao outro, o seu reconhecimento como interlocutor válido. Sem isso o comum não será construído.

Referências

- BOCK, Ana Mercês Bahia (1999). *Aventuras do Barão de Munchhausen na Psicologia*. São Paulo, Cortez.
- BUSARELLO, Flávia Roberta (2017). “*Minha cor não é branca, minha cor não é negra, minha cor é canela*”: análise psicossocial da vivência urbana dos Xokleng/Laklânô na cidade loira de Blumenau/SC. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DESCOLA, Philippe (2006). *As lanças do crepúsculo: relações Jivaros no Alto Amazonas*. São Paulo, Cosac Naify.
- GONÇALVES, Bruno Simões (2014). *Nos caminhos da dupla consciência: socialismo indo-americano, libertação e descolonização na América Latina*. Tese de doutoramento em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GRUBITS, Sônia (1992). *A construção de uma identidade no conflito entre a cultura Bororo e civilizada*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio (2009). *Commonwealth*. Cambridge, Belknap Press – HUP.
- MORETTI, Leandro Lucato (2017). *Modos de beber em áreas indígenas no Mato Grosso do Sul: aproximações entre a psicologia social e perspectivas kaiowá e guarani*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RICOEUR, Paul (1977). *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro, Imago.
- TIBLE, Jean (2017). *Marx selvagem*. 4. ed. São Paulo, Autonomia Literária.
- VIGOTSKI, Lev Semionovich (2000). “Manuscrito de 1929”. Tradução de Alexandra Marenitch. *Revista Educação & Sociedade*, v. 21, n. 71, jul.

Um ensaio sobre a produção científica do programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP em relação às mulheres brasileiras

Eliete Edwiges Barbosa

Fabiane Ramos Rosa

Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga

Introdução

O debate e a produção de conhecimento sobre a vida política e privada das mulheres está presente na academia em diálogo com práticas sociais cotidianas e movimentos que questionam estruturas institucionais, relações de dominação e fomentam discussões sobre igualdade, equidade e justiça. As pesquisas científicas contribuem para a ampliação da visibilidade do campo, assim como alteram a produção discursiva a seu respeito.

Partindo do reconhecimento a respeito da relevância das pesquisas científicas sobre as mulheres, este capítulo apresenta um levantamento realizado no mês de outubro do ano de 2018 sobre o banco de dados on-line das dissertações e teses que abordam as mulheres como campo de investigação, e que foram desenvolvidas junto ao Programa de Psicologia Social da PUC-SP. Tal levantamento foi

feito no âmbito da disciplina Desenvolvimento de Projetos, que faz parte da grade curricular obrigatória do programa de doutorado do referido programa.

Considerando, ainda, importante situar as condições de produção desses estudos no âmbito do Programa de Psicologia Social, este capítulo está organizado da seguinte forma: um breve resgate histórico sobre o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, com destaque para sua relação com a temática; a apresentação do modo como foi realizado o levantamento sobre a produção do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social; a apresentação dos resultados do levantamento e sua discussão.

A constituição do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP

Como área específica de conhecimento, em nosso país, a Psicologia Social começou a ser delimitada em São Paulo no período de 1930, quando a Escola Livre de Sociologia e Política¹ organizou, no ano de 1933, o primeiro curso de Psicologia Social, ministrado por Raul Briquet². Em 1937, foi fundado o Laboratório de Psicologia Social da Escola Livre de Sociologia e Política, com a professora Aniela Mayer Ginsberg como coordenadora e pesquisadora. Podemos dizer que a Psicologia Social se consolidou como uma subárea da Psicologia em 1962, quando o Conselho Federal de Psicologia instituiu o currículo mínimo dos cursos de Psicologia (Ferreira, 2010).

Na década 1970, a professora Silvia Lane, orientanda da professora Aniela Ginsberg, desenvolveu seu doutorado e se dedicou à consolidação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, assumindo então a sua coordenação e o desafio de superar

1 Fundada no ano de 1933, tinha como proposta estimular a reflexão na área das Ciências Sociais a fim de retomar a influência intelectual da elite paulista.

2 Médico com reconhecida atuação na área da educação, participando da criação da Sociedade Brasileira de Psicanálise, e da Sociedade de Filosofia e Letras de São Paulo – USP.

a psicologia que se desenvolvia a partir de uma perspectiva do indivíduo, para contribuir com a construção de uma psicologia com caráter crítico e comunitário, que respondesse cientificamente aos problemas sociais e políticos, considerando as especificidades de cada país e região. Com esse compromisso, convidou professores com diferentes trajetórias profissionais, e distintas áreas de formação, para compor o programa e contribuir para a construção de uma psicologia social crítica, que considerasse a realidade das pessoas, a diversidade e a complexidade que caracteriza o território de investigação. Alguns desses professores ainda hoje compõem o programa e participam ativamente da formação discente – Bader Sawaia, Antônio Ciampa, Maria do Carmo Guedes e Salvador Sandoval.

O Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-SP foi organizado nas áreas de Psicologia Social, Psicologia da Educação e Psicologia Clínica (Guareschi, 2011)³. Atualmente o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, com os cursos de mestrado e doutorado, desenvolve pesquisas com pluralidade, interdisciplinaridade e compromisso com a realidade brasileira.

O cenário político em que a Psicologia Social da PUC-SP se consolida

Durante esse período de criação e consolidação do Programa de Psicologia Social o país passou pela ditadura militar (1964-1985) e pelo posterior processo de redemocratização (a partir de 1988, com a promulgação de uma nova Constituição Federal).

A PUC-SP assumiu posição de resistência à ditadura militar, em busca de transformações sociais genuínas, alinhada ao projeto desenvolvido por dom Paulo Evaristo Arns, então cardeal arcebispo de São Paulo, denominado “Operação Periferia”, lançado no ano de 1972 (Oliveira, 2008). O alinhamento com esse projeto, entre outros

3 Atualmente o programa de Psicologia da Educação está na área Capes de Educação; e há mais um programa da grande área de Psicologia, o programa de Psicologia Experimental: Análise do Comportamento.

fatores, contribuiu para a construção de uma abordagem pedagógica crítica sobre a sociedade brasileira e suas desigualdades sociais. Por meio da universidade, eram promovidos serviços de assistência social e jurídica, bem como o acolhimento das pessoas e qualificação por meio dos grupos de alfabetização, com o envolvimento de professores e alunos de diversos cursos, entre eles a Psicologia (Comissão da Verdade da PUC-SP, s/d.).

O programa de Psicologia Social da PUC-SP, inserido nesse contexto, fortaleceu a sua abordagem crítica sobre a sociedade e suas contradições. O contexto universitário, atento aos problemas da sociedade, também viabilizou que pela primeira vez uma mulher ocupasse o cargo de dirigente máximo de uma universidade católica, a profa. Nadir Kfoury, primeira reitora mulher da PUC-SP. Com essa perspectiva progressista, os movimentos estudantis e centros acadêmicos também começaram a atuar de maneira mais articulada, e em 1977 a instituição foi escolhida para sediar o 3º Encontro Nacional dos Estudantes para reorganizar a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em decorrência do Encontro Nacional dos Estudantes, previsto para ocorrer no dia 21 de setembro de 1977, o coronel Erasmo Dias, responsável na época pela Segurança Pública, solicitou bloqueio de estradas no dia anterior, e no dia 21 coordenou a ação de policiais para cercar e conter as universidades envolvidas. As datas divulgadas eram, entretanto, uma tentativa dos estudantes de confundir as forças policiais, pois a reunião ocorreria de fato na PUC-SP durante o dia 22 de setembro de 1977. À noite nesse mesmo dia, um ato público em frente ao teatro Tuca, em protesto contra a repressão e o cerco às universidades, teve intensa reação policial e levou à invasão da PUC-SP por militares, sob a coordenação do coronel Erasmo Dias. Com referência ao dia 22 de setembro de 1977, o professor Edênio Valle (2002) – na época vice-reitor comunitário – relata:

Durante o dia 22 pairava algo estranho no ar. Estávamos inquietos e a Reitoria sentia a responsabilidade pelos estudantes e

professores. Assim mesmo, as aulas da manhã tiveram início regularmente. Pelo meio-dia, alguns alunos vieram me dizer que o Congresso da UNE tivera lugar em um(uma) sala da PUC (sala na qual, alguns meses mais tarde, explodiu uma bomba colocada pelo Comando de Caça aos Comunistas, agremiação clandestina de ultradireita que nos ameaçava com frequência e à qual pertenciam também alguns alunos nossos). As emissoras de rádio noticiavam a refundação da organização nacional estudantil e avisavam que um ato público teria lugar à noite no Tuca. Mas anunciava-se também que o governador do estado, Paulo Egídio Martins, havia convocado uma reunião de emergência no Palácio do Morumbi para estudar o contragolpe a ser dado pela Secretaria da Segurança e o Dops, que se sentiam ultrajados. Através de um amigo da PUC, presente naquela reunião de emergência, soubemos que algo de grave aconteceria caso a UNE realizasse o anunciado ato público. A Reitoria não autorizou o uso do teatro. Até hoje fico imaginando a catástrofe que poderia ter acontecido caso os alunos estivessem ilhados dentro do salão. (p. 64)

O então cardeal-arcebispo e grão-chanceler da PUC-SP, dom Paulo Evaristo Arns, manifestou-se no dia seguinte afirmando que: “Na PUC só se entra prestando exame vestibular. E só se entra na PUC para ajudar o povo, não para destruir as coisas” (Belfor, 2017).

O programa de Psicologia Social que se desenvolve na PUC-SP é resultado desse cenário, em que os pesquisadores assumiam uma postura crítica frente aos problemas sociais e políticos da sua época, opondo-se à opressão e exclusão social que caracterizava a sociedade nesse período, entre as décadas de 1970 e 1980.

Esse relato das manifestações estudantis e de intensa opressão policial por um lado demarcam perdas e tristezas, mas, por outro lado, representam também resistência e conquistas acadêmicas que impulsionaram uma forma particular de fazer Psicologia Social. A Psicologia Social proposta por Silvia Lane assume assim

o compromisso ético-político de produzir conhecimento a partir de uma psicologia social crítica, que respondesse aos problemas sociais de sua época.

A mobilização e emergência de pesquisas sobre mulheres

A partir da década de 1970, mesmo período da consolidação do programa de Psicologia Social da PUC-SP, houve a emergência de movimentos feministas, principalmente na cidade de São Paulo. Destaca-se o I Congresso de Mulheres, em 1972, com a participação de Heleieth Safioti, professora da Ciências Sociais da PUC-SP. E em 1982 ocorreu, no Teatro da Universidade Católica de São Paulo (Tuca), o III Congresso de Mulheres Paulistas.

Considerando o significado histórico e social da PUC-SP como território propício ao desenvolvimento da Psicologia Social com um viés crítico, e considerando a importância da emergência de movimentos feministas que implicaram o debate sobre a mulher brasileira, pareceu-nos relevante analisar como se deu a aproximação entre o contexto da universidade e o enfoque sobre a mulher, como pilares para o desenvolvimento de pesquisas científicas. Para isso apresentamos um levantamento das dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema “mulher” produzidas pelo Programa de Psicologia Social da PUC-SP, com a finalidade de verificar os desdobramentos desse cenário desde a década de 1970 até a contemporaneidade.

Cabe destacar que a professora Silvia Tatiana Maurer Lane orientou os primeiros trabalhos que se ocupavam da mulher como temática de investigação: Antonio da Costa Ciampa, com o trabalho de tese de doutorado “Identidade –Um estudo de Psicologia Social sobre a estória de Severino e a história de Severina”, concluído em 1986, e Bader Burian Sawaia, com o trabalho de tese de doutorado sobre “Mulheres faveladas –Uma análise psico-social do processo da consciência”, concluído em 1987.

Na história do Programa de Psicologia Social da PUC-SP diferentes núcleos de estudos e pesquisa abordaram a questão da

mulher, mas há dois específicos em que a discussão sobre mulher e gênero tem lugar central: é o caso do Negri (Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade), coordenado pela professora Fúlvia Rosenberg (1992-2014)⁴, e o Inanna (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Sexualidades, Feminismos, Gênero e Diferenças), coordenado pela professora Carla Cristina Garcia, desde 2015.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho foram realizadas buscas, durante o mês de outubro de 2018, no Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (Tede) da PUC-SP sobre as teses e dissertações que abordam a temática da “mulher”, orientadas por professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Foi adotado como filtro de pesquisa a palavra-chave e/ou descritor “mulher”, e o filtro “orientador”, a fim de refinar os dados coletados.

A preferência pelo filtro “orientador” em detrimento do filtro “programa” deve-se à precisão dos dados encontrados. Quando o filtro “Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social” foi aplicado foram localizados nove trabalhos (teses e dissertações) que abordam a temática “mulher”. Quando o filtro por orientador foi aplicado foram localizados trabalhos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, porém categorizados na plataforma em outros programas de pós-graduação, o que consideramos como um ponto de atenção e recomendação para o aprimoramento da plataforma, e divulgação adequada dos trabalhos desenvolvidos pelos programas de pós-graduação da universidade. Caso o usuário que acessa a plataforma não tenha conhecimento sobre todos os professores que em algum momento estiveram vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, não considerando esse filtro como válido para a pesquisa que pretende realizar, os resultados que

4 O Negri teve suas atividades encerradas em 2014, com o falecimento da professora Fúlvia Rosenberg (Silva, 2016).

serão obtidos ao utilizar como filtro o nome do programa podem não ser condizentes com a produção científica disponível, prejudicando o acesso adequado às pesquisas desenvolvidas pela área.

Para a realização do levantamento, as autoras deste estudo consideraram os seguintes orientadores⁵: Aniela Meyer Ginsberg, Antonio da Costa Ciampa, Bader Burihan Sawaia, Carla Cristina Garcia, Enzo Azzi, Fulvia Rosenberg, Iray Carone, Jose Leon Crochik, Maria Cristina G. Vicentin, Maria da Graça M. Gonçalves, Maria do Carmo Guedes, Mary Jane Spink, Miriam Debieux Rosa, Odair Furtado, Odair Sass, Peter Spink, Raul Pacheco Filho, Sergio Ozella, Silvia Tatiana Maurer Lane e Salvador Sandoval.

Após o levantamento das dissertações e teses que abordam o tema *mulher*, vinculadas aos orientadores acima citados, foi identificado a qual programa o trabalho estava filiado para filtrar os estudos que estão de fato vinculados ao Programa de Psicologia Social da PUC-SP, e posterior leitura de títulos e resumos para realização das análises.

Resultados e discussão

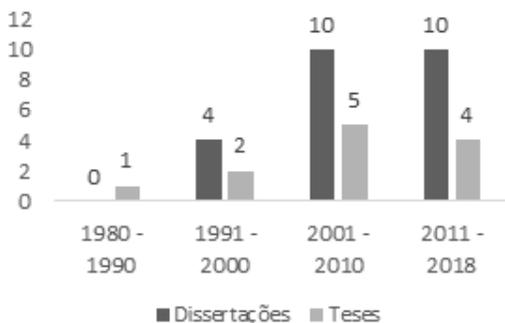
Ao aplicar a palavra-chave e/ou descritor “mulher” e o filtro “orientador”, conforme os nomes citados anteriormente, foram localizados 93 estudos, sendo 42 (45,2%) teses de doutorado e 51 (54,8%) dissertações de mestrado. Após a seleção desse conjunto de trabalhos, foi realizada a verificação sobre quais estavam de fato vinculados ao Programa de Psicologia Social da PUC-SP, por meio do descritor “Aparece nas coleções”, disponível na ficha de identificação de cada um dos trabalhos no Tede da PUC-SP. Dos 93 estudos localizados foi constatado que 80 estudos estavam de fato vinculados ao Programa de Psicologia Social da PUC-SP. Em relação aos trabalhos que não estavam vinculados ao Programa de Psicologia Social da PUC-SP,

5 O programa contou, ao longo de sua história, com outros orientadores, na qualidade de professores colaboradores ou convidados; para este levantamento, consideramos os docentes históricos do programa e os que formaram núcleos de estudo e pesquisa.

9 estavam vinculados ao Programa de Ciências Sociais (sob orientação da professora Carla Cristina Garcia, que era do Programa de Ciências Sociais e desde 2015 atua no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) e 4 ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade (sob orientação do professor Odair Sass).

Na sequência foi realizada a leitura dos títulos e dos resumos, para verificar quais dos 80 estudos abordavam diretamente a temática da “mulher”, e quais faziam apenas referência à palavra “mulher”, mas sem abordá-la como temática de pesquisa. A partir dessa análise foi possível constatar que, dos 80 estudos que estavam de fato vinculados ao Programa de Psicologia Social da PUC-SP, 36 abordavam como temática principal da pesquisa a “mulher”.

Dessa maneira, a partir do filtro “mulher” e “orientador”, leitura da ficha de identificação para verificar se o trabalho estava vinculado ao Programa de Psicologia Social da PUC-SP, e leitura dos títulos e resumos para verificar se “mulher” era a temática principal da pesquisa, obtivemos 36 estudos para análise. Dos estudos localizados, 12 (33,3%) são teses de doutorado e 24 (66,7%) são dissertações de mestrado.



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Figura 1 – Produção de teses e dissertações vinculadas ao Programa de Psicologia Social por período

Houve um crescimento no número de pesquisas desenvolvidas quando comparamos as décadas de 1980 e 1990 com as décadas seguintes (2001-2010 e 2011-2018), conforme apresentado na Figura 1.

Em relação aos autores é possível observar que 34 (94,4%) são, em análise pelo nome, do sexo feminino, e apenas 2 (5,6%) são do sexo masculino. No caso das pesquisas desenvolvidas por pesquisadores do sexo masculino, trata-se de um estudo realizado por Barros (2014) sobre “O masculino e o feminino na literatura de cordel publicada em São Paulo” e um de Morais (2014) sobre “Violência contra a mulher”.

O Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP é organizado por meio de núcleos de pesquisa. Ao analisar os estudos em relação ao núcleo de pesquisa ao qual estão vinculados é importante considerar que os núcleos foram criados em momentos distintos, ou seja, há núcleos mais antigos que possuem uma maior quantidade de pesquisas realizadas em decorrência do tempo de existência, e outros núcleos cuja criação é mais recente. A tabela abaixo tem caráter informativo, e considerações analíticas sobre o número de produções devem levar em conta o tempo de existência do núcleo. Além disso, considerações sobre as tendências de cada núcleo de pesquisa implicariam uma análise sobre as especificidades de cada um, sugestão para trabalhos futuros.

Tabela 1 – Distribuição das pesquisas (teses e dissertações), que abordam “mulheres” como temática principal, por Núcleo de Pesquisa

Núcleos de Pesquisa / Orientador	Quantidade de Trabalhos	Ano da 1ª pesquisa com a temática
Silvia Tatiana Maurer Lane	3	1987
Dialética Exclusão/Inclusão Social	7	1996
Psicologia Política	7	1996
Práticas Discursivas e Produção de Sentido	5	1998
Identidade-Metamorfose	4	2002
História da Psicologia	1	2005
Psicanálise e Política	3	2009
Psicanálise e Sociedade	2	2010
Gênero, Raça e Idade	2	2014
Sexualidades, Feminismos, Gênero e Diferenças	2	2017

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Consideramos importante destacar que o Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade, coordenado pela professora Fúlvia Rosenberg, tem significativa produção científica relacionada às questões de gênero. Em um primeiro filtro com o descritor “mulher” foram localizados 8 estudos. Entretanto, a partir da leitura dos títulos e dos resumos, 6 estudos foram retirados da amostra por não abordarem diretamente as mulheres como temática principal, objeto de estudo deste trabalho, a saber: (1) “Discursos sobre a creche na revista Pais e Filhos: análise da ideologia”, (2) “Discursos étnico-raciais proferidos por candidatos/as a programa de ação afirmativa”, (3) “Discursos de mães negras sobre educação e cuidado de crianças de até três anos de idade”, (4) “Discursos de avós sobre o bebê, sua educação e cuidado”, (5) “Programa de ação afirmativa do Instituto Rio Branco: discursos de diplomatas e candidatos/as à diplomacia”, (6) “Literatura infanto-juvenil brasileira e religião: uma proposta de interpretação ideológica da socialização”. Além da questão do filtro a partir do título e do resumo, é importante também considerar que o descritor “mulher” pode deixar de incluir pesquisas que tangenciam a temática como uma questão de gênero.

Um segundo elemento que merece cuidado na leitura da tabela acima apresentada é a questão do tempo de existência dos núcleos de pesquisa. Há núcleos mais recentes, cujas primeiras pesquisas foram recém-defendidas e, por esse motivo, apresentam uma menor quantidade de trabalhos vinculados que abordam a “mulher” como questão principal.

A tabela, entretanto, evidencia que a questão da “mulher” na sociedade é abordada de diferentes perspectivas, por distintos núcleos de pesquisa do Programa de Psicologia Social da PUC-SP, e é esse o dado relevante que os filtros e análises realizadas viabilizaram.

A partir da leitura dos títulos e dos resumos também elencamos alguns assuntos que estavam correlacionados às mulheres como eixo principal de investigação. Uma mesma pesquisa poderia abordar diversos assuntos, por exemplo, Antunes (2010), sob orientação do professor Antonio da Costa Ciampa, abordou a questão da identidade de mulheres solteiras; dessa maneira, o trabalho estava vinculado a questões de identidade, da mulher solteira e de autonomia. Vinculado a isso, também elencamos as palavras-chave citadas pelos autores. Antunes (2010) citou “Identidade”, “Relações conjugais”, “Gênero”, “Indústria cultural”, “Autobiografia”, “Mulher solteira”. Para Antunes (2010) selecionamos, então, como assunto correlacionado, “Identidade”, “Mulher Solteira” e “Relação Conjugal”. Dessa maneira, considerando os 36 estudos analisados, foram elencados 38 assuntos, sendo que os mais frequentes foram “violência” (5 ocorrências), “identidade” (4 ocorrências), “migração” (4 ocorrências), “afetividade” (3 ocorrências), “discriminação” (3 ocorrências), “família” (3 ocorrências), “maternidade” (3 ocorrências), “movimento social” (3 ocorrências), “feminilidade” (2 ocorrências) e “menopausa” (2 ocorrências). Os demais assuntos elencados foram abordados por apenas um trabalho do conjunto de estudos analisados, por esse motivo procuramos agrupar alguns assuntos: por exemplo, em “saúde” agrupamos os trabalhos que abordam em seus estudos o “câncer de mama”, “fisiologia/menopausa”, saúde física e saúde mental. Em “relações conjugais”, agrupamos os estudos que abordam tanto a mulher solteira quanto

o poliamor. Em “trabalho” agrupamos os estudos sobre “cooperativismo”, “artesanato” e “mercado de trabalho”, e no campo das “políticas e movimentos sociais” agrupamos os trabalhos que estudam os “movimentos sociais” e as “políticas públicas”.

Como configuração final, observamos como assuntos mais frequentes: “políticas e movimentos sociais”, “violência”, “identidade”, “migração”, “afetividade”, “discriminação”, “família”, “maternidade”, “trabalho”, “feminilidade”, “relações conjugais” e “saúde”. As referências completas das pesquisas localizadas estão disponíveis no Anexo I deste trabalho, para consulta.

A partir da análise realizada foi possível evidenciar que o Programa de Psicologia Social da PUC-SP tem investigado as mulheres na sociedade a partir de diferentes perspectivas, que se manifestam pela ocorrência de estudos em núcleos de pesquisas distintos. Entretanto, não é possível afirmar que há um intercâmbio de informações e conhecimento entre tais núcleos tendo como eixo de investigação a temática “mulheres”, uma vez que para isso seria necessário construir espaços transversais que favorecessem o diálogo entre diferentes abordagens e perspectivas, uma possibilidade para os pesquisadores que se debruçam sobre a temática.

A pluralidade de assuntos elencados também evidencia a existência de diversos recortes possíveis para a investigação, por esse motivo procuramos fazer referência às mulheres (no plural) – filhas, mães, profissionais, atravessadas por diversas questões de saúde (pesquisas que abordam a maternidade e a menopausa, por exemplo), sociais e experiências da vida cotidiana.

Considerações finais

O levantamento realizado sobre a produção científica do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP em relação às mulheres brasileiras procurou dar visibilidade ao que vem sendo produzido academicamente nesse campo de investigação por diferentes núcleos de pesquisa, e com distintos recortes, sobre as

mulheres e a realidade social na qual estão inseridas. Tal levantamento também identificou algumas questões relacionadas à divulgação do conhecimento produzido pelo Programa de Psicologia Social, conforme já citado na metodologia deste trabalho.

Por meio deste estudo procuramos também contribuir para a discussão sobre a produção do conhecimento científico como um movimento que pretende produzir informações e análises sobre questões que emergem da sociedade desde uma pluralidade de recortes investigativos e uma multiplicidade de situações: mulheres inseridas em diferentes territórios e em distintos momentos de vida.

Consideramos que o Programa de Psicologia Social vem dando uma contribuição plural ao tema, ensejando já a produção de um estado da arte que permita traçar planos transversais bem como identificar seu diálogo com e sua contribuição à Psicologia Social brasileira.

Referências

- BELFOR, Claudia (2017). "Invasão de militares a PUC-SP completa 40 anos". *Carta Capital*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/invasao-de-militares-a-puc-sp-completa-40-anos>>. Acesso em: 23 out. 2018.
- COMISSÃO DA VERDADE (s/d.). *Invasão da PUC-SP*. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/comissaoдавerdade/movimento-estudantil-invasao.html>> Acesso em: 11 jun. 2019.
- FERREIRA, Maria Cristina (2010). "A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais". *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 26, n. especial, pp. 51-64.
- GUARESCHI, Pedrinho (2011). "Abrapso 30 anos: narrativas e memórias de futuro". In: MEDRADO, Benedito e GALINDO, Wedna (orgs.). *Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de Abrapso*. Recife, Abrapso/Ed. Universitária da UFPE, pp. 21-34.
- OLIVEIRA, Claudio de (2008). *Operação Periferia: Um estudo sobre a Operação Periferia na Arquidiocese de SP (1970-1980), perspectivas para a missão na cidade*. Dissertação de mestrado em Teologia com concentração em missiologia. São Paulo, Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.

- SILVA, Marcos Antônio Batista da (2016). Trajetórias e mobilidades educacionais de negros na pós-graduação (mestrado). *Projeto História*. São Paulo, n. 56, maio/ago, pp. 451-462.
- VALLE, Edênio (2002). “Invasão da PUC – 25 anos”. *Revista PUC-Viva*, seção Memória, ano 5, n. 17, jul./out., pp. 54-67.

Anexo I – Referências da amostra localizada

- ALENCAR, Sandra Luzia de Souza (2011). *A experiência do luto em situação de violência: entre duas mortes*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ANTUNES, Mariana Serafim Xavier (2010). *Itinerários da vida de solteira: razões e sentidos em projetos de vida de mulheres solteiras à luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BARBOSA, Eliete Edwiges (2015). *Na militância para o reconhecimento: um estudo de mulheres negras ativistas na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BARROS, Miguel Pereira (2014). *O masculino e o feminino na literatura de cordel publicada em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BERNARDES, Isabel Cristina Gonçalves (2016). *O operador do Direito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo no atendimento à violência contra a mulher*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BRASILINO, Jullyane Chagas Barboza (2014). *Portas de entrada para a saída do inferno: a rede de serviços de atenção a mulheres em situação de violência*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- CASTILHO, Maria Luiza Cobra de (2010). *Migração, história e transmissão: uma família que se conta*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- CHIÉS, Paula Viviane (2009). *A trajetória profissional de mulheres na educação física: estudo psicossocial de gênero, identidade e trabalho em profissões masculinas*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

- COELHO, Carolina Marra Simões (2005). *Cidadania em políticas públicas voltadas para mulheres em situação de violência de gênero*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- COELHO, Rejane Teixeira (2008). *Participação no Programa Fortalecendo a Família: uma análise psicossocial das repercussões do trabalho socioeducativo*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- CUNHA, Samanta Micheli (2013). *Percursos, enfrentamentos e apoios na convivência com o câncer de mama*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- DOZZI, Carla Carusi (2003). *Paradoxos e ambigüidades de uma cooperativa popular de produção: uma análise psicossocial*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- FERREIRA, Paula Coatti (2015). *História e projeto de vida da mulher nordestina em São Paulo: uma análise do sentido emancipatório baseada no sintagma identidade-metamorfose-emancipação*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- FERRETTI, Mariana Galletti (2015). *O real do feminino em Hamlet, Macbeth e Rei Lear: considerações sobre o suicídio em Lacan*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- GARDINI, Ivonete (2013). *Mulheres reeducandas no sistema penitenciário: um estudo sobre afetividade e sentidos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- GONÇALVES, Aurora Aparecida Fernandes (2014). *De oprimida e explorada a liberta e autônoma: o empoderamento feminino desvendado pelo universo da mulher longeva*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- GONÇALVES, Betânia Diniz (2005). *Participação e consciência política: análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- JOAQUIM, Maria Salete (1996). *A liderança das mães-de-santo: dilemas e paradoxos na construção da identidade negra*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- LINARIS, Roberta Goes (2010). *A relação entre feminilidade e maternidade nas concepções de Freud e Lacan: uma pesquisa teórica*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

- MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira (1994). *Cotidiano e emoções no processo saúde-doença: análise psicossocial da hipertensão essencial*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MASCHERETTI, Maria Fernanda (2005). *Considerações acerca da questão da feminilidade na teoria freudiana sobre a mulher*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MENDES, Andréa Peres (2017). *Labirinto de cristal: mulheres, carreira e maternidade uma conciliação possível?* Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MENEGON, Vera Sonia Mincoff (1998). *Menopausa: imaginário social e conversas do cotidiano*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo
- MIRANDA, Sônia Maria Rezende C. de (1996). *Tempo de viver: uma análise dos significados do climatério na mulher favelada*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MORAIS, Suzimar Wacton de (2014). *Violência contra a mulher, uma realidade velada no Bairro Vila Terezinha: participação comunitária para o fim dos conflitos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MOREIRA, Maria Ignez Costa (2001). *Gravidez na adolescência: análise das significações construídas ao longo de gerações de mulheres*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MOURA, Neide Cardoso de (2007). *Relações de gênero em livros didáticos de língua portuguesa: permanências e mudanças*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- PAIÃO, Leticia de Andrade Vilela Fonseca (2009). *Mulheres imigrantes: articulação política e desejo - um estudo psicanalítico em torno da imigração*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- PEDROSA, Claudia Mara (2003). *Mulheres em situação de violência: o discurso dos profissionais de saúde*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- PEREIRA, Elcimar Dias (2008). *Desejos polissêmicos: discursos de jovens mulheres negras sobre sexualidade*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

- SAWAIA, Bader Burihan (1987). *A consciência em construção no trabalho de construção da existência: uma análise psicossocial do processo da consciência de mulheres faveladas participantes de movimentos urbanos de reivindicação social e de um grupo de produção de artesanato*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, Grazielle Campos da (2017). *Do amor romântico ao poliamor: uma análise crítica a partir da teoria feminista*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- SOARES, Maria Beatriz da Cunha Santos (2002). *Caminhos da identidade: como se formam as identidades de pessoas que adotam filhos?* Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- SOUZA, Lúcia Barroso (2000). *Mulheres-adolescentes moradoras de rua: uma análise de sentidos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- SOUZA, Terezinha Martins dos Santos (2000). *“Agora eu sou uma estrela...”: uma análise da cota de 30% de mulheres em cargos de direção no Partido dos Trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ZOZZOLI, Cécile Diniz (2015). *A vivência do refúgio de mulheres migrantes: uma análise da afetividade nos contextos de São Paulo e Paris*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Ressonância: Reflexões sobre a psicologia feminista e a Psicologia Social

Carla Cristina Garcia

Introdução

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre algumas questões que caracterizam a epistemologia feminista no campo da psicologia social e as controvérsias filosóficas e científicas que esse pensamento gerou, bem como apresentar as posições assumidas pelas psicólogas feministas e as contribuições que estas trouxeram ao debate.

É preciso em primeiro lugar lembrar que a psicologia nasce como campo de saber em meados do século XIX e adota o paradigma metodológico das ciências naturais ao mesmo tempo em que incorpora modelos de explicação provenientes do campo da filosofia (Montero, 1994).

A abordagem positivista, que prevaleceu nas ciências humanas durante o século XX, interpretou a realidade como objetiva, estática e separada do observador. Para esse pensamento, a ciência é neutra, isenta de valores e é apenas por meio do método científico que a verdade pode ser descoberta e compreendida. Tal visão enfatiza a coleta objetiva de dados, sua quantificação, a observação de fatos, sua previsão e controle.

A partir dos anos 1970, vozes críticas passaram a questionar a adequação dessa orientação epistemológica na produção de

conhecimento, e não apenas em psicologia. Um crescente desconforto com os preceitos tradicionais baseados na lógica positivista sobre a natureza do conhecimento gerou controvérsias filosóficas e científicas também nas ciências naturais e em outras áreas das ciências humanas. Para esses pesquisadores, a cultura e o conhecimento, enquanto construções humanas, são moldados pelas condições sociais, econômicas e históricas em que se desenvolvem. Ao mesmo tempo, argumentam que, como instituições, eles geram poder, estão sujeitos ao poder e são gerados por ele. Consideram que o conhecimento científico, a pesquisa e a cultura são discursos construídos pelo poder hegemônico masculino e branco, mas são apresentados como universais (Tapia, 2003).

Desse modo, inicia-se um processo de autocrítica em torno dos problemas de valores, de objetividade, de neutralidade, da relevância social da pesquisa e do compromisso sociopolítico da psicologia, bem como uma revisão da crença na existência de uma realidade independente do nosso modo de acesso a ela (Ibáñez, 2001). Como resultado desse processo reflexivo, muitos teóricos tomaram consciência da determinação social, de classe, de raça e de gênero do conhecimento produzido pela psicologia (Páez et al., 1992). Em especial, questionaram tanto a invisibilização das mulheres na produção dessa ciência quanto o lugar que ocupavam na mesma: meros objetos a ser conhecidos e não sujeitas produtoras de conhecimento (Tapia, 2003; White, Bondurant e Travis, 2000).

As psicólogas feministas colocaram em evidência que os estudos sobre o desenvolvimento humano na psicologia tradicional eram profundamente androcêntricos. Questionaram o essencialismo que caracterizava as teorias psicológicas tradicionais que se concentraram na experiência e no comportamento dos homens para entender e explicar o comportamento das mulheres e por essa razão orientar erroneamente a pesquisa e, conseqüentemente, a intervenção (Astbury, 1999; Nutt, 2005). Além disso, colocaram a atenção às diferenças entre as mulheres e contribuíram para o reconhecimento delas no processo de socialização e nas experiências de vida

femininas. Autoras como Burin (1992), Castro (2004), Crawford e Unger (2000), passaram a demonstrar que o gênero, a classe, a raça e o status social do pesquisador, assim como a instituição à qual pertence, são determinantes nas suposições epistemológicas e metodológicas que elabora (Driscoll e McFarland, 1989).

O conceito de gênero e a psicologia

É preciso, no entanto, situar a construção do conceito de gênero e sua utilização no campo da psicologia. O reconhecimento da categoria de gênero nas ciências sociais surgiu durante a década dos 70 e ela se tornou uma das categorias centrais da teoria feminista ocidental. Anteriormente não se considerava que ser homem ou mulher ou que pertencer a um gênero fosse um fator relevante nem que esse promovesse diferenças importantes a ser reconhecidas. Desde então e até o presente momento, o uso desse termo levou a várias interpretações, confusões, oposições e debates.

Quando se fala de gênero, faz-se referência a um conceito construído para analisar a construção sócio-histórica das identidades masculina e feminina. A teoria afirma que entre todos os elementos que constituem o sistema de gênero – também denominado “patriarcado” por algumas correntes de pesquisa – existem discursos de legitimação sexual ou ideologia sexual. Esses discursos legitimam a ordem estabelecida, justificam a hierarquização dos homens e do masculino e das mulheres e do feminino em cada sociedade determinada. São sistemas de crenças que especificam o que é característico de um e outro sexo e, a partir daí, determinam os direitos, os espaços, as atividades e as condutas próprias de cada sexo. Foi Robert J. Stoller quem, em 1968, utilizou pela primeira vez o conceito de gênero, e as feministas passaram a utilizá-lo no desenvolvimento de suas teorias.

Em virtude das condições sociais em que nos vemos submetidos, o masculino e o feminino constituem, com certeza, duas culturas, e dois tipos de vivências radicalmente distintos. O desenvolvimento da identidade genérica depende, no decorrer da infância,

da soma de tudo aquilo que os pais, os companheiros e a cultura em geral consideram próprio de cada gênero no que concerne ao temperamento, ao caráter, aos interesses, a posição, aos méritos, aos gestos e as expressões. (Millett, 1995, p. 80)

Uma das consequências mais significativas que esses estudos provocaram foi uma crise de paradigmas, ao colocarem em xeque muitas das teorias estabelecidas, questionarem a validade das pesquisas, a suposta neutralidade dos termos, das teorias e as pretensões de universalidade de seus modelos. De qualquer modo, o termo gênero passou a indicar a qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e a ressaltar todos os aspectos relacionais das definições normativas da feminilidade.

Deve-se ressaltar que a investigação feminista recente parte da noção de que a sexualidade humana é uma construção social onde se entrecruzam estruturas econômicas, sociais e políticas do mundo material. A sexualidade não é um fato natural como sugerem as teorias essencialistas; ainda que esteja materialmente no corpo, o funcionamento fisiológico do mesmo não determina a configuração ou o significado da sexualidade de uma forma direta e simples.

A ciência e o senso comum que pretendem dar a entender que os usos culturais e sexuais dominantes são resultado da biologia e que, portanto, são intrínsecos, eternos e imutáveis não são senão expressões ideológicas que assinalam as relações de poder dominantes. Identidades profundamente sentidas, tais como feminina/masculina ou hetero/homossexual não são privadas nem produto exclusivo da biologia, mas se criam no espaço de encontro e tensão de forças políticas, sociais e econômicas e variam com o tempo.

Toda essa movimentação teórica da epistemologia feminista fez com que a psicologia crítica passasse a examinar as formas pelas quais o conhecimento e as teorias sobre as mulheres foram formuladas. Esse processo permitiu que a psicólogas denunciasses a maneira como as

teorias foram construídas a partir de normas e perspectivas masculinas e que os comportamentos femininos, incluindo o comportamento sexual, fossem explicados como um desvio dos masculinos.

Pode-se dizer que nas últimas décadas tem havido uma proliferação de pesquisas em psicologia social com uma perspectiva de gênero inclusiva (Nutt, 2005) e novas formas de pensar e estudar mulheres e homens. Novas abordagens para aconselhamentos, psicoterapias e estratégias de intervenção (individual e familiar) emergiram de uma psicologia feminista e sensível ao gênero. Para muitas autoras, as pesquisas enquadradas nessa perspectiva permitem concluir que o gênero é um fator organizador essencial da subjetividade e do modo de perceber as experiências e o contexto social, uma vez que permite identificar, estudar, compreender e intervir nos processos subjetivos e vinculantes da psique e do comportamento humano cujas causas permaneceram ocultas (Crawford e Unger, 2000).

Segundo Castro (2004), pesquisas focadas na construção do gênero sexual permitem reconhecer que a psique se desenvolve sob os efeitos das condições sócio-históricas de uma cultura e uma época determinadas. Portanto, ele conclui que os processos intrapsíquicos são condicionados tanto por fatores da história individual, quanto pelas características da sociedade: “Concepções sobre feminilidade e masculinidade predominantes em cada região e época histórica constituem o fator determinante de maior peso na configuração adquirida pela subjetividade das pessoas” (p. 20).

A psicologia feminista

Nos trabalhos desenvolvidos pela psicologia feminista, parte-se da premissa de que a condição da mulher é um produto social e histórico determinado pelas características do ambiente em que as mulheres desenvolvem suas vidas. Eles entendem que a análise do patriarcado é fundamental para a compreensão das condições de

opressão, de desigualdade sexual, do sexismo e da discriminação das mulheres. Consideram que esses fatores influenciam a qualidade de vida e a saúde mental das mulheres.

Tais reflexões levaram a uma desconstrução epistemológica e prática que possibilitaram ao Committee on Women in Psychology (CWP) da American Psychological Association (APA) aprovar, em 1983, treze princípios para a prática de psicoterapia a partir de perspectiva feminista (APA, 2019). A inclusão de tais princípios, seja na atuação, seja na pesquisa, amplia o campo de compreensão do sofrimento psíquico.

Uma importante contribuição dada por esse tipo de análise foi a leitura crítica do manual usado por psicólogos e psiquiatras para diagnosticar transtornos mentais publicados pela Associação Americana de Psiquiatria (APA). Formularam-se profundas reflexões sobre a questão do que se entende por normal e patológico, desconstruindo explicações biológicas, observando a ênfase exagerada dada a fatores intrapsíquicos, excluindo influências sociais e questionando algumas categorias utilizadas em diagnósticos clínicos, por exemplo, nos diagnósticos de transtornos sexuais.

As disfunções sexuais incluídas nesse manual foram profundamente criticadas porque as definições do que seria um funcionamento sexual normal estava baseada em um modelo que implicitamente se referia ao que é a gratificação sexual hetero-masculina. Esta visão crítica permitiu rever ou eliminar algumas das categorias incluídas nesse manual, como a homossexualidade, por exemplo.

O conhecimento situado

É importante ressaltar que um importante interesse que moveu as pesquisas em psicologia feminista foi o de relacionar as contribuições de diferentes epistemologias feministas e suas explicações sobre androcentrismo e ciência, em sua manifestação específica no campo da psicologia, como as ideias e teorias de Donna Haraway sobre o conhecimento situado.

No final dos anos 1980, Donna Haraway criou a figura do *Modest Witness* ou Testemunha Modesta, e a descreveu como uma pessoa cuja modéstia reside em ser capaz de estudar e refletir a realidade tal como ela é. Quem possui essa virtude de moderação, temperança, esse poder de teorizar o universo de maneira estritamente objetiva, sem se deixar levar por suas emoções e deixando seu corpo e tudo que o atravessa, é o homem. Haraway afirma que a virtude da incorporeidade, da objetividade absoluta é uma ilusão, e que quem faz ciência, isto é, produz conhecimento – a verdade definitiva, absoluta, irrefutável – e constrói o mundo são falsos testemunhos de homens que não têm responsabilidade alguma pelo que estão dizendo.

Pode-se dizer que uma das contribuições mais férteis dessa autora ao objetivismo científico foi “situá-lo”, isto é, mostrar a operação ideológica implícita na noção de objetividade na ciência. As mulheres, diz Donna Haraway (2000),

São as únicas que têm corpo, as marcadas, as que constroem a partir de uma posição não objetiva e interessada: somos proibidas de não ter um corpo ou ter um ponto de vista ou um preconceito em qualquer discussão. (p. 314)

Haraway, consistente com sua abordagem, fala como mulher e a partir de seu corpo, e é desse lugar que situa seus argumentos. Para a autora, o ponto de vista masculino se destaca como único; como um olhar que não vê nada. O conhecimento objetivo que ele postula é um conhecimento desencarnado, sem corpo, não tem tempo nem espaço. “Nós’ não podemos saber objetivamente por que temos um corpo, é por isso que sabemos de nossa subjetividade parcial” (ibid., p. 314).

Em outro de seus textos, cria a figura do *cyborg*. Para a autora, em nosso momento sociocultural somos uma mistura de imaginação e realidade social, ou seja, uma ficção construída, com a qual podemos abrir portas para importantes transformações. Para ela, os movimentos feministas, por exemplo, são um tipo de ação comum das mulheres em direção a um objetivo coletivo, que se destaca das tradições capitalistas masculinas de apropriação de recursos e produção

de cultura, que cria experiências e consciência de opressão e novas possibilidades e liberdades. Um *cyborg* em si é um ser feito de matéria viva e dispositivos eletrônicos, algo criado.

Haraway teoriza o *cyborg* como uma espécie de híbrido entre partes da realidade e da imaginação, outra realidade construída. É uma criatura que nos permite superar – por ser criação e não estar sujeita às tradições ocidentais –, por exemplo, os binários restritivos nos quais o gênero é organizado, ou a dicotomia natureza-cultura em que as mulheres estão presas em oposição ao homem racional. É uma entidade que não tem origem, portanto também excede e supera os complexos psicanalíticos. Para a autora, a figuração do *cyborg*, como a realidade que nos rodeia, é ficção e, como tal, pode (des)construir-se, assim como a seus objetos e desejos.

Mas por que a figura do *cyborg* e o conhecimento situado interessam às psicólogas feministas? Para muitas delas, tornar-se uma psicóloga *cyborg*, reinventar o sujeito e o objeto da psicologia, pode proporcionar o começo de uma saúde mental e de uma ciência comportamental que reconheçam as mulheres e as respeite.

Sim, outras realidades são possíveis, como quando a realidade que nos foi contada entra em colapso quando colocamos óculos violeta. Vamos deixar de ser psicólogas invisíveis; transparentes, imutáveis, inquebrantáveis. Saímos de uma ciência de homens que nos omite, nos atravessa com o olhar sem nos ver, como sem matéria, sem corpo. Mas que nos observa e nos mede ao seu capricho. Que nos teoriza com base em um falso determinismo biológico, que serve aos seus desejos e privilégios. (Cáceres, 2019, s/p.)

Psicólogas *cyborgs*, psicoloucas, psicólogas reescrevendo a ciência dos sentires, das vulnerabilidades e emoções, do conhecimento que nos situa, que nos dá uma perspectiva sobre nós mesmas e o mundo que habitamos, qualquer que seja ele.

Considerações finais

A perspectiva feminista pode e deve desafiar a tradição positivista da psicologia, demonstrando como as categorias culturais são construídas. Além da incorporação do gênero nas discussões, o rompimento com o sujeito genérico é outro desafio e uma necessidade para a psicologia que pretenda compreender e promover saúde mental de homens e mulheres. Uma realidade que privilegia o masculino é camuflada quando são utilizados termos genéricos: não existe mulher ou homem essencial e universal. As identidades estão em constantes construções e ressignificações.

A perspectiva feminista em psicologia forneceu uma transformação da disciplina que desafia os dogmas da pesquisa científica tradicional ao propor uma nova epistemologia e metodologia que leva em conta os elementos de raça, gênero, classe e orientação sexual: reconceituou os pressupostos básicos de algumas teorias psicológicas e postulou novas categorias analíticas e quadros teóricos para entender melhor a realidade das diferentes diferenças entre as mulheres. Acreditamos que a Psicologia Social pode promover a reflexão e a análise crítica desse campo de estudo e capacitar as pesquisadoras e pesquisadores a conhecer a pluralidade de possibilidades existentes na disciplina e, desse modo, poder optar por outras categorias conceituais e valores que assumem a diversidade metodológica que o campo oferece.

Referências

- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION – APA (2019). *About the Committee on Women in Psychology (CWP)*. Disponível em: <<https://www.apa.org/pi/women/programs/psychology/history>>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- ASTBURY, Jill (1999). *Gender and mental health*. Global Health Equity Initiative project on Gender and Health Equity. Harvard Center for Population and Development Studies. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.496.6957&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

- BURIN, Mabel (1992). "Nuevas perspectivas en salud mental de mujeres". In: FERNÁNDEZ, Ana María (comp.). *Las mujeres en la imaginación colectiva: una historia de discriminación y resistencias*. Buenos Aires, Paidós, pp. 314-332.
- CÁCERES, Ángela (2019). La psicóloga ciborg. *Pikara Magazine*, Participa, 10 jun. Disponível em: <<https://www.pikaramagazine.com/2019/06/la-psicologa-ciborg/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- CASTRO, Ines (2004). *La pareja actual: Transición y cambios*. Buenos Aires, Lugar Editorial.
- CRAWFORD, Mary e UNGER, Rhoda (2000). *Woman and gender: A feminist psychology*. Boston, McGraw Hill.
- DRISCOLL, Kathleen e MCFARLAND, Joan (1989). "The impact of feminist perspective on research: Social sciences". In: TOMM, Winnie (ed.). *The effects of feminist approaches on research methodologies*. Waterloo (Canadá), Laurier University Press.
- HARAWAY, Donna (2000). "Manifiesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX". In: SILVA, Tomaz (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, Autêntica, p. 36.
- ____ (2009). "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, n. 5, pp. 7-41.
- IBÁÑEZ, Tomás (2001). *Municiones para disidentes*. Barcelona, Gedisa.
- LOGAN, T. K. et al. (2006). *Women and victimization: contributing factors, interventions and implications*. Washington, American Psychological Association.
- MILLETT, Kate (1995). *Política sexual*. Tradução de Ana María Bravo. Madrid, Cátedra (col. Feminismos).
- MONTERO, Maritza (1994). "Un paradigma para la psicología social. Reflexiones desde el quehacer en América Latina". In: ____ (coord.). *Construcción y crítica de la psicología social*. Barcelona, Anthropos, pp. 27-47.
- NUTT, Roberta L. (2005). "Feminist and contextual work". In: HARWAY, Michele (ed.). *Handbook of couples therapy*. New Jersey, John Wiley & Sons, pp. 228-252.
- PÁEZ, Darío et. al. (1992). "Teoría, metateoría y problemas metodológicos en psicología social". In: ____ (eds.). *Teoría y método en psicología social*. Barcelona, Anthropos, pp. 31-205.

- SHIBLEY-HIDE, Janet e OLIVER, Mary Beth (2000). "Gender differences in sexuality: Results from Meta Analysis". In: TRAVIS, Cheryl Brown e WHITE, Jacquelyn W. (eds.). *Sexuality, society and feminism*. Washington, American Psychological Association, pp. 57-78.
- STOLLER, Robert (1968). *Sex and gender: On the development of masculinity and femininity*. Nova York, Science House.
- TAPIA, Bernice (2003). "La Disciplina psicológica desde una perspectiva feminista". In: RAMOS, Loida M. Martínez e LÓPEZ, Maribel Tamargo (eds.). *Género, sociedad y cultura*. Puerto Rico, Publicaciones Gaviota, pp. 94-109.
- WHITE, Jacquelyn W.; BONDURANT, Barrie e TRAVIS, Cheryl Brown (2000). "Social constructions of sexuality: Unpacking hidden meanings". In: TRAVIS, Cheryl Brown e WHITE, Jacquelyn W. (eds.). *Sexuality, society and feminism*. Washington, American Psychological Association, pp. 11-33.

Ambiguidades da maternidade: da construção do imperativo às práticas de exceção

Priscila Kiselar Mortelaro
Isadora Simões de Souza

Introdução

Neste capítulo, nosso ponto de partida é o problema da naturalização da maternidade por meio da construção de verdades inquestionáveis sobre as mulheres, no âmbito de certos campos de produção de conhecimento, cujo fundamento original encontra-se em uma racionalidade que faz coincidir natureza e verdade; uma verdade atemporal e liberta da história.

Desse modo, a primeira parte da discussão que realizamos aqui se restringirá à ordem dos discursos que reduzem a maternidade e o exercício do cuidado ao seu substrato natural, contrapondo-os àqueles que reforçam o aspecto de construção histórica e da compreensão da maternidade como destino inexorável da mulher. Questão complexa, a qual buscamos entender a partir de alguns eixos norteadores, isto é, tendo em vista o poder que emana dos discursos, principalmente de certos campos de produção de conhecimento que se propõem dizer a verdade sobre a maternidade, mas acabam, por sua vez, tomando-a como objeto.

Para que possamos compreender como a maternidade se consolida como destino natural da mulher, Elizabeth Badinter (1985) alerta

que é necessário manter em mente seu aspecto relacional. Para a filósofa, ela só pode ser como tal em função de processos historicamente localizados em relação ao homem-pai e às crianças. Compreender esse processo, portanto, requer, em um primeiro momento, demorar-se em alguns aspectos das relações de gênero na sociedade e na família, bem como dos discursos que as legitimam. Em um segundo momento, faz-se necessário compreender certas estratégias de regulação populacional que passam pela responsabilização das mulheres com a procriação e relações de cuidado muito específicas. Não necessariamente estranhos um ao outro e vinculados no âmbito familiar, tais aspectos fornecem condições de traçar um panorama que nos ajuda a atingir o objetivo central deste capítulo. Desse modo, iniciaremos esta reflexão partindo de um processo fundamental para a consolidação do imperativo natural e moral da maternidade no âmbito das relações de gênero, a saber, o deslocamento da soberania masculina como princípio da autoridade para a natureza expressa nos corpos sexuais como recurso para a determinação de lugares específicos às mulheres. Abordaremos essa transição a partir do discurso iluminista, mais especificamente aquele de Rousseau.

Se algumas mulheres são interlocutoras privilegiadas dos discursos e práticas que constituem o imperativo moral e “natural” da maternidade, em um segundo momento buscaremos elementos que nos ajudem a compreender as práticas de exceção. Para tanto, partiremos da questão das mulheres que têm seus filhos retirados em função de seus modos de vida, mais especificamente o caso das mulheres que se inserem em um contexto de uso de drogas. Além de relevante, a questão é paradigmática para compreender os paradoxos que envolvem as possíveis experiências femininas de maternidade.

Quando a possibilidade de viver junto aos seus filhos e do exercício do cuidado é interrompida, a maternidade, capturada pelos regimes de normatividade, passa do registro do imperativo ao da interdição, passando a ser compreendida como “maternidade indigna”. Nesse contexto, importa-nos compreender quais jogos de força e vetores institucionais estão presentes quando mães e filhos

recém-nascidos têm sua convivência interrompida. Nesse enquadre, partimos da premissa de que as questões de raça e classe são fundamentais para compreender em qual contexto emerge e quais efeitos de poder tem cada uma dessas noções de maternidade.

O imperativo *natural* e moral da maternidade

O século XVIII testemunha uma transformação fundamental. Se até então a natureza era convocada para justificar a autoridade masculina soberana dos homens sobre as mulheres, agora ela será, conforme afirma Thomas Laqueur (2001), o fundamento epistêmico das afirmações sobre a ordem social, por meio da ideia de corpos estáveis, não históricos e sexuados. O modelo iluminista, conforme descreve o autor, escapa do círculo de significados para um substrato biológico. Esse substrato passa a se colocar no interior da organização e do fazer político e a introduzir uma normatividade baseada na condição biológica do ser humano, estabelecendo limitações supostamente advindas da natureza, principalmente na natureza da diferença sexual. O discurso que passa a ser dominante no século XVIII era formulado pela visão de que havia “dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis de gênero, são de certa forma baseada nesses ‘fatos’” (Laqueur, 2001, p. 18).

Desse modo, questionamos: como o período no qual a maternidade passa a ser compreendida como o destino inquestionável das mulheres coincide com o crescente movimento de questionamento do princípio da autoridade e com a consolidação da liberdade como o único possível direito natural?

É verdade que a autoridade deixa de ser o direito natural e divino do homem, agora a liberdade tomara seu lugar. No entanto, de uma parcela dos pensadores iluministas emerge um novo discurso moralizante, no qual a natureza deixa de ser convocada para justificar uma simples submissão da mulher, um ser menos desenvolvido e quantitativamente inferior ao homem, mas passando a ser convocada

no registro de uma diferença qualitativa entre homens e mulheres. A natureza, agora, determina o lugar que a boa mulher, de acordo com Jean-Jacques Rousseau (1979, p. 305), deve ocupar “na ordem física e moral”: “Sofia deve ser mulher, como Emílio é homem”. O pensamento inovador do filósofo e as grandes transformações que dele decorrem, conforme pontua Badinter (1985), se detêm nas fronteiras do sexo. Em seus escritos a mulher continua a ser um ser definido em relação ao seu oposto, o homem. Sofia existe para satisfazer as necessidades de Emílio e, posteriormente, de seus filhos.

Na esteira do pensamento rousseauiano, ao final do século XVIII eram comuns as obras que lançavam argumentos convocando a mulher para o exercício de uma atividade supostamente instintiva, reconduzindo-a às funções de cuidar, nutrir e maternar, agora declaradas naturais e espontâneas. Fundamentadas pela noção de instinto materno, a partir de 1760 passam a ser abundantes as publicações que recomendam que as mulheres se responsabilizem pessoalmente pelo cuidado de seus filhos e filhas e que impõem a elas a obrigação de ser mãe e esposa antes de qualquer outro lugar ou função que possa ocupar na sociedade (ibid.).

É certo que não podemos afirmar que os iluministas o fizeram como um bloco homogêneo. Badinter (1985) destaca que Montesquieu, por exemplo, “procurou, por várias vezes, denunciar a desigualdade entre o homem e a mulher” (p. 170), denunciando a autoridade masculina sobre as mulheres, de modo que não restassem justificativas, fossem elas naturais ou divinas, para a submissão das mulheres aos homens. Para o marquês de Condorcet, por sua vez, “o talento feminino não se limita à maternidade. A mulher pode ter acesso a todas as posições, pois só a injustiça, e não sua natureza, lhe proíbe o saber e o poder” (ibid., p. 171). No entanto, apesar de alguns representantes do pensamento das luzes tornarem alvo de críticas a autoridade masculina sobre as mulheres e os imperativos que dela decorrem, predominou no pensamento iluminista, do qual o maior

expoente foi Rousseau, um discurso moralizante direcionado às mulheres que as impelia ao papel de esposa e mãe, mas que as tomava muito mais como objetos do que como sujeitos interlocutores.

Desse modo, o que observamos é uma revalorização do papel da esposa e da mãe. Agora, parte-se da natureza não para declarar a mulher inferior, mas apenas distinta, cuja contribuição para a espécie e para a sociedade, que resulta de sua natureza reprodutora e maternal, deve ser louvada. Segundo Badinter (1985) afirma:

A maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnado de ideal. O modo como se fala dessa “nobre função”, com um vocabulário tomado à religião (evoca-se frequentemente a “vocação” ou o “sacrifício” materno), indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma “santa mulher”. (p. 223)

Se tentarmos compreender mais detalhadamente esse processo, veremos que dois discursos centrais se apresentam como estratégias para operar as transformações que ocorrem a partir do século XVIII, a saber: aqueles que Badinter (1985) chamou de discursos da felicidade e da igualdade. Por meio do primeiro se exaltam as doçuras da condição de esposa e da maternidade, buscando performá-las menos como deveres impostos e mais como atividades gratificantes e louváveis que uma mulher pode realizar. O segundo discurso, de certo modo complementar àquele, vem consagrar a maternidade e o exercício do cuidado como meio de reconhecimento da importância e contribuição das mulheres à vida pública, já que seriam fundamentais para a manutenção da espécie e da sociedade. Nessa lógica, seria por meio dessas funções que as mulheres encontrariam seu valor e o caminho para a igualdade, pois essa seria sua vocação natural. Esse passa a ser o regime de verdade sobre a mulher forjado no cerne do próprio Iluminismo. Apesar da passagem do discurso da inferioridade feminina para um discurso mais sedutor com efeitos positivos de confinamento das mulheres ao espaço privado que

opera relativamente distante da simples interdição e imposição direta e coercitiva da maternidade, o corpo feminino parecia constituir-se como um bem de domínio público.

O longo processo de consolidação dos discursos que delimita lugares a partir da diferença sexual dos corpos e seus efeitos na maternidade têm como condição anterior aquilo que Humberto Maturana e Gerda Verden-Zöllner (2004) chamaram de espaço psíquico do patriarcado. Do ponto de vista das relações interpessoais, o autor e a autora destacam que a linguagem e o emocional são os elementos que propiciam qualquer transformação fundamental na cultura. Desse modo, a emergência desse novo modo de se relacionar com a maternidade e exercê-la que decorre da construção de um imperativo requer regimes de emocional específicos de uma sociedade patriarcal, de modo que a linguagem, na forma desses discursos, encontre terreno fértil e produza seus efeitos de poder.

Por razões distintas, que variam de acordo com certas especificidades da vivência dessas mulheres, muitas se recusaram a se conformar ao novo modelo e se sujeitar às prescrições que dele decorrem, tardando a desempenhar no seio familiar o papel que lhes foi imposto. A nova maternidade idealizada começa a assumir contornos concretos entre as mulheres que pertencem às classes médias e à burguesia abastada. Badinter (1985) afirma que foram as burguesas que se conformaram em massa ao novo modelo. Essa parcela da população feminina reconhece na nova noção de maternidade a oportunidade de atingir promoção social e emancipação, dando sentido à sua vida de mulher, na lógica da valorização do poder materno em detrimento da autoridade do homem pai, tornando-se, portanto, o eixo da família. As mulheres das classes desfavorecidas, por sua vez, apesar das altas taxas de fecundidade, tardam a encarnar a mulher-mãe idealizada. No entanto, mesmo que não consigam corresponder ao ideal de mulher e de mãe, não deixam de ser alvos da nova moralidade. Se a nova prescrição acerca da maternidade é fruto, conforme clamam seus idealizadores, de um mero reconhecimento dos imperativos da

própria natureza feminina, conserva em si um princípio a-histórico e independe de questões de classe, tendo, conseqüentemente, pretensões de universalidade.

Nesse contexto de naturalização dos imperativos morais construídos social e historicamente, a mulher cumpriria sua plena função não apenas em relação ao homem, como vimos acima, mas também em relação à população por meio dos/as filhos/as e dos deveres da maternagem. Esse seria o segundo aspecto que Badinter (1985) aponta ser fundamental para compreender a consolidação do modelo hegemônico de maternidade. Portanto, é preciso considerar como a mulher é posicionada em relação ao homem e lhe são atribuídos papéis de dedicar-se ao marido e à família em função da diferença sexual. No entanto, conforme veremos a seguir, faz-se igualmente necessário considerar como as mulheres se tornam alvos de discursos moralizantes que prescrevem o dever de procriação e de práticas de cuidado que produzam indivíduos bons e saudáveis com a emergência da preocupação com a população e sua homeostase.

Conforme vimos, desde o fim do século XVIII, o discurso moralizador tem efeitos cada vez mais visíveis, não apenas ressignificando as relações de gênero, mas forjando também uma configuração nuclear da instituição familiar, tendo impactos profundos nas relações de cuidado e, conseqüentemente, na vivência da maternidade. Desse modo, a mesma racionalidade que está na base do modelo de cuidado e maternidade que é hegemônico em nossa sociedade até os dias de hoje encontra-se na origem da família nuclear, uma vez que o discurso da felicidade está no cerne de uma nova configuração familiar com laços estreitos entre os cônjuges e seus filhos e filhas, com especial ênfase nas relações materno-infantis, na qual doçura e satisfação são resultados da vivência da maternidade e da vida conjugal.

A nova instituição familiar será o alvo e, de certo modo, também o próprio instrumento da consolidação dos novos interesses do Estado. Se no regime da soberania insistia-se na autoridade paterna e a única necessidade era, portanto, obter súditos obedientes, a partir do fim do século XVIII o essencial será produzir seres humanos que

serão a riqueza do Estado. Essa transição será condição para a emergência a partir do século XVIII de um poder cuja função é investir sobre a vida, administrando os corpos e gerindo a própria vida. No âmbito da biopolítica, segundo Michel Foucault (2015), os processos da vida são objeto de poder e de saber que buscam controlá-los e modificá-los. Para tanto, é necessário regular as condições de existência, a saúde individual e coletiva, multiplicar as forças vitais, enfim, regular os processos vitais.

Desse modo, se uma suposta natureza já determinava o cuidado como dever feminino em relação ao homem, será convocada para determinar também o dever de procriar e cuidar dos/as filhos/as. No âmbito de uma tecnologia ampla de gestão da vida, cujo objetivo é o controle de populações, o corpo feminino será colocado em comunicação orgânica com o corpo social por meio da regulação da fecundidade e com o espaço familiar e com a vida das crianças por meio de uma responsabilização biológico-moral (ibid.).

Desse modo, dentro da instituição familiar, as mulheres serão as grandes interlocutoras das estratégias de manutenção da vida. No contexto em que nascimento e longevidade se transformam em fenômenos centrais para a biopolítica, a partir da ideia de uma certa natureza materna feminina e no interior de relações desiguais de gênero pautadas nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, o cuidado se torna função a ser exercida por mulheres. Em *Os anormais* (2001), Foucault torna evidente a relação entre a emergência do modelo moderno nuclear de família e a centralidade da sexualidade nas tecnologias de controle tanto individuais quanto populacionais. Podemos acrescentar que tais fatores também levam ao confinamento das mulheres na função de cuidadoras, uma vez que a família nuclear se forma em torno da temática da necessidade de um cuidado minucioso que implica certo nível de vigilância. Emerge uma família, segundo Foucault (2015), reorganizada, com laços estreitos, no interior da qual os pais tornam-se os principais agentes em um dispositivo da sexualidade que se apoia, no exterior, na medicina e na pedagogia. A partir de então, esse novo tipo de organização

familiar, que toma forma no seio da sociedade burguesa, deve atuar como agente de saúde submetido ao saber médico. Os pais tornam-se então encarregados diretos das crianças com o objetivo de assegurar que as mesmas tenham um futuro, que elas tenham, em outras palavras, a vida assegurada. Esse novo modelo familiar, conforme destaca Foucault (2001), está aberto a uma intervenção higiênica no centro da qual as mulheres, de maneira especial, assumem um papel historicamente importante.

Nesse contexto, conforme garante Badinter (1985), todo tipo de autoridade é convocado a prescrever e argumentar acerca da responsabilização pessoal dos pais, especialmente da mãe, com o cuidado e educação dos/as filhos/as, tanto as autoridades médicas quanto as morais e intelectuais. No entanto, ao longo dos séculos XIX e XX, o discurso científico e a medicina estabelecem aliança com o Estado a fim de lidar com as questões populacionais, iniciando um processo de responsabilização moral das mulheres em relação ao cuidado por meio de políticas higienistas. Segundo Maria Simone Schwengber e Dagmar Meyer (2011), o discurso da medicina social buscará, além do aperfeiçoamento do corpo feminino antes mesmo da concepção, convencer as mulheres acerca de sua responsabilidade social com a gestação e com a maternagem, e o corpo da mulher-mãe passa a ser condicionante da saúde do/a filho/a e, portanto, da manutenção da população. A autoridade médica, que passa a exercer uma função importante na instituição familiar com a emergência dos primeiros discursos que buscavam ressignificar a maternidade, agora encontrará na família um importante ponto de apoio para estratégias de políticas públicas de saúde. Desse modo, no âmbito de relações de gênero e de cuidado localizadas historicamente, por sua capacidade de gestar e parir – ou seja, por certas diferenças sexuais impressas no corpo –, as mulheres são investidas da função política de produzir indivíduos saudáveis. As redes de saber-poder atravessam e constituem determinados regimes de verdade que conformam e sustentam políticas públicas e de saúde, bem como os modos de assistir mulheres-mães na atualidade, contribuindo para reinscrever o corpo feminino em

regimes de vigilância e regulação, forjando discursos sobre a maternidade que acabam por performá-la e, conseqüentemente, produzem modos específicos de vivenciá-la.

Maternidade e práticas de exceção

No contexto brasileiro, certos acontecimentos ilustram de maneira emblemática as ambigüidades da maternidade e evidenciam as tensões entre imperativo e interdição em função de questões de raça e classe. No Brasil dos séculos XIX e XX, a história da institucionalização de crianças e adolescentes revelou que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criar seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: serem encaminhadas para instituições totais, como abrigos ou educandários. Essa história tem repercussões importantes até os dias de hoje, não sendo possível afirmar que a prática da institucionalização tenha sido superada, mesmo na vigência do marco jurídico da proteção integral, presente na Constituição Federal de 1988¹, no qual se baseia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – lei n. 8.069/90 (Brasil, 1990).

Atualmente, o debate sobre o tema de mulheres usuárias de drogas, mais especialmente daquelas que fazem uso de crack, faz-se fundamental frente à atual e recorrente recomendação dos órgãos de Justiça, como o Ministério Público, de notificação compulsória ao Poder Judiciário acerca do nascimento de crianças filhas de mulheres usuárias de crack e outras drogas, bem como de mulheres gestantes que se recusarem a realizar o pré-natal.

As Recomendações 005 e 006/2014, feitas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, são marcos emblemáticos na

1 Mais precisamente em seu dispositivo 227. Nele fica estabelecido como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

questão da retirada dos/as filhos/as das mulheres usuárias de drogas. Por seu conteúdo, ganharam muita visibilidade midiática e foram alvos de manifestação dos profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. O primeiro documento recomenda que as maternidades acionem a Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte em casos de gestantes usuárias de drogas, para que seja realizado o acolhimento institucional das crianças. O segundo, por sua vez, em reação às manifestações sociais contrárias, propôs que profissionais da saúde que notassem gestantes “impontuais” com o calendário de consultas pré-natais as encaminhassem aos Conselhos Tutelares. Estudos revelaram que, na capital mineira, de janeiro a outubro do mesmo ano das recomendações, das 232 crianças entre 0 e 2 anos acolhidas, 158 eram recém-nascidos de mães usuárias de drogas (Ferreira, 2014).

Os movimentos em favor da interrupção da convivência entre mães com necessidades decorrentes do uso de drogas e seus filhos recém-nascidos, pautados na discussão sobre o que é ser uma boa mãe, bem como sobre a melhor forma de gestar, parir e ter suas crianças, têm sido observados em diversas capitais. A cidade de São Paulo, por exemplo, apresenta um crescimento escalonar de “retiradas” realizadas pelo sistema de Justiça desde 2013 (Jansen, 2017). É recorrente também a prática de retirada de bebês de mulheres em situação de rua e/ou usuárias de crack/outras drogas, mesmo em maternidades de estados e municípios em que não há esse tipo de recomendação feita pelo Ministério Público. Segundo a juíza Cristina Ribeiro Leite, responsável pela Vara da Infância e Juventude que atua no centro da capital paulista, 90% dos bebês colocados para adoção nessa região da cidade são filhos/as de mães dependentes de crack e em situação de rua (Velleda, 2017). As crianças retiradas são prontamente direcionadas para casais “com afeto” e “competência”, discursos que se ancoram na suposta “incompetência” das mulheres que as geraram e se encontram em situação de pobreza e necessidade decorrentes do uso de drogas (Ayres, 2009).

Compreendemos, aí, um jogo de forças e de verdades que conduzem procedimentos e governam corpos de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade social e estigmatização, nos diversos itinerários institucionais de disciplinarização e controle, ancoradas na suposta proteção da criança, e em nome dessa pretensa proteção, em muitos casos, violam-se os direitos das mulheres (e crianças). Já comumente julgadas pelos seus modos de vida, estas passam a receber uma nova “sentença”: não ter o direito à maternidade e ao exercício do cuidado. Diante do problema em questão, resta-nos indagar quais são as condições de possibilidade das práticas jurídicas que impedem o exercício da maternidade e do cuidado por essas mulheres: as “drogaditas”, as “faltosas” e “impontuais” ao longo do pré-natal, bem como todas aquelas que são exceção a uma certa norma de conduta feminina naturalizada ao longo da história, e que apresentam, portanto, indícios de uma certa condição patológica.

Ao discutir tais processos de “adoção pronta”, Lygia Ayres (2009) afirma que são legitimados por noções de afeto e de organização familiar que seguem em consonância com o modelo de família nuclear e burguesa. Na mesma linha da autora, compreendemos que a naturalização do amor materno e do exercício da maternidade e do cuidado estão na gênese tanto do imperativo da maternidade quanto de sua interdição. É justamente a constituição de uma normatividade forjada pelos discursos que pretendem dizer a verdade sobre a maternidade que possibilita a interdição de outros modos de vivenciá-la.

Desse modo, a emergência do modelo de maternidade hegemônico constantemente reafirmado no âmbito de relações de gênero e poder consolida o solo normativo para que as práticas jurídicas interditem o exercício das maternidades que escapam às prescrições desse regime de normatividade. Tais práticas ainda operam de modo a produzir efeitos normalizadores ao impossibilitar vivências de maternidade distintas do ideal prescrito. Assim se evidencia, conforme alerta Márcio Fonseca (2002), o caráter normalizado-normalizador do direito.

Por sua vez, as alianças psi-jurídicas localizadas no âmbito de certas estratégias de controle da população operam na base do cálculo do que pode vir a ser. Desse modo, baseando-se na lógica da gestão do risco que essas maternidades oferecem para certa homeostase da população, tais domínios de saber-poder descumprem seus mandatos clínicos e políticos de garantir direitos e formas de proteção/assistência, evidenciando tensões entre práticas de proteção, cuidado e segurança, no âmbito de tecnologias de poder subjacentes a certa lógica penal-sanitarista, que têm como objetivo o controle da população e a gestão de indivíduos indesejáveis e perigosos (Vicentin, Assis e Joia, 2015). Enquanto nas famílias que correspondem ao modelo burguês o saber médico vem garantir a sobrevivência física e psicológica das crianças, prescrevendo à mãe o exercício do cuidado e atribuindo-lhe a função de cumprir as ordens das autoridades de diversas esferas de saber, nas famílias pobres as dificuldades são tratadas como desvio social a ser isolado para não ameaçar a ordem (Donzelot, 1986). Tais práticas acabam operando, muitas vezes, pelo viés da penalização, como ponto de amparo para o exercício da tutela do Estado na forma de institucionalização da infância e punição de suas mães, violando-lhes os direitos de liberdade, os de disposição sobre o próprio corpo e à vivência da maternidade fora do regime das normatividades.

Nesse contexto, entendemos que uma possível estratégia de desassujeitamento feminino seria desnaturalizar a maternidade, afirmando seu caráter de amor construído, não apenas ao longo do tempo, mas em cada experiência pessoal. A autora Badinter (1985) aponta que o amor materno é apenas um sentimento humano como qualquer outro. Assim sendo, é incerto, frágil e imperfeito:

Podem existir ou não, podem aparecer e desaparecer, mostrar-se forte ou frágil, preferir um filho ou ser de todos. Contrariando a crença generalizada em nossos dias, ele não está profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, verifica-se que o interesse e a dedicação à criança

não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais. As diferentes maneiras de expressar o amor vão do mais ao menos, passando pelo nada, ou quase nada. (ibid., p. 9)

Seguindo a esteira das reflexões de Badinter, reafirmamos o caráter contingente do vínculo entre mulheres e seus filhos e suas filhas, admitindo, portanto, que o afeto nessas relações é resultado de um microprocesso de construção, ao contrário do que se supõe quando se parte do postulado de que o amor materno é inato, determinado pela própria natureza humana e feminina. Se estamos diante de processos de construção localizados em cada maternidade vivida, cada experiência será singular, dificilmente correspondendo aos padrões de normatividade impostos.

Além disso, quando se trata da construção de um vínculo de afetividade e cuidado, faz-se necessário trabalhar no registro de uma outra temporalidade, possibilitando a consolidação de um processo que não satisfaz as expectativas imediatistas de uma noção “inata” de amor materno. Na lógica imediatista, as crianças são retiradas de suas mães “desnaturadas”. No entanto, quanto tempo e espaço lhes são dados para a consolidação de uma possível relação de cuidado? Seja no campo da saúde, da assistência ou das práticas jurídicas, cabe preservar a possibilidade dessas mulheres, se assim desejarem, de exercer a maternidade e o cuidado à sua própria maneira.

Considerações finais

Gostaríamos de encerrar este capítulo reafirmando que gestar, parir e cuidar, ou até mesmo dedicar-se exclusivamente a tais funções, não são nossos objetos de problematização, uma vez que nossa proposta fundamental é criticar os imperativos, opondo-nos a qualquer moralização das possíveis escolhas femininas. Aqui, o que está em discussão são as origens patriarcais e as complexas relações de poder que podem estar na gênese da maternidade como a compreendemos e vivenciamos no presente.

Na primeira parte do capítulo pudemos acompanhar o processo que possibilitou a emergência da noção hegemônica de maternidade no âmbito de discursos cuja pretensão de verdade universal e inquestionável os investe de legitimidade. Nesse processo, a natureza ocupa lugar privilegiado e é apropriada como recurso para a normalização da experiência da maternidade, desde as emoções que a envolvem até as práticas de cuidado. Mais especificamente, com base em um substrato biológico, a maternidade passa a ser afirmada como o destino natural da mulher. O processo de consolidação desse imperativo esteve associado a uma transformação nas configurações familiares, da qual resulta a emergência da família nuclear e de relações de cuidado que se baseiam em uma divisão sexual do trabalho, com a reclusão das mulheres no mundo privado.

A idealização da maternidade operada por meio da família burguesa nuclear e encarnada nela vai se tornando a regra a partir do fim do século XVIII. A família se apresenta não apenas como um modelo moralmente imposto, mas também como um meio pelo qual se exerce o poder visando certos efeitos de regulação da população. Tal idealização é imposta a mulheres que nem sempre podem realizá-la. Nesse sentido, a maternidade parece ser um imperativo somente no seio da instituição familiar no âmbito da qual a mulher é performada como mãe de seus filhos. Apesar de esse imperativo decorrer de uma heterossexualidade normativa e mantê-la em si como uma origem insuperável, é difícil conhecer minuciosamente os efeitos de produção de subjetividade que ele tem nas mulheres em sua multiplicidade, em seus mais variados modos de ser e de viver sua sexualidade. É difícil não notar a pretensão de universalidade que tal imperativo assume, uma vez que se funda no princípio da natureza.

Consideramos que tantos discursos e prescrições – desde a publicação de *Emílio*, na segunda metade do século XVIII, passando pelos discursos higienistas do século XIX, perpetuando-se, ousamos dizer, até os dias atuais – são evidências de que a maternidade e seu exercício não são simplesmente naturais ou da ordem do instinto, parecendo-nos, antes, ser resultado da inserção de uma condição de

diferença biológica, ou seja, de um dado da natureza, nas complexas redes de poder-saber. Mesmo que provenientes de uma pequena parcela da elite intelectual, são colocados em circulação por figuras de autoridade e entre as pessoas são ressignificados nas relações interpessoais. Seus efeitos não estão alheios às emoções a eles associadas, produzindo de maneira complexa determinados modos de desejar e vivenciar a maternidade nas mulheres.

Nesse contexto, notamos um paradoxo: o exercício da maternidade seria a realização da natureza feminina, mas é continuamente discursivamente reafirmado e prescrito. Aquelas que, mesmo querendo exercer o cuidado, não encarnam o que se afirma ser a mulher-mãe ideal são impedidas de exercer a maternidade e o cuidado. Concluimos que o imperativo talvez não seja apenas a maternidade, mas determinado modo de vivenciá-la. As mães “desnaturadas” parecem ser uma afronta à natureza e a toda maternidade que não corresponde àquela idealizada e compreendida tanto nas chaves do anormal quanto do patológico. Dessa compreensão resultam maternidades interdidas, mulheres impedidas de exercer o cuidado dentro de suas possibilidades. Isso porque, no lugar de uma relação mútua de confiança que só pode ser resultado de um processo de construção que se dá por meio da convivência, são os discursos normativos de origem burguesa e patriarcal que definem o que deve ser reconhecido como maternidades legítimas e dignas de ser vividas.

A noção de divisão do trabalho moderna e ocidental, conforme afirmam Maturana e Verden-Zöllner (2004), é utilizada para justificar a subordinação de um ser humano a outro, particularmente da mulher ao homem sob o argumento dos papéis exclusivamente masculinos ou femininos. Parece-nos, portanto, fundamental compreender a maternidade nos regimes do desejo, ou seja, das emoções e de uma nova noção de cuidado. Uma noção de cuidado que passe pelo respeito por si e pelo outro, pela cooperação e não por regimes de subordinação. Desse modo, a maternidade deve ser ressignificada fora das relações de gênero patriarcais, passando a ser compreendida

como um fenômeno biológico e, acima de tudo, humano, que envolve a mãe não como mulher, mas como uma pessoa adulta em uma relação de cuidado.

Referências

- AYRES, Lygia Santa Maria (2009). “Subjetividades produzidas nos processos de ‘Adoção-Pronta’: A família afetuosa e a mãe desnaturada”. In: COIMBRA, Cecília Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria e NASCIMENTO, Maria Livia do (orgs.). *Pivetes – encontros entre a psicologia e o Judiciário*. Curitiba, Editora Juruá, pp. 48-56.
- BADINTER, Elizabeth (1985). *Um amor conquistado – o mito do amor materno*. 6. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor e MONTEIRO, Simone (2012). “Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)”. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 20, n. 1, jan./abr.
- DONZELOT, Jacques (1986). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, Graal.
- FERREIRA, Bárbara (2014). “Determinação de MP para casos de mães viciadas gera polêmica”. *Jornal O Tempo*, 13 nov. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/determinação-de-mp-para-casos-de-mães-viciadas-gera-polêmica-1.946423>>. Acesso em: 17 out. 2018.
- FONSECA, Marcio Alves (2002). *Michel Foucault e o Direito*. São Paulo, Max Limonad.
- FOUCAULT, Michel (2015). *História da sexualidade – v. 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz & Terra.
- ____ (2001). *Os Anormais – Curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo, Martins Fontes.
- JANSEN, Roberta (2017). “Justiça tira bebês de famílias em ‘situação de risco’”. *Estadão*, Brasil, 14 out. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,justica-tira-bebes-de-familias-em-situacao-de-risco,70002044603>>. Acesso em: 17 out. 2018.
- LAQUEUR, Thomas (2001). *Inventando o sexo – corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- MATURANA, Humberto e VERDEM-ZÖLLER, Gerda (2015). *Amar e brincar – fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo, Palas Athena.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1979). *Emílio ou da educação*. Tradução de Sérgio Milliet. 3 ed. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel.
- SCHWENGBER, Maria Simone Vione e MEYER, Dagmar Estermann (2011). “Discursos que (con)formam corpos: da medicina à educação física”. *Cadernos Pagu*, n. 36, jan./jul.
- VELLEDA, Luciano (2017). “Uso distorcido da lei separa mães pobres e usuárias de crack dos filhos”. *Rede Brasil Atual*, 5 ago. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/131/uso-distorcido-da-lei-e-responsavel-por-separar-maes-pobres-e-usuarias-de-crack-dos-filhos>>. Acesso em: 17 out. 2018.
- VICENTIN, Maria Cristina; ASSIS, Daniel Daltin e JOIA, Julia Hatakeyama (2015). “O direito de crianças e adolescentes ao cuidado em saúde mental: tensões entre proteção e tutela no caso do uso de drogas”. *Diké*, n. IV, v. I, pp. 21-50.

Ressonância: Do dever de procriação ao dever de bem conduzir a gravidez

Mary Jane Paris Spink

Este texto foi construído com base nas ressonâncias geradas pelo capítulo de autoria de Priscila Mortelaro e Isadora Souza. Nele, as autoras seguiram os rastros do percurso histórico que leva do imperativo da maternidade para mulheres ao dever de reprodução, em um contexto pautado pela emergência da biopolítica. Trata-se de acontecimentos que preparam a cena para a entrada dos direitos reprodutivos no debate sobre maternidade. Cada uma dessas etapas continua presente hoje nos discursos que contrapõem os direitos da mulher que gesta (ou opta por não gestar) e os do feto que ela carrega (por opção ou por contingências de sua vida). Porém, à medida que as legislações situam o feto como pessoa, vemos um crescente tensionamento na esfera dos direitos, que, por vezes, coloca a “gestação descuidada” no âmbito da criminalidade.

Partimos do pressuposto de que novos discursos estão entremeados em camadas sucessivas de repertórios linguísticos (Spink, 2010), constituídos em contextos históricos que configuram e reconfiguram as possibilidades de ser mulher em interstícios filosóficos e políticos que clamam por soluções em cada período histórico. São configurados e reconfigurados, mas jamais se apagam, continuando como possibilidades de dar sentido a nossas existências coletivas. É nessa trama discursiva de tempos longos e interações no “aqui e agora” que se desenrola continuamente esse drama existencial: afinal, temos mesmo direito sobre nossos corpos, sejam eles categorizados

como masculinos ou femininos (ou qualquer outra combinação que hoje pauta nossas identidades de gênero)? Há mesmo um binarismo sexual? O que pertence à herança genética paterna no desenvolvimento de seres humanos? E à materna? Quais são os direitos que cada protagonista tem nesse drama reprodutivo: O esperma? O óvulo? O feto? O Estado?

Essa trama complexa é o foco dessas ressonâncias. Buscamos contrapor direitos, de mulheres e fetos, pensando-os à luz de uma sociologia simétrica, na qual humanos e não humanos (e aqui situamos precariamente os genes) são actantes, entes que têm agência, embora frequentemente agindo por meio de porta-vozes. Actantes que estão inseridos em discursos que colocam novos *insights* das ciências biomédicas em contraposição a discursos sedimentados no tempo longo de conteúdos culturais, provenientes, alguns, de posicionamentos derivados de uma diversidade de religiões.

Começaremos problematizando as frágeis fronteiras entre paternidade e maternidade, tomando por base as pesquisas contemporâneas sobre a placenta, de modo a embaralhar ainda mais as relações de gênero, desta vez, vistas a partir de estruturas biológicas, mais precisamente, do genoma. Seguindo pistas placentárias, problematizaremos a questão dos direitos: quem de fato tem direitos e a que hierarquia eles obedecem? Reverberam, aqui, as disputas sobre aborto travadas no nosso contexto jurídico (Guedes, 2008; Diniz, 2010; Mortelaro, 2017), porém, com mais contundência, nos debates atuais nos Estados Unidos da América, seja na possível reversão do caso *Roe vs. Wade* que abriu a possibilidade de aborto na década de 1970, seja nas novas legislações estaduais que respondem às campanhas pró-vida na era Trump. Finalizaremos apontando para possíveis transformações relativas à boa condução da gravidez, com especial atenção à criminalização de gestantes à luz do direito do feto de vir à luz (com saúde).

Úteros colonizados: a placenta sob o comando do feto

Em 2014, o National Institutes of Health (NIH), órgão do Governo norte-americano, deu início a um projeto ambicioso intitulado The Human Placenta Project (HPP). Pesquisas sobre a placenta e seu papel no desenvolvimento de uma gravidez saudável têm longa história, entretanto, como propaga o HPP, de modo geral, os estudos são realizados após a expulsão da placenta: uma consideração *a posteriori*, um “*afterthought*”, como referido em artigo do *New York Times* publicado em dezembro de 2018 (Mandavilli, 2018). Pesquisar tão importante órgão no desenrolar da gravidez traz desafios consideráveis que exigirão o desenvolvimento e o uso de tecnologias de visualização e registro bastante sofisticadas (Guttmacher e Spong, 2015). São objetivos do HPP:

- Melhorar os métodos atuais e desenvolver novas tecnologias para avaliação em tempo real do desenvolvimento placentário durante a gravidez;
- Aplicar essas tecnologias para entender e monitorar, em tempo real, o desenvolvimento e a função placentária em gestações normais e anormais;
- Desenvolver e avaliar marcadores não invasivos para previsão de resultados adversos da gravidez;
- Compreender as contribuições do desenvolvimento placentário para a saúde e a doença em longo prazo;
- Desenvolver intervenções para prevenir o desenvolvimento placentário anormal e, portanto, melhorar os resultados da gravidez.

A atenção à placenta no contexto do HPP tem por foco o seu desenvolvimento e sua contribuição para a saúde e a doença que se situa no tradicional campo da saúde reprodutiva. Contudo, anuncia novos campos de investigação que se aliam aos estudos da genômica. Afinal, o que é a placenta? E aqui adentramos o fascinante mundo do cromossomo 15: das relações bélicas entre os genes paternos e maternos. Ou seja, a “guerra dos sexos”, em parte, tem origens embrionárias.

Na década de 1980, David Haig, então professor em Oxford, apresentou uma reinterpretação da placenta de mamíferos. Em vez de ser um órgão materno designado a dar sustento ao feto, a placenta seria um órgão do feto que teria o objetivo de parasitar o suprimento de sangue materno, travando uma batalha sobre recursos disponíveis. Matt Ridley (2000), conhecido jornalista da área das ciências, comenta:

Mas o feto é construído em parte com genes maternos, portanto não seria surpreendente se esses genes se encontrassem, por assim dizer, com um conflito de interesses. Os genes do pai no feto não têm tais preocupações. No fundo, eles não têm o interesse da mãe como alvo, exceto na medida em que ela fornece um lar para eles. Os genes do pai não confiam nos genes da mãe para criar uma placenta suficientemente invasiva; então eles fazem o trabalho eles mesmos. Os teóricos evolucionistas modernos, liderados por David Haig, agora consideram a placenta mais parecida com uma aquisição (*takeover*) parasitária do corpo da mãe por genes paternos no feto. A placenta tenta, contra a resistência materna, controlar seus níveis de açúcar no sangue e a pressão sanguínea em benefício do feto. (p. 209)

No caso desse texto, não se trata de dar visibilidade às mais recentes pesquisas sobre entes parasitários ou estratégias de invasão – porém, textos de divulgação da ciência usam tais metáforas para explicitar que 90% da placenta é formada de células do feto. O propósito aqui é buscar entender os discursos contemporâneos sobre os direitos do feto. Na chamada de capa de um caderno especial do *New York Times* sobre Direitos das Mulheres (NYT, 2018), há um alerta: “More and more laws are treating the fetus as a person, and a woman as less of one, as states charge pregnant women with crimes”¹.

1 Cada vez mais as leis estão tratando o feto como pessoa, e uma mulher como menos que uma pessoa, na medida em que estados condenam mulheres grávidas por crimes.

Direitos conquistados na berlinda: o debate sobre *Roe vs. Wade* nos Estados Unidos da América

Tomaremos a potencial revisão do caso *Roe vs. Wade*, nos Estados Unidos da América (EUA), como estudo de caso, uma vez que se trata de reversão de posturas mais liberais, pautadas no direito que mulheres teriam sobre seus corpos em contraposição ao direito do feto de vir ao mundo.

O embate entre posições pró-vida e pró-opção tem longa data e toma rumos distintos em diferentes países. No Brasil, a criminalização do aborto está inscrita no Código Penal de 1940 (Brasil, 1940). Há exceções previstas no artigo 128: quando a interrupção da gravidez for o único meio de salvar a vida da mulher ou se a gravidez for resultado de estupro, e ainda nos casos de anencefalia fetal. A interrupção de gestações de fetos incompatíveis com a vida não está prevista no Código Penal e foi justamente nesse enquadre que se criou a jurisprudência em relação a casos de fetos anencefálicos (Ribeiro, 2008)². Contudo, a despeito de posicionamentos de governos mais liberais ou mais autoritários, o aborto continua a ser um ato criminoso.

Há uma distinção interessante entre tradições jurídicas. No Brasil, como em grande parte da América Latina, são influenciadas pelo Código Civil Napoleônico. Ou seja, as leis são “codificadas”, e então aplicadas. Embora haja reconhecimento de casos, como aconteceu com a anencefalia, a maior ênfase é na produção de leis que possam ser aplicadas. Nos países que seguem a tradição da lei comum (*Common Law Tradition*, Zweigert e Kotza, 1987), como a Inglaterra e os Estados Unidos da América, as leis emergem de decisões das cortes e de argumentos a respeito de casos atuais. Leis são feitas nas cortes; decorrem, pois, de decisões judiciais. Se necessário, a Corte

2 Ha uma ação tramitando no Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade da interrupção da gestação nos casos de mulheres infectadas com o Zika, vírus que tem como uma das principais consequências a microcefalia dos fetos.

Suprema delibera em relação à constitucionalidade da lei. Foi por esse caminho que o aborto passou a ser legalizado em todo o território, apesar de haver legislações estaduais contrárias.

A história é fascinante, até porque a principal protagonista, Jane Roe, nome fictício de Norma McCorvey, acabou se tornando ativista do movimento pró-vida. Em linhas gerais, ela procurou fazer aborto no Texas, sem sucesso. Acabou dando à luz uma criança que foi adotada. Mas seu caso foi levado à Corte Distrital do Texas por duas advogadas, e o promotor que atuou pelo Estado do Texas se chamava Henry Wade. Daí o nome *Roe vs. Wade*. O caso chegou à Corte Suprema, que, em 22 de janeiro de 1973, deliberou a favor de Roe, dando às mulheres norte-americanas o direito de decidir se queriam fazer o aborto.

Quando a saúde se torna moeda de troca política, decisões como essa, de legalizar ou não o aborto, balançam aos ventos ideológicos dominantes. Nas décadas de 1960 e 1970, os ventos sopravam na direção das liberdades individuais. Por exemplo, Ronald Reagan, quando governador da Califórnia, assinou, em 1967, uma das leis de aborto mais liberais dos EUA. Porém, quando concorreu ao cargo de presidente pelo Partido Republicano, assumiu a posição de defesa dos direitos do nascituro. E os ventos, após a era Obama, do Partido Democrata, sopram na direção republicana, com forte influência de movimentos religiosos, como acontece no Brasil.

A relação entre autonomia dos estados e a posição constitucional oficial é complexa. Vários estados governados por republicanos estão atualmente aprovando leis estaduais bastante restritivas. A decisão do caso *Roe vs. Wade* foi que o aborto era legalizado até o momento em que o feto poderia sobreviver fora do útero, geralmente 24 semanas de gravidez. Mas pelo menos em cinco estados (Mississippi, Kentucky, Ohio, Georgia e, mais recentemente, Alabama), todos sob governos republicanos, foi imposta a chamada lei dos batimentos cardíacos (*Heart beat laws*) que ocorrem por volta de seis semanas de gestação, quando, de modo geral, muitas mulheres ainda nem atentaram ao fato de estarem grávidas. Essa é uma arena de disputa entre

defensores dos direitos do feto, militantes dos direitos das mulheres sobre seus corpos, e especialistas da área médica que questionam o uso dos batimentos cardíacos do feto como parâmetro de garantia de sobrevivência fora do útero.

Não se trata aqui, neste texto tão breve, de adentrar nessa complexa discussão. Como analistas de discurso que somos, queremos apenas pontuar que essa batalha é travada pelo uso que movimentos de oposição ao aborto e aqueles que defendem o direito à escolha por parte das mulheres fazem da linguagem. É por meio de apelos linguísticos que se angaria apoio por parte da população. Fazendo uma retrospectiva sobre os usos da linguagem em campanhas pró e contra o aborto, desde a década de 1960, a jornalista Amy Harmon, em artigo publicado no *New York Times*, em 2019, trata a questão como uma guerra linguística. Ressalta que, em uma primeira etapa, os oponentes do direito ao aborto cunharam a expressão *pro-life* (pró-vida), de modo a enfatizar o que consideravam ser a premissa da santidade da vida. Os defensores do direito das mulheres de tomar decisões sobre seus corpos, por sua vez, criaram a expressão *pro-choice* (a favor do direito à escolha).

Décadas mais tarde, lembrando que em 1973 a Suprema Corte americana endossou o direito ao aborto no episódio *Roe vs. Wade*, nos anos de 1990, o grupo pró-vida (no caso, o *National Right to Life*) lançou o termo *Partial-Birth Abortion* para fortalecer a rejeição ao aborto tardio, equiparando-o ao parto de um feto viável. A jornalista considera, assim, que o uso do termo *heart beat* (batimentos cardíacos) não foi acidental. Falar que a vida começa na concepção produz pouca adesão à causa pró-vida, mas usar o simbolismo do coração gera efeitos potentes de mobilização pelos direitos do feto. Interessante, também, que os defensores dos direitos das mulheres à escolha, nesse percurso, sempre deram maior ênfase às mulheres grávidas e, atualmente, como reação às leis estaduais pautadas nos batimentos cardíacos, passam a usar expressões como: *forced pregnancy* e *punishing women* (gravidez forçada e punindo mulheres).

Pessoalidades em xeque: criminalização de mulheres gestantes que colocam fetos em risco

Priscila e Isadora, no texto já referido, trazem para discussão as maternidades indignas na contracorrente do dever de reprodução. O cenário a que me refiro é talvez mais sombrio: mulheres criminalizadas por não ter dado ao feto condições adequadas de desenvolvimento *in utero* ou possibilidade de vir ao mundo. São muitos os casos relatados, no Brasil, sobre intervenção polícialca em casos de suspeita de aborto induzido, assim como também nos EUA, sobretudo agora nos estados que vêm introduzindo legislações restritivas. Entretanto, voltando ao dossiê já referido, publicado pela editoria do *New York Times*, em 2018, a defesa dos direitos do feto extrapola a mera suspeita de aborto induzido. Os casos relatados são assustadores: mulheres condenadas na Justiça por colocar em risco a gravidez, por exemplo, tentando suicidar-se; outras condenadas por terem dado à luz um bebê natimorto (*stillbirth*), causado, sem qualquer subsídio científico, pela ingestão de cocaína durante a gravidez; mulheres com morte cerebral acopladas a suporte para que seus nenês pudessem se desenvolver.

Lynn Paltrow e Jeanne Flavin, em estudo publicado em 2013, realizaram uma extensa pesquisa, com metodologia extremamente sofisticada, usada para identificar casos de mulheres grávidas, ou recém-paridas, que foram condenadas, aprisionadas ou sujeitas a procedimentos (como cesarianas) contrários à sua vontade em todo o território norte-americano, no período entre 1973 (quando entrou em vigor a decisão de *Roe vs. Wade*) e 2005. Foram localizados 413 casos, cuidadosamente caracterizados em relação a variáveis de interesse (raça, idade, tipo de acusação, acompanhamento jurídico etc.). As autoras mostram que, certamente, esse número é subnotificado por várias razões, considerando, por exemplo, as distintas formas de condução criminal em cada estado da federação.

Para a discussão que propomos é importante destacar as diversas formas que estados onde o movimento *pro-life* é forte encontram

para derrubar a *Roe vs Wade*. Um caminho que parece estar sendo profícuo é aprovar leis sobre feticídio (*feticide*) baseadas na premissa de que quaisquer danos ao feto são imputáveis. Vale destacar que essas leis entram pela porta dos fundos: têm como disparadores crimes cometidos contra mulheres grávidas, mas têm como consequência ampliar, no arcabouço do direito penal, a noção de dano para qualquer estágio do desenvolvimento embrionário: da concepção ao nascimento. Brecha, portanto, para intervenção estatal no controle de mulheres grávidas para salvar o feto.

A implicação é que qualquer “desvio” do que reza a cartilha biomédica seria considerado crime: mulheres usuárias de drogas (lícitas e ilícitas), suicidas potenciais; aquelas que se acidentam corriqueiramente ou por se dedicarem a esportes arriscados, as que desejam ter parto normal e se opõem a uma cesariana; enfim, vidas que colocam em risco o desenvolvimento do feto. No estudo de Paltrow e Flavin, não surpreende que a maioria das mulheres que foram de alguma forma enquadradas legalmente provém de segmentos pobres ou de ascendência afro-americana.

As legislações estaduais voltadas ao feticídio constituem apenas uma parte da história. Têm de ser avaliadas, também, à luz das recentes legislações sobre a personalidade (*personhood*) do feto. Noômputo mais recente, até maio de 2019, dez estados haviam aprovado legislações bastante restritivas ao aborto, dentre os quais Alabama foi o último, em maio de 2019. São as chamadas *heart beat laws*. Surpreende que tais legislações possam ser aprovadas, uma vez que as decisões decorrentes da *Roe vs. Wade* continuam em vigor. Porém, no sistema norte-americano, justamente por pautar-se pela lei comum, essas leis, que certamente serão analisadas quanto à sua constitucionalidade, têm justamente a função de enfraquecer a *Roe vs. Wade*, e levar, lamentavelmente, à sua revogação no contexto de uma Suprema Corte conservadora, na era Trump. Vale ainda mencionar que o conceito de “personalidade” propugnado, embora se afirme que segue a decisão constitucional, difere em termos substantivos: *Roe vs. Wade* concede *status* de direitos equivalentes para gestantes e seus bebês.

Nas leis que estão sendo aprovadas, o *status* legal do feto supera o de quem o carrega em seu útero. Abrem-se, assim, perigosos precedentes: “A pregnant woman would cease to exist as an autonomous person. Her womb would become a legal battleground”³ (NYT, 2018).

Segue daí o título dessas ressonâncias: o dever de bem conduzir a gestação. Ao tomar as mulheres como meros úteros úteis, como aquelas da série *The handmaid’s tale* (O conto da aia), não estaríamos abrindo possibilidades, hoje ainda ficcionais, de dispensar mulheres e úteros? Se o que está em pauta nesse cenário que se anuncia é a saúde do feto acima de tudo, pensada para além do desenvolvimento fetal, prevenindo males futuros que talvez tenham associações genéticas, os avanços da genômica e das tecnologias de reprodução fora do útero dispensariam decisões no campo dos direitos reprodutivos. Não mais a maternidade; meramente a reprodução da espécie, de versões de espécie que importam a quem tem poder.

Referências

- BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- DINIZ, Débora e MEDEIROS, Marcelo (2010). “Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna”. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jun.
- GUTTMACHER, Alan E. e SPONG, Catherine Y. (2015). “The human placenta project: it’s time for real time”. *American Journal of Obstetrics & Gynecology*. Editorial, out., S3, S4.
- HARMON, Amy (2019). “‘Fetal heartbeat’ vs. ‘Forced Pregnancy’: The Language Wars of the Abortion Debate”. *The New York Times*, 22 maio. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/05/22/us/fetal-heartbeat-forced-pregnancy.html>>. Acesso em: 22 maio 2019.

3 Uma mulher grávida deixaria de existir como uma pessoa autônoma. Seu ventre se tornaria um campo de batalha legal.

- NEW YORK TIMES (2018). Opinion: A Woman's Rights. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2018/12/28/opinion/pregnancy-women-pro-life-abortion.html>>. Acesso em: 28 dez. 2018.
- MANDAVILLI, Apoorva (2018). "The Placenta, an Afterthought No Longer". *The New York Times*, 3 dez. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/12/03/health/placenta-pregnancy-health.html>>. Acesso em: 3 dez. 2018.
- MORTELARO, Priscila Kiselar (2017). *Versões de aborto voluntário em projetos de lei (im)possibilidades de superação do status quo*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PALTROW, Lynn M. e FLAVIN, Jeanne (2013). "Arrests of and Forced Interventions on Pregnant Women in the United States, 1973-2005: Implications for Women's Legal Status and Public Health". *Journal of Health Politics, Policy and Law*, v. 38, n. 2, abril, pp. 299-343.
- RIBEIRO, Flavia Guedes (2008). *Sentidos da vida na controvérsia moral sobre o abortamento induzido: o caso da anencefalia*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RIDLEY, Matt (2000). *Genome: the autobiography of a species in 23 chapters*. Nova York: Perennial/Harper Collins Publisher.
- SPINK, Mary Jane Paris (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- ZWEIGERT, Konrad e KOTZ, Hein (1987). *An Introduction to Comparative Law*. 2. ed. Nova York: Oxford University Press.

Polarização política no Brasil: uma leitura desde a Psicologia Social

Cinara Brito de Oliveira
Ezio Alves da Silva Junior
Karla Rampim Xavier

O presente capítulo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a polarização política no contexto brasileiro, visando a compreender a função dos afetos e das mídias sociais, em especial o compartilhamento de *fake news*, na conjuntura política atual. Além disso, o presente texto é resultado do desafio assumido pelas autoras e autor de apresentar contribuições analíticas de três referenciais distintos que integram o campo teórico da Psicologia Social, cumprindo assim o objetivo específico de demonstrar a importância da contribuição desta área do conhecimento para a compreensão das relações sociais e políticas. Contudo, vale ressaltar que se trata apenas de um ensaio, dados os limites do presente trabalho.

O Brasil passa por um momento de grande turbulência política, uma conjuntura complexa e difícil para as classes populares, com a diminuição de direitos sociais e o avanço do neoconservadorismo, em que a violência de Estado é legitimada. Há consenso nos meios progressistas e de esquerda¹ de que a destituição de Dilma Rousseff da

1 Os termos direita e esquerda na política tiveram origem na Revolução Francesa para indicar o lado que os parlamentares ocupavam no plenário; assim, do lado direito sentam-se os que defendiam a ordem dominante – capitalista – e do lado esquerdo os que se contrapunham radicalmente a ela. Atualmente a definição desses termos tem sido bastante questionada devido às diversas nuances possíveis entre esses

Presidência da República, em 2016, se configurou como um golpe parlamentar, midiático e jurídico², construído em favor das classes dominantes. Não podemos ignorar que o golpe aparece como uma repetição ao longo da história do Brasil, primeiro como tragédia, repetindo-se como farsa – parafraseando Marx (2011). Em 1964, grande parte da classe média apoiou o golpe militar por acreditar que o avanço de políticas progressistas representava uma “ameaça comunista”. Esse medo era pulverizado pela mídia dominante da época. O golpe significou uma tragédia na emancipação e na trajetória dos movimentos sociais, bem como afetou os direitos das classes trabalhadoras. Havia uma cortina de fumaça sobre os afetos da época, que salvava as aparências via modernização do país, e isso velava o que estava por trás das aparências dando um contorno às práticas de ódio contra as minorias.

A primeira parte deste ensaio apresentará os projetos de país que majoritariamente encontram-se em disputa desde o início do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, delineando o nosso objeto de estudo, a polarização política – expressão da luta de classes – que ora se revela, ora aparece velada. A segunda parte contextualiza o momento político atual e, por meio da psicanálise laciana, analisa a disputa discursiva na construção do Sentimento Antipetista. A terceira parte apresenta o conceito de *fake news* e seus efeitos na disputa de narrativa sobre os rumos do país, a partir de contribuições

dois polos, contudo, ao longo deste trabalho adotaremos a concepção de Bobbio (2001), que se refere a um conjunto de ideias, interesses e valores a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, que se contrapõem, mas que também são interdependentes, divergindo a atitude diante do critério de igualdade entre as pessoas.

2 O afastamento da presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff, se deu por meio de um processo caracterizado como *impeachment*, porém justificado pela criação de um crime nunca antes demarcado pela jurisprudência e pela história nacional, mas que, no cotidiano executivo, é medida usual – as chamadas “pedaladas fiscais” –, prática realizada por 17 dos 27 governadores em exercício de mandato no mesmo período (Maldonado, 2016, p. 255) e que, dois dias após a efetivação do chamado *impeachment*, foi legalizada pelo Senado por meio da Lei 13.332/2016. Além disso, após o seu afastamento, o plano de governo implementado não foi aquele que ganhou as eleições.

do modelo de consciência política proposto por Sandoval (2001). A quarta parte discute sobre a função política do ódio na luta de classes; para tanto, apresenta contribuições da Psicologia Sócio-histórica.

Polarização política: quantos projetos de sociedade cabem entre dois polos opostos?

O termo política surge na Grécia antiga (700 a.C.) e era utilizado para denominar o exercício da vida em sociedade de modo a garantir o melhor para todos os cidadãos, o que inclui organizar o modo de produção e reprodução da vida de um determinado povo (Maar, 1982).

A consolidação do Estado liberal e a conseqüente implementação do modo de produção capitalista foram marcadas por disputas de poder e movimentos de resistência das mais diversas ordens (Caiaffo et al., 2007); como exemplo, a Revolução Francesa (séc. XIX), que representou o fim do regime absolutista e dos privilégios da nobreza, garantindo melhorias nas condições de trabalhadores, mas foi a burguesia quem garantiu o poderio do domínio social. Apontando as contradições do capitalismo, Marx e Engels (1999) apresentam um modelo alternativo, o socialismo, cujo regime econômico seria controlado pelo Estado para garantir a igualdade entre os indivíduos e assim chegar a uma sociedade comunista.

No século XX, a ordem capitalista começa a apresentar os seus limites, pois a disputa por produtores de matéria-prima barata e mercados consumidores externos impõe uma disputa imperial, que levou às Grandes Guerras Mundiais e à crise de 1929 – que se deu devido à incapacidade do mercado para absorver a superprodução. A Revolução Russa (1917) surge como resistência radical ao capitalismo e implanta o regime socialista na Rússia, e mais tarde, em 1922, com a união de outros quinze países, se constitui a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que após a Segunda Guerra Mundial

se tornou uma potência mundial, confrontando os Estados Unidos da América (USA) – grandes vitoriosos da guerra, dando início à Guerra Fria (Instituto Vladimir Herzog, 2019).

A partir da crise de 1929, diversos países europeus iniciam uma nova forma de organização político-social, a social-democracia ou keynesianismo, que se caracteriza como um capitalismo reformado, com melhor distribuição de renda e de serviços públicos, defende um Estado forte e democrático, mas mantém a divisão em classes sociais. Acreditava-se que o problema social da humanidade poderia ser resolvido unindo três aspectos: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual (Keynes, 1972). Contudo, com a crise do petróleo em 1973 e a forte onda inflacionária na década de 1980, o Estado de Bem-Estar Social, proporcionado pela social-democracia, entra em declínio e abre espaço para o surgimento do neoliberalismo, que desde 2008 também entrou em colapso – nova crise do capital – e suscitou uma série de revoltas pelo mundo inteiro (Oliveira, 2016).

No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo aconteceu tardiamente e tinha sua economia baseada no capital privado da burguesia e restringia-se ao setor primário, o que o manteve extremamente dependente do capital externo, pois produzia e exportava matéria-prima para as grandes potências e consumia (importava) os produtos industrializados. Somente na década de 1930 o país passa a investir na indústria nacional, resultado de políticas estatais de intervenção econômica, e na substituição de importações (Melo, 2018).

Na década de 1960 as divergências sobre os projetos de desenvolvimento da nação giravam em torno da defesa de um país moderno, mas economicamente independente e socialmente justo – representado por setores reformistas e esquerdistas, em contrapartida à defesa dessa modernização econômica integrada ao capitalismo mundial – representado por setores da direita conservadora. Por fim, diante da forte pressão popular para a implantação de uma série de reformas – Reformas de Base – propostas pelo então presidente, João Goulart,

e que tinham como objetivo ampliar o desenvolvimento econômico e redistribuir riquezas³, ocorreu o golpe de 1964 que deu início à ditadura civil-militar (Instituto Vladimir Herzog, 2019).

A constituição do Estado liberal democrático possibilitou, posteriormente, o surgimento dos partidos políticos, que se caracterizam como um dos pilares para a organização e o estabelecimento da democracia representativa (Dias, 2013). Cada partido representa uma concepção filosófica de sociedade e apresenta um conjunto de propostas que indica a direção a ser seguida durante o exercício do seu governo, contudo, o sistema de governo adotado por cada país também balizará o Poder Executivo.

Durante a ditadura brasileira existiram apenas dois partidos políticos oficiais, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁴, de oposição consentida, mas ainda dentro do campo conservador. No fim do período, ocorreu uma reforma partidária para barrar o avanço da oposição, dividindo-a. Dentre as legendas que surgiram nessa época estão o Partido dos Trabalhadores (PT), que se tornou o maior partido de esquerda da América Latina e protagonizou todas as disputas presidenciais diretas que surgiram posteriormente, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), uma dissidência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (Instituto Vladimir Herzog, 2019).

Entre os anos de 1983 e 1984 o movimento Diretas Já reivindicava eleições diretas presidenciais no Brasil. A possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República no Brasil se concretizaria com a votação da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso. Entretanto, a Proposta de Emenda Constitucional foi rejeitada, frustrando a sociedade brasileira. Ainda

3 Tais reformas foram acusadas como uma ameaça comunista por seus opositores, contudo, todas elas permaneciam dentro de um sistema econômico capitalista e mantinham-se dentro das instituições democráticas (Portal Memórias da Ditadura).

4 Que com o fim da ditadura passou a se denominar Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e em 2017 voltou a ser MDB.

assim, os adeptos do movimento conquistaram uma vitória parcial em janeiro do ano seguinte quando Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral. A realização das eleições diretas só foi possível em 1989, mas, durante esse processo de organização civil e política, lideranças passaram a formar a nova elite política brasileira e o processo de redemocratização culminou com a volta do poder civil em 1985, na aprovação de uma nova Constituição Federal em 1988 e com a realização das eleições diretas para presidente da República em 1989 (ibid.).

Restabelecida a democracia no país, a primeira disputa com eleição direta⁵ foi em 1990 e se deu entre Fernando Collor de Melo (iniciou carreira política no Arena, depois PMDB e saiu para fazer oposição, filiando-se ao PRN; seu vice era Itamar Franco – PMDB que foi para o PL, depois PRN e, por fim, retornou ao PMDB) *versus* Luiz Inácio Lula da Silva (PT; vice José Carlos Bisol, do PT, depois PSB e por fim PMDB). Collor ganhou notoriedade pela bandeira que levantou de combate aos “marajás” e elegeu-se com apoio da mídia dominante (Mengardo e Brandão, 2015).

Nas seis eleições seguintes as disputas foram protagonizadas por PT x PSDB, conforme quadro abaixo, com o PSDB saindo vitorioso dos dois primeiros pleitos e o PT dos quatro seguintes. Na atual República brasileira, o sistema de governo se caracteriza por um presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988), que pressupõe acordos partidários e alianças entre forças políticas para alcançar determinados objetivos, como a aprovação de determinadas agendas. Dentre as consequências desse tipo de sistema, tem-se o exercício de governos permeado de contradições. Como, por exemplo, o PSDB, que, apesar de sua ideologia social-democrata, implementou uma agenda

5 Esse processo resultou de intensa pressão popular com o movimento Diretas Já (1983-1984), que mobilizou milhões de pessoas em comícios e passeatas, contou com a participação de partidos políticos, sindicatos, representantes da sociedade civil, artistas e intelectuais e objetivava eleições diretas para o pleito de 1985, porém não obteve sucesso. Diante da derrota o movimento passou a pressionar para que via eleição indireta um dos candidatos apoiadores do fim da ditadura fosse eleito, e para isso contava com o apoio de dez governadores que haviam sido eleitos em 1982, na primeira eleição direta para o cargo desde o golpe militar (Schwarcz e Starling, 2015).

neoliberal no país, enquanto o PT, partido de ideologia socialista, ao tentar fugir da agenda neoliberal⁶, implementou programas democrático-populares, mas que não superaram o modelo capitalista como esperavam alguns apoiadores.

Quadro 1 – Disputas presidenciais ocorridas desde a redemocratização no Brasil, retratadas pelos dois partidos mais votados.

CANDIDATO	VICE	ANO	CANDIDATO	VICE
Collor	Itamar Franco	1989	Lula	Bisol
PRN	PRN		PT	PSB
FHC	Maciel	1994	Lula	Mercadante
PSDB	PFL		PT	PT
FHC	Maciel	1998	Lula	Brizola
PSDB	PFL		PT	PDT
Serra	Rita Camata	2002	Lula	Alencar
PSDB	PDT		PT	PL
Alckmin	José Jorge	2006	Lula	Alencar
PSDB	PFL		PT	PRB
Serra	Indio da Costa	2010	Dilma	Temer
PSDB	DEM		PT	PMDB
Aécio	Aloysio Nunes	2014	Dilma	Temer
PSDB	PSDB		PT	PMDB
Bolsonaro	Gen. Mourão	2018	Haddad	Manuela D'Ávila
PSL	PRTB		PT	PcdoB

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na última e recente eleição o PT se manteve protagonista, com a chapa Fernando Haddad (PT) e Manuela D'Ávila (PCdoB), porém foi derrotado por Jair Bolsonaro (PSL desde 2018; PC entre 2016 e 2018; PP entre 2005 e 2016; PFL em 2005; PTB entre 2003 e 2005; PPB entre 1995 e 2003; PPR entre 1993 e 1995; PP em 1993; e PDC entre 1989 e 1993) e seu vice, general Mourão (PRTB). A campanha foi marcada por uma polarização extrema, cujo contexto apresentaremos a seguir.

6 Existe um debate em torno da atual crise do capital, que impera desde 2008 no mundo, que afirma um esgotamento do modelo neoliberal e o surgimento do pós-neoliberalismo na América Latina como consequência da não criação de um modelo alternativo que o sucedesse, defendido por Emir Sader (2009).

Jornadas de Junho, sentimento antipetista e mídias digitais

Para contextualizar o golpe midiático-jurídico-parlamentar, retomamos alguns fatos. Em 2013, eclodiram no Brasil manifestações de massa, o Movimento Passe Livre (MPL) saiu ruas após o aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus da cidade de São Paulo mobilizando diversos jovens, estudantes e trabalhadores, contra o aumento. Rapidamente a grande mídia – que até então criminalizava o movimento, nomeando os manifestantes de baderneiros e vândalos – passou a elogiar as manifestações, convocando para as ruas a massa verde-amarela para defender o Brasil da corrupção. Foi assim que a elite econômica descontente com a conjuntura brasileira usou o poder midiático para tomar de assalto as manifestações, iniciadas legitimamente em junho de 2013, em algo pontual de um movimento com uma pauta clara que era o Passe Livre para manifestações abstratas com diversas pautas inclusive contraditórias, pedindo ao mesmo tempo mais saúde, mais educação, sem deixar claro se se tratava de educação pública ou não; alguns inclusive pediam a volta do militarismo e todos contra a corrupção (Oliveira, 2016).

Ressaltamos que o sentimento antipetista vinha sendo fomentado havia muito pela grande mídia, expresso pela seletividade com que aborda as denúncias, que a partir de 2014 ganha um novo contorno pela espetacularização da corrupção construída pela Operação Lava Jato⁷, que, segundo Rosemary Segurado (2017), não apresentou eficácia concreta no combate à corrupção, mas definiu uma narrativa na opinião pública capaz de embasar os julgamentos que se colocou acima dos critérios jurídicos.

7 “A Operação Lava Jato é um conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil, responsável pelo cumprimento de mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, prisão preventiva e condução coercitiva para apurar lavagem de dinheiro e pagamento de propina. Iniciada em 17 de março de 2014, a operação ganhou amplo espaço na mídia nacional e internacional, com ampla cobertura midiática de suas ações, tendo colocado o combate à corrupção no centro da cobertura jornalística do país, principalmente pelas averiguações que envolverem importantes lideranças políticas do país, dirigentes de grandes construtoras e outros empresários” (Segurado, 2017).

Embora a repetição do discurso sobre a crise tenha sido armada para restaurar a hegemonia conservadora no Brasil, vale lembrar que tal ofensiva está relacionada a inúmeros fatores: ao crescimento da direita no mundo inteiro, desde os golpes na América Latina, como aconteceu em Honduras e no Paraguai, passando pelo ataque sistemático ao governo da Venezuela ou mesmo o avanço ultraliberal nas eleições da Argentina. Ou seja, não podemos perder de vista que há uma questão geopolítica e o interesse das grandes corporações do capital pelo petróleo brasileiro, que de certo modo colocou o país como uma aposta para o futuro. Outro fator é a crise econômica inerente ao próprio capitalismo, que necessita de altos e baixos. Houve ainda uma crise mundial iniciada em 2008 nos EUA e em alguns países da Europa, o Brasil sendo atingido mais tardiamente, porém com impactos decisivos para o plano econômico brasileiro.

Notadamente, a crise é política, é econômica e influenciada pela geopolítica, mas, de qualquer modo, o que aparece como ponto a ser pensado é o uso que se faz da insatisfação gerada pela crise, via discursividade, em benefício das grandes elites e corporações que detêm o poder econômico. É curioso observar que, embora as manifestações de 2013 tenham surgido a partir de uma pauta da esquerda, muito prontamente o conservadorismo tomou espaço. Vale lembrar que o ano de 2015 também foi tomado por manifestações polarizadas. De um lado observamos uma massa verde-amarela que adotou como símbolo a camiseta da seleção brasileira de futebol da “Confederação Brasileira de Futebol” e um clima de patriotismo, entoando palavras de ordem contra a corrupção, sem bandeiras e sem partido, em uma tentativa de criminalizar o fazer político. Esse movimento foi fortemente estimulado pelos grandes meios de comunicação. Retomando em cinco décadas a história do país, olhando para o golpe militar de 1964, encontraremos elementos semelhantes na construção de símbolos e discursos entre o golpe atual e o militar. O discurso que estava recalcado do conservadorismo com cunho religioso reaparece e é colocado em pauta.

Em contrapartida, temos nas ruas uma outra massa, vestida de vermelho, defendendo pautas progressistas de movimentos históricos como os sem-teto, sem-terra, movimentos LGBT e feministas colocando na ordem do dia o direito à cidade. É explicitamente diferente o trato dos aparelhos ideológicos do Estado para lidar com ambas as manifestações. Em especial a Polícia Militar: enquanto os verde-amarelos tiravam *selfies* com a polícia e recebiam apoio maciço da mídia, os vermelhos, esse outro grupo, eram marginalizados e intitulados como vândalos e agredidos constantemente pela polícia. Foi-se assim consolidando na classe conservadora e midiática a associação negativa e antipatriota aos “vermelhos” e a ideia de que os verde-amarelos é que eram as “pessoas de bem”. Será que a discursividade “dos vermelhos” ameaça a hegemonia capitalista, por isso precisa ser criminalizada?

Pois bem, o cenário para o golpe parlamentar-jurídico-midiático estava pronto. Um Congresso marcado pelo envolvimento com a corrupção afasta em 2016 a presidente Dilma Rousseff sem prova para o impeachment, assumindo assim o vice-presidente Michel Temer, que durante esse processo mudou de lado fortalecendo o discurso liberal, as políticas de austeridade e retomando a negociação do petróleo brasileiro com multinacionais norte-americanas. Nas eleições municipais seguintes, em outubro do mesmo ano, observamos as consequências dessa discursividade. As candidaturas progressistas perderam espaço e os políticos com discurso de “apolíticos” ganharam colocações em todo o país. Muito rapidamente o governo Temer negocia o pré-sal e junto ao Congresso que derrubou a ex-presidenta coloca em pauta e aprova a PEC 241⁸. As manifestações progressistas seguem ocupando as ruas mas isso não aparece mais nos jornais, o lema a partir daí é: “Não pense em crise, trabalhe”.

A teoria marxista deu forma ao mal-estar social do assalariado, apontando a desigualdade do capitalismo com relação ao trabalhador que produzia a mais-valia – valor perdido pelo trabalhador impossível de ser contabilizado. Lacan (1969-70/2007) formaliza sua teoria

8 Que congela os gastos públicos durante vinte anos, operando um desmonte das políticas sociais.

sobre o gozo, embasada no pensamento de Marx, para nomear o mais-de-gozar como aquilo que é perdido para o sujeito e também impossível de se contabilizar; desse modo, esse mais-de-gozar ordena as relações e o *estar* no discurso. Os quatro discursos (do mestre, universitário, histérico e do analista) são formas de ordenamento de gozo, ou seja, formas de tentar dar conta da recuperação do mais-de-gozar supostamente perdido desde a entrada no laço.

Lacan, em 1974, na conferência *A Terceira* nomeia que só há um sintoma social: “cada indivíduo é realmente um proletário, isto é, não tem nenhum discurso com que fazer laço, em outras palavras, semelhante”. Por não fazerem laço os indivíduos são coisificados na versão moderna do discurso do mestre, qual seja, o discurso capitalista, daí tal aderência fica facilitada já na estrutura. Lacan continua: “Foi ao que Marx remediou, remediou de uma maneira incrível. Dito e feito. O que ele emitiu implica que não há nada a mudar. É bem por isso, aliás, que tudo continua exatamente como antes” (1974, inédito). Podemos interpretar que o proletário no lugar de messias aparece como uma crença em Marx, pois é justamente por buscar um messias que algo falha. Já para a psicanálise não há messias, não há outro que não seja barrado, que não tenha furo, esta nos ensina que não há Outro, sendo em vão qualquer aposta em um messias.

Seria então por isso mesmo que, diante de uma possibilidade mais à esquerda, como vimos ao longo da história recente do Brasil, aparece o giro retornando para a direita que de certo modo infantiliza, oferecendo um pai, um messias? Esse processo é sustentado por uma ideologia arquitetada para contornar o impossível da satisfação no laço, para circundar a castração e o mal-estar. Cabe perguntar então: o utilitarismo da “corrupção”, nesse sentido, canaliza a insatisfação inerente ao sujeito e se apresenta como forma de contornar o mal-estar no capitalismo via ideologia?

Althusser reinventa a noção de ideologia formalizada inicialmente por Marx, pois analisava que faltavam considerações da teoria do sujeito. “Quando Marx retomou o termo, [...] deu-lhe um sentido de ideias e representações que domina a mente de um homem

ou de seu grupo social” (Althusser, 1970/1996, p. 123). Partindo desse conceito, Althusser inventa, então, uma teoria geral da ideologia, buscando na interface com a psicanálise argumentos para a construção de uma nova noção teórica. Para ele, a ideologia é composta de um conjunto de mensagens que capturam o sujeito sem que esse se pergunte sobre isso e, desta forma, esse indivíduo reproduz essa operação do discurso sem perceber, com base em um imaginário que adquire uma força de verdade. “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ibid., p. 126). Lacan (1971/2009), que acompanhava as aulas de Althusser, avança na direção de relacionar ideologia e semblante, para ele “[...] não há semblante de discurso. Tudo que é discurso só pode dar-se como semblante” (p. 15).

Esses semblantes fazem uso dos significantes e constroem subjetividades adequadas ao capitalismo. A promessa implica a adesão. Alguns de modo cínico e outros de modo alienado. Em nosso entendimento, a teoria dos discursos formulada por Lacan pode ser fundamental para nos auxiliar no entendimento das questões propostas. Afinal, ao nos ocuparmos dos desdobramentos dos significantes mestres predominantes nas manifestações, nosso exercício encontra-se atento ao modo como o laço social se engendrou nesses lugares.

Em última instância, nossa hipótese é que há uma apropriação política naturalizada via meios de comunicação que criam uma realidade simbólica que dita a ordem social. E a classe média, por querer conservar seus privilégios e por seguir a ideia imaginária de alcançar a alta burguesia, adere a alguns discursos e rechaça outros tomando uma posição cínica, assentindo a determinadas informações saindo às ruas, e silencia diante de perdas de direitos das classes trabalhadoras e populares. Podemos encontrar a posição de massa e o retorno de discursos religiosos e conservadores como estratégias da classe média para a manutenção do seu *status quo*.

Consciência política, *fake news* e disputa de narrativa

A seguir apresentaremos pontualmente o modelo de consciência política proposto por Sandoval (2001). Nestas breves páginas nos ateremos à dimensão dos “Sentimentos com Respeito aos Adversários”. Vale destacar que tais constructos teóricos estão inter-relacionados e operam concomitantemente nas relações que os indivíduos estabelecem com a realidade objetiva.

Os *Sentimentos com Respeito aos Adversários* são o aspecto da consciência dos indivíduos em relação aos próprios interesses, sejam esses simbólicos ou materiais, e correspondem a uma relação de oposição a esses interesses. Para Sandoval (2001), sem a noção de adversários visíveis a mobilização de atores políticos coordenados para alcançar determinado objetivo ou mesmo ao se opor a determinando movimento adversarial é impossível. Costuma-se atribuir a James Hunter, segundo Gallego, Ortellado e Moretto (2017), a identificação do fenômeno e a difusão do termo “guerras culturais” para se referir ao processo pelo qual temas de cunho moral são usados politicamente, como, por exemplo: direitos LGBTQ, direitos reprodutivos das mulheres, regulamentação de substâncias psicoativas e políticas armamentistas. Logo tais temas ganharam lugar de privilégio no debate político no final dos anos 1980, opondo “conservadores” e “progressistas”, por vezes tais temas atrelados ao campo dos costumes e valores ganham até mesmo mais relevância do que as pautas econômicas e de disputa de classe.

A internet por definição é a nova esfera pública, congregando atores políticos das mais variados matizes, onde a disputa pela captura afetiva produz narrativas complexas e distintas através da voz e da visibilidade propiciada pelas mídias digitais. Apesar de o termo *fake news* ser novo, a preocupação com a verdade já era objeto de debate desde a República de Platão, onde Doxa (opinião) e Episteme (conhecimento verdadeiro) têm disputado o espaço público, ou seja, a manipulação de notícias para moldar a opinião pública, e isso sempre foi uma constante na política. O conceito de *fake news*

ganhou conotações importantes e também definição em 2016 no dicionário Oxford, referindo-se a notícias falsas em sites da web e no WhatsApp.

A relevância desse tema para a democracia se apresenta após a eleição em 2016, pelo Partido Republicano, de Donald Trump, que assumiu a Presidência se utilizando também de participação política nas mídias digitais e popularizou o termo *fake news* em virtude do debate público. A empresa de análises políticas e mineração de dados em redes sociais Cambridge Analytica (CA) participou ativamente da estratégia eleitoral de Trump e de forma inédita usou os algoritmos e dados do Facebook para propagandas políticas direcionadas por sexo, idade, região e preferências das mais variadas.

A participação em movimentos sociais, segundo Klandermans (2002), tradicionalmente é um fenômeno multifacetado e se dá de diferentes formas. Para o autor é importante distinguir duas dimensões correlatas: tempo e esforço. Algumas formas de participação estão limitadas a acontecer de maneira pontual, na qual há pouco investimento ou risco para quem participa, como doação, assinar petições ou mesmo manifestações pacíficas (Oegema e Klandermans, 1987).

Já outras formas de participação podem ter duração mais curta, entretanto incorrem em riscos consideráveis para quem participa, como é o caso de ocupações e greves. Já a participação política on-line se dá no engajamento que os usuários das redes têm com determinadas páginas ou perfis políticos, seja via Facebook, Twitter ou WhatsApp, e o custo/esforço de participação é relativamente baixo. Em alguns casos tal participação política on-line pode vir a se tornar grandes eventos políticos, como foram as Jornadas de Junho de 2013 ou mesmo os protestos pró-impeachment ou pró-golpe, de acordo com a narrativa política adotada.

Os brasileiros são considerados, segundo o Digital News Report (2014), os mais ativos nas redes, além de preferirem notícias com viés opinativo, quando comparados aos habitantes de outras nações. É importante destacar o papel das emoções, pois, conforme apontam

Berger e Milkman (2012), o ódio é a emoção que mais leva os usuários a compartilhar conteúdos e notícias. Notavelmente, possuímos mais acesso à informação com a internet e as mídias sociais, mas apenas o acesso rápido e fácil a esses conteúdos não garante informação qualificada, assim o surgimento de atores políticos, em especial da extrema direita no Brasil, tem se utilizado das mídias para aglutinar usuários simpáticos ao proselitismo anti-imigração, anticorrupção, antiminorias e de viés nacionalista.

As páginas disputam a opinião pública “like a like” e se tornam instrumentos nos quais grupos organizados oferecem a possibilidade do que pode ser chamado de participação política on-line. A importância das *fake news* é abordada no estudo de Wineburg et. al. (2016) onde foi visto que os jovens, na maior parte, apesar de serem “nativos digitais”, não sabem diferenciar notícias falsas de verdadeiras. Tais modalidades de participação on-line têm influenciado as formas tradicionais de participação política, e, como aponta Norris (2004), para que as democracias sejam livres é necessário que a mídia funcione enquanto arena pública, onde atores políticos engajados sejam sentinelas contra eventuais abusos de poder. Nesse cenário, as *fake news* foram instrumentalizadas a serviço das guerras culturais e político-ideológicas que propagam ideias ou posicionamentos específicos de modo a conquistar os “corações e mentes” do eleitorado acerca de determinados temas morais. Declarações ambíguas, enviesadas ou derivadas de enganos são, na prática, equiparadas a mentiras inventadas pelos mais diversos motivos: ganhar dinheiro dos anunciantes, alcançar resultados eleitorais específicos, formar e influenciar correntes de opinião, reforçar vínculos de identificação, desqualificar a imagem de um segmento social, étnico ou racial.

Logo as mídias digitais se tornaram lugar comum da defesa de opiniões, ideologias, imagens político-partidárias e a própria intenção de voto como forma de pessoas se verem representadas em seus anseios e convicções, mesmo que reproduzam inverdades. Essa forma de participação política on-line é evidenciada com a publicação de postagens, *memes*, vídeos, compartilhamentos e comentários que

visam a reforçar crenças e valores prévios. O efeito da mídia hostil, como demonstra o estudo de Vallone, Ross e Lepper (1985), diz respeito à interpretação diferente que grupos ideológicos podem dar a determinada notícia por já possuírem opinião formada.

As *fake news* associadas às guerras culturais demarcam o campo das disputas narrativas do que vem a ser a “verdade”, onde a queda de legitimidade da mídia tradicional é sintoma na captura afetiva dos “corações e mentes”. O pensamento cotidiano atrelado às *fake news* encontra ressonância nas disputas narrativas onde a captura de afetos por definição se adapta às crenças, valores e visões de mundo de distintas socializações políticas possíveis. O que para os autores deste capítulo é tratado como golpe parlamentar jurídico midiático, para outros grupos ideológicos, nas trincheiras das guerras culturais, é *impeachment*. O que para certos nichos da população é liberdade de posse de armas, para outros grupos pode representar o aumento no número de homicídios e insegurança. O que é comum a todos é que estamos sujeitos à captura afetiva proporcionada pelas *fake news* independentemente de nossas predileções ideológicas.

Consciência social, disputa ideológica e o ódio como afeto político

Conforme foi delineado anteriormente, a polarização política não é um fenômeno novo e expressa o conflito entre as diferentes classes sociais em que, *grosso modo*, de um lado encontra-se a defesa dos interesses da classe economicamente dominante (donos dos meios de produção) e do outro a defesa dos interesses da classe dominada (que tem a sua força de trabalho explorada). Contudo, à medida que as relações no mecanismo de produção e distribuição de riqueza foram se complexificando por meio das transformações no mundo do trabalho⁹, as relações entre os sujeitos políticos também o foram. Vale lem-

9 Pela substituição dos modelos taylorista e fordista pelo modelo toyotista (Almeida, 2018); pelo surgimento do trabalho imaterial – produto cultural, conhecimento, comunicação ou serviços (Negri e Hardt,

brar que é nesse processo de produção material humana, no grau de desenvolvimento das forças produtivas e nas relações sociais de uma dada sociedade que a consciência social é desenvolvida, sendo esta as formas de pensar, sentir e agir predominantes em uma determinada sociedade, ou seja, a ideologia dominante. A internalização dessa consciência social, por meio de um processo dialético, pelo indivíduo é o que constitui a sua consciência individual (Lane, 1994).

Diversas são as possibilidades de lugares a ser ocupados pelos sujeitos políticos na pirâmide social, tamanha a fragmentação da classe trabalhadora, contudo a consciência do lugar que cada sujeito ocupa resulta das inúmeras mediações que constituem essa relação. A consciência de classe não é automática, podendo o indivíduo estar alienado, ou seja, não ter consciência das determinações sociais e históricas que definiram o lugar que ele ocupa nas relações de produção, atribuindo naturalidade à ideologia dominante (Lane, 1992). Assim, a luta de classe é, antes de tudo, uma disputa ideológica.

Para Vigotski (2009) a formação da consciência é sempre mediada pela linguagem, pelo pensamento e pela afetividade. Assim, as *fake news* se configuraram como instrumentos de mediação, uma forma de linguagem que, ao afetar o indivíduo, produz medo ou esperança, e depois ódio. Segundo Espinosa (2009), o medo e a esperança são os afetos que estão na base das relações políticas, e esses afetos estão inter-relacionados, não há medo sem esperança e não há esperança sem medo, ou se teme enquanto se espera ou se espera enquanto se teme, os dois são afetos tristes (que diminuem a potência de vida), pois podem impedir a capacidade de ação quando, diante do medo, o indivíduo espera que o outro aja, ou seja, ele deposita a esperança da resolução dos problemas sociais em um candidato que atuará como salvador.

Ainda segundo o autor (ibid.), o ódio surge quando o indivíduo atribui a algo externo o motivo da sua tristeza, logo, quando

2001) e pelo surgimento das formas sutis de exploração pelas novas formas de empreendedorismo – a uberização dos serviços (Abílio e Machado, 2017).

todas as mazelas já existentes no país ou quando toda a ameaça do que pode vir a ser foram depositados em um ou outro partido e/ou candidato e, conseqüentemente, nos seus eleitores, estes passaram a ser ou motivo do medo ou empecilho para concretizar a esperança, tornando-se motivo de tristeza e objeto de ódio. O ódio impossibilita os indivíduos de agir em conjunto, a constituição do comum, que, de acordo com Espinosa (1997), é a possibilidade de os indivíduos terem a sua potência de vida aumentada e, conseqüentemente, a possibilidade de ação.

Considerações finais

Percebe-se que as análises a partir dos três referencias apontam que a polarização política é uma reação conservadora aos avanços progressistas para garantir a manutenção do *status quo*, que, por meio de disputas de narrativa, guerras culturais ou disputa ideológica, a “nova direita” encontrou na figura de Jair Messias Bolsonaro (PSL) a representação da defesa das pautas morais que asseguram a família tradicional e o avanço do capital com o fim de uma suposta ameaça socialista/comunista.

O pensamento conservador, de acordo com Silva (2010), tem a mesma raiz histórica que o pensamento progressista, ambos estão relacionados ao processo de secularização e laicização do pensamento político e social europeu; assim, seria o conservadorismo uma reação à ideia de ser humano como “sujeito autônomo e capaz de, por sua ação, fazer a história e transformar a sua realidade” (ibid., p. 54). Conservadorismo e progressismo apresentam uma relação dialética cujos significados vão se modificando ao longo do movimento da história, assim, o conservadorismo só pode ser compreendido a partir do contexto em que emerge.

Contudo, se o movimento é dialético, o contrário também é verdadeiro, a emergência do conservadorismo atual, neoconservadorismo, também abre espaço para novas organizações de enfrentamento, assim, é fundamental que a Psicologia Social se posicione e

elabore projetos de resistência e lutas junto aos coletivos e movimentos sociais, bem como elabore estratégias de cuidado das pessoas que estão na luta social.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek e MACHADO, Ricardo (2017). “Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia”. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos (IHU on-line)*, n. 503, ano XVII, 24 abr., pp. 20-27.
- ALMEIDA, Evandro de (2018). *Os Cursos Tecnológicos no Mundo Contemporâneo: um estudo comparativo do curso de logística de uma instituição pública e uma instituição privada*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ALTHUSSER, Louis (1970/1996). “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, pp. 105-152.
- BERGER, Jonah e MILKMAN, Katherine L. (2012). “What makes online content viral?”. *Journal of Marketing Research*, v. 49, n. 2, pp. 192-205.
- BOBBIO, Norberto (2001). *Direita e esquerda*. São Paulo, Unesp.
- CAIAFFO, Stéfani et al. (2007). “Da multidão-massa à multidão-potência: contribuições ao estudo da multidão para a Psicologia Social”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, jun., pp. 27-37.
- DIAS, Reinaldo (2013). *Ciência política*. 2. ed. São Paulo, Atlas.
- ESPINOSA, Baruch (2009). *Ética*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- _____ (1977). *Tratado político*. Rio de Janeiro, Editora Tecnoprint.
- GONH, Maria Glória e BRINGEL, Breno M. (2014). *Movimentos sociais na era global*. 2. ed. Petropolis, Vozes.
- NEGRI, Antonio e HARDT, Michael (2001). *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record.
- INSTITUTO VLADIMIR HERZOG (2019). *Portal Memórias da Ditadura*. Página Inicial. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br>>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- KEYNES, John Maynard (1972). *Essays in biography*. Londres, Cambridge University Press.

- LACAN, Jacques (2008). O seminário, livro 16. *De um Outro a outro* (1969-70). Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ____ (2007). O seminário, livro 17. *O avesso da psicanálise* (1969-70). Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ____ (1974). *A Terceira*. Seminário com publicação inédita.
- LANE, Silvia Tatiana Maurer (1992). “Consciência/Alienação: a ideologia no nível individual”. In.: ____ e CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, Brasiliense, pp. 40-47.
- ____ (1994). *O que é Psicologia Social*. 22. ed. São Paulo, Brasiliense.
- MAAR, Wolfgang Leo (1982). *O que é Política*. 20. ed. São Paulo, Brasiliense.
- MARX, Karl (2011). *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Tradução de Nélio Shneider. São Paulo, Boitempo.
- ____ e ENGELS, Friedrich (1999). *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, Vozes.
- MARTINO, Luís Mauro Sá (2014). *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes*. Petrópolis, Vozes.
- MENGARDA, Alan Evaristo e BRANDÃO, Leonardo (2015). “Fernando Collor: o candidato esportista e as eleições de 1989”. *Recordes*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./jun., pp 1-16.
- MELLO, João Manuel Cardoso de (1975). *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- OEGEMA, Dirk e KLANDERMANS, Bert (1987). “Potentials, Networks, Motivations and Barriers: step toward participation in social movements”. *American Sociological Review*, v. 52, n. 4, ago., pp. 519-531.
- OLIVEIRA, Cinara Brito de (2016). *Multidão: uma reflexão sobre participação social, política e afeto*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ROSEMARY, Segurado (2017). “A corrupção entre o espetáculo e a transparência das investigações: análise da atuação da Polícia Federal no âmbito da operação Lava Jato”. *Revista Libero*. São Paulo, v. 20, n. 40, ago./dez.
- SANDOVAL, Salvador Antonio Meireles (2001). “The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s”. *Revista Psicologia Política*, v. 1, n. 1, pp. 173-195.
- SADER, Emir (2009). *A nova toupeira*. São Paulo, Boitempo.

- SILVA, Antonio Ozaí da (2010). "O pensamento conservador". *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 107, abr., pp. 53-55.
- GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo e MORETTO, Márcio (2017). "Guerras culturais" e "populismo anti-petista" nas ruas de 2017. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. Notas n. 10, jul. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13540.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- VALLONE, Robert P., ROSS, Lee e LEPPER, Mark R. (1985). "The hostile media phenomenon: biased perception and perceptions of media bias in coverage of the Beirut massacre". *Journal of personality and social psychology*, v. 49, n. 3, pp. 577-585.
- VIGOTSKI, Lev Semenovitch (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo, Martins Fontes.

Ressonância: Polarização política, desigualdade social e dimensão subjetiva da realidade

Elisa Zaneratto Rosa

O capítulo “Polarização política no Brasil: uma leitura desde a Psicologia Social” debruça-se sobre um debate que tem tomado especial importância na sociedade brasileira e levanta questões que expressam a complexidade de processos envolvidos na constituição da atual realidade social, política e econômica do país, como determinantes dela constitutivos. No cerne da questão localiza-se a disputa de projetos de sociedade, antagônicos como antagônica é a luta de classes, disputa essa que sempre esteve presente na sociedade brasileira, mas que se explicita de forma aguda e com novas tonalidades num período relativamente recente. O acirramento da disputa em tal período reflete condições próprias de uma sociedade que se encontra diante dos limites e do esgotamento das possibilidades para a continuidade do sistema vigente. Como tal, vem acompanhado por um campo afetivo que mobiliza a vida cotidiana, os espaços de convivência e de relação, nos quais não cabe mais concessão à posição ético-política que situa cada um diante da realidade que está posta. Sem dúvida, a comunicação e a disseminação de determinadas informações, difundidas como notícias falsas, desempenham papel importante nesse processo. Contudo, devem ser analisadas num contexto mais amplo, na sua relação com o conjunto de determinações que constituem a conjuntura atual, em suas várias dimensões, as quais

precisam, ainda, ser apreendidas numa perspectiva histórica. Dentre essas muitas dimensões, a dimensão subjetiva é uma delas, a qual convoca a Psicologia Social à produção de leituras que contribuam para o desvelamento e o conhecimento crítico da realidade, comprometido com a produção de condições que representem a possibilidade de movimentos de resistência, de transformação e superação em relação às configurações que caracterizam a sociedade brasileira neste momento histórico.

O texto que nos convoca a ressoar algumas ideias, as quais seguem aqui registradas, lança algumas perguntas. Por exemplo, se o ataque às posições de reivindicação da democracia e dos direitos representa, em última instância, uma defesa da hegemonia capitalista. Se essa hegemonia não teria sido ameaçada pelo último período em que, sucessivamente, o país foi governado por um partido cuja bandeira histórica conclamava o compromisso com a classe trabalhadora, levando adiante um projeto que, no que pesem as fragilidades e contradições com as quais se concretizou, implementou algumas políticas que reconheceram e pautaram as desigualdades que estruturam nossa sociedade. Questiona, ainda, sobre o caráter ideológico dos discursos anticorrupção que movimentaram o país nos últimos anos, justificando a recusa a determinados projetos políticos, e problematiza outros discursos que igualmente produzem adesão a posições comprometidas com o *status quo*.

Como anunciamos, não é simples apreender a complexidade da realidade brasileira, e sua leitura exige uma incursão histórica. Portanto, não é simples responder a esse conjunto de questões nem pretendemos neste texto construir um diálogo comprometido com o esgotamento dessas respostas. No entanto, a partir de sua provocação, pretendemos, isso sim, pontuar alguns elementos que merecem a atenção de leituras que se debruçam a um conhecimento mais completo e crítico das disputas enfrentadas no Brasil atual. O primeiro deles diz respeito ao papel histórico do Brasil, como país latino-americano, no capitalismo mundial e aos desdobramentos da crise estrutural do capital como dimensão que, para além da especificidade e da

particularidade que caracterizam o atual momento brasileiro e as disputas de projeto político em curso no país, deve ser reconhecida como um de seus determinantes. Ao lado dessa questão, consideramos importante situar brevemente o Brasil como país marcado pela desigualdade, pela exploração e pelo extermínio, condições de sua constituição que seguem como linha de continuidade no processo histórico e que se atualizam nas medidas adotadas pelo Estado na direção da retirada de direitos e no recrudescimento de posições conservadoras e totalitárias, assim como nos discursos e práticas que expressam adesão às mesmas. É nesse contexto que buscaremos refletir sobre a temática da comunicação e seu papel nesse processo, com destaque para a produção e a disseminação de notícias falsas, encontrando nos elementos que elas carregam componentes que acompanham nosso processo histórico como conteúdos ideológicos que servem à perpetuação das desigualdades. Por fim, o recurso à categoria dimensão subjetiva da realidade é acionado como contribuição à apreensão da dimensão afetiva que acompanha esse processo, assim como das concepções e ações que o sustentam, convocando a Psicologia Social à produção crítica em relação a essa realidade.

O projeto político em curso no Brasil: desdobramentos da crise do capital

Direitos trabalhistas, acesso à educação, saúde pública integral e universal; a defesa de um Estado que promova acesso a direitos, na direção de melhores condições de vida para a população. De outro lado, a defesa de um Estado que atue de modo a favorecer o setor privado e o mercado, em nome do crescimento econômico, transformando direitos em bens cujo acesso será regulado pelo livre mercado. De forma simplificada, esse é o cerne do embate que marca a polarização dos projetos políticos em disputa na sociedade brasileira atual. Um embate nada novo, que acompanhou o curso da recente

democracia brasileira, construída contraditoriamente sob a égide de um cenário neoliberal, o qual se impôs ao Brasil, assim como a outros países latino-americanos.

Concordamos que a disputa entre um projeto liberal de Estado e a social-democracia repetiu-se ao longo dos processos eleitorais brasileiros, ao mesmo tempo em que reconhecemos que o projeto recentemente vitorioso e agora em curso representa a radicalização da perspectiva neoliberal que marcou nossa trajetória recente, inclusive com importantes reflexos nos governos comprometidos com a agenda da social-democracia. Radicalização no sentido do desmonte que empreende em relação aos direitos historicamente conquistados e às políticas sociais públicas implementadas como expressão dos movimentos de resistência e contradição no seio de um Estado neoliberal, para uma entrega sem precedentes aos interesses e necessidades do capital. Ou seja, estamos salientando que uma dimensão importante do atual momento histórico brasileiro é que ele resulta do aprofundamento de um projeto em curso pela agenda neoliberal, que responde à recuperação necessária diante da crise do capital, aprofundamento que ganha contornos específicos resultantes, sem dúvida, de elementos da história brasileira. Coloque-se na conta dessa história o genocídio sob o qual se sustentou a constituição do Estado brasileiro, que mantém historicamente uma política de extermínio em relação à parcela da população que representa o limite das contradições produzidas pelo sistema vigente e que se mantém na condição de miséria. Coloquem-se também as marcas do regime escravocrata mais duradouro da história. Coloque-se o modo como se deu a implantação do capitalismo, na perseguição de uma agenda desenvolvimentista que não possibilitou o enfrentamento de qualquer reforma comprometida com o acesso a direitos na história brasileira. Coloque-se também o modo como saímos da ditadura militar e estruturamos nossa democracia, sem nenhuma ação comprometida com o reconhecimento e a reparação em relação ao que caracterizou o período. E coloquem-se ainda, na conta das especificidades, os percalços da democracia brasileira e dos golpes que tonalizam sua trajetória.

Importante salientar que, como nos alerta Netto (2007), a compatibilização entre crescimento econômico capitalista e reversão da pobreza, assim como diminuição das desigualdades, tal qual assistimos em alguns países pelo determinado e curto período histórico que nomeamos como Estado de Bem-Estar Social, constituiu uma excepcionalidade. Sua desconstrução revela seu verdadeiro significado no processo da ofensiva do capital e demonstra que

[...] o capitalismo contemporâneo mostra-se cada vez menos capaz de suportar reformas viabilizadoras da ampliação de direitos sociais. Ela demonstra que o movimento do capital, no ocaso do século XX e na alvorada do século XXI, recusa qualquer controle social e só pode manter-se e reproduzir-se se se deixa livre o curso para a acumulação, com todas as consequências da sua *lei geral*. (ibid., p. 148)

Para o autor, a relação de exploração entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos ou periféricos, como é o caso dos países latino-americanos, seguiu-se, no período subsequente ao esgotamento da longa onda expansiva, por meio da eternização de endividamento que transformou tais países em exportadores de capital para os países centrais. Esse processo culminou nos ajustes adotados pela assinatura, em 1990, do Consenso de Washington, o qual previu que tais países se comprometessem, frente ao governo norte-americano e às organizações financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, a empreender reformas econômicas orientadas para as necessidades do mercado.

Desde 1980 até o período atual, isto é, nos tempos de vigência do neoliberalismo, não foi possível identificar a retirada do Estado da economia, mas ao contrário, assistiu-se a uma particular forma de “presença” do Estado na economia. Particularmente, nessa presente crise do capitalismo, estamos assistindo à adoção de políticas austeras por parte do Estado, com redução dos direitos sociais, inclusive da política de saúde, no mundo e no

Brasil. Além disso, verifica-se ainda a permissão do Estado à apropriação do fundo público pelo capital. (Mendes, 2015, p. 68)

Segundo Netto (2007), os ajustes impostos aos países periféricos revelaram resultados catastróficos à classe trabalhadora, operando “reformas” com efeitos regressivos em relação aos direitos sociais conquistados e caracterizando o que ele denomina um “desastre social” (p. 152). Assim, o que vemos operar na agenda política do atual governo brasileiro deve sempre ser lido, para além dos embates entre diferentes grupos e posições políticas configurados em nossa sociedade, à luz da condição estrutural do Brasil como país latino-americano, periférico, que como tal cumpre um papel para a recuperação do capital diante de sua crise. É nesse plano macro que se situam, pelas particularidades da trajetória política brasileira, as disputas entre projetos de sociedade neste momento histórico. O projeto que marcou um dos polos do último processo eleitoral e que é levado adiante pelo atual governo revela a exacerbação daquilo que, para Netto (2007), caracteriza a América Latina neoliberal: ações minimalistas para enfrentar uma questão social maximizada. Exacerbação na medida em que é possível dizer que superamos a condição de empreender políticas públicas que representem ações minimalistas, caminhando para o avanço de um projeto que nem sequer aponta para o compromisso com o enfrentamento da questão social.

Diante do reconhecimento desse cenário macro em que nos situamos, resta como questão compreender os mecanismos pelos quais se dá a adesão de parte da população a esse projeto, para o que a questão da comunicação, trazida para o centro do debate no texto com o qual essas ressonâncias dialogam, desempenha papel fundamental. Entendemos, no entanto, que a aproximação às configurações da desigualdade na trajetória histórica brasileira é fundamental para contextualizar o modo como operam esses mecanismos de

comunicação nas configurações de sentidos, significados, afetos e práticas que acompanham a polarização política na sociedade brasileira neste momento histórico.

A centralidade da questão da desigualdade na história do Brasil

A América Latina é qualificada como a região mais desigual do mundo (Sposati, 2011). Nela, o Brasil ocupa uma posição que o coloca como candidato a campeão mundial em desigualdade econômica (Netto, 2007). Escancarando premissa básica do desenvolvimento capitalista, em nosso país a produção de riqueza é exponenciada ao mesmo tempo em que a produção de pobreza é reiterada. Como o crescimento e o desenvolvimento econômico não figuram como a condição para o combate e a redução da pobreza e da desigualdade, o caminho adotado historicamente no Brasil, que perseguiu um ideal de desenvolvimento, modernização e crescimento alheio ao enfrentamento de suas questões sociais estruturais, produziu como efeito o agravamento das condições de pobreza e desigualdade.

[...] o crescimento econômico a qualquer preço se tornou norma a ser seguida por todos os governantes desde a instalação da República, em 1889. Somente a expansão das forças produtivas permitiria “fugir para frente”, sem resolver problemas estruturais por meio das reformas clássicas do capitalismo contemporâneo (agrária, tributária e social). (Pochmann, 2017, p. 14)

As políticas adotadas no Brasil nos governos Lula e Dilma, como resposta à situação de pobreza e desigualdade, produziram importantes resultados do ponto de vista da diminuição da desigualdade econômica, a qual, medida pelo rendimento individual, veio acompanhada da queda da desigualdade absoluta estabelecida pela universalidade de acesso a bens e serviços públicos (ibid.). Essas mudanças, no entanto, não significam uma transformação estrutural no padrão de desigualdade. A questão social, em âmbito mundial,

segue exponenciada por novas problemáticas, permanecendo a condição de pobreza e desigualdade (Netto, 2007), e a mobilidade produzida no Brasil não representa a reversão desse quadro. As razões que justificam o alcance limitado das políticas adotadas são muitas. Dentre elas, aponta Sposati (2011, pp. 108-109):

[...] o movimento pela constituição democrática das políticas sociais, de alto significado para a retomada do Estado de Direito, não teve forças para confrontar a incrível desigualdade social no interior dos países latino-americanos onde os altos índices Gini permaneciam inamovíveis ou de lenta redução.

[...] O enfrentamento da desigualdade, cuja presença é de ordem fortemente econômica, passou a ser tratado no âmbito da ordem social. Por decorrência, a democracia, embora presente como reclamo dos movimentos sociais na gestão das políticas sociais, não alcançou abrangência ou velocidade a ponto de se confrontar com a desigualdade social e econômica que se manifestava (e manifesta ainda) na configuração das políticas sociais.

[...] Este é o momento da conversão das políticas sociais de direitos em políticas de combate a pobreza que se voltam para a redução da miséria sem alcance de direitos sociais.

[...] Políticas de combate/superação/erradicação da pobreza, da extrema pobreza ou da miséria tenderão a ser focalistas e emergenciais, como propõe o velho rito neoliberal, caso não se articulem com mecanismos redistributivos que alterem a alta acumulação ou concentração de riquezas. Combater a miséria e a pobreza implica em política econômica e não só social. Supõe o enfrentamento de desigualdades sociais que se expressam, inclusive, nos acessos das políticas sociais tradicionais.

Soma-se a isso o fato de que os padrões de desigualdade e pobreza não se reduzem a determinações econômicas, relacionando-se de forma complexa a determinações político-culturais (Netto, 2007). No caso brasileiro, as configurações da desigualdade carregam as determinações relativas aos padrões de desigualdade de raça e gênero próprios de uma sociedade fortemente marcada, em

sua história, pelas opressões relativas ao racismo e ao patriarcado. Um Estado que em sua constituição esteve pautado pelo controle da desordem e da rebelião como perigos iminentes diante de uma população que crescia mestiça, com um contingente importante de pessoas escravizadas que, libertas, representavam uma ameaça para o projeto de desenvolvimento brasileiro. Tal projeto, investido como aposta para a superação dos problemas sociais, ancorou-se no mito da democracia racial (Gomes e Paixão, 2007/2008), ocultando importantes pilares de sustentação da desigualdade. Esse cenário, em seu conjunto, permitiu a manutenção histórica de uma configuração de classes sociais no Brasil na qual mantém-se uma parcela de excluídos, parcela em que se situa a população negra outrora escravizada, cuja humanidade não é reconhecida e sob a qual incide o estigma do perigo e da inferioridade (Souza, 2017). É a classe denominada por Jessé Souza (2009) como a “ralé brasileira”, ralé de escravos que se transforma na ralé de ex-escravos, aquela que é mantida na submissão a um mesmo padrão de exploração, independentemente dos efeitos produzidos pelas políticas de combate à pobreza e à desigualdade na movimentação e na configuração das demais classes sociais no Brasil.

Por que esse debate da desigualdade é tão central nas ressonâncias que aqui buscamos produzir? Porque a continuidade do capitalismo e as respostas e medidas necessárias ao enfrentamento de sua crise, expressas em sua radicalidade no projeto político que atualmente governa o país, implicam necessariamente o recrudescimento da desigualdade. Porque a manutenção dessas desigualdades, por sua vez, ancora-se ao longo da história em elementos relativos a uma dimensão subjetiva. Constituída por afetos, concepções, sentidos, significados sociais, tal como o mito da democracia racial, essa dimensão opera para a manutenção de uma linha de continuidade dos padrões de desigualdade. Na sua produção, sem dúvida, a mídia desempenha um papel fundamental e os conteúdos veiculados pelos diversos canais de comunicação expressam elementos essenciais da dimensão subjetiva da desigualdade social que servem à sua sustentação.

Desafios relativos à comunicação e difusão de informações no Brasil

O tema da mídia e da comunicação representa uma das questões centrais da sociedade brasileira e do mundo. A centralidade da questão deve ser situada na condição de monopólio e concentração do poder sobre as informações que circulam, a qual reproduz a realidade da desigualdade brasileira. No país em que seis (6) pessoas detêm a riqueza equivalente à de 100 milhões de outras pessoas, ou seja, de cerca de metade da população brasileira, a mídia, reproduzindo esse padrão, é dominada por um pequeno grupo de dinastias familiares que, tal qual os ruralistas em relação à terra, outrora chamados latifundiários, detêm a propriedade dos meios de comunicação, expandindo a concentração de seu poder político e econômico. O controle da opinião pública é pautado por interesses econômicos, políticos e religiosos, em que pesem os debates em torno da democratização da comunicação, da defesa de uma mídia plural, que vieram acompanhadas da ampliação de acesso à internet e a possíveis outras formas de circulação da informação. Esse quadro pode ser analisado pelos resultados da pesquisa recentemente realizada pelo Media Ownership Monitor – Brasil, que colocou o país em “alerta vermelho”, indicando alta concentração da mídia em termos de audiência, propriedade e territórios geográficos, falta de transparência e interferências econômicas, políticas e religiosas¹.

Historicamente, essa condição permitiu que a mídia operasse um trabalho sujo de distorção sistemática da realidade, cujos conteúdos não foram por ela produzidos, mas disseminados. Esses conteúdos representam uma interpretação dominante da realidade, produzida por intelectuais a serviço da manutenção da estrutura social brasileira, que, disseminada pela mídia, penetrou profundamente o imaginário da população brasileira (Souza, 2017).

1 Os resultados do monitoramento estão disponíveis em um banco de dados sobre veículos, empresas, proprietários e indicadores em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 8 jul. 2019.

A difusão de falsas notícias pelas redes sociais, que vem recentemente compor esse quadro, atualiza a questão no que tange à forma da circulação da informação, que opera em rede, mas guarda em comum com a raiz do cenário da comunicação brasileira os mecanismos que, possibilitados por aparatos do poder, propiciam o mapeamento de comportamentos e opiniões de modo a controlar a distribuição dessas informações. Um aspecto para o qual gostaria de chamar atenção nesse processo, no entanto, é que a disseminação das notícias falsas e seus efeitos ancoram-se necessariamente nas interpretações dominantes acima citadas, com as quais há muito convivemos e que correspondem ao componente ideológico da manutenção das desigualdades brasileiras. Assim, os conteúdos disseminados nas falsas notícias que acompanharam a polarização da disputa de projetos políticos no recente processo eleitoral brasileiro reproduzem o ódio de classe, o racismo, o machismo, a homofobia, a naturalização da violência num país que nunca revisitou de forma crítica a sua história, o que impediu o reconhecimento das feridas encobertas pelo falso véu da democracia. São notícias que carregam componentes ideológicos constitutivos de nossa história e que, por isso, difundem-se com tanta facilidade, dialogando com pensamentos, concepções, afetos que constituem a dimensão subjetiva da realidade desigual brasileira.

É por conta disso que a crítica das ideias dominantes é tão importante. Combatê-las é iniciar um processo de aprendizado para nos libertarmos da situação de imbecilidade e idiotia na qual fomos, todos nós, levados pela estratégia de legitimação do poder real no nosso país. (ibid., p. 14)

Notas sobre a dimensão subjetiva: um recurso para apreensão da polarização política no cenário atual brasileiro

Percorrido esse caminho, essas ressonâncias chegam ao ponto de convocação e provocação à Psicologia Social brasileira. Se estamos

diante da barbárie própria das condições objetivas de limite e esgotamento do sistema capitalista, nosso desafio reside na atuação em relação à dimensão subjetiva desse processo. A crítica e a revisão da interpretação dominante da realidade brasileira colocam-se como urgência para além do campo da produção intelectual. São urgências para possibilidade de outras leituras da realidade, de outras formas de afetação, da produção de outro imaginário social, de outros anseios, de outras explicações para o mundo em que vivemos. A maneira como vamos contrapor as leituras dominantes, pelos diversos coletivos e territórios como classe trabalhadora, transformando esse imaginário que podemos nomear como parte da dimensão subjetiva da sociedade desigual brasileira, é uma tarefa que se coloca para a agenda política da militância no país.

Para a Psicologia Social resta o desafio de apreender essa dimensão, suas raízes históricas, suas múltiplas determinações e suas contradições. Afinal, as leituras críticas, capazes de explicitar raízes históricas de nossa condição desigual e provocar outras afetações diante das mesmas estão anunciadas como possibilidade e postas como contradição.

Entende-se *dimensão subjetiva da realidade* como construções da subjetividade que também são constitutivas dos fenômenos. São construções individuais e coletivas, que se imbricam, em um processo de constituição mútua e que resultam em determinados produtos que podem ser reconhecidos como *subjetivos*. (Gonçalves e Bock, 2009, p. 143)

A dimensão subjetiva da realidade, referida como “produtos subjetivos ‘sociais’” (ibid., p. 144), constitui-se como dimensão essencial da atual realidade brasileira, que acompanha o projeto de sociedade alavancado pela plataforma política conduzida no país. São produtos subjetivos sociais de uma sociedade forjada na escravidão e perpetuada em uma condição aberrante de desigualdade. A nós cabe a leitura crítica diante dessa polarização constituída e o reconhecimento de que a polarização indica a posição de resistência e de luta,

a reivindicação e a possibilidade de emancipação. As leituras críticas que forjaram resistências em nossa história, desde os quilombos, constituíram-se contraditoriamente como possibilidade de movimento e de transformação e sustentam as conquistas que alcançamos em alguns momentos de nossa trajetória na direção do reconhecimento e da garantia da vida digna para a nossa gente. Que possamos fortalecer esse polo e produzir condições para a promoção de sentidos e afetos de solidariedade e de resistência como dimensão subjetiva da realidade em que vivemos.

Referências

- GONÇALVES, Maria da Graça Marchina e BOCK, Ana Mercês Bahia (2009). "A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais". In: ____ (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 116-157.
- GOMES, Flávio e PAIXÃO, Marcelo (2007/2008). "Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates". *Maracanã*. Dossiê Diferenças e Desigualdades. Rio de Janeiro, n. 4, pp. 171-194.
- MENDES, Áquilas (2015). "A saúde pública brasileira no contexto da crise do Estado ou do capitalismo?". *Saúde soc.*, São Paulo, v. 24, supl. 1, jun., pp. 66-81.
- NETTO, José Paulo (2007). "Desigualdade, pobreza e Serviço Social". *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro*. Dossiê Serviço Social na América Latina. Rio de Janeiro, n. 19, pp. 135-170.
- POCHMANN, Marcio (2015). *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo, Editora Ideias e Letras.
- SOUSA, Jessé (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro, Leya.
- ____ (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- SPOSATI, Aldaiza (2011). "Tendências latino-americanas da política social no século 21". *R. Katál*. Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun., pp. 104-115.

A caminhada da Psicologia pela socioeducação: sobre sambar na lama com sapato branco¹

Aline Matheus Veloso

Gabriel Monteiro da Fonseca Leal Maia

Natache Khrystie Costa de Oliveira

Este capítulo pretende apresentar reflexões inacabadas a respeito dos impasses e das possibilidades da atuação profissional, sobretudo do psicólogo, no contexto das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes que respondem por atos infracionais. Entre os adolescentes que estão no cumprimento de medida socioeducativa é comum escutarmos a nomeação desse período em que se dá a medida como “caminhada”. Essa caminhada pode ser feita de diversas formas, a depender da maneira do próprio adolescente de “levar sua caminhada”, do funcionamento do local onde ela se dá, da maneira como a equipe intervém, da ação do Judiciário e de outras dimensões que podem produzir percursos singulares e complexos. Entretanto, neste texto, estamos nos provocando a refletir sobre as “caminhadas” dos profissionais, buscando compreender se há escolhas que escapam

1 Referência a um trecho da música de Chico Buarque em que diz “sambando na lama com sapato branco” para representar o movimento em que os profissionais circunscritos nos espaços onde se dão as medidas socioeducativas precisam embalar para lidar cotidianamente com os desafios impostos, deixando-nos a sensação de que sambar nesses espaços não somente suja os sapatos como movimentam a lama, podendo ou não produzir novos arranjos.

dos mandatos disciplinadores e docilizantes, a partir da articulação entre as vivências dos próprios autores e a revisão da literatura na área.

A “caminhada” pela disciplina... Ou sobre docilizar os corpos

[...] a proliferação da psicologia se devia à função que estava assumindo na sociedade contemporânea, ao converter-se em uma ideologia de reconversão. A psicologia oferecia uma solução alternativa para os conflitos sociais: tratava-se de mudar o indivíduo preservando a ordem social ou, no melhor dos casos, gerando a ilusão de que talvez, ao mudar o indivíduo, também mudaria a ordem social, como se a sociedade fosse uma somatória de indivíduos. (Martin-Baró, 1996, p. 12)

Após 29 anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), das importantes transformações que trouxe gradativamente e de forma ainda incompleta na efetivação dos direitos dessa população, o tema da socioeducação tem imposto a necessidade de retomarmos o modo como temos deliberado e atuado diante do fenômeno do envolvimento infracional. A medida socioeducativa (MSE) de internação, por exemplo, impõe desafios e complexidades que, para além de sua natureza privativa de liberdade, recaem também sobre as intervenções socioeducativas realizadas pelas equipes multidisciplinares. Intervenções que, de forma direta ou não, estão abarcadas pelas estratégias de manutenção dessa privação, fazendo emaranhar socioeducação e normatização através de justificativas científicas. Dito de outro modo, a contenção é inerente à internação e esta condição atravessa todas as intervenções que se dão nesse contexto, pedagógicas, psicossociais, da saúde etc., permanentemente, nos requisitando algum posicionamento.

Nesse contexto, importa-nos refletir sobre este posicionamento no trabalho realizado com os adolescentes aos quais se impõe a necessidade da privação de suas liberdades. Ou seja, importa-nos pensar

sobre como podemos nos posicionar, apesar de abarcados pelas estratégias de manutenção dessa privação e por outros dilemas institucionais, de forma que seja possível contribuir para que haja espaço para acolher as dores e as lutas dos adolescentes, para que seja possível não perder a capacidade de questionarmos nossas limitações, nossa astúcia e nossas resistências diante dessas intensidades.

Benelli e Costa-Rosa (2011) trazem uma discussão acerca de uma razão socioeducativa, na qual problematizam a lógica socioeducativa e nossa limitação em observar a inerência entre os mecanismos institucionais e os sociais, apontando para a necessidade de mudanças políticas para um gerenciamento de fato das questões que a socioeducação tem a função de abordar:

Muitas questões pedagógicas, psicológicas, psiquiátricas, hospitalares, da saúde coletiva, etc., podem se tornar mais inteligíveis quando enquadradas num marco institucional global. Entendemos que os problemas institucionais são também problemas sociais. Soluções técnicas muitas vezes não são suficientes para resolvê-los. Eles exigem soluções políticas para sua metabolização. A política não é uma questão técnica (eficácia administrativa) nem científica (conhecimentos especializados sobre gerenciamento ou administração), é ação e decisão coletiva quanto aos interesses e direitos do próprio grupo social. (Benelli e Costa-Rosa, 2011, p. 541)

Considerando os desafios que estão postos às instituições encarregadas pela execução das medidas socioeducativas, os autores nos apontam a necessidade de uma mudança política, que supere a submissão dos conhecimentos técnicos à ordem social posta e que permita reciprocidade às demandas reais dos adolescentes a quem se aplicam as medidas socioeducativas.

A respeito dessa submissão, Arantes (2013) nos coloca o que entende ser uma nova forma de colonização da psicologia na relação com o Judiciário. A autora discute sobre diversos embaraços nessa relação *psi-jurídica*, como as críticas de que a ação dos psicólogos no

Judiciário está restrita à produção de pareceres técnicos a um terceiro, o juiz, além dos incômodos com a questão do sigilo do atendimento do psicólogo, entre outros exemplos. E nos chama a atenção para uma nova colonização da psicologia pelo Judiciário, que descaracteriza a natureza da ação do psicólogo:

Constatamos, no entanto, que esse mal-estar [...] vem apresentando novas feições, à medida que podemos constatar uma tendência de parte do Judiciário de interferir no espaço que antes era considerado próprio da atividade do psicólogo e demais profissionais da área da saúde, e levando-nos a perguntar se restaria ao Judiciário, diante da crescente colonização do direito pela norma, legislar sobre os procedimentos de normalização ou impor que a norma se realize como regra jurídica? (Ibid., p. 132)

Nesse mesmo trecho a autora acrescenta a seguinte nota:

O aspecto normativo é característico do saber-fazer da medicina, psiquiatria, psicologia e pedagogia que constituem os fenômenos relativos aos seus domínios como sendo da ordem do normal e do patológico, da média e seus desvios. (Ibid., p. 132)

Utilizando como exemplo a prática do que se promulgou como “Depoimento sem Danos”², através da Lei ° 13.431/17, Arantes (2013) questiona que nesse contexto o psicólogo se coloca como um “duplo humanizado do juiz”, reservando à criança lugar de vítima e a sua fala, o de depoimento.

[...] um “novo” mal-estar entre os psicólogos jurídicos vem tomando feições a partir da introdução pelo Judiciário brasileiro de programas que definem o tratamento como pena, a Justiça como terapêutica e o depoimento sem dano – programas nos

2 Consiste em audiografar o momento da escuta realizado pela(o) psicóloga(o) ou assistente social, sob o pretexto de que, dessa forma, a criança seria “interpelada” menos vezes, pois o juiz teria acesso ao depoimento da criança sem que ela precisasse estar posta em um rito de audiência, além de entender que supostamente a(o) psicóloga(o) terá maior habilidade no trato e acolhimento dessa criança.

quais o psicólogo vem sendo designado para atuar de maneira, a nosso ver, conflitante com a formação profissional [...]. (ibid., p. 133)

De outro modo, Rosa (2002) convoca-nos para a mesma preocupação. A autora, em seu artigo intitulado “A escuta psicanalítica de vidas secas”, fala da necessidade de que os psicólogos e psicanalistas estejam habilitados a “detectarem as sutis malhas da dominação e a não confundirem seus efeitos com o que é próprio do sujeito” (p. 2).

Na busca de entendermos uma lógica mais ampla imposta pelas instituições que executam as medidas socioeducativas, e de minimizarmos o risco de não detectarmos o que há das malhas da dominação, confundindo seus efeitos como se fossem próprios do sujeito, talvez pudéssemos nos perguntar se seria possível alguma prática que superasse a finalidade constante da manutenção da disciplina. Estamos de fato inseridos nesse contexto para fazer parte de um processo de ressignificação das realidades vividas ou estamos exclusivamente a serviço da manutenção dessa contenção?

Vivência I: A violência como cultura e a socioeducação

Exporemos aqui um contexto no qual as demandas da MSE de internação nos fazem “sambar”, diante de suas requisições. Num determinado período, em uma das instituições responsáveis por executar a internação, fazíamos parte da equipe de uma unidade que apresentava a demanda de trabalhar sobre a cultura de violência que se entendia instalada e que ultrapassava os muros dela, já que os acontecidos ali haviam escapado para exposições midiáticas, repetidas e impactantes, com a publicação de fotos de adolescentes que afirmavam ter sofrido violências físicas e psicológicas pelos funcionários dessa mesma unidade.

Algumas ações foram realizadas ao longo de aproximadamente um ano, com o apoio e compromisso de um profissional que vinha de outras instâncias da própria instituição, somando-se ao objetivo firmado de escutar e acolher a referida necessidade. Houve muito espaço

e disponibilidade para a fala. Reuniões das quais os funcionários participavam ativamente, discutindo, expondo opiniões, concordando ou não, dispostos a falar de suas dificuldades, medos e vontades. Enfim, dispostos de fato a dar um significado a tudo o que estavam vivendo.

Após um certo período, as denúncias que partiam dos próprios adolescentes foram cedendo lugar para outras falas, e até para alguns elogios por parte deles em relação à equipe. Talvez a experimentação coletiva de novos paradigmas possibilitada pelas rodas de conversas foi nos permitindo pensar na realização de assembleias com os adolescentes, que acontecessem com periodicidade regular, através das quais pudéssemos discutir assuntos diversos e comuns à convivência entre eles no contexto da internação, de forma a dividir a responsabilidade na resolução dos diversos conflitos comuns ao dia a dia institucional.

Nesse novo cenário, que nada tinha de estático, não enfrentávamos mais de forma tão incisiva questões relacionadas às violências, mas sim à disciplina. Fomos vendo acontecer gradativamente uma movimentação maior dos adolescentes pelos poucos espaços que havia na unidade. Depois, fomos percebendo a entrada de entorpecentes. Até que, num dado momento, presenciemos a unidade absolutamente fora do controle, quando os adolescentes iniciaram uma situação com uma cadeirada contra um funcionário para, em seguida, todos eles se reunirem num espaço onde quebraram a parede e fugiram, a maior parte deles. Estavam priorizando aquilo que nenhum vínculo poderá conter: o desejo de reconquista da liberdade.

Todos esses acontecimentos eram documentados para a instituição e para o Judiciário. Acontecimentos que, como não poderia deixar de ser, iam pouco a pouco desgastando a representação do trabalho executado por aquela equipe. Houve mudanças na composição dessa equipe e na própria prioridade das necessidades que apresentava, pois, apesar de avanços no que diz respeito à violência, a impossibilidade de controle mais visível sobre os adolescentes gerava desorganização e insatisfações.

Entretanto, em meio a todos esses movimentos, antes que outro ciclo se iniciasse, vivemos ocasiões com esses adolescentes que provavelmente ficaram na memória de boa parte dessa equipe. Em uma delas, dois dos adolescentes que representavam liderança diante dos demais, e, anteriormente, um problema para a equipe, ao término de uma refeição noturna, enquanto limpavam os espaços do refeitório acompanhados por alguns funcionários da segurança e pelo coordenador, que estava com um violão, não conseguiram resistir aos efeitos da música e interromperam a limpeza para dançar juntos, os dois adolescentes, a moda de viola que o coordenador de equipe tocava aleatoriamente.

O violão era parte da preparação de um projeto de autoria do próprio coordenador dessa equipe de segurança, que estava disposto a ensinar a arte aos adolescentes que tivessem interesse. Assim que a dança e a limpeza terminaram, os meninos foram direcionados aos quartos, e o coordenador não tardou em relatar à equipe a experiência que acabara de viver com os adolescentes (antes abomináveis). A situação em si era surpreendente, mas, para além dessa surpresa, foi impossível não sermos capturados pela felicidade com que ele contava a vivência. Ele a contava feliz e era assim também que nos afetávamos enquanto o escutávamos. Houve em nós um “giro coletivo”, naquele momento sentíamos os afetos na relação com os adolescentes, ainda que carregássemos diferentes atribuições perante a instituição.

Apesar dos conflitos, vivíamos sob um contexto ainda estranho, no sentido de que não nos era conhecido. Os problemas eram quase todos resolvidos a partir de muitas conversas, às vezes ao calor de emoções intensas, com a presença de todos os meninos, da equipe de plantão, de pessoas da gestão. Era trabalhoso e barulhento, e havia ocasiões em que transbordávamos das normas da instituição, mas ao mesmo tempo foi o período em que as ocorrências contaram com o menor número de agressões físicas, sejam sofridas pelos adolescentes, seja pelos funcionários. Todas essas informações nos importavam. Estávamos vivendo as contradições “na pele” porque vivíamos a cobrança da instituição e do Judiciário pela ausência de violência.

Mas, apesar disso, a organização que era possível garantir com conversas, reuniões, assembleias, participação das famílias etc. não era suficiente para corresponder ao que se entende como disciplina nos entre muros da socioeducação.

O que parece irrelevante num contexto tão diverso e movimentado revela as possibilidades que vão se embaraçando com a lógica institucional e social. Estamos a todo momento dando corpo à lógica do sistema e dando afetos a ela também, sob o desafio de movimentarmos-nos no sentido de escapar das malhas da dominação, já que, ainda que a força da manutenção da lógica institucional e social retome o lugar, impomos a ela seu caráter cíclico.

Vivência II: Quando Rafael virou Rafa – os ouvidos atentos da instituição

No caminho de prosseguir com as reflexões acerca dos escapes ao que Rosa (2002) nos nomeia como malhas da dominação, vale aqui o relato de outra autora do texto, também no contexto da privação de liberdade de adolescentes. Muitas questões foram provocadas ao longo de um trabalho durante o ministrar de um curso de inicialização profissional, e aqui ganha destaque a vivência de uma “perseguição institucional”. Ainda que não tenha culminado na saída da autora de seu trabalho, tal fato resultou, logo nas primeiras semanas, em um relatório para a coordenação da instituição parceira, redigido a partir do relato da cena na qual a educadora se despede dos adolescentes acenando em sinal de adeus e soltando beijos.

Desde o primeiro dia, quando na saída do pátio comemorou a alegria de estar com os adolescentes, foi advertida de que não deveria produzir manifestações afetivas na instituição. Segue-se daí, após o relatório, uma série de investidas institucionais, que visavam de alguma maneira a vigiar e controlar aquilo que se produzia como “ponto fora da curva”. A presença de todos os agentes da ala, composta de duas salas, em sua porta, bem como a presença do pedagógico,

registrada no dia em que, ao rodar um curta-metragem, ao final da aula, o pedagógico lhe chama a atenção por ela haver repousado por duas vezes a mão sobre o ombro de um dos adolescentes.

Para não estender o relato, preconiza-se aqui uma pergunta corriqueira diante dos avisos de contenção: afinal, que mal-estar a presença dos afetos produzia naquele espaço? Por que os olhos institucionais se voltavam para aquela ala?

Sawaia (2006) denuncia a exclusão dos afetos na produção do conhecimento científico, como algo perturbador à produção da verdade. Além disso, aponta para as produções científicas que, ao discutirem as temáticas relacionadas à desigualdade social e à pobreza, excluíram também a dimensão da afetividade, contornando assim um campo de reprodução da desumanização do sujeito excluído, ao não levar em consideração a dimensão dos afetos.

Compõe esse arsenal de debates a construção do conceito de sofrimento ético-político compreendido como um sofrimento advindo da própria experiência com a exclusão social: “o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (ibid., p. 104).

Ao construir tal conceito a autora coloca a possibilidade de recuperação do sujeito sem a perda do coletivo, adensado pela ideia de que é nos indivíduos que os processos de exclusão social se materializam, afirmando ainda que “sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização” (ibid., p. 94).

Nesse sentido, a pergunta colocada parece abrir diversas dimensões no que tange às possibilidades de resposta. Por um lado, os processos teóricos, e aqui sob o recorte da psicologia, afirmaram durante anos a inferioridade da pobreza e da população negra, ancorada nas teorias eugênicas que possibilitaram uma base teórica para justificativas de uma certa sub-humanidade nessa população. A pergunta sobre

as questões produzidas pela afetividade condensa assim o caminho pelo qual se faz necessário “desfazer o mito de que o pobre não tem sutilezas psicológicas e age como um rebanho tangido por determinações sociais e pela fome, como se os segredos da subjetividade fossem próprios das pessoas mais abastadas e intelectualizadas” (ibid., p. 165).

Após o envio do relatório institucional, uma série de questões passou a povoar as análises da educadora. Dentre elas, a manutenção da vigilância parecia incoerente, uma vez que a educadora se preocupou em não mais despedir-se a acenar beijos e adeus. Perguntava-se, então: por onde escapava a afetividade que saltava aos olhos atentos da instituição? Foi em uma das aulas que, em roda e a discutir sobre o tema do curso, ouviu-se dizendo “Rafa”: o som do apelido e o sorriso de Rafa ao ouvir ser chamado assim pareciam colocar em cena o escape afetivo. Estava ali, contido na forma carinhosa como os olhos dos adolescentes prontamente respondiam ao apelido, como uma cena que me faz pensar sobre o risco que o afeto traz a essa instituição.

Espinoza, em contraponto a Descartes, busca superar a cisão entre corpo e mente, racionalidade e afetividade, pela qual a ciência concebeu o homem. Longe de esgotar o que Espinoza construiu teoricamente, é importante salientar que o mesmo compreende a mente e o corpo enquanto uma unidade, na qual a mente produz ideias a partir das afetações que o corpo sofre. Nesse sentido, os homens concebem a vida e as suas experiências a partir das afetações sofridas pelos encontros de seus corpos com outros corpos, superando assim tanto a cisão entre mente e corpo quanto a ideia de que a razão e o afeto estariam cindidos, uma vez que, como dito acima, as ideias produzidas pela mente surgem das imagens das afetações sofridas pelo corpo.

Para o autor, os homens estão sempre se movimentando em busca de encontros que ampliem a sua potência de perseverar na existência de ser, denominada por ele *conatus*. A amplificação ou diminuição dessa potência dependem das afetações que o corpo sofre nos encontros com outros corpos. Dessa forma, os encontros que

diminuem a potência de existir estão enredados pelos afetos tristes como a raiva, o ódio e a tristeza, enquanto aqueles que amplificam essa potência seriam os encontros nos quais os corpos são afetados por afetos alegres como a felicidade, o amor e a alegria.

A diminuição da circulação de afetos alegres parece compor o que Espinoza concebe como elemento central para a compreensão da servidão humana, na qual os homens depositam no outro a produção da sua felicidade e liberdade:

[...] os homens se submetem à servidão porque são tristes, amedrontados e supersticiosos. Enredados na cadeia das paixões tristes, anulam suas potências de vida e ficam vulneráveis à tirania do outro, em quem depositam as esperanças de suas felicidades. (ibid., p. 366)

A cena de ouvir o chamamento do adolescente pelo seu apelido faz, então, compreender por onde escapa essa transmissão afetiva, que parece revelar-se enquanto um afeto alegre a esses meninos. Convoca a uma afetação de reconhecimento enquanto sujeito, sabe nome, inventa apelido, lugar no qual não se é o “menor”. Mais que isso, deixa saber-se, o adolescente, que seu corpo se constitui enquanto passível de produzir afetações distintas do medo e do perigo. Relembra-se em meio à inserção em um sistema que o cristaliza como sujeito a ser reparado, consertado, sua possibilidade de ser e de ser reconhecido pelo outro enquanto sujeito de potência e capaz de suscitar desejo de estar junto. Não por acaso, a avaliação do processo de aprendizagem pelos adolescentes em nenhum momento perpassou os conteúdos das aulas, mas a afirmação de sentirem-se bem, de que eu os tratava como iguais, que eu queria saber como eles estavam e não só colocar no quadro o assunto da aula, do reconhecimento de investimento em si, marcado pela fala em que um adolescente me diz que eu não desistia deles mesmo quando eles se recusavam a participar das aulas.

Refletindo as vivências: do sujeito abstrato à experiência

Os relatos apresentados até aqui suscitam questionamentos sobre se o profissional da psicologia se coloca suficientemente disposto a escutar, ver e perceber as brechas institucionais. Isso para que a lógica normativa da instituição, respaldada pela letra jurídica, não impere sobre o trabalho com os sujeitos submetidos às medidas socioeducativas, tornando a prática da psicologia nesses contextos uma mera reprodutora dessa lógica. E, ao perceber as fissuras por onde emergem os afetos, as palavras, as potências que não se enquadram na forma institucional, de que forma pode se dar a atuação da(o) psicóloga(o) nesses ambientes, de modo a fortalecer essas manifestações e sustentar a inerência do embate político que daí decorrerá? Como fazer confluir, na construção da medida socioeducativa, a norma e o que dela escapa, sem que isso implique voltar a se submeter a ela?

O ECA determina que o Estado e a sociedade são responsáveis por garantir o que se denomina “direitos fundamentais” de menores de 18 anos – direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, ao trabalho, entre outros. Contudo, a noção de “sujeito de direitos”, importantíssima para a superação do antigo Código de Menores que sustentava a doutrina da situação irregular, traz novos problemas.

Bueno (2016) se apoia em Hans Kelsen, autor da área do direito, para nos remeter ao fato de que o sujeito do direito é um sujeito teórico, uma combinação personalizada de regras jurídicas que, em última análise, figura como um depositário das normas do direito. Esse sujeito como derivação da norma jurídica implica uma noção abstrata de igualdade assentada em uma suposta equivalência, não corresponde às pessoas, às suas vidas e experiências. Em suma, a “igualdade perante a lei” é, antes de tudo, uma operação discursiva necessária para que se possa colocar em prática o direito.

Além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o conjunto de leis que regulam a execução das medidas socioeducativas

também inclui o Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), elaborado pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). O Sinase (2006) representa a tentativa de ruptura com a abordagem do Código de Menores. Contudo, se nos ativermos mais detidamente ao que essa lei postula, veremos que, mesmo quando a concepção relativa ao sujeito tende para a individualização – em oposição à tendência generalizante da norma jurídica –, acaba por recair em noções totalizantes.

O Sinase prevê a obrigatoriedade de construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) para todo(a) adolescente em cumprimento de MSE, que, baseado no estudo de caso desde a acolhida, o primeiro contato do profissional com o usuário do Serviço de Medida Socioeducativa, seu objetivo está em conhecer o usuário, sua família e definir ações para o atendimento. Dessa forma, a identidade, assim como a essência individual de cada um dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa, é o alvo do PIA, que pretende construir para cada adolescente um projeto particular de vida, ou seja, individualizar ao máximo o plano de execução da medida.

Para Maraschin e Raniere (2011), o sujeito socioeducativo configura-se como uma abstração produzida por uma política pública – o ECA, o Sinase etc. – somada ao que os autores chamam de “imagens-conceito”. Segundo eles, no contexto atual da execução das medidas socioeducativas, são imagens-conceito como psique, personalidade, identidade e individualidade que fornecem a sustentação legal das medidas, independentemente de sua prática ser orientada por princípios punitivos, reeducativos, restaurativos, protagonistas ou garantistas.

Não importa que proposição seja usada para explicar a origem da conduta do adolescente em conflito com a lei: se ele nasceu com uma essência má que deve ser capturada, pedagogicamente corrigida, para que progressivamente seja extirpada; se ele é resultado de uma série de negligências, abandonos e maus tratos sociais, que o forçam a desenvolver uma personalidade infratora. Não importa que justificativa seja usada para buscar soluções: uma

responsabilidade ética, que busque defender os direitos humanos daqueles que foram socialmente excluídos; ou se a defesa de tais direitos, como propaga a mídia, seja ultrajante às pessoas de bem — “pois apregoa que bandido vai ser sempre bandido” — parece que uma mesma e única convicção sustenta todas essas posições: a certeza inabalável da existência desse difuso de vários nomes: alma, eu, personalidade, identidade. Um eu que pode ser responsabilizado, recuperado, ressocializado; um eu vítima, ou não, que tem seus direitos individuais garantidos por lei, sendo o direito à propriedade privada o mais legítimo de todos. (ibid., pp. 100-101)

Trata-se, em suma, de entidades abstratas cujo efeito é muito mais o de produzir identidades mediante a intervenção do Estado sobre as(os) adolescentes, do que de potencializar algo verdadeiramente singular, que trate das experiências e afetos dos sujeitos atendidos.

Mas, afinal, de que forma o profissional que é necessariamente atravessado por esse discurso normalizador no contexto socioeducativo poderia se posicionar de maneira a resistir a ele e escutar o que escapa a essa perspectiva generalizada de equivalência e produção de identidades?

Em relação ao PIA, tomemos primeiramente a questão do “plano” e o que gira em torno dessa palavra. Construir um plano requer que se estabeleçam, que se prevejam os passos que deverão ser seguidos para que se alcance um determinado objetivo. Um plano tem sempre um alvo. É o que se colhe das orientações que circulam no contexto dos serviços: um PIA deve descrever um trajeto a ser percorrido e estabelecer metas a ser cumpridas. No caso das medidas socioeducativas (e, mais especificamente, a medida de liberdade assistida), por exemplo, há um prazo de 15 a 30 dias a partir do primeiro encontro com o técnico social para que se acorde com o adolescente quais serão as metas do atendimento, sendo que o cumprimento ou não dessas metas no final do prazo da medida será de fundamental importância para a decisão judicial de extinguir ou não o processo

criminal. Sendo um “plano”, o PIA tem como objetivo a conquista de resultados, por isso a recomendação do Poder Judiciário é que se utilizem indicadores para aferir o atingimento ou não desses objetivos. Por exemplo, se dentro da construção de um PIA a escolarização for um dos objetivos definidos com o usuário, a frequência e o desempenho escolares costumam ser indicadores que atestariam o cumprimento ou não dessa meta.

Como então fazer surgir algum “relevo” no “plano”? Poderíamos trazer aqui como exemplo a experiência de um técnico social com um adolescente em cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida, na qual a juíza responsável pelo caso condicionou a extinção da medida à frequência escolar e à inserção do jovem no mercado de trabalho formal. Tratava-se de um rapaz que já havia completado 18 anos e que encontrou um espaço de escuta durante os atendimentos no qual pôde manifestar seu interesse pela música e desenvolver atividades com o técnico social nas quais suas composições de *rap* ocupavam um lugar central. Os encontros do adolescente com os técnicos giravam em torno da sua atividade artística e criativa: passou a trazer papéis com suas letras ainda inacabadas e desenvolver parte de seu processo criativo no serviço. Dois dos técnicos, que eram músicos, sugeriram encontros semanais onde se reuniam com o jovem para “fazer um som”, ou seja, oferecer o espaço da medida socioeducativa para que ele o utilizasse para desenvolver sua potência musical. Os três se reuniam em um espaço do serviço e o adolescente levava suas letras, algumas ainda inacabadas, e, com o acompanhamento instrumental dos técnicos, experimentava maneiras de cantar, discutia questões presentes nas letras, formas de encaixá-las no ritmo, formas de encaixar os ritmos nas letras, compartilhava inseguranças relativas às suas criações, memórias, afetos, vivências etc.

Seu desejo e caminho para tornar-se um *MC* (cantor de *rap*) profissional tornou-se, na prática, a medida socioeducativa. Os técnicos envolvidos puderam se emprestar enquanto instrumentos (musicais!) do desejo desse sujeito. O desafio passou a ser a tradução desse processo em norma jurídica. Na primeira tentativa de encerramento

da medida, que consistia na argumentação de que o jovem manifestava não só desejo de seguir uma carreira na música, mas também sua aptidão (fato atestado pelos técnicos durante os atendimentos realizados), a juíza em questão considerou insuficiente essa justificativa para o encerramento da medida, alegando que o adolescente não estaria nem trabalhando, nem estudando, nem fazendo algum curso. Em uma segunda tentativa, o trabalho consistiu no levantamento de um material em áudio, vídeo, fotos e impressos, que mostravam o jovem em pleno exercício da sua atividade artística, como cantando em frente a uma câmera ou participando de apresentações musicais pelo território. Em uma manhã, o técnico recebeu a ligação de uma advogada da defensoria pública, que era responsável pelo caso, afirmando que seu parecer havia sido favorável à revogação da medida, porém que só considerava possível convencer a juíza caso o jovem cumprisse uma das condições colocadas (escolarização, profissionalização ou inserção no mercado de trabalho), o que foi transmitido a ele pelo técnico. Reafirmando a posição já manifestada durante os atendimentos anteriores, o jovem reiterou que não tinha nenhum interesse em voltar a estudar e que seu trabalho era a música. Mas que, se fosse para encerrar a medida, faria a matrícula escolar para que pudéssemos encaminhar o comprovante à Justiça. Dessa forma, a medida foi revogada.

Considerações finais

A lógica da socioeducação como parte da engrenagem social nos desafia a construir habilidades de posicionamentos críticos, atentos em detectar as sutis malhas da dominação, buscando espaços de escuta e intervenção nas brechas que nos abrem no seio da própria instituição, conforme nos diz Roman (2009):

Não são todas as necessidades apresentadas aos psicólogos que devem nortear seu trabalho. Para esse fim, interessam aquelas que, embora criadas no seio da instituição, carregam em si a negação de relações instituídas e apontam para sua superação,

especialmente na direção de um desenvolvimento humanizante. A existência dessas necessidades faz supor que o contexto institucional, qualquer que seja ele, é perpassado por contradições, de modo que processos de desumanização e humanização se imbricam. (p. 277)

Embora o autor se refira aos psicólogos, entendemos que as mesmas brechas podem e devem ser ocupadas por qualquer socioeducador. Diante dessas situações analisadas, talvez nos caibam algumas questões sobre as possíveis escolhas de “caminhadas”: a da disciplina- rização como prioridade – necessidade apresentada pela instituição, e nem sempre compatível com as possibilidades do adolescente –, ou da humanização como lógica do atendimento socioeducativo, no sentido de dar vazão aos afetos, palavras e potências que se precipitam para além da demanda institucional – que pode convergir em certos pontos com essa demanda, mas talvez não no tempo e nas normas da instituição.

O entendimento que poderemos ter a respeito do adolescente a quem se aplicam as medidas socioeducativas operará sobre nossas ações. Os embaraços e contradições são diversos. A clareza dos princípios que nos norteiam não pode vacilar. E nesta conjuntura, de maneira geral, os profissionais das diversas áreas veem-se absorvidos, primeiramente, a evitar rebeliões, confrontos e fugas, restando poucas possibilidades para afetos, encontros e reflexões para a ressignificação do que quer que seja. Convocando-nos, portanto, a construir espaços para, como nos alerta Rosa (2002), nos experimentarmos, reinventarmos e nos renovarmos na escuta e no olhar, seja através de “bons encontros”, de dispositivos formativos, de supervisão e análise pessoal, para que essa “caminhada”, essa costura entre o dentro e o fora do institucional possa se sustentar, criar e permitir a potência dos afetos no processo socioeducativo.

Referências

- ARANTES, Esther Maria Magalhães (2013). “Mediante quais práticas a Psicologia e o Direito pretendem discutir a relação? Anotações sobre o mal-estar”. In: COIMBRA, Cecília Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria e NASCIMENTO, Maria Livia do (orgs.). *Pivetes: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário*. 2ª reimpressão. Curitiba, Juruá, pp. 131-148.
- BARÓ-MARTÍN, Ignácio (1996). “O papel do psicólogo”. *Estudos de Psicologia*. Campinas, v. 2, n. 1, pp. 7-27.
- BENELLI, Silvio José e COSTA-ROSA, Abílio da (2011). “Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais”. *Estudos de Psicologia*. Campinas, v. 28, n. 4, out./dez, pp. 5339-5663.
- BUENO, Paulo (2016). “Sujeito do inconsciente e sujeito de direito: ponto de conjugação ou de disjunção na interlocução da psicanálise com a saúde mental?”. *Stylus Revista de Psicanálise*. Rio de Janeiro, n. 33, nov., pp 217-225.
- MARASCHIN, Cleci e RANIERE, Édio (2011). “Socioeducação e identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para pensar o Sinase”. *R. Katál*. Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun., pp. 95-103.
- ROSA, Mirian Debieux (2002). “Uma escuta psicanalítica das *vidas secas*”. *Revista de Psicanálise Textura*. São Paulo, ano 2, n. 2, pp. 42-47.
- ROMAN, Marcelo Domingues (2009). *Psicologia e adolescência encarcerada: Embates de uma atuação em meio à barbárie*. São Paulo, Editora Unifesp.
- SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – Sinase (2006). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, Conanda.

Ressonância: Práticas clínicopolíticas na socioeducação: fazendo rede com os adolescentes

Miriam Debieux Rosa

Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Carolina Esmanhoto Bertol

Introdução

O capítulo “A caminhada da psicologia pela socioeducação” aborda os impasses da intervenção psi nos contextos da socioeducação, o que os autores nomeiam, numa perspectiva crítica, como um “sambar na lama de sapato branco”. A expressão, de um trecho de música de Chico Buarque, “Cantando no toró”, diz respeito aos impasses e modos de superação na lida cotidiana dos profissionais em espaços socioeducativos, que não apenas suja os sapatos como movimenta a lama, podendo ou não produzir novos arranjos.

As cenas trazidas pelos autores testemunham como a intervenção psi pode criar um espaço-tempo institucional de escuta das afetações dos adolescentes e da configuração de um fazer *com* eles, tomando-os na posição de sujeitos, ao contrário de um fazer *sobre* eles, que produz o seu assujeitamento.

Apontam ainda como a atuação psi não pode ficar restrita a uma dimensão técnica, pois isso teria como efeito uma prática comprometida com o encargo institucional, que obscurece e ignora o sofrimento dos adolescentes e que se torna restrito ao controle dos

mesmos, contribuindo com uma lógica seletiva e discriminatória, que não considera as questões sociais e políticas envolvidas nos atos dos adolescentes, bem como no seu sofrimento.

Inspiradas nesse texto e como pesquisadoras desse campo, seguimos nesse trabalho a esteira dessas considerações ponderando que uma política para adolescentes que não considera a sua trajetória, lugar social ou os impactos do seu sofrimento sociopolítico, gerado nas relações sociais, cria uma série de distorções que possibilitam que políticas, mesmo quando gestadas com objetivos progressistas, sejam transformadas em práticas opressivas. Nesse contexto, as trajetórias dos adolescentes que não correspondem ao discurso hegemônico ideal são rapidamente normatizadas, de modo que seus atos e modos de vida tendem a ser lidos como sinais de desvio, patologia e violência. Já constatamos, como vamos discorrer, que os discursos da saúde podem associar-se aos da Justiça para calar o *pathos* do sujeito e garantir aparente bem-estar social, quando, de fato, as práticas políticas e os discursos sociais promovem outra forma de sofrimento e até mesmo tornam-se violentas. Neste texto, vamos desenvolver a possibilidade de intervenções que não separem o **clínico do político**, que produzam uma política com os adolescentes.

Sofrimentos sociopolíticos

Temos acompanhado diferentes expressões do sofrimento experienciadas por adolescentes autores de ato infracional, especialmente quando colocados numa espécie de zona intermediária entre a vida e a morte (Agamben, 2008). Numa dessas expressões, o sofrimento torna-se ato político numa espécie de rebelião de si, numa tentativa “vital” dos jovens de resistir e se produzirem subjetivamente num contexto de violência: é o caso da intensa participação dos adolescentes nas rebeliões (Vicentin, 2011). Também encontramos sua expressão em invenções culturais na cidade, quando o estigma se transforma em emblema (Takeiti e Vicentin, 2015; Cerruti, 2016). Trata-se de

um sofrimento-resistência em que se passa do lugar de vítima ao de testemunha e ao de quem pode alterar um regime de verdade a seu respeito.

Em outra modulação do sofrimento veremos a patologização dos adolescentes, um discurso social que faz da experiência de sofrimento um ato isolado, individual e sem potência. É o caso da tematização do transtorno de personalidade antissocial e da produção dos intratáveis (Rosa e Vicentin, 2010; Vicentin e Rosa, 2009). A patologização impedirá a leitura dos processos sociais de exclusão e de vulnerabilidade social que afetam os adolescentes e os despojam da possibilidade de construção de laço social. Nessa posição de expulso, o sujeito perde sua visibilidade na vida pública, não tem voz, entra no universo da indiferença: numa vida que pode ser descartada (Agamben, 2008; Butler, 2006).

É possível entrever também discursos seletivos que promovem a criminalização de uma parcela específica dos adolescentes, especialmente da juventude negra de periferia, quando o adolescente tem que se deparar com o olhar que o reconhece *a priori* como um bandido. Misse (2010) chama essa construção social de *sujeição criminal*, um processo de subjetivação que produz a ligação causal dos traços de pobreza, baixa escolaridade e cor à criminalidade. Aí configura-se a rotulação de “bandido”, produzida “pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais” e que incide sobre a identidade pública e muitas vezes até íntima de um indivíduo, de forma tão reificada que restam poucos espaços para o sujeito negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada (ibid., p. 17). O autor acrescenta: “no limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto” (ibid., p. 21). Esse processo também atravessa o cotidiano da execução das políticas voltadas ao atendimento dos adolescentes que cometem atos infracionais (Sposato, 2011; Silva, 2011; Mendez, 2006, 2013) e produz não apenas o sofrimento decorrente dos processos de institucionalização nos internatos, mas

os decorrentes das humilhações, esculachos, batidas policiais, espancamentos e toda sorte de violação da integridade física e psíquica (Rodrigues, 2019).

Na perspectiva de uma tradição crítica em Psicologia Social, o conceito de sofrimento sociopolítico procura dar conta de uma dupla tarefa, qual seja, colocar na cena o sujeito, em conexão com o campo sociopolítico. Nessa direção estão a dimensão sociopolítica do sofrimento diante dos embates invisibilizados, mas violentos, entre classes sociais (Rosa, 2016) e o sofrimento éticopolítico, como o sofrimento advindo dos processos de exclusão social (Sawaia, 2013).

Se é importante destacarmos essas modulações do sofrimento, outro cuidado precisa ser tomado quando tematizamos a atuação dos psicólogos diante do sofrimento. Ao discutir as experiências dos “locais de escuta para os excluídos” promovidos pelo governo francês na década de 1990, Fassin (2004) aponta uma maneira inédita de as políticas (especialmente as sociais e de saúde) traduzirem as desigualdades sociais em termos de sofrimento psíquico: a escuta do mal-estar como resposta aos problemas das classes populares. Aponta o autor que o vocabulário da saúde mental passa a expressar como sofrimento o que antes era reconhecido de outra forma: desigualdade de classe, exploração econômica etc.

A psicologização do social é uma dessas dimensões: a psicologia torna-se o instrumento principal através do qual se intervém nas situações de pobreza, marginalidade e violência, e os psicólogos operam para curar as feridas das periferias, dos segmentos marginais da população. Alerta ainda o autor que as leituras e as lógicas contemporâneas destinadas a tratar os sintomas do sofrimento concentram-se hoje mais no léxico do apoio e do *empowerment*, criando um consenso geral que desarma a crítica: a compaixão não tem inimigos (Fassin, 2014).

Nesse cenário, a execução das políticas públicas destinadas a garantir os direitos dos adolescentes revela-se um grande desafio, tanto no âmbito da Assistência Social, quanto no da Saúde Mental. Apesar da problematização quanto a um uso acrítico do sofrimento,

entendemos este como um operador importante, pois sua produção desencadeia o que chamamos de desamparo discursivo (Rosa, 2016). A produção de um discurso hegemônico e universalizado sobre o adolescente o desaloja da sua história pessoal, sociocultural e política, desarvorando-o de seu lugar discursivo, do lugar a partir do qual ele fala. O sofrimento e seus efeitos são administrados politicamente com incidência sobre o narcisismo, as identificações, o luto e os afetos tais como o amor, o ódio, a ignorância e a culpa. Constatamos o apagamento da força discursiva dos que estão submetidos ao discurso social hegemônico.

Aliado ao desamparo social deparamo-nos então com o desamparo discursivo a que são lançados aqueles que ocupam lugar de dejetivo no campo social e sobre os quais incidem discursos alienantes e identitários que os criminalizam e os patologizam. [...] O conceito de desamparo discursivo articula o sujeito a modalidades de discurso social e político que promovem o seu desamparo. Quando há desqualificação de seu discurso soma-se, ao desamparo social do sujeito, o desamparo discursivo; ou seja, ele é inteiramente culpabilizado por sua condição social-pluri-determinada. Sem endereçamento possível ao Outro, o sujeito silencia e é lançado ao não senso e à dificuldade de reconhecer, ele mesmo, seu sofrimento, sua verdade, seu lugar no laço social e no discurso. Esta condição desarticula o sujeito de sua ficção fantasmática, afeta seu narcisismo e o remete à angústia frente ao desamparo que perpetua a condição traumática. (Rosa, Estêvão e Musatti-Braga, 2017, p. 365)

Os profissionais à frente dessas políticas são atravessados por esses e outros discursos, podendo reproduzir, no interior da instituição, o discurso social carregado de estigmas e preconceitos. São-lhes exigidas tomadas de posição nem sempre explícitas, já que estão sob o mesmo campo discursivo. Por isso será necessária constante reflexão sobre quais as suas decisões e pactos sociais – alianças conscientes e inconscientes –, conflitos, angústias, com o que se alinham.

Também é referência importante para o profissional sustentar sua atuação ao lado de um posicionamento sensível às “sutis malhas da dominação” (Rosa, 2002) e às brechas que podemos ajudar a abrir principalmente quando não nos fechamos nos discursos hegemônicos em relação à adolescência, de um lado, e aos jovens infratores, de outro.

Entendemos que recai sobre os profissionais parte do sofrimento sociopolítico vivido pelo adolescente, principalmente quando estes abrem mão de sua formação profissional e aderem a discursos acrílicos, aparentemente indiferentes à responsabilidade que assumem no caso, e é quando vemos a apatia, a desqualificação de seu trabalho e mesmo o adoecimento dos profissionais. Trata-se de construir modos de enfrentamento para lidar com a impotência e as paralisias no trabalho.

Entre discursos e redes: uma escuta que convoca o adolescente

Consideramos acima que os termos *sofrimento*, *exclusão* e *escuta* podem alimentar práticas coletivas de vitimização e compaixão, principalmente se resvalam para a individualização e culpabilização do jovem, ao lado da desresponsabilização da sociedade quanto aos destinos desses jovens, em sua grande maioria marcados pela falta de garantia dos direitos básicos.

Mas, de outro lado, precisamos lembrar a queixa dos retornados dos campos de concentração de não ter quem escutasse os seus relatos, sofrimentos e violências sofridas. Essa é uma questão sobre a construção de uma escuta junto aos sujeitos que passaram por violências institucionalizadas e invisibilizadas e que promovem desamparo do ponto de vista discursivo, escuta indispensável, ainda mais num país pautado pela desigualdade social e racial como é o nosso. Questão a ser enfrentada pela psicanálise e pela psicologia social no campo da clínica e da política.

Nossa posição ética será construir práticas clinicopolíticas para escutar as pessoas marcadas pelo exílio e banimento da vida pública, que erram invisíveis e/ou superexpostas pela cidade. Entendemos que se trata de uma escuta que convoca o sujeito e, desse modo, provoca uma antecipação que, tal como a imagem do espelho, pode promover um posicionamento *a posteriori*, inscrito na construção de uma narrativa sobre si mesmo, elemento difícil para um adolescente.

Interpelar o sujeito que decide é por si uma intervenção na linha da resistência possível do sujeito para fazer barreira ao destino social escrito para ele, em que basta um ato, ou nem isso, para que seja inscrito como criminoso. Certamente no discurso social esse jovem é um potencial criminoso – suspeita reiterada em todas as mídias e nas ações sociais de maior repressão e menores oportunidades de educação ou emprego. Essa abordagem também evita a vitimização que, vale lembrar, os jovens recusam.

Poder ouvir as dores, os ódios, os fracassos pessoais ou familiares, as mortes, a indiferença, o descaso e as soluções, os caminhos e descaminhos como experiências de subjetivação em busca de sua causa como sujeito supõe que os trabalhadores do campo da socioeducação estejam decisivamente separados do saber dado *a priori* sobre o lugar social e subjetivo que esse adolescente deve ocupar. Isso vai na contramão das políticas públicas que têm traçado *a priori* um percurso para o adolescente, e se ele não o seguir será considerado irresponsável (Bertol, 2019).

Estar ao lado do jovem faz toda a diferença, pois é outra experiência possível com o Outro social que por vezes o jovem nunca pode partilhar. Assim se pode enfrentar junto com ele o braço da lei-gozo que o abandona e cobra submissão ao preço de sua vida.

Apesar do desafio, destacamos uma experiência em que tal posição ética foi possível. Acompanhando uma instituição na qual os adolescentes cumprem medida socioeducativa em meio aberto, vimos os efeitos dessa escuta que convoca o adolescente enquanto um sujeito separado dos discursos sociais hegemônicos que o criminalizam. O eixo estruturante do trabalho da equipe que realiza esse serviço é

a construção de laços de solidariedade, buscando ser um espaço de acolhida e escuta dos adolescentes, os quais são compreendidos e acolhidos como sujeitos capazes e responsáveis pelo movimento de transformação social, capazes de resistir e se opor às opressões e violências sofridas (Bertol, 2019).

Uma das situações reveladoras dos impasses para os técnicos e também para o adolescente ocorreu quando, em uma das atividades com os adolescentes, os técnicos perceberam que um celular foi furtado por um adolescente. Dois técnicos vão atrás dele e o encontram em uma praça. Ele devolve o celular e, perante o questionamento dos técnicos sobre o furto, ele comenta sobre uma dívida que possui com um traficante. Eles levam o adolescente para almoçar e conversam sobre seus problemas, apontando que em uma tentativa de resolver um problema está criando outro, e após uma longa conversa combinam de ele ir até o serviço no dia seguinte para pensarem saídas para o problema.

De volta ao serviço, os membros da equipe se questionava sobre dar ou não o dinheiro ao adolescente, e por fim decidiram pensar junto com ele formas de conseguir o dinheiro, pois seria mais educativo. Essa decisão não é tomada sem medo, sem insegurança, pois eles temem que o adolescente seja morto em função da dívida, mas ela pode ser sustentada porque é efeito de um processo de reflexão sobre a história do adolescente no serviço, que envolve toda a equipe, inclusive a gestão. Ao final da discussão, o adolescente comparece ao serviço para discutir com a equipe alternativas para sua situação, o que faz a equipe respirar aliviada, uma vez que ele não foi morto em função da dívida.

Nessa breve passagem destacamos como os conflitos e atos de transgressão podem não ser julgados moralmente ou punidos com castigos, mas compreendidos como objeto do trabalho socioeducativo e trabalhados em atividades que convocavam os adolescentes a responder de outra forma aos problemas vivenciados no convívio com os outros. No contraponto do discurso hegemônico que desconsidera os impasses na vida do adolescente, um dos técnicos nos esclarece

que eles não atendem infratores, mas adolescentes. Essa é uma desconstrução que depende de constante reflexão dos técnicos, e exige um trabalho a ser realizado também com os adolescentes, pois eles reproduzem uma lógica punitivista e agressiva, à qual estão expostos e a partir da qual respondem. Ao buscar, juntamente com os adolescentes, respostas para os problemas e dificuldades, a equipe os responsabilizava por seus atos, e também pelo que ocorria no coletivo, operando assim a participação dos adolescentes nos processos decisórios do coletivo e lhes possibilitando a experiência de pertencer a um grupo a partir de um lugar menos objetificado. Dessa forma, esse processo de responsabilização não era solitário, mas sim sustentado pelo vínculo com os profissionais e com demais adolescentes.

Como condição para que o acolhimento e a escuta ocorram vemos a construção de uma rede transferencial que ampare o jovem assim como os profissionais das práticas de cuidado (Seincman, 2019). A direção do trabalho clinicopolítico supõe que no manejo das transferências podem se situar estratégias de elaboração da necessidade de atuar e repetir a exclusão que o sujeito sofreu. Tal exclusão se dá na repetição de lugares de submissão ou posições objetalizantes no laço, socialmente produzidos. Levar em conta a repetição que ocorre em ato nas diversas relações com o adolescente possibilita que ele se repositone no laço social. O que se repete socialmente é a exclusão, tomando negativamente seu caráter. Por isso nos interessam os espaços onde os diversos profissionais, em um determinado caso, se reúnam e possam discutir.

Entendemos que a prática da construção do caso clinicopolítico, destacando que tal construção deve se operar em rede transferencial, na qual de uma a um se constitui um coletivo, permite o acesso ao laço discursivo no qual o sujeito e os profissionais se enredam e a utilização de estratégias coletivas para não responder desse lugar. Assim, não se trata de um estudo do sujeito, mas sim de uma construção do caso clínico, institucional, social, político.

O caso clinicopolítico possibilita uma interrogação dos profissionais sobre o lugar e a função que ocupam para o adolescente, o

que, por sua vez, promove um corte no saber, uma interrogação das certezas, e permite um deslocamento do lugar que eles ocupam no discurso no qual o adolescente está enlaçado. Esse corte movimenta o desejo de ocupar um lugar que não é dado pela função, mas pelo desejo de estar e de arriscar-se, o que é um risco que só pode se dar pelo coletivo, um risco que é mobilizado e sustentado pelo coletivo (Viganò, 1999, 2010).

Viganò (2010) ainda ressalta que a construção de caso visa a produzir um saber sobre o discurso, e não sobre o indivíduo; é uma construção que se interroga sobre a posição do sujeito no laço. Nesse sentido, o autor aponta que na construção do caso existe um questionamento sobre qual a posição do sujeito no laço com o Outro, sendo que os profissionais se veem como encarnações desse Outro, ocupando seu lugar. Ou seja, é possível pensar como o sujeito se posiciona no discurso, que discurso é esse e como atuar de forma a realizar uma rachadura, um questionamento desse discurso, permitindo ao sujeito a formulação de questões sobre sua posição nesse laço. Nessa direção, lembrando que a fala contém uma dimensão de enunciado e uma de enunciação, Broide (2017, p. 102) enfatiza que o caso “não é o sujeito, mas a construção que fazemos como base nos elementos que recolhemos do seu discurso, que permite inferir uma posição subjetiva”.

Apontamos a potência das estratégias de intervenção psi que não separam o clínico do político, pois podem desconstruir para a equipe e para o adolescente o discurso hegemônico e universalizado sobre o adolescente que o desaloja da sua história pessoal, sociocultural e política, desarvorando-o de seu lugar discursivo, do lugar a partir do qual ele fala. Destacamos algumas práticas de construção do caso clinicopolítico orientadas pela rede transferencial que pode articular as práticas de diversos profissionais de modo que contribuam com sua especificidade, na direção de trabalhar com os impasses no cumprimento das políticas públicas destinadas a adolescentes.

Nesse contexto, trata-se de reafirmar uma posição ético-estético-política para os profissionais e pesquisadores psi, estrategicamente

orientada para a afirmação dos direitos de quaisquer homens ou, ainda, para a redução de suas violações, especialmente no tocante à infância/juventude.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio (2008). *O que resta de Auschwitz (Homo sacer II)*. São Paulo, Boitempo.
- BERTOL, Carolina Esmanhoto (2019). *Impasses do trabalho socioeducativo em meio aberto: A responsabilização entre a ação técnica e a ação política*. Tese de doutoramento em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BROIDE, Emilia (2017). *A supervisão como interrogante da práxis clínica: do desejo de analista a transmissão da psicanálise*. Tese de doutoramento em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BUTLER, Judith (2006). *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires, Paidós.
- CERRUTI, Marta (2016). *O jovem e o rap: ética e transmissão nas margens da cidade*. Tese de doutoramento em Psicologia. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- FASSIN, Didier (2004). "Et la souffrance devient sociale: de l'anthropologie médicale à une anthropologie des afflictions". *Critique: revue générale des publications françaises et étrangères*. Paris, n. 680-681, pp. 16-21.
- ____ (2014). "Compaixão e repressão: A economia moral das políticas de imigração na França". Ponto Urbe [Online], n. 15.
- MÉNDEZ, Emilio García (2006). "Evolução histórica do Direito da Infância e da Juventude". In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). *Justiça, adolescente e ato infracional: Socioeducação e responsabilização*. São Paulo, Ilanud, pp. 7-23.
- ____ (2013). "Infância, lei e democracia: uma questão de justiça". *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, n. 8, pp. 1-22.
- MISSE, Michel (2010). "Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria 'bandido'". *Lua Nova*. São Paulo, n. 79.
- ROSA, Miriam Debieux (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo, Escuta.

- ____ e Vicentin, Maria Cristina (2010). "Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade". *Psicologia Política*, v. 10, n. 19, pp. 107-124.
- ____; ESTÊVÃO, Ivan Ramos e MUSATTI-BRAGA, Ana Paula (2017). "Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política". *Psicologia em estudo*. Maringá, v. 22, n. 3, jul./set., pp. 359-369.
- RODRIGUES, Ana Paula (2019). "Encosta aí, ladrão!". *Violência policial contra adolescentes e jovens em medida socioeducativa*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SAWAIA, Bader Burihan (2013). "O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão". In: ____ (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 13. ed. Petrópolis/RJ, Vozes, pp. 99-119.
- SEINCMAN, Pedro (2019). Rede transferencial e a clínica migrante: *Psicanálise em urgência social*. São Paulo, Escuta.
- SILVA, Maria Liduína de Oliveira (2011). *Entre punição e proteção – O controle sociopenal dos adolescentes*. São Paulo, Unifesp, 2011.
- SPOSATO, Karyna Batista (2011). *Elementos para uma teoria da responsabilidade penal de adolescentes*. Tese de doutoramento em Direito Público. Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- TAKEITI, Beatriz Akemi e VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves (2015). "A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de Psicologia e Saúde (1998-2008)". *Saúde e Sociedade* (Online), v. 24, pp. 945-963.
- VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves (2011). "Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescente em conflito com a lei". *Tempo Social* (USP. Impresso), v. 23, pp. 97-113.
- ____ e ROSA, Miriam Debieux (2009). "Transtorno mental e criminalidade na adolescência: notas para uma análise crítica da patologização do adolescente autor de ato infracional". *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 17, pp. 330-347.
- VIGANÒ, Carlos (1999). "A construção do caso clínico em saúde mental". *Revista Curinga*. EBP MG., n.13, set., pp. 39-48.
- ____ (2010). "A construção do caso clínico". *Opção Lacaniana*. Ano 1, n. 1, mar.

Aline Matheus Veloso: Psicóloga, mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, integrante do Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin). Formação em coordenação de grupos operativos, pelo Núcleo de Psicologia Social da Bahia. alinematheusveloso@gmail.com

Bader Burihan Sawaia: Socióloga, mestra e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Vice-coordenadora e docente na pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin). É assessora *ad hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). badbusaw@pucsp.br

Carla Cristina Garcia: Professora Assistente Doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Departamento de História) e da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social. Coordenadora do NIP - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Sexualidades, Feminismos, Gêneros e Diferenças. ca-cris@uol.com.br

Carolina Esmanhoto Bertol: Psicóloga, especialista em Filosofia e Psicanálise, mestra em Psicologia pela UFSC e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Integrante do Núcleo de Lógicas Institucionais e Coletivas (Nuplic) da PUC-SP e do Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política do Programa de Psicologia Clínica do IP-USP. Atua como supervisora clínico-institucional e em processos de formação de equipes que atuam nos serviços da Política de Assistência Social. carolinabertol@gmail.com

Cecília Pescatore Alves: Psicóloga, mestra e doutora (Psicologia Social) pela PUC-SP. Professora da PUC-SP. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (Nepim) do Programa de Estudo Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social.
cpescatore@uol.com.br

Cinara Brito de Oliveira: Psicóloga, mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin). Docente na Universidade Santo Amaro (Unisa) e membra da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso).
cibrito.psi@gmail.com

Eliete Edwiges Barbosa: Mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, integrante do Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais (Nupmos). Atua como professora no curso Cultura, educação e relações étnico-raciais (Etnocult) no Celaac - USP. Pesquisadora pela Universidade de Concordia. Atuou como tutora presencial na Universidade de Santo Amaro no curso de Serviço Social (Unisa/SP).
elieteedwiges@hotmail.com

Elisa Zaneratto Rosa: Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Professora do curso de Psicologia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP. Atuação e pesquisa em Psicologia e políticas públicas, com ênfase nas políticas públicas de saúde e saúde mental.
elisazrosa@pucsp.br

Ezio Alves da Silva Junior: Psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia Social pela PUC-SP. Participa do Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais da PUC-SP (Nupmos).
eziopsi14@gmail.com

Fabiane Ramos Rosa: Graduada em Psicologia pela PUC-SP e em Administração Pública pela Ufop. Mestre e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP. Integrante do Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais (Nupmos).

fabiramosrosa@gmail.com

Flávia Roberta Busarello: Psicóloga e Historiadora. Mestre e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, pesquisadora no Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin).

frbusarello@gmail.com

Gabriel Monteiro da Fonseca Leal Maia: Psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia Social pela PUC-SP, integrante do Núcleo Psicanálise e Sociedade.

bilomaia@gmail.com

Isaac Vitório Correia Ferraz: Historiador, mestre em Sociologia e doutorando em Psicologia Social pela PUC-SP, compondo o Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais (Nupmos). Atua como docente em distintas instituições, dentre elas, ESPM-Sul e Laureate, em cursos de MBA Executivo e In Company. Coach Profissional: Certified Professional & Life Coach, com certificação BCI – Behavioral Coaching Instituto.

isaacferraz.contato@gmail.com

Isadora Simões de Souza: Psicóloga, mestra em saúde mental pela Universidade Nova de Lisboa - Portugal e doutoranda em Psicologia Social na PUC-SP, compondo o Núcleo de Lógicas Institucionais e Coletivas (Nuplic). Atua como professora no curso de Psicologia da Universidade Anhembi Morumbi.

isadorasimoedesouza@gmail.com

Jonas Eduardo Tavares de Souza: Cientista Econômico, formado pela Unesp. Psicólogo, formado pela UNIP com mestrado em Psicologia Social pela PUC-SP.

jesouzaic@gmail.com

Karla Rampim Xavier: Psicóloga e psicanalista, mestra e doutoranda pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP, no núcleo Psicanálise e Sociedade, pesquisando psicanálise e o ensino de Lacan, especialmente sobre sintoma social, laço social e feminismos.

karla.rampim@gmail.com

Lais Claro Oliveira: Psicóloga, mestra em Psicologia Social pela PUC-SP, integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (Nepim). Atua na Instituição de Longa Permanência para Idosos Vila Vicentina de Caçapava - SP. Membro da Abrapso, núcleo Vale do Paraíba - SP.

lais.clarooliveira30@gmail.com

Leandro Lucato Moretti: Psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia Social pela PUC-SP, integrante do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Desigualdade Social (Nuppdes). Desenvolve pesquisas com os kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul, relacionadas com saúde indígena, focando no consumo de bebidas alcóolicas e mais recentemente na produção de cuidado/práticas de cuidado/itinerários terapêuticos.

le_moretti@hotmail.com

Marcus Vinicius de Campos França Lopes: Psicólogo, com mestrado em Psicologia Social pela PUC-SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação de Mato Grosso (GEPPEMAT) e do Núcleo Interinstitucional de Estudos em História da Psicologia (Niehpsi) da PUC-SP.

marcusvcfl@gmail.com

Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga: Pedagoga, licenciada em Filosofia. Mestre e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, integrante do Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais (Nupmos). Atua como professora e coordenadora pedagógica no Instituto Bela Flor de Lis.
belalis.belalis@yahoo.com.br

Maria Cristina Gonçalves Vicentin: Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Lógicas Institucionais e Coletivas (Nuplic).
cristinavicentin@gmail.com

Maria da Graça Marchina Gonçalves: Professora Assistente-doutora da PUC-SP, na graduação em Psicologia e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Desigualdade Social Nuppedes.
gmarchina@pucsp.br

Maria do Carmo Guedes: Filósofa, especialista em Psicologia Social e Experimental pela USP e doutora em Ciências Humanas/ Psicologia pela PUC-SP. É Professora Emérita pela PUC-SP, onde participa do Grupo de Pesquisa em História da Psicologia (DGP/ CNPq), que integra três Programas de Pós-graduação (Psicologia Social, Psicologia da Educação e Psicologia Experimental), além de receber pesquisadores de outras instituições e diferentes áreas do conhecimento.
mcguedes@pucsp.br

Mariana Prioli Cordeiro: Psicóloga, mestra e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP e pós-doutora na mesma área pelo IP-USP. Docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Desenvolve estudos sobre políticas sociais, enfocando a inserção da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (Suas).
mpriolicordeiro@gmail.com

Maristela Sousa e Freitas: Graduada em música, com especialização em Musicoterapia, mestra em Psicologia Social pela PUC-SP, integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (Nepim). Membro do Núcleo São Paulo da Abrapso (Associação Brasileira de Psicologia Social) e integrante da comissão científica do XX Encontro Nacional de Psicologia Social - 2019.

maristela.soufreitas@gmail.com

Marta Maria Okamoto: Psicóloga e psicanalista, mestra e doutoranda pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP, membro do Núcleo de estudos e pesquisas Lógicas Institucionais e Coletivas (Nuplic).

martamokamoto@gmail.com

Mary Jane Spink: Professora Titular da PUC-SP, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: direitos, riscos e saúde (Nuprad). Pesquisadora do CNPq na modalidade produtividade, nível 1A.

mjspink@pucsp.br

Mirella Martins Justi: Psicóloga, mestra em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela Unesp e doutoranda do Programa de Psicologia Social da PUC-SP, integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (Nepim). É membro do Núcleo de Psicologia e Povos tradicionais do Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP). Atua como professora e supervisora clínica na UniSalesiano de Araçatuba, além de coordenar o curso de Psicologia.

mirella.mjjusti@hotmail.com

Miriam Debieux Rosa: Psicanalista, professora Titular do Programa de Psicologia Clínica da USP, onde coordena o Laboratório Psicanálise e Sociedade e o Grupo Veredas: Psicanálise e imigração.
debieux@terra.com.br

Natache Khrystie Costa de Oliveira: Psicóloga na Fundação Casa, mestre em Psicologia Social pela PUC-SP e doutoranda no mesmo programa (na ocasião do desenvolvimento do capítulo que integra este livro). Especialista em psicologia jurídica pelo Instituto Sedes Sapientiae/SP.
nkoliveira@uol.com.br

Odair Furtado: Professor Associado da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP, ministrando aulas na graduação do curso de Psicologia e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Ação Social (Nutas).
odairfurtado@pucsp.br

Priscila Kiselar Mortelaro: Obstetrix graduada pela Universidade de São Paulo, mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP. Faz parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano (Nuprad) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social.
priscilamortelaro@gmail.com

Rogério da Costa: Filósofo, engenheiro de sistemas, é professor do programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP. Coordena o LInC- Laboratório de Inteligência Coletiva da PUC-SP. Trabalha com redes sociais, capitalismo cognitivo e biopolítica, sendo autor de vários artigos nesses campos.
rogcoxta@gmail.com

Salvador Antonio Mireles Sandoval: Mestre em Ciência Política (Universidade de Texas); Mestre em Ciência Política (Universidade de Michigan); Doutor em Ciência Política (Universidade de Michigan). Professor Titular da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde da PUC-SP, onde atua na Pós-graduação em Psicologia Social. Atua nas áreas de psicologia política, comportamento político e psicologia comunitária.
sams1910@gmail.com

Suélen Cristina de Miranda: Psicóloga, mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (Nepim) do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social.
suca_miranda@hotmail.com